



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



VANESSA CRISTINA MENESES FERNANDES

**ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOCENTE
E LUTAS (INTER) NACIONAIS EM EDUCAÇÃO**

**Salvador
2021**

VANESSA CRISTINA MENESES FERNANDES

**ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOCENTE
E LUTAS (INTER) NACIONAIS EM EDUCAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Cesar Rios Leiro.

**Salvador
2021**

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Fernandes, Vanessa Cristina Meneses.

Organização sindical docente e lutas (inter) nacionais em educação /
Vanessa Cristina Meneses Fernandes. - 2021.
243 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Cesar Rios Leiro.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade
de Educação, Salvador, 2021.

1. Sindicatos - Professores. 2. Sindicatos - Organização. 3. Educação. 4.
Internacionalização. 5. Sindicalismo. I. Leiro, Augusto Cesar Rios. II.
Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 371.14 - 23. ed.

VANESSA CRISTINA MENESES FERNANDES

**ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOCENTE
E LUTAS (INTER) NACIONAIS EM EDUCAÇÃO**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Educação,
pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Salvador, 16 de dezembro de 2021.

Banca examinadora

Dr. AUGUSTO CESAR RIOS LEIRO

UFBA (orientador) Presidente



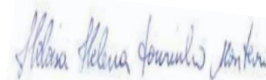
Dr. ALDRIN ARMSTRONG SILVA CASTELLUCCI, UNEB

Examinador Externo à Instituição



Dra. HELOISA HELENA TOURINHO MONTEIRO, UNEB

Examinadora Externa à Instituição



Dr. SERGIO ARMANDO DINIZ GUERRA FILHO,

UFRB Examinador Externo à Instituição



Dra. SARA MARTHA DICK

UFBA Examinadora Externa ao Programa



A toda classe trabalhadora, especialmente aos
professores.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é a palavra que resume o sentimento ao término deste trabalho. Sinto-me grata por ter tido a oportunidade de desenvolver uma pesquisa que tem o potencial de contribuir com a luta internacional da classe trabalhadora. A realização deste trabalho só foi possível, primeiramente, porque o meu orientador, o professor César Leiro acreditou no potencial e na importância em pesquisar este tema, ainda pouco estudado na academia. Agradeço-lhe por todo o apoio recebido e pela oportunidade de aprendizado e crescimento que o convívio como orientanda me proporcionou.

À FACED/UFBA, aos colegas do Departamento de Educação 2, onde tudo começou quando tive a oportunidade de trabalhar como professora substituta, agradeço, em especial, à professora Noemi que, na ocasião, era diretora do Departamento.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da FACED, com os quais tive a oportunidade de cursar este doutorado.

Aos colegas de curso que se tornaram amigos queridos e que tiveram sua importância nesse trajeto acadêmico. Guardarei nas memórias afetivas as lembranças das aulas e dos encontros.

Ao grupo do FECOMEL, pelas discussões, encontros e amizades.

Aos professores que compõe as bancas de qualificação e de defesa.

Aos meus pais Floriano e Dulcineide, que sempre torceram e acompanharam meu percurso com visitas à minha casa em Salvador, pois estava longe deles.

À minha irmã Verônica e seu companheiro Márcio, pelo apoio que sempre ofereceram, por acompanharem tudo de perto neste trabalho de escrita, tão solitário (não fosse a companhia sempre presente de minhas duas gatas: Pequena e Francisca).

A todos que me apoiaram desde quando era apenas um projeto e que depois me acompanharam e participaram deste momento.

A todos os amigos que, de forma afetiva, mandam boas vibrações e estão sempre dispostos a celebrarem e comemorarem comigo cada fase importante de minha vida.

Gratidão ao meu amado, pelo auxílio luxuoso e por estar sempre me apoiando.

“Trabalhadores do mundo, uni-vos”.
Marx e Engels.

RESUMO

O presente estudo discute como as organizações sindicais em educação — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (Contee) — concebem e realizam a internacionalização sindical. Trata-se de um trabalho acadêmico de natureza qualitativa que utiliza a perspectiva contrastiva dialética como referência e tem como categorias analíticas a totalidade, a mediação e a contradição. A investigação recorreu a dois procedimentos metodológicos principais: levantamento documental e entrevistas virtuais semiestruturadas. O primeiro procedimento reuniu documentos disponíveis nas páginas oficiais das três organizações sindicais pesquisadas, bem como das entidades nacionais e internacionais com as quais mantém vínculo de filiação. O segundo, trata-se de entrevista com os dirigentes sindicais encarregados pela política de internacionalização: coordenadores das secretarias da CNTE e da Contee, além do encarregado de internacionalização do ANDES-SN. Importa sublinhar que as entrevistas foram citadas em todo o texto, de modo que foi possível dialogar com a análise feita diante das informações dos documentos. A tese conta também com textos imagéticos, provenientes das páginas oficiais das entidades sindicais pesquisadas. O estudo revelou que a internacionalização acontece de diferentes maneiras nas três entidades em tela, isto porque os caminhos trilhados têm relação com as perspectivas políticas e ideológicas de cada entidade, bem como da trajetória histórica, o perfil dos trabalhadores que compõe as organizações que, embora sejam trabalhadores da educação, possuem distintas condições de trabalho. A CNTE atende os professores da educação básica pública, o ANDES-SN é formado hegemonicamente por docentes de universidades públicas e a Contee por profissionais que atuam no ensino básico e superior da rede privada de ensino. Ao contrastarmos estas características, vimos que cada organização desenvolveu sua forma própria de se internacionalizar. Contudo, a pesquisa revelou que todas se deparam com desafios e limitações. No âmbito internacional, as organizações sindicais de diferentes países e continentes evidenciaram questões e interesses imediatos de articulação, isso impede que a troca de experiências consiga promover de forma efetiva a solidariedade. Em parte, as lutas internacionais acontecem com limitações políticas, ainda assim, o estudo reconhece que a luta por melhores condições de trabalho e salário é pauta de grande legitimidade para o movimento sindical. As tecnologias digitais contribuem com a mediação para realizar a internacionalização, bem como a mobilização nas ruas do mundo, como bandeiras de unidade internacionalista.

Palavras-chave: Educação. Internacionalização. Sindicalismo.

ABSTRACT

This study discusses how union organizations in education, National Confederation of Education Workers (CNTE), National Union of Teachers of Higher Education Institutions (ANDES-SN), National Confederation of Educational Establishment Workers (Contee) conceive and carry out union internationalization. This is an academic work of a qualitative nature, the research uses the dialectical contrastive perspective as a reference and having totality, mediation and contradiction as analytical categories. The investigation used two main methodological procedures: documental survey and semi-structured virtual interviews. The first procedure gathered documents available on the official pages of the three trade union organizations surveyed, as well as national and international entities with which it maintains affiliation. The second is an interview with the union leaders in charge of the internationalization policy: coordinators of the CNTE and Contee secretariats and the ANDES-SN internationalization officer. It is important to emphasize that the interviews were cited throughout the text, so that it was possible to dialogue with the analysis made from the information in the documents. The thesis also includes imagery texts from the official pages of the union entities surveyed. The study revealed that internationalization happens in different ways in the three entities in question, because the paths followed are related to the political and ideological perspectives of each entity, as well as the historical trajectory, the profile of workers that make up the organizations that, although are education workers, they have different working conditions. CNTE serves basic public education teachers, ANDES-SN is hegemonically formed by teachers from public universities and Contee by professionals who work in basic and higher education in the private education network. By contrasting these characteristics, we saw that each organization developed its own way of internationalizing itself. However, the survey revealed that all face challenges and limitations. At the international level, trade union organizations from different countries and continents, issues and immediate interests of articulation became evident, which prevents the exchange of experiences from being able to effectively promote solidarity. In part, international struggles take place with political limitations, even so, the study recognizes that the struggle for better working conditions and wages is an agenda of great legitimacy for the union movement. Digital technologies contribute to mediation to achieve internationalization, as well as mobilization in the streets of the world, as flags of internationalist unity.

Keyword: Education. Internationalization. Unionism.

RESUMEN

Este estudio analiza cómo las organizaciones sindicales de educación, Confederación Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE), Sindicato Nacional de Docentes de Instituciones de Educación Superior (ANDES-SN), Confederación Nacional de Trabajadores de Establecimientos Educativos (Contee) conciben y llevan a cabo la internacionalización sindical. Se trata de un trabajo académico de carácter cualitativo, la investigación utiliza como referencia la perspectiva dialéctica contrastiva y teniendo como categorías analíticas la totalidad, la mediación y la contradicción. La investigación utilizó dos procedimientos metodológicos principales: encuesta documental y entrevistas virtuales semiestructuradas. El primer trámite recogió documentos disponibles en las páginas oficiales de las tres organizaciones sindicales encuestadas, así como de las entidades nacionales e internacionales con las que mantiene afiliación. La segunda es una entrevista a los líderes sindicales encargados de la política de internacionalización: coordinadores de las secretarías de CNTE y Contee y el responsable de internacionalización de ANDES-SN. Es importante resaltar que las entrevistas fueron citadas a lo largo del texto, por lo que fue posible dialogar con el análisis realizado a partir de la información en los documentos. La tesis también incluye textos imaginarios de las páginas oficiales de las entidades sindicales encuestadas. El estudio reveló que la internacionalización ocurre de diferentes formas en las tres entidades en cuestión, porque los caminos seguidos están relacionados con las perspectivas políticas e ideológicas de cada entidad, así como con la trayectoria histórica, el perfil de los trabajadores que integran las organizaciones que, aunque son trabajadores de la educación, tienen diferentes condiciones laborales. CNTE atiende a docentes de educación básica pública, ANDES-SN está formada hegemoníamente por docentes de universidades públicas y Contee por profesionales que laboran en la educación básica y superior en la red educativa privada. Al contrastar estas características, vimos que cada organización desarrolló su propia forma de internacionalizarse. Sin embargo, la encuesta reveló que todos enfrentan desafíos y limitaciones. A nivel internacional, organizaciones sindicales de diferentes países y continentes, se hicieron evidentes temas e intereses inmediatos de articulación, lo que impide que el intercambio de experiencias pueda promover efectivamente la solidaridad. En parte, las luchas internacionales se desarrollan con limitaciones políticas, aun así, el estudio reconoce que la lucha por mejores condiciones laborales y salariales es una agenda de gran legitimidad para el movimiento sindical. Las tecnologías digitales contribuyen a la mediación para lograr la internacionalización, así como a la movilización en las calles del mundo, como banderas de unidad internacionalista.

Palabras clave: Educación. Internacionalización. Sindicalismo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Logomarca da CNTE	49
Figura 2 — Logomarca da filiação da CNTE à CUT	50
Figura 3 — Layout do site da CNTE.....	50
Figura 4 — Logomarca da Secretaria de Relações Internacionais da CNTE.....	51
Figura 5 — Logomarca do ANDES-SN.....	54
Figura 6 — Campanha do ANDES	55
Figura 7 — Registro da história do ANDES-SN.....	56
Figura 8 — Congresso Contee	60
Figura 9 — 30 anos da Contee	61
Figura 10 — Assembleia da Contee	63
Figura 11 — Logomarca da unidade dos trabalhadores em educação da América Latina e do Caribe	72
Figura 12 — Logomarca da CUT	73
Figura 13 — Boletim Nacional CUT	74
Figura 14 — Logomarca da CSI.....	76
Figura 15 — Logomarca da CSA	77
Figura 16 — Congresso do ANDES-SN	79
Figura 17 — 1º Encontro das Américas da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Luta	81
Figura 18 — Logomarca da CTB	83
Figura 19 — Logomarca da FSM.....	84
Figura 20 — Conferência Internacional em Defesa da Educação.....	105
Figura 21 — Logomarca da CPLP-SE	108
Figura 22 — Logomarca da IE.....	110
Figura 23 — Internacional da Educação Latino Americana (IEAL).....	112
Figura 24 — Manifestação da Federação Sindical Mundial (WFTU – World Federation of Trade Unions)	114
Figura 25 — Jornada de Luta Latino Americana	142
Figura 26 — Rede de Trabalhadores da América Latina	145
Figura 27 — Cartas do ANDES-SN (CONGRESSOS)	166
Figura 28 — 39º Congresso do ANDES-SN.....	193
Figura 29 — III Encuentro Participativo	199

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Estudos encontrados na CAPES e no IBICT	24
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAA	American Anthropological Association
AAAS	Association for Asian American Studies
ACD	Auditoria Cidadã da Dívida
AD	Associação Docente
ADUNEB	Associação dos Docentes do Estado da Bahia em Salvador
AFL-CIO	Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais
AFUSE	Associação dos funcionários e servidores da educação
ANDES/SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APEOC	Associação dos Professores do Ceará
APLB/BA	Associação dos/as Professores/as Licenciados/as do Brasil/Seção Bahia
ASA	American Studies Association
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAM	Confederación Americana del Magisterio
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA	Confederação de Educadores Americanos
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CELAC	Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenho
CGTP	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
CIOSL	Confederação internacional das Organizações Sindicais
CISC	Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos
CIT	Conferência Internacional do trabalho
CN	Congresso Nacional
CNE	Conselho Nacional de Entidades
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONAD	Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
CONADU	Confederação Nacional dos Docentes da Argentina
CONATEE	Congresso Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

CONCLAT	Congresso Nacional da Casse Trabalhadora
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas Sociais
Consind	Conselho Sindical
Contee	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
CPLP-SE	Sindical de Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPPB	Confederação dos Professores Primários do Brasil
CSA- TUCA	Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas
CSI	Confederação Sindical Internacional
CSP-Conlutas	Central Sindical e Popular Conlutas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CWA	Communications Workers of America
ENE	Encontro Nacional de Educação
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
ETNs	Abreviatura de Empresas Transnacionais
FISE	Federação Internacional de Sindicatos de Educadores
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FSM	Federação Sindical Mundial
GARRA	Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos
GT	Grupo de Trabalho
GTPCEGDS	Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de gênero e Diversidade Sexual
GTPE	Grupo de Trabalho em Política Educacional
GTPFS	Grupos de Trabalho Política de Formação Sindical
IADESIL	Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IAPSEB	Instituto de Saúde e Previdência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia
ICFTU	International Confederation of Free Trade Unions
ICT	Instituto Cultural do Trabalho
ICV-DIEESE	Índice do Custo de Vida-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos
IE	Internacional de Educação

IEAL	Internacional da Educação na América Latina
IEES	Instituições Estaduais de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IMES	Instituições Municipais de Ensino Superior
INPC-IBGE	Índice Nacional de Preços ao Consumidor-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ITUC	Confederação Internacional dos Sindicatos
LGBTQI+	Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexual e outros.
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEL	Mídia, Memória, Educação e Lazer
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MP	Ministério Público
MPT	Ministério Público do Trabalho
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGEDUC	Programa de Pós- Graduação em Educação e Contemporaneidade
PT	Partido dos Trabalhadores
Rede SEPA	Rede Social para a Educação Pública nas Américas
RSISL	Rede Internacional Sindical de Solidariedade e lutas
Scielo	Scientific Eletronic Library Online
SIMMP	Sindicato Municipal do Magistério Público
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SINDIUTE	sindicato e o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação
SINPRO	Sindicato dos Professores no Estado da Bahia
SINTEPP	Sindicato da Educação Pública do Estado do Pará
TDIC	Tecnologia digital de Informação e Comunicação
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNASUL	União das Nações do Sul
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIFOR	Universidade Federal de Fortaleza
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
WCL	World Confederation of Labour

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 ESTADO DO CONHECIMENTO: SINDICALISMO, EDUCAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO.....	22
3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SINDICALISMO DOCENTE E SEUS DESAFIOS	36
3.1 Confederações e sindicato nacional.....	44
3.1.1 CNTE abrangência e representatividade	49
3.1.2 ANDES-SN: abrangência e representatividade.....	53
3.1.3 CONTEE abrangência e representatividade	60
3.2 Centrais Sindicais Nacionais	71
3.2.1 CUT	72
3.2.2 CSP-CONLUTAS	78
3.2.3 Central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil (CTB).....	82
4 ORGANIZAÇÕES SINDICAIS INTERNACIONAIS	86
4.1 Panorama das entidades internacionais sindicais: CEA, CLP-SE, IE, FISE e FSM105	
4.2 Tecnologias Digitais na internacionalização sindical	116
5 DISCUSSÃO TEÓRICO METODOLÓGICA	121
5.1 Procedimentos metodológicos.....	128
5.2 Contrastes em função da totalidade, contradição e mediação	132
5.3 Análise contrastiva como possibilidade metodológica	140
5.3.1 Avanços e impasses na internacionalização da CNTE.....	141
5.3.2 Avanços e impasses na internacionalização do ANDES-SN	152
5.3.3 Avanços e impasses na internacionalização da CONTEE	199
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	206
REFERÊNCIAS	214
APÊNDICES	225
ANEXOS	229

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a analisar o processo de internacionalização das organizações sindicais em educação no Brasil, nos últimos cinco anos (2015 a 2020). Nesta perspectiva, elegemos a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN); e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (Contee).

Desse modo, procuramos entender quais os desafios estratégicos que as organizações sindicais (CNTE, ANDES-SN e Contee) enfrentam na política de internacionalização. Para isto, propomos analisar a política de internacionalização destas entidades, por meio do levantamento documental e entrevistas com o encarregado da internacionalização do ANDES-SN e coordenadores da Secretaria de Relações Internacionais da CNTE e da Contee, como procedimentos metodológicos. Desta forma, buscamos analisar como a internacionalização ocorre nas organizações sindicais docentes. Elencamos estas três por serem as mais representativas, visto que englobam os principais campos de atuação dos docentes, também são elas que atuam na educação básica e no ensino superior, assim como nos setores público e privado¹.

O interesse em estudar movimentos sociais começou durante a graduação no curso de História, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Na ocasião, foi possível estudar como os trabalhadores buscavam resistir à opressão do trabalho e se organizar. Deste modo, quando tive oportunidade de cursar a *Especialização em Educação, Cultura e Memória (UESB)*, produzi um projeto que depois foi encaminhado para o Mestrado em Educação (PPGED-UESB), no qual eu propunha estudar as condições de trabalho dos professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Vitória da Conquista — BA.

A pesquisa do Mestrado revelou que as condições de trabalho docente do município foram afetadas pela implantação das propostas pedagógicas dos Ciclos de Aprendizagem e de Formação Humana (2016). O estudo mostrou que os Ciclos contribuíram com um aumento e intensificação do trabalho docente, ao mesmo tempo que reduziram a autonomia profissional,

¹ É válido registrar que há também o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), embora tenham alguns professores filiados, a maioria dos representados são os técnicos, por este motivo ficou fora da pesquisa. Ele atende à Rede Federal de Educação Profissional, os Institutos Federais (IFS), Centro Federal De Educação Tecnológica (CEFET), nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Universidade Tecnológica Do Paraná, o Colégio Pedro II e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

sem assegurar as condições adequadas de trabalho. Isto contribuiu com a rejeição da maioria dos docentes envolvidos.

A delimitação do tema em questão foi resultado de um processo de leituras realizadas no início do doutorado, em face de estudos feitos em disciplinas como *Abordagem e técnica da pesquisa em educação*, *Projeto de tese 1 e 2*, além do contato com discussões sobre o tema da internacionalização, que faz parte da pesquisa matricial do Grupo de Pesquisa *Mídia, Memória, Educação e Lazer (MEL)*, do PPGE da UFBA. Deste modo, foi possível delinear a pesquisa e inserir o estudo da internacionalização das organizações sindicais em educação no Brasil.

Com isto, decidimos no doutorado estudar como os professores dos níveis básico e superior de ensino público e privado desenvolvem articulações e parcerias com entidades sindicais de outros países, ou seja, como acontece a internacionalização das organizações sindicais em educação. Portanto, investiga quais parcerias internacionais estabelecidas entre os anos de (2015 e 2020) e como são desenvolvidas as atividades internacionais das entidades sindicais internacionais.

Na ocasião em que trabalhei como docente do ensino básico no município de Vitória da Conquista, foi possível acompanhar de perto a atuação do movimento sindical dos professores da educação básica. Outra experiência importante profissionalmente foi no ensino superior público (UESB). Em ambas as vivências foi possível acompanhar de perto a atuação dos *Sindicatos Sindicato Municipal do Magistério Público (SIMMP)* e *Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ADUSB)*², respectivamente. O resultado das atuações pessoais vivenciadas foram constituindo meu interesse em pesquisar sobre os sindicatos, além disso, o fato de a pesquisa ser desenvolvida em um Programa de Pós-graduação em Educação também contribuiu para a escolha dos sindicatos docentes.

Quanto ao *locus* da pesquisa, este está situado na internacionalização das organizações sindicais de professores, de modo que buscamos compreender como que estas entidades se articulam com organizações de outros países para ampliar sua capacidade de organização e luta internacional.

O recorte temporal entre os anos de 2015 a 2020, deve-se ao fato de que se trata de um estudo de caráter contemporâneo. Além disso, no referido período, aconteceram mudanças no cenário político e sindical, a exemplo do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016. No ano seguinte, houve a reforma trabalhista, que tornou facultativa a contribuição sindical. Diante deste contexto de acontecimentos, decidimos por delimitar o estudo em cinco anos, pois

² O SIMMP é filiado à CNTE, já a ADUSB é uma sessão sindical do ANDES-SN.

avaliamos se tratar de um lapso temporal possível de analisarmos o contexto dos acontecimentos políticos que envolvem a dimensão do trabalho e sindical em níveis nacional e internacional.

A ordem de apresentação das três entidades foi feita com base no critério cronológico da fundação. Começamos pela mais antiga, a CNTE, criada em 1945; na sequência o ANDES-SN, fundado em 1981³; por fim, a Contee, que foi instituída no ano de 1990. Nos capítulos em que apresentamos as entidades, vamos situar historicamente até chegarmos ao contexto atual. Para isto, além do texto escrito, foram utilizados também textos imagéticos recolhidos nas páginas oficiais das entidades sindicais nacionais e internacionais mencionadas neste estudo. Considerando essa problemática foi que surgiu o objetivo de analisar a internacionalização das entidades sindicais em educação (CNTE, ANDES-SN e Contee).

Todas as entidades possuem setores com coordenações responsáveis pela internacionalização. O ANDES-SN possui um setor encarregado das relações internacionais⁴, a CNTE e a Contee possuem uma secretaria de relações internacionais. Estes setores são importantes para internacionalizar as lutas sindicais, seja por meio de parcerias com entidades internacionais, ou como membros filiados de organizações internacionais que reúnem entidades sindicais de diferentes países com o intuito de facilitar a comunicação e a articulação entre os membros filiados.

Para a realização do estudo foram utilizados documentos produzidos pelas organizações sindicais pesquisadas e pelas entidades parceiras, além disso, foram entrevistados, de forma remota, mediante roteiro de entrevista semiestruturado, os coordenadores das Secretarias de Relações Internacionais, os professores Roberto Leão e Maria Clotilde Petta, respectivamente da CNTE e da Contee, além do professor Osvaldo Luiz Coggiola, encarregado de Relações Internacionais do ANDES-SN. Com o objetivo de dialogar e ratificar a análise que fizemos baseada nas fontes documentais, decidimos por inserir, ao longo do texto, trechos das entrevistas realizadas.

Deste modo, observamos que as três entidades se internacionalizaram com suas características próprias, em níveis contrastantes. Os objetivos de cada organização sindical em internacionalizar são diferentes entre si. Isso porque, embora sejam entidades que representam o público docente, elas têm diferentes perfis de sindicalizados, as condições de trabalho, as

³ Na ocasião da fundação o ANDES-SN ainda não era sindicato, tratava-se de uma associação docente com a sigla apenas de ANDES, quando esta deixou de ser uma associação e passou a ser um sindicato, foi acrescentada a sigla SN no final.

⁴ Em reunião do Congresso do ANDES-SN, do ano de 2020, os congressistas aventaram a possibilidade de ampliar o setor e ratificaram a importância do ANDES-SN ampliar a internacionalização.

formas de contratos, os planos de carreira, a estabilidade no trabalho ou a ausência dela são importantes para criar a identidade sindical, as diferenças geográficas também interferem.

As entidades sindicais atendem docentes de todo o país, esses profissionais lidam com estudantes, cujas demandas variam a depender da localidade de referência. Isso reflete nas concepções das políticas sindicais e nos papéis que estas organizações exercem ao representar seus associados.

O ANDES-SN tentou representar os professores do ensino superior privado, mas as condições de trabalho são tão diferentes que não conseguiram se manter no sindicato, os docentes das universidades públicas que fazem parte do ANDES-SN têm a estabilidade, os do ensino privado recebem [o salário] por hora trabalhada, é totalmente diferente (PETTA, 2021, informação verbal).⁵

Como já mencionamos, cada entidade sindical possui concepções políticas diferentes entre si, de modo que este contexto influenciou a formação da Contee, para que os docentes do ensino privado pudessem ter uma representação própria. Os profissionais que atuam neste setor devido à ausência de estabilidade no trabalho, lutam por demandas que os docentes do ensino público não enfrentam.

Quanto às entidades internacionais a que as organizações sindicais são filiadas, existem algumas com diferentes propostas e concepções políticas, assim, cada entidade sindical se filiou a elas de acordo com critérios próprios estabelecidos, seja por afinidade de concepção política, ou simplesmente por considerar ser importante manter o máximo de diálogo internacional possível, mesmo com aquelas que tenham concepções políticas discordantes. Isso será detalhado no decorrer do presente trabalho.

⁵ Informação fornecida por Maria Clotilde Lemos Petta, durante entrevista concedida para esta pesquisa, no capítulo metodológico detalhamos melhor o roteiro das entrevistas, o qual pode ser consultado no apêndice deste estudo.

2 ESTADO DO CONHECIMENTO: SINDICALISMO, EDUCAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Neste capítulo buscamos situar o presente estudo diante das produções mais atuais que vêm sendo realizadas na área da presente pesquisa. Deste modo, utilizamos os seguintes descritores: sindicalismo, educação e internacionalização. Com o mapeamento dos estudos já realizados na área, foi possível situar o objeto de estudo diante das pesquisas já realizadas, bem como explorar mais o tema, visto que existem lacunas referentes a estudos de internacionalização sindical, embora existam muitos deles sobre internacionalização em outros setores. Concordamos com Morosini e Fernandes (2014, p. 158) quando afirmam que o Estado do Conhecimento:

[...] possibilita uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação que pretendemos desenvolver. É, portanto, um estudo basilar para futuros passos dentro da pesquisa pretendida. Permite-nos entrar em contato com os movimentos atuais acerca do objeto de investigação, oferecendo-nos uma noção abrangente do nível de interesse acadêmico e direcionando, com mais exatidão, para itens a ser explorados – reforço de resultados encontrados ou criação de novos. Nesse sentido, a construção do Estado de Conhecimento, fornece um mapeamento das ideias já existentes, dando-nos segurança sobre fontes de estudo, apontando subtemas passíveis de maior exploração ou, até mesmo, fazendo-nos compreender silêncios significativos a respeito do tema de estudo. Acredito que o Estado de Conhecimento deva ser o movimento inicial de toda pesquisa, uma vez que localiza e norteia os passos da investigação, a partir do conhecimento e da compreensão da produção intelectual que aborda estudos relacionados ao objeto de nossa pesquisa.

Deste modo, em atendimento à metodologia empregada para a realização do Estado do conhecimento, para dialogarmos com um número maior de pesquisas, decidimos fazer o levantamento dos últimos dez anos (2008 a 2018). As teses e dissertações que encontramos foram pesquisadas junto ao banco de teses de dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), e ao Scientific Electronic Library Online (SciELO). O levantamento das pesquisas foi realizado no início do doutorado, por isso, ele se encerra no ano de 2018, embora a pesquisa tenha sido concluída no ano de 2021. Para o levantamento das pesquisas, decidimos não estender para 2021, visto que há um lapso temporal para que as pesquisas defendidas sejam disponibilizadas nos *sites* oficiais de divulgação científica.

A maior parte das pesquisas que encontramos estão situadas entre as décadas de 1990 e dos anos 2000, isto reforça a ideia de que é necessário desenvolver novos estudos, já que o cenário político, econômico e social se modificou bastante desde a década de 1990 até a atualidade. Assim, as demandas e as pautas de lutas enfrentadas pelos sindicatos também foram

bastante alteradas. A atuação sindical acompanha as mudanças históricas enfrentadas no mundo do trabalho, ou seja, o que acontece na política impacta de forma substancial nos trabalhadores, conseqüentemente, torna-se pauta de discussão e lutas dos sindicatos. Além disso, há outras temáticas mais amplas, de vários segmentos da sociedade, nas quais os trabalhadores estão inseridos, como questões previdenciárias, LGBTQI+, relações étnico-raciais, de gênero, de meio ambiente, de internacionalização que é nosso objeto de estudo, entre muitos outros temas que fazem parte da realidade dos trabalhadores de forma direta ou indireta. Diante disso, novos e variados campos de pesquisas surgem.

Quanto à definição de Estado do Conhecimento, de acordo com Morosini e Fernandes (2014, p. 155), ela refere “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

Sendo assim, buscamos criar um diálogo como outras pesquisas, o que é importante para situarmos nosso objeto de estudo em relação a outras investigações desenvolvidas na área. As dificuldades em encontrar trabalhos com temas afins revela que existe um campo vasto a ser pesquisado e que ainda foi pouco explorado. A lacuna de temas que dialogam com o sindicalismo na educação e, principalmente, com a internacionalização, conduz-nos a refletir sobre o porquê dessa ausência. Essa situação, além de revelar uma premente necessidade em desenvolver pesquisas na área, também se apresentou para nós como um desafio, quando o objetivo foi situar a pesquisa junto aos estudos de outros pesquisadores.

Ao acessar as páginas oficiais na internet da CNTE, do ANDES-SN e da Contee, foi possível percebermos que essas organizações enfrentam estas ações de ataques aos direitos da classe trabalhadora pela realização de atividades que promovam a mobilização dos trabalhadores, como atos públicos, manifestações nas ruas, encontros, formações para os docentes, entre outras ações. O trabalho realizado pelos movimentos sociais e sindicatos tem um papel junto à classe trabalhadora, é por intermédio destas entidades que os trabalhadores buscam assegurar seus direitos. Apesar do histórico e da relevância que os sindicatos as ações de internacionalização possuem para os trabalhadores, existem poucas pesquisas atuais sobre o tema.

A maioria dos trabalhos encontrados com temas relacionados aos sindicatos e à educação aconteceram na década passada e, de lá para, na conjuntura atual, muitas mudanças ocorreram no mundo do trabalho. Quanto ao último descritor, “internacionalização”, este revelou pesquisas bem mais atuais, contudo, relacionadas a outras temáticas que fogem ao escopo da presente pesquisa, apesar de ter o tema da internacionalização em comum, por isso,

decidimos não os apresentar aqui, pois acabaríamos desviando do foco de interesse da presente pesquisa.

De acordo com Boito (1999)⁶, trata-se de um campo aberto para que sejam desenvolvidos estudos. Entre as pesquisas (teses e dissertações) realizadas com os descritores sindicalismo, educação e internacionalização, apresentamos, a seguir, um quadro para melhor visualizarmos os estudos encontrados nas páginas oficiais da CAPES e IBICT.

Quadro 1 — Estudos encontrados na CAPES e no IBICT

ANO	PUBLICAÇÕES	AUTOR	ASSOCIAÇÃO /ÓRGÃO	TIPO DE PUBLICAÇÃO
2008	De vocação para profissão: Organização sindical docente e identidade do professor	Erlando da Silva Rêses	CAPES/IBICT	Tese
2012	Internacionalização do sindicalismo no Brasil: Um estudo sobre setores Metalúrgico e de telecomunicações	Maurício Rombaldi	CAPES/IBICT	Tese
2013	Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura civil militar (1964-1978)	Larissa Rosa Corrêa	IBICT	Tese
2014	Sindicalismo e Educação a Distância: Contribuições da Modalidade para a Formação Sindical	Flávio Marinho dos Santos	CAPES	Dissertação
2015	Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo: De professores públicos no Ceará: a APEOC/sindicato e o SINDIUTE	Danusa Mendes Almeida	CAPES	Tese
2015	Identidade profissional docente e participação sindical	Danielle Maria Vieira Alves Raposo	IBICT	Tese
2015	O Papel das Organizações Internacionais e Os Novos Movimentos Sociais na Negociação Coletiva: Os Paradigmas da Sociedade Pós-Industrial	Rogéria Gladys Sales Guerra	CAPES	Tese
2016	Movimento sindical e Educação: a formação Política e a Qualificação técnica propostas pela Federação dos Empregados rurais assalariados do estado de São Paulo	Samila Bernardi Do Vale Lopes	CAPES/IBICT	Tese
2016	Sindicalismo brasileiro: os impactos da Organização Internacional do Trabalho na mudança de paradigmas das relações laborais	Francisco José Gomes da Silva	IBICT	Tese
2016	História da Educação Brasileira e seus personagens invisíveis – práticas sindicais e políticas do sindicato dos funcionários e servidores da educação do estado de São Paulo – AFUSE (1978-1992). São Paulo	Miriam Maria Bernardi Miguel	CAPES	Tese
2016	O surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) frente ao processo de resistências e adaptações do movimento sindical no Brasil à lógica do capital	Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior	CAPES	Dissertação
2017	A luta internacional dos trabalhadores em educação: um estudo sobre os sindicatos em	Sandra Regina Severo Kasper	CAPES	Dissertação

⁶A invisibilidade sindical entre os pesquisadores é antiga, o autor ratifica isso no livro *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*.

ANO	PUBLICAÇÕES	AUTOR	ASSOCIAÇÃO /ÓRGÃO	TIPO DE PUBLICAÇÃO
	educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina			
2017	Sindicalismo e Educação no Estado do Pará: As repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente	Sílvia Letícia D'Oliveira da Luz	CAPES/IBICT	Tese
2017	Gramsci e a educação no Brasil: uma contribuição para o estudo do sindicalismo docente	Maria Pavani da Silva Gomes	IBICT	Tese
2019	Perspectiva da internacionalização em casa e interculturalidade crítica como processo de globalização contra - hegemônica potencializada pelas TICs: caso em rede	Georgina Ivet Durán Jiménez	UFBA	Tese
2010	As Jornadas em Cartaz na Formação de Professores/as	Cristina Kavalkievicz	(PPGEDUC) da UNEB:	Dissertação

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Com a ampliação do período do levantamento de pesquisas, foi possível encontrar nos sites da CAPES e IBICT a tese intitulada *De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade do professor*, do autor Erlando da Silva Rêses, publicada em 2008 e desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, na qual há discussão acerca do sindicato docente do Rio de Janeiro, (SINPRO-Rio). A metodologia foi feita com análise de documentos e entrevistas com docentes ligados direta e indiretamente ao sindicato. O autor alerta que o sindicalismo docente foi tardio em relação aos operários. O mesmo movimento que observamos em relação às pesquisas na área sindical, a maioria delas tratam dos sindicatos das indústrias.

Embora o foco da análise seja a identidade dos professores diante do sindicato, o autor faz um longo trajeto sobre o sindicato, no qual dificulta ao leitor a identificação do *lócus* da pesquisa. Ele começa com um histórico acerca da formação dos sindicatos dos operários, até chegar ao sindicato docente e a partir deste histórico, analisa a formação heterogênea da categoria dos professores.

No estudo o autor faz também um comparativo entre o Brasil e Portugal. Segundo ele, o mutualismo teria contribuído para a formação dos sindicatos, com a diferença de que Portugal sai na frente e inicia na segunda metade do século XIX, e o Rio de Janeiro no início do século XX. Isso não significa dizer que os sindicatos substituíram as associações mutualistas. De acordo com a autora De Luca, no livro *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*, ela defende que associações mutualistas não são simples antecessoras dos sindicatos, visto que estas coexistiram com os sindicatos de forma independente.

Com relação aos descritores internacionalização e sindicalismo, encontramos uma tese de doutorado intitulada *Internacionalização do sindicalismo no Brasil: um estudo sobre setores metalúrgico e de telecomunicações*, do professor Maurício Rombaldi, do ano de 2012,

defendida no Programa de Pós-Graduação sociologia da USP. Na metodologia da pesquisa foram utilizadas 14 entrevistas semiestruturadas, além de documentos de arquivos sindicais e de materiais acadêmicos. Consideramos relevante mencionar esse trabalho aqui, por ele tratar da relação entre a internacionalização e sindicalismo, embora se refira a um sindicato de outra categoria de trabalhadores que não têm relação com a educação, contudo, consideramos que a discussão contribui para situar e compreender como a internacionalização aconteceu em outros tipos de organizações sindicais.

Outra tese de doutorado encontrada foi: *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura civil militar (1964-1978)*, da pesquisadora Larissa Rosa Corrêa, o estudo foi defendido no ano de 2013. Nesse estudo do Programa de pós-graduação História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a pesquisadora fez, mediante um estudo comparado, uma análise da atuação do sindicalismo norte-americano no Brasil no período de Ditadura Militar. De acordo com a autora, as atividades eram realizadas por dois institutos: Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL) e do Instituto Cultural do Trabalho (ICT) e financiadas pela AFL-CIO e grandes corporações norte-americanas.

Em relação às fontes pesquisadas, foram utilizadas tanto as nacionais quanto as internacionais, uma parte foi disponibilizada pelo Arquivo Nacional dos Estados Unidos, além disso, foram cruzadas fontes de outros órgãos como Departamento de Defesa ou do Tesouro, a Casa Branca, o Conselho de Segurança Nacional, a CIA e o Senado dos Estados Unidos. No Brasil, foram utilizadas fontes dos arquivos da polícia política, jornais sindicais e da grande imprensa. Além de outros documentos como recortes de jornais, relatórios, cartas de trabalhadores enviadas ao IADESIL, bem como telegramas relacionados às atividades desenvolvidas no Brasil.

A análise da pesquisa ocorreu em torno das ações sindicalistas norte-americanas voltadas para o desenvolvimento de projetos sociais e educativos na área do mundo do trabalho, incluindo os programas de intercâmbio para os Estados Unidos. De acordo com a pesquisa, essas ações tinham a função de conter o crescimento do comunismo no Brasil.

Na sequência, apresentamos a dissertação de mestrado sobre sindicalismo e educação, intitulada *Sindicalismo e Educação a Distância: contribuições da modalidade para a formação sindical*, de Flávio Marinho dos Santos, defendida no ano de 2014, no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância.

Na parte metodológica, foi feito um estudo de caso no Sindicato Trabalhadores do Serviço Público Federal da Saúde e Previdência de Pernambuco, a entidade filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Quanto ao aspecto teórico-metodológico, o estudo discute sobre o Estado, o trabalho docente, o sindicalismo, tem como base teórica o materialismo dialético. As fontes utilizadas para a pesquisa foram materiais produzidos pelo sindicato por meio de jornais, boletins, revistas, resoluções e demais documentos produzidos pelos sindicatos, foram utilizadas também entrevistas semiestruturadas.

Nesse trabalho, o autor faz uma discussão acerca de como a educação a distância pode contribuir com a formação sindical, propondo-se a identificar os potenciais dessa modalidade de ensino em relação à formação, cujo problema de pesquisa é a educação a distância enquanto possibilidade ao sindicalismo para a formação de lideranças, para tanto, expõe uma visão crítica e dialógica, pois utilizou como fundamentação teórica a perspectiva político-pedagógica de Paulo Freire.

Conforme os resultados da pesquisa, a referida modalidade de ensino se mostrou eficaz no que diz respeito à formação sindical, pois permite que um grande número de pessoas tenham acesso, dada a estrutura flexível que se adapta melhor à realidade de cada um, além da considerável redução de custos com os deslocamentos das formações, o que facilita e potencializa o acesso à formação sindical. Desse modo, observamos que a participação e a formação sindical podem acontecer de diversas maneiras. É preciso considerar que a formação sindical é uma das dimensões de atuação dos sindicatos, portanto, dialoga com a área que envolve nossa pesquisa.

Entre as teses encontradas no banco de teses e dissertações da CAPES, temos: *Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará: a Associação dos Professores do Ceará (APEOC)/sindicato e o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (SINDIUTE)*, de Danusa Mendes Almeida, do ano de 2015.

O estudo teve como metodologia a análise bibliográfico/documental e pesquisa de campo, com entrevistas semiestruturadas com 10 professores. O período pesquisado corresponde aos anos de 1962 e 1992. Este trabalho utiliza para o estudo fontes bibliográficas, documentais e pesquisa de campo, em que foram feitas entrevistas semiestruturadas, com docentes que tiveram atuação em cargos de lideranças nos sindicatos.

Nesse estudo, a pesquisadora apresenta uma discussão entre as diferenças do associativismo e do sindicalismo docente, desde a fundação de dois sindicatos docentes do Ceará, o APEOC e SINDIUTE, sendo a primeira fundada em 1960.

Autora destaca que a associação APEOC foi fundada em um período de bastante atuação do movimento docente. Posteriormente, na década de 1980, com um novo contexto político de direito à sindicalização, duas lideranças com diferentes concepções disputaram o poder, a APEOC/Sindicato, que sucedeu a associação, defendia um sindicalismo propositivo, já o SINDIUTE fazia a defesa de um sindicalismo combativo. No estudo, a autora concluiu que a formação da associação foi importante para a consolidação do que mais tarde se configurou como um dos sindicatos mais importantes do estado do Ceará.

Outra pesquisa foi a tese *Identidade profissional docente e participação sindical*, da pesquisadora Danielle Maria Vieira Alves Raposo, ano de defesa 2015. A tese foi defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. A metodologia da pesquisa contou com análise de documentos e entrevistas com professores sindicalizados e dirigentes sindicais. Nesse estudo, a autora buscou perceber se a participação dos docentes nos sindicatos possibilitou criar ou fortalecer a identidade profissional entre professores sindicalizados. O período pesquisado compreendeu os anos de 2004 a 2010.

O estudo afirma ainda que os dirigentes sindicalistas defendem que os sindicatos possuem papel importante na criação da identidade profissional. Ademais, revelou que a participação docente nos sindicatos se relaciona com a busca de garantia de direitos e melhores salários.

De acordo com a autora, a pesquisa revelou que a participação sindical não é a maior referência responsável pela identidade profissional. Nesse caso, outros fatores seriam, em conjunto, os maiores responsáveis pela formação da identidade profissional, entre eles o histórico de vida de cada um, as influências familiares, o exercício da prática profissional, o qual também foi considerado como fator de maior relevância na formação da identidade docente em detrimento da atuação sindical em si.

A tese intitulada *O papel das Organizações Internacionais e os novos movimentos sociais na negociação coletiva: os paradigmas da sociedade pós-industrial*, da pesquisadora Rogéria Gladys Sales Guerra, defendida no ano de 2015, pelo Programa de Pós-graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas/Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco. O estudo foi uma revisão de literatura, baseada nas pesquisas dos autores Maria da Glória Ghon, Manuel Castells e Carlos Montaña, acerca dos movimentos sociais.

A referida tese teve como objetivo analisar a função das organizações internacionais e a influência dos movimentos sociais nos processos de negociação trabalhista. Com isso, pesquisou a necessidade de novos fundamentos para o sindicalismo contemporâneo. O estudo

utilizou como fundamento teórico a teoria social crítica. Segundo a autora, esse novo paradigma, que os sindicatos devem assumir, contribui com o Direito Coletivo do Trabalho, contudo, a tese não deixa bem definida sobre qual concepção considera que o sindicalismo precisa de novas bases, apenas pontua problemas estruturais que são característicos do sistema capitalista, como a precarização nas relações de trabalho, o crescente desemprego estrutural, entre outros.

A tese apresenta um panorama acerca das organizações internacionais, bem como dos sindicatos e movimentos sociais, entretanto, as conclusões do estudo não ficam explícitas, assim como a maneira como fundamentou a tese de que os sindicatos precisam se reestruturar, não define de forma sustentada como deveria ser esta reestruturação e também não apresenta os dados que levaram à conclusão de que tais mudanças são necessárias. Ademais, não apresenta as ações de intervenção dos sindicatos frente à conjuntura política e econômica de ataque aos direitos trabalhistas.

Outro trabalho que encontramos foi *Movimento sindical e Educação: a formação política e a qualificação técnica propostas pela Federação dos Empregados Rurais assalariados do estado de São Paulo*, da pesquisadora Samila Bernardi do Vale Lopes, do ano de 2016, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. A metodologia da pesquisa foi feita com base em levantamento e análise bibliográfica, de panfletos, boletins e notícias, tanto impressas, quanto digitais. Foi utilizado como fundamento teórico o materialismo histórico.

Neste estudo foi feita uma análise acerca da formação ofertada aos trabalhadores, segundo a autora, apesar da conjuntura política de desafios impostos pelo capital, houve uma maior ênfase na qualificação técnica em relação à formação política dos trabalhadores. Apesar da ênfase dada à questão técnica, a pesquisa revelou que os trabalhadores tiveram acesso também a conteúdos de formação política, o que levou a pesquisadora a concluir que a formação técnica foi utilizada como uma estratégia para aproximar os trabalhadores dos sindicatos.

As teses e dissertações que discutem sindicalismo são em número maior do que as que tratam da internacionalização relacionada ao universo do trabalho. Na pesquisa que apresentamos agora, embora tenhamos sentido dificuldades em discutir as ideias do autor, devido a lacunas que deixadas no texto da tese, ainda assim, decidimos por apresentá-la aqui, pois ela se relaciona com o universo de nossa pesquisa. Além disso, respeitamos os critérios delimitados de pesquisa dos descritores, conforme já explicamos no início deste capítulo.

A tese *Sindicalismo Brasileiro: os impactos da Organização Internacional do Trabalho na mudança de paradigmas das relações laborais*, do pesquisador Francisco José Gomes da

Silva, são do ano de 2016, do Programa de Pós-graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal de Fortaleza (UNIFOR). De acordo com o autor, a metodologia é lógico-dedutiva, que se baseou em estudo de concepções doutrinárias e jurisprudenciais e de dispositivos legais, trata-se de um estudo de caráter bibliográfico.

A pesquisa apresenta uma discussão sobre os impactos da OIT, no que diz respeito às relações de trabalho no Brasil, principalmente ao direito de representação dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Porém, o autor não deixa claro, no texto, o que ele considera como direito de representação. O estudo diz também pretender pesquisar sobre a liberdade sindical plena que, segundo ele, é aspiração dos trabalhadores brasileiros. Como o autor não explica a que categoria de trabalhadores ele se refere, o texto dá a entender que todos os trabalhadores buscam as mesmas coisas, o que demonstra ser uma generalização que perde de vista as peculiaridades que permeiam os sindicatos. Além disso, ele também não explica o que seria essa liberdade plena que, segundo ele, os trabalhadores almejam.

A generalização desconsidera a noção de processo histórico e de constituição de identidades profissionais que vão, ao longo do tempo, constituindo e caracterizando os sindicatos que, mesmo dentro de uma mesma categoria profissional, distinguem-se muito. Se pensarmos no universo de trabalhadores de diferentes funções, esse hiato se torna ainda maior.

O texto também aparece permeado de termos jurídicos que não são esclarecidos nem mesmo em notas de rodapé. Ademais, a delimitação do tema é muito ampla, por isso, é possível que o leitor se perca nos objetivos do trabalho. Ao invés de apresentar resultados de pesquisa, o autor traz sugestões de como o trabalho deve ser valorizado e afirma que o direito sindical precisa passar por uma evolução, mas como acontece em outras partes do texto, também não fica claro o que ele avalia como evolução, por se tratar de uma tese de doutorado, o uso e sentido atribuído às expressões que ele utiliza precisam ser definidas e delimitadas, para evitar que o leitor não observe a polissemia dos termos. Além disso, importa deixar claro qual concepção teórica o autor segue.

Silva (2016) faz, ainda, uma comparação entre o sindicalismo de Portugal e Espanha em relação ao Brasil, e afirma que há semelhanças, pois, trata-se de movimentos sindicais de caráter autoritário-corporativo, outra expressão que também não é desenvolvida nem explicada pelo autor. Desse modo, deixamos aqui o registro da pesquisa e apresentamos algumas críticas referentes às lacunas que encontramos ao longo do texto.

Outra pesquisa que encontramos no *site* da CAPES que discute a questão sindical foi a tese de doutorado *História da Educação Brasileira e seus personagens invisíveis – práticas sindicais e políticas do sindicato dos funcionários e servidores da educação do estado de São*

Paulo – AFUSE (1978-1992), da autora Miriam Maria Bernardi Miguel, do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) de São Paulo, do ano de 2016. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que utilizou como fonte artigos acadêmicos, bem como teses e dissertações, além de documentos como jornais, panfletos, cartazes, boletins, além de entrevistas com os sindicalistas.

Nesse estudo, a pesquisadora se propõe a pesquisar a invisibilidade da presença da associação dos funcionários e servidores da educação (AFUSE), contudo, no texto não apresenta uma definição sobre o porquê de considerar que o sindicato é invisível, para quem, em que contexto, invisível com relação a que.

O texto não situa o sindicato para poder fazer tal afirmação, por outro lado, buscar fazer uma análise histórica para tentar situar o sindicato dentro da história da educação. Entretanto, o que encontramos foi uma comparação direta de elementos históricos com o objeto de estudo. A autora trata de diferentes períodos da história de forma bem ampla e não deixa claro porque faz todo um panorama histórico, o que, ao longo do texto, fica desconectado do tema.

A autora afirma ainda trabalhar com a perspectiva do materialismo histórico, mas apresenta sua análise de forma muito superficial e carregada de juízos de valor, parece mais comprometida em exaltar a importância do sindicato do que analisar sua atuação e situar no período histórico no qual ele se estabelece. Apesar das fragilidades pontuadas, a pesquisa apresenta elementos acerca das práticas do sindicato, o que é interessante à medida que nos permite fazer algumas comparações. Embora não seja o foco principal desta pesquisa, entender a lógica de funcionamento dos sindicatos é importante para delimitar a análise de como as organizações atuam em determinado segmento, no caso, a internacionalização, os diálogos com outras pesquisas que se aproximam do tema, os quais ajudam a entender as lacunas nas quais nosso objeto de estudo busca atuar.

A pesquisa seguinte que apresentamos foi: *O surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) frente ao processo de resistências e adaptações do movimento sindical no Brasil à lógica do capital*, do pesquisador Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior, também do ano de 2016. O estudo faz parte do Programa de Pós-graduação História da Universidade Federal de Uberlândia, trata-se de uma dissertação de mestrado.

Foram utilizados, como fontes para a pesquisa, documentos internos e boletins sindicais da CONLUTAS, boletins de sindicatos filiados ao CONLUTAS, boletins sindicais de outras organizações nacionais como a CUT e a INTERSINDICAL, convocatórias e cadernos de resoluções congressuais, textos partidários, panfletos, revistas, fotos, vídeos e *sites* eletrônicos. Foram feitas também entrevistas com dirigentes políticos nacionais da CONLUTAS.

O foco de estudo foi analisar como ocorreu o processo de organização dos trabalhadores em torno da CONLUTAS, entre os anos de 2003 a 2008. A pesquisa se propõe a fazer um diálogo interessante sobre a trajetória da CONLUTAS, traz informações relevantes acerca das relações que envolvem a referida organização, embora não deixe clara sua problematização. Ora diz pretender tratar do surgimento, ora da trajetória, mas ainda assim registramos aqui a importância do tema, visto que se trata de uma organização que possui uma atuação relevante junto ao cenário político de organização dos trabalhadores.

Acerca de sindicato e internacionalização, encontramos a dissertação de mestrado: *A luta internacional dos trabalhadores em educação: um estudo sobre os sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina*, da pesquisadora Sandra Regina Severo Kasper, do ano de 2017, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Foz do Iguaçu.

A perspectiva teórica adotada foi o materialismo histórico, as fontes utilizadas foram entrevistas e análise documental. Assim, diante desses recursos, foi feito um estudo comparativo, no qual a pesquisadora concluiu que as ações de internacionalização são poucas e esparsas, que se materializam por meio de reuniões, encontros, além da participação em seminários e congressos. Trata-se de um estudo comparado entre os três países mencionados no título da dissertação. A pesquisa verificou se há articulação internacionalista entre os sindicatos de trabalhadores da educação pública desses países.

Para isto, foram analisadas as estruturas de organização formal da Unión Nacional de Educadores, Sindicato Nacional, Comité de Base Ciudad del Este-Alto Paraná-Paraguai (UNE-SN-CDE), da APP-Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná-núcleo sindical de Foz do Iguaçu-Paraná-Brasil (APP-FI) e da Unión de docentes de la provincia de Misiones (U.D.P.M.-PI) Departamento Sindical de Puerto Iguazú-Misiones-Argentina.

Outra pesquisa encontrada foi a tese de doutorado intitulada: *Sindicalismo e educação no estado do Pará: as repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente*, da pesquisadora Sílvia Letícia D'Oliveira da Luz, defendida no ano de 2017, pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Trata-se de uma tese de doutorado orientada pela professora doutora Olgaízes Cabral Maués.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizados levantamento de documentos, além de entrevistas. Utilizou também como recurso metodológico a coleta de dados quantitativos e qualitativos, entrevistas semiestruturadas, o objetivo foi fazer uma análise teórico-empírica dos documentos e dos materiais produzidos com as entrevistas.

A referida pesquisa trata do papel do sindicato da educação pública do estado do Pará (SINTEPP), no que diz respeito às ações de valorização docente entre os anos de 2003 e 2016, de acordo com a autora, a problematização se constituiu em torno dos questionamentos acerca da efetividade das ações sindicais em face do seu papel de defesa dos interesses dos trabalhadores.

O estudo destacou também alguns aspectos referentes ao papel do sindicalismo diante da crise do sistema capitalista, bem como a aproximação dos sindicatos às instituições, que ocorreu no período em que o Partido dos Trabalhadores assumiu o poder no governo federal. Os sindicatos passaram a enfrentar uma crise de identidade diante da necessidade de enfrentar as demandas do capital, o que gerou um distanciamento dos dirigentes com relação às bases e um descrédito dos sindicatos, isso criou um enfraquecimento na organização das lutas em busca da valorização docente. Esse estudo traz elementos que dizem respeito à realidade enfrentada por muitos sindicatos, que é a dificuldade de aproximação com as bases diante das dificuldades de enfrentamento às demandas do capital.

Outra tese de doutorado que encontramos para dialogar com nossa pesquisa foi: *Gramsci e a educação no Brasil: uma contribuição para o estudo do sindicalismo docente*, da pesquisadora Maria Pavani da Silva Gomes, defendida em 2017, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo. Os dados levantados foram analisados tomando como referência as categorias de análise de Gramsci. Para isto, foi realizada pesquisa de campo, com intuito de investigar as concepções ideológicas dentro dos sindicatos docentes, foram utilizadas coletas de dados por intermédio de entrevistas semiestruturadas.

O estudo discute como a categoria dos professores se percebe como intelectuais da classe média. A análise foi feita em função das categorias definidas por Gramsci. O objetivo do trabalho foi discutir as concepções ideológicas dos professores diante da realidade do trabalho docente, bem como das formas de atuação dos sindicatos. Para desenvolver a análise, utilizou como fonte de pesquisa documentos, jornais, bem como entrevistas com sindicalistas.

Segundo a autora, o estudo revelou que os docentes não se percebem como intelectuais orgânicos⁷ da classe trabalhadora. Ela argumenta que isso ocorre devido ao fato de que o imaginário dos professores é permeado por concepções ideológicas típicas da classe média. Ao longo do texto, a autora apresenta, além do conceito de intelectual orgânico, uma definição do

⁷ Intelectual Orgânico, termo utilizado por Gramsci, para caracterizar o intelectual que se mantém ligado à sua classe de origem, atuando como uma espécie de porta-voz dela. Contudo, é importante salientar que não necessariamente o intelectual orgânico representa o proletariado, ele pode também vir a representar o burguês, assim como o intelectual tradicional pode ser um revolucionário.

que entende por classe média com base na autora Maria Lúcia Boneli, além disso, faz um histórico para tentar delimitar a origem do termo e como se constituiu, uma vez que esta é uma discussão importante para a análise que a pesquisa se propõe a fazer.

Além das agências nacionais de fomento e divulgação de pesquisas acadêmicas, realizamos também um levantamento acerca dos trabalhos produzidos na área, nos Programas de Educação e Administração da UFBA, por considerarmos importante dialogar com pesquisadores locais. Para isso, utilizamos os mesmos descritores. Contudo, não foram encontrados trabalhos na área que pudéssemos trazer para a discussão.

No Programa de Pós-graduação em Educação da UFBA encontramos a tese de doutorado: *Perspectiva da internacionalização em casa e interculturalidade crítica como processo de globalização contra - hegemônica potencializada pelas TICs: caso em rede*. (tradução nossa), no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC) da UNEB: *As Jornadas em Cartaz na Formação de Professores/as*, já no Programa de Administração, encontramos alguns trabalhos que discutem o tema da internacionalização, mas como o foco dos estudos encontrados eram bastante distintos do que discutimos aqui, decidimos não os mencionar para evitar fugirmos do tema.

Trazemos também aqui mais dois trabalhos, uma tese de doutorado e uma dissertação de mestrado, embora os descritores destes tenham sido diferentes dos critérios aqui estabelecidos, visto que estavam fora do período anual delimitado para o levantamento de pesquisa do estado do conhecimento, avaliamos ser relevante apresentá-los, devido ao potencial de diálogo com o tema da pesquisa.

A tese de doutorado que trazemos aqui foi *Perspectiva da internacionalização em casa e interculturalidade crítica como processo de globalização contra-hegemônica potencializada pelas TICs: caso em rede*, da pesquisadora Georgina Ivett Durán Jiménez, defendida em 2019, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA. O estudo teve como palavras-chave: Universidade, Internacionalização do ensino superior, Internacionalização em casa, Interculturalidade crítica, TIC e Transdisciplinaridade.

A referida pesquisa tem caráter qualitativo, de acordo com a autora, a metodologia se baseia na pesquisa-ação, na etnografia virtual e na bricolagem, a proposta é entender como que a internacionalização perante uma perspectiva de rede, com base nas tecnologias de informação e comunicação (TICs) promovem processos socioculturais e desenvolvem práticas de interculturalidade entre docentes e discentes universitários.

O estudo foi encontrado no repositório de teses da UFBA. A referida pesquisa discute acerca da internacionalização no contexto da educação por meio das TICs (Tecnologias de

Informação e Comunicação). Como mencionado, embora a pesquisa não tenha entrado no Estado do conhecimento, pois foi publicada fora do período definido nos critérios do levantamento de pesquisa, decidimos apresentá-la aqui devido à relevância do tema para dialogar com nosso estudo.

Participaram da pesquisa, três professores universitários de países diferentes: do Brasil, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), na Universidade Veracruzana, na Venezuela e na Universidade Católica de Temuco, no Chile. Cada professor participante da pesquisa possui um grupo de alunos. A pesquisa foi feita em quatro fases por meio de encontros virtuais com os participantes.

O outro trabalho anunciado foi a dissertação de mestrado: *As Jornadas em Cartaz na Formação de Professores/as*, da pesquisadora Cristina Kavalkievicz, do ano de 2010, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a pesquisa teve como palavras-chave: Formação de Professores, Ação Sindical e Jornada Pedagógica.

A pesquisa possui caráter qualitativo, com abordagem dialética, em que foram utilizadas para a pesquisa fontes primárias e secundárias, levantamento de informações documentais, uso de entrevistas semiestruturadas, com dirigentes, ex-dirigentes e docentes que compõe a base sindical. Trata-se de uma análise acerca das Jornadas Pedagógicas que eram organizadas e coordenadas pelo Sindicato dos Professores no Estado da Bahia no período 1989/2009.

O estudo demonstrou que as Jornadas Pedagógicas oferecidas pelo sindicato pesquisado conseguiram efetivamente promover a formação de docentes conforme se propunha a realizar. Com o levantamento de pesquisas e ampliação do período delimitado, foi possível percebermos a diversidade de estudos na área, bem como as lacunas que ainda existem sobre pesquisas que envolvam os sindicatos e a internacionalização, isso revela um campo vasto de possibilidades de estudos que podem ser explorados pelos pesquisadores, dada a relevância que a atuação sindical tem junto às organizações internacionais que representam a classe trabalhadora, pois consideramos que o tipo de trabalho desenvolvido pelos sindicatos se fortalece quando os trabalhadores se unem nacional e internacionalmente.

3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SINDICALISMO DOCENTE E SEUS DESAFIOS

Neste capítulo discutimos algumas questões teóricas e históricas que envolvem a formação do sindicalismo contemporâneo por meio de uma reflexão histórica que nos permita analisar o objeto de estudo diante da concepção da totalidade⁸.

A abordagem por intermédio da totalidade é importante para conceituarmos contrastivamente o sindicalismo contemporâneo docente e internacional. Com isso, buscamos contribuir com a análise e contextualização das organizações sindicais docentes, que é o foco de nosso trabalho. Deste modo, decidimos mencionar os aspectos que consideramos importantes para contribuir com a reflexão sobre o sindicalismo na atualidade e também situá-lo em uma concepção de totalidade. Para compreendermos as entidades sindicais na atualidade, devemos situá-las em um contexto mais amplo de totalidade, ou seja, precisamos remontar ao processo de formação dos sindicatos.

Deste modo, ao analisarmos o sindicalismo diante da perspectiva histórica, decidimos por discutir o contexto geral de quando iniciaram as manifestações de trabalhadores⁹, com ênfase na formação dos sindicatos de docentes do serviço público e privado, de modo que assim fosse possível compreender o movimento docente desde sua formação.

A origem da formação sindical é bastante complexa e remonta ao período anterior à Revolução Industrial. Marcada pela repressão às suas atividades, os sindicatos só puderam desenvolver suas atividades, de forma mais efetiva, sem sofrer duras repressões, somente depois que uma lei votada pelo Parlamento Inglês, em 1824, que concedeu o direito de livre associação¹⁰.

Ao discutirmos as origens da classe trabalhadora, interessa-nos definir o conceito do que consideramos como classe. Para isso, utilizamos o conceito de Thompson (1997 p. 09-10), no qual afirma que classe é:

Um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da existência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura.

⁸ Aprofundamos o conceito de totalidade que compõe a dialética no Capítulo 5, subseção 5.2 Pesquisa contrastiva diante da totalidade, contradição e mediação.

⁹ A respeito das primeiras manifestações de trabalhadores, sobre ludismo *vide* Borges (2006), o autor explica acerca da importância do movimento ludista na formação do movimento dos trabalhadores.

¹⁰ Sobre as primeiras associações de auxílio-mútuo e os primeiros sindicatos, *vide* Thompson (1987) no livro: *A formação da classe operária inglesa*.

O autor explica ainda que a classe acontece quando algumas pessoas, diante do resultado das experiências que têm em comum, sentem uma identificação que as une, em contraposição a outros, entre os quais os interesses divergem ou se opõem. Assim, temos a consciência de classe, a qual se delimita quando:

As experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempo e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON, 1997, p. 10).

Neste sentido, podemos entender que a constituição dos sindicatos tem relação com a formação da classe trabalhadora e a luta operária com o processo de consciência de classe. Para analisarmos o sindicalismo, no que diz respeito ao histórico do movimento docente, devemos considerar sua heterogeneidade. Desde sua origem, o sindicalismo passou por muitas modificações, sua trajetória foi bastante heterogênea, principalmente se considerarmos que estes foram constituídos por trabalhadores de diferentes categorias profissionais. De modo que enquanto muitos profissionais exercem funções técnicas e trabalhos manuais, como os operários, outros desenvolvem trabalhos intelectuais, como é o caso dos professores, isto faz com que o trabalho dos sindicatos e suas pautas de lutas sejam distintas. Podemos mencionar também que, dentro da categoria dos docentes, há mais especificidades que contrastam os perfis dos trabalhadores, mesmo dentro de uma mesma categoria profissional. No caso desta pesquisa, entre os docentes que atuam nos níveis de ensino básico e superior, das redes pública e privada.

Para entendermos melhor o sindicalismo feito atualmente pela classe trabalhadora, novamente fazemos referência às suas origens, para isto, remontamos à Revolução Industrial Inglesa do século XVIII. Neste sentido, Thompson (1987) explica que todo o processo de mudança das pessoas do campo para as fábricas ocorreu, em parte, pela expectativa em relação aos salários, ao mesmo tempo em que as fábricas recebiam estes trabalhadores nas cidades, a indústria rural entrava em decadência¹¹.

No período da Revolução Industrial, quando não havia qualquer forma de regulamentação trabalhista, era frequente os operários trabalharem até a completa exaustão. De modo que muitos destes enfrentavam um cenário desolador, com longas horas de trabalho em condições insalubres, sem qualquer tipo de regulamentação que assegurasse seus direitos. Estes

¹¹ Mais detalhes sobre os movimentos de trabalhadores provocados pela situação da classe trabalhadora no meio rural e as expectativas em relação às indústrias, vide Thompson (1987).

trabalhadores eram formados por homens, além de mulheres e crianças, estas eram consideradas como uma força de trabalho mais atrativa, pois recebiam salários ainda mais baixos que os homens. Para Thompson (1987, p. 345-346), o que ocorreu foi uma:

[...] violência contra a natureza humana, de acordo com uma certa perspectiva, esta violência pode ser considerada como resultado da ânsia pelo lucro, numa época em que a cobiça dos proprietários dos meios de produção estava livre das antigas restrições e não tinha sido ainda limitada pelos novos instrumentos de controle social. Sob esta ótica podemos classificá-la como a violência da classe capitalista, exatamente como fez Marx. Numa outra perspectiva, ela resume-se na brusca diferenciação tecnológica entre o trabalho e a vida.

Diante de condições de trabalho tão insalubres, acabaram por serem criadas as condições para que os trabalhadores inconformados se mobilizassem em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Este contexto facilitou a organização dos trabalhadores em sindicatos, assim como ocorreu em períodos anteriores à Revolução Industrial, quando as entidades eram formadas basicamente por artesãos, marceneiros, pedreiros, entre outros. As manifestações de trabalhadores são geralmente marcadas por atos como greves e passeatas nas ruas que, em sua maioria, eram e ainda são duramente reprimidas.

A classe operária, rapidamente, começou a exigir a diminuição das horas de trabalho. Em todos os países onde havia fábricas e oficinas, os operários organizaram revoltas por essa reivindicação mínima. Ninguém aguentava trabalhar 14 ou 16 horas por dia durante sete dias por semana, durante o ano inteiro. [...] a redução da jornada de trabalho foi só a primeira reivindicação. Os trabalhadores não queriam morrer esgotados de tanto trabalhar. Duas outras reivindicações vieram em seguida: ter um salário que permitisse alimentar a família e não ficar desamparado devido a acidentes de trabalho provocado pelas máquinas (GIANNOTTI, 2007, p. 28).

Com o crescimento do movimento operário, houve, também, durante o século XIX e XX, movimentos de trabalhadores simpatizantes às ideias de caráter socialistas. No ano de 1848, foi publicado o Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels. É importante salientar que Marx considerava importante a dimensão da luta internacionalista entre os trabalhadores. De acordo com Bottomore (2001, p. 199),

O internacionalismo teve importância fundamental para o pensamento e a atividade de Marx e Engels, que deram uma base de classe (o internacionalismo proletário) à ideia da fraternidade humana proclamada pela Revolução Francesa.

Assim, foi criada a Associação Internacional dos Trabalhadores, ou a Primeira Internacional, em 1864. Apesar dos esforços empreendidos e do reconhecimento da importância de união entre os trabalhadores de todos os países, as tentativas dos trabalhadores de avançar no processo de internacionalização não aconteceu como haviam planejado. As primeiras iniciativas ocorreram de forma espontânea.

Como nesta pesquisa, o *locus* está situado na internacionalização das entidades sindicais de educação na atualidade. Consideramos relevante apresentar uma breve discussão histórica acerca das tentativas de unir internacionalmente a classe trabalhadora, que aconteceu por intermédio das internacionais comunistas.

A respeito da Primeira Internacional, Bottomore (2001, p. 311) explica que a

Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876) – a primeira internacional - foi uma federação internacional das organizações da classe trabalhadora de vários países da Europa Central e Ocidental, onde o movimento operário estava renascendo, na década de 1860, após as derrotas de 1848-1849. Embora tenha sido fundada pelos esforços espontâneos dos trabalhadores de Londres e Paris, que manifestavam sua solidariedade com o levante nacional polonês de 1863, Marx (de 1864 a 1872) e Engels (de 1870 a 1872) iriam desempenhar o papel chave em sua liderança.

Para o autor, a Segunda Internacional (1889-1914) teve maior adesão entre os trabalhadores do que a anterior, embora a concepção política predominante fosse o marxismo, haviam também outras influências como o anarquismo. Os congressos aconteciam a cada dois ou quatro anos, tinham como objetivos principais, além de discutir questões em comum, planejar atos pelo mundo, como exemplo, as manifestações do dia primeiro de maio, com bandeiras como a regulamentação de 8 horas de trabalho. Contudo, com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Segunda Internacional foi dissolvida.

Somente após o fim da Primeira Guerra Mundial, foi possível organizar a Terceira Internacional (1919-1943), no mesmo ano de fundação da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹², o intuito foi estabelecer normas universais, por meio de convenções e recomendações para mediar as relações entre capital e trabalho. A Terceira Internacional, também conhecida como Internacional Comunista, foi fundada em Moscou pelos bolcheviques, em um contexto de forte agitação política.

Destacamos a Convenção 087 que trata da Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização, de acordo com informações do *site* da OIT, esta Convenção foi aprovada no ano de 1948, ocasião em que foi realizada a Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em São Francisco. Foram aprovadas várias propostas referentes aos direitos e à liberdade sindical. Deste modo, defende os direitos à liberdade que empregados e

¹² A organização Internacional do Trabalho (OIT) foi fundada em 1919 e possui estrutura tripartite, ou seja, participam em situação de igualdade, representantes de governo, de organizações de empregadores e, também, de trabalhadores de 183 Estados-membros. O Brasil faz parte desde sua fundação, que ocorreu um ano após a Primeira Guerra Mundial, possui sede em Genebra. Entre suas atribuições está a de formular e aplicar normas internacionais para o trabalho, por meio de convenções, recomendações, resoluções, protocolos e declarações. Anualmente a OIT se reúne na Conferência Internacional do Trabalho (CIT), que é a instância máxima de deliberação da OIT.

empregadores¹³ têm em se sindicalizarem livremente, expressarem suas opiniões, bem como buscarem assegurar melhorias nas condições de trabalho. Pautas que até a atualidade se constituem bandeiras de lutas dos sindicatos e que ainda são desrespeitadas. O objetivo foi estabelecer uma regulamentação internacional, deste modo, foram estabelecidos critérios que asseguram a liberdade e o direito à criação de organização para os trabalhadores, também, empregadores, com objetivo de defender seus interesses, sem intervenção do poder público.

Quanto à Terceira Internacional, esta começou com clima de otimismo, com o discurso de Lenin, cujo propósito foi a superação do capitalismo e a ditadura do proletariado. Contudo, logo começaram a enfrentar instabilidades com o membros social-democratas, de modo que diante da ameaça de nova dissolução da Internacional, decidiram assumir uma postura centralizadora para aumentar o controle, bem como o estabelecimento de regras mais rígidas para os membros participantes. Após a morte de Lênin, tiveram poucos congressos, os quais, posteriormente, foram dissolvidos “em junho de 1943 por proposta de seu Presidium, com o argumento de que as condições diferentes sob as quais o movimento comunista internacional tinha agora de operar tornavam sua direção impossível por um centro internacional” (BOTTOMORE, 2001, p. 316).

A Quarta Internacional, fundada em 1938, contou com uma participação bem menos numerosa e expressiva, foi comandada por Trotski, com destaque para as críticas às contradições das Segunda e Terceira Internacionais.

Apesar dos desafios e das dificuldades nas tentativas de promover as quatro Internacionais, o princípio do internacionalismo entre a classe trabalhadora não foi abandonado, na verdade, está presente nos princípios das entidades sindicais aqui pesquisadas e manifestado nas atividades de internacionalização que cada uma realiza.

Outro ponto importante é definirmos o que consideramos como classe trabalhadora, deste modo, apresentamos o conceito de Thompson (1997). Para o autor, trata-se de um fenômeno histórico, que carrega em si a noção de relação histórica, ou seja,

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus. A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente (THOMPSON, 1997, p. 10).

¹³ Existem dois tipos de sindicatos, os patronais e os profissionais, que representam respectivamente os direitos dos empregadores e trabalhadores.

Desta forma, as experiências dos trabalhadores, que estavam relacionadas às más condições de trabalho, produziram uma determinada identidade que, por sua vez, gerou insatisfações e, conseqüentemente, um clima favorável para a organização dos operários em busca de melhorar as condições de realização das atividades laborativas, como salários, regulamentação na carga horária de trabalho. Ou seja, o acirramento das contradições sociais criou o ambiente propício para que os operários começassem a se unir, no sentido de se rebelarem contra a realidade laboral a qual estavam submetidos. De acordo com Bobbio (1998, p. 1150), o sindicalismo:

É um fenômeno complexo e contraditório. Ele nasce, de fato, como reação à situação dos trabalhadores na indústria capitalista, mas constitui também uma força transformadora de toda a sociedade. Traduzisse em organizações que gradualmente se submetem às regras de uma determinada sociedade, mas é sustentado por fins que transcendem as próprias organizações e que frequentemente entram em choque com elas. Gera e alimenta o conflito dentro e fora da empresa, mas canaliza a participação social e política de grandes massas, contribuindo para integrá-las na sociedade.

Neste contexto, tiveram início os primeiros sindicatos na Inglaterra, ou seja, as primeiras experiências sindicais só puderam se efetivar devido à capacidade dos trabalhadores em se unirem em torno de determinados objetivos. Essa organização se formou em razão de experiências que são socialmente compartilhadas e se constituem pelas suas vivências. Thompson (1997, p. 11-12) explica que os resultados têm relação com questões históricas. Nas palavras do autor:

A questão é como o indivíduo veio a ocupar esse “papel social” e como a organização social específica (com seus direitos de propriedade e estrutura de autoridade) aí chegou. Estas questões são históricas. Se determos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história.

Diante dessas afirmações de Thompson (1997), podemos compreender que as características e especificidades de cada organização de trabalhadores ocorrem em função das vivências que os diferentes momentos históricos e experiências possibilitam. Com isso, observamos como foram os diferentes caminhos e sentidos que os sindicatos seguiram ao longo dos anos, tanto com relação aos momentos históricos nos quais estavam situados, quanto às categorias de trabalhadores. Entre as várias formas de organização dos trabalhadores, haviam as chamadas associações de socorro mútuo, constituídas por diversos grupos sociais¹⁴.

¹⁴ Mais informações sobre associações de socorro mútuo *vide* Batalha e Cord (2015).

O sindicalismo cresceu em todo o mundo, embora tenha se configurado de diferentes formas, devido às mudanças históricas e às diferenças culturais nas quais o sindicalismo se desenvolveu. Além disso, os tipos de ocupações laborativas, bem como de vínculos empregatícios (privado ou público) são questões que tornam o sindicalismo complexo e cheio de particularidades. De acordo com Rodrigues (2009, p. 79-80),

O setor dos empregados das *empresas estatais*, como siderurgias, petroquímicas, ferrovias, usinas elétricas, minas, transportes públicos, cujas atividades e qualificações, em princípio, não diferem das existentes nos mesmos ramos de atividade de empresas do setor privado. Aí podem estar engenheiros, técnicos, telefonistas, escriturários, operários e outras categorias profissionais e ocupacionais equivalentes às que existem no funcionalismo e no setor privado. A diferença, no caso, viria do tipo de empregador (público ou privado), diferença que pode acarretar discrepâncias fortes no que toca a salários e benefícios ao fazer com que o empregado pertença a um setor “protegido” ou um a setor sujeito à concorrência. (Também aqui, as privatizações tendem a reduzir a parcela de trabalhadores “protegidos”.) Do ponto de vista da organização sindical, o quadro pode resultar bastante complexo. Sindicatos de profissionais liberais (como de médicos, advogados, professores) podem incluir tanto o pessoal do setor privado como o do setor público e até mesmo autônomo. Do mesmo modo, alguns sindicatos de trabalhadores manuais podem filiar tanto os trabalhadores do segmento privado como os do estatal. Essa possibilidade gera associações mistas, que reúnem empregados de funções semelhantes com relações empregatícias e status profissional discrepantes em termos de salários, benefícios, direitos e condições de trabalho, como é o caso de professores, dos bancários e outros grupos profissionais de estabelecimentos privados ou públicos.

Essas diferenças entre as realidades vivenciadas por trabalhadores pertencentes a uma mesma categoria são bem evidentes entre as três organizações sindicais aqui pesquisadas, CNTE, ANDES-SN e Contee, pois como mencionado anteriormente, as condições de trabalho, salários e direitos trabalhistas, no geral, oscilam bastante. Essas disparidades acabam por influenciar a forma como cada organização se forma e desenvolve as atividades sindicais.

Ao discutirmos sobre o papel dos sindicatos, devemos considerar também que estes são um produto da sociedade capitalista e que suas experiências são marcadas por contradições e conflitos de interesses, principalmente entre patrões e empregados. Devido a uma estrutura complexa e contraditória, é comum haver conflitos de interesses dentro de uma mesma categoria de profissionais, às vezes, isso acontece apenas por se tratar de trabalhadores de regiões diferentes. Contudo, quando se trata de relações de trabalho, a posição do trabalhador é sempre a mais frágil, por isso, a representação sindical representa uma importante aliada dos trabalhadores.

Os sindicatos são um produto do processo de resistência dos trabalhadores às condições de trabalho desfavoráveis constituídas em função do modo de produção capitalista. Isso pode ser percebido na afirmação de Boito (2007, 174):

As sociedades de classe pré-capitalistas não comportam, portanto, um movimento social reivindicatório dos produtores diretos. Os produtores devem limitar-se à passividade e à resistência difusa, mais ou menos individualizada, ou, sendo as circunstâncias históricas favoráveis, sublevar-se, seja no plano local para tentar obter reformas, seja num plano mais amplo, em guerra civil, que pode, ou não, integrar-se a um processo revolucionário. Expusemos as razões dessa oscilação entre a desorganização e a sublevação. O conceito de modo de produção ampliado é eficaz para detectá-las porque tais razões se encontram tanto na infra-estrutura econômica quanto na superestrutura jurídico-política dos modos de produção pré-capitalistas. As forças produtivas próprias dos modos de produção pré-capitalistas dificultam, embora não impossibilitem, qualquer tipo de organização e de luta coletiva desses produtores. Já as relações de produção e a superestrutura jurídico-política desses mesmos modos de produção impedem a organização dos produtores, inclusive para lutar por meras reformas. Reivindicar é, independentemente do conteúdo da reivindicação, afirma-se como sujeito de direitos e, portanto, contestar a sujeição pessoal, que é o que garante a exploração de classe nos modos de produção pré-capitalistas. Se, numa formação social pré-capitalista, as circunstâncias históricas propiciarem a formação de um movimento reivindicatório dos produtores diretos, esse fato, externo à estrutura dos modos de produção pré-capitalistas, significará que essa formação social encontra-se em crise: ou o movimento é reprimido e eliminado, ou, mesmo que tal movimento pretenda manter-se apenas no plano das reivindicações e das reformas, ele acabará promovendo uma revolução.

A definição de sindicalismo é difícil de estabelecer como uma unidade, devido à complexidade que envolve os diferentes perfis de trabalhadores, ou seja, cada categoria profissional desenvolve um sindicalismo com características e especificidades próprias, que se relaciona não apenas às demandas e reivindicações dos trabalhadores, como também à sua formação.

No que tange ao movimento de trabalhadores da atualidade, que atua dentro da estrutura de modelo de produção capitalista, Boito (2007) afirma que é possível organizar os trabalhadores de forma que consigam lutar pelos seus direitos, conforme explica abaixo:

A existência de um movimento reivindicatório estável, organizado e socialmente legítimo dos produtores diretos no modo de produção capitalista é uma possibilidade virtualmente contida na macroestrutura desse modo de produção, na qual se articulam uma infraestrutura econômica dotada de produção socializada operada pelo trabalhador coletivo e uma superestrutura jurídico-política produtora de ilusão de um coletivo nacional de indivíduos livres e iguais (BOITO, 2007, p. 177).

Deste modo, para que haja um crescimento do movimento sindical, é preciso ter condições estruturais, além da consciência e da capacidade de organização dos trabalhadores. No caso dos sindicatos, conforme já mencionado, o desenvolvimento ocorreu de forma heterogênea, os trabalhadores enfrentaram dificuldades em diferentes momentos, ampliaram seu campo de atuação e passaram a atender diversas categorias de trabalhadores. A ampliação da atuação sindical fez com que eles adquirissem características mais complexas como temos atualmente. Além disso, os objetivos dos sindicatos foram se alterando de acordo com as mudanças históricas vivenciadas pelos trabalhadores.

Os sindicatos, devido às suas condições de entidades que atuam em uma estrutura capitalista, possuem limitações que são próprias de seu espaço de atuação, o que os coloca no limiar da contradição entre o capital e o trabalho, uma vez que, embora se tratem de organizações que visam a atender aos interesses dos trabalhadores, estão submetidos à sociedade capitalista.

As funções sindicais podem ser variadas, para Boito (2007), o movimento sindical pode se constituir em um simples difusor de ideologias burguesas, isto quando este se mantém estruturalmente atrelado à ideologia capitalista, limitando-se apenas a buscar pequenos e pontuais benefícios aos trabalhadores, isto inclusive, ajuda a manter a estrutura do modo de produção capitalista com sua estrutura que explora o trabalhador. As benesses pontuais, muitas vezes, são utilizadas como forma de reduzir o sentimento de insatisfação entre os trabalhadores promovidos pelas contradições sociais, pois oferece uma falsa sensação de ser atendido em suas necessidades. Entretanto, na prática, isso acaba por conformar o trabalhador a aceitar as condições de exploração do trabalho, ou seja, pode servir para manter os trabalhadores em sua condição de explorado.

O sindicalismo pode assumir diferentes papéis, contudo, conforme Anderson (1998) nos alerta, os papéis assumidos e as ações sindicais estão submetidas à sua condição limitada que é estrutural, visto que são organizações de representação de classe que se configuraram desde sua origem dentro da estrutura do sistema capitalista. O autor considera ainda que o sindicalismo, por suas limitações estruturais, possui uma consciência de classe limitada, até porque se encontra no limite entre o capital e o trabalho. Ao mesmo tempo em que tem como uma de suas funções atender às demandas relacionadas aos interesses dos trabalhadores, o faz dentro de uma estrutura capitalista, a qual é fundamentalmente excludente.

Outra questão importante a ser conceituada é a definição de educação para o presente estudo, visto que se trata de uma pesquisa sobre internacionalização do movimento docente (CNTE, ANDES-SN e Contee), ou seja, de profissionais que atuam na educação em diferentes níveis de ensino. Além disso, a pesquisa está inserida em um Programa de Pós-Graduação em Educação. Deste modo, é importante definirmos qual o nosso ponto de partida teórico-conceitual, para situarmos a definição de educação, devido à polissemia de conceitos que existe em torno do tema. Esta discussão é retomada mais profundamente no Capítulo 5, no qual apresentamos uma discussão teórico metodológica.

3.1 Confederações e sindicato nacional

As confederações, juntamente com as federações, fazem parte das chamadas associações de grau superior. Para que seja criada uma confederação é necessário, no mínimo, três federações associadas, estas, por sua vez, para existirem precisam de pelo menos cinco sindicatos (associações de primeiro grau) que sejam de profissionais da mesma categoria. Seguem uma estrutura hierárquica, na qual as confederações devem representar e defender as federações filiadas. Portanto, as confederações defendem os sindicatos filiados e as entidades são mantidas pelas contribuições dos trabalhadores. À cima destas, estão as Centrais Sindicais, que representam a classe trabalhadora e não apenas determinadas categorias profissionais. As centrais são entidades que não fazem parte desta estrutura, mas são importantes para defender os interesses da classe trabalhadora.

Quanto à estrutura geral das confederações, esta segue o mesmo padrão das federações e sindicatos, o que os separa mais são as funções que exercem. Enquanto que os sindicatos oferecem um apoio mais direto para os trabalhadores, de acordo com o Artigo 514 da CLT:

São deveres dos Sindicatos: a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; b) manter serviços de assistência judiciária para os associados; c) promover a conciliação nos dissídios de trabalho; d) sempre que possível, e de acordo com as suas possibilidades, manter no seu quadro de pessoal, em convênio com entidades assistenciais ou por conta própria, um assistente social com as atribuições específicas de promover a cooperação operacional na empresa e a integração profissional na Classe. Parágrafo único. Os Sindicatos de empregados terão, outrossim, o dever de: a) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito; b) fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais (CLT, 2017, p. 86).

Os sindicatos costumam ser direcionados pelas perspectivas ideológicas da federação sindical a qual estejam filiados. As federações podem ser nacionais ou regionais, como estas coordenam os interesses dos sindicatos, é a representação mais próxima dos sindicatos, por isso, é importante que estas entidades sejam de categorias profissionais similares. As Confederações, embora precisem ter menos número de sindicatos filiados, sua atuação tem um maior nível de alcance (nacional), além disso, direcionam as pautas de lutas a serem defendidas pelos sindicatos.

Para melhor situarmos o contexto das organizações sindicais, vamos retomar de forma bastante breve o contexto histórico¹⁵, assim, é possível analisarmos por meio de uma perspectiva de totalidade. Deste modo, as origens das primeiras formas de organização da classe

¹⁵ Como se trata de uma pesquisa sobre entidades sindicais, situada entre os anos de 2015 a 2020, optamos por não aprofundar na retomada histórica acerca dos movimentos de trabalhadores, pois poderíamos nos afastar do objetivo do estudo que é contemporâneo. Por outro lado, reconhecemos a importância de situarmos historicamente o surgimento das organizações de trabalhadores com o intuito de melhor refletirmos acerca do contexto atual dos trabalhadores.

trabalhadora no Brasil remontam ao período anterior ao início da chamada Primeira República (1889-1930). Os movimentos de trabalhadores se formaram em diferentes ritmos e tiveram um caráter bastante heterogêneo, além disso, atuaram de forma ampla e diversificada.

Após o período da Primeira República, na era Vargas (1930-1945), iniciada com a Revolução de 1930, ocorreram várias mudanças nas configurações dos sindicatos, que passaram a ser atrelados ao Estado. O Governo Vargas implementou uma política de intervenção estatal na economia, bem como estabeleceu uma nova legislação trabalhista e sindical, com o objetivo de conter as demandas dos operários, que desejavam conquistar os mesmos direitos que trabalhadores de outros países. Dentre os direitos que buscavam estava: “8 horas de trabalho diários, salário-mínimo, descanso semanal, regulamentação do trabalho da mulher e dos menores, previdência social” (GIANNOTTI, 2007, p. 112). Além disso, com essas medidas protetivas, foi possível atender às orientações da OIT, assim como exercer um controle maior sobre os sindicatos e acalmar os ânimos dos trabalhadores, o que estimulou o surgimento de um sindicalismo mais colaborativo com os interesses da classe dominante.

O período Vargas intensificou a repressão aos movimentos sociais e aos sindicatos. Muitos sindicalistas, anarquistas e comunistas foram presos e centrais sindicais foram fechadas.

Até a ascensão de Vargas, existiam muitos sindicatos de tendência anarquista e comunista. Sua forma de organização era livre, decidida pelos associados. A função desses sindicatos era lutar pelos interesses dos trabalhadores contra seus inimigos de classe, os patrões. As lutas eram decididas pelos trabalhadores, até aquela época, no Brasil, o sindicalismo era livre mesmo que tenha sido reprimido pela polícia, a serviço dos patrões. Livre para decidir suas lutas e suas formas de organização. A partir de Vargas, esses sindicatos são obrigados a desaparecer e, em seu lugar, nasce um outro sindicalismo. Um sindicalismo que esquece a luta de classes e, mais ainda, o conceito de classes sociais. Não haveria mais o patrão, de um lado, e o operário, do outro. (...) O novo sindicato deveria defender a conciliação das classes e zelar pela harmonia de interesses entre capital e trabalho. As ideias-chave passarão a ser “colaboração de classe” e “paz social”. Não haveria mais lutas. O Estado seria o pai de todos (GIANNOTTI, 2007, p. 131).

Com essas ações os sindicatos perderam autonomia, os trabalhadores não podiam fazer seus estatutos, e estes passaram a ser regulamentados pelo Ministério do Trabalho, que controlava, inclusive, as contas dos sindicatos, os sócios e, até mesmo, a frequência destes nas reuniões. Ademais, as greves foram proibidas, não poderiam existir centrais sindicais, nem filiação em organismos internacionais.

Posteriormente, durante o período de Ditadura Militar, com a repressão aos sindicatos e o atrelamento deles ao Estado, temos poucos estudos acerca deste período, como ressalta Corrêa (2017, p. 50-51),

[...] tal constatação pode ser explicada, em parte, [...] pelo caráter repressivo e controlador do regime, que praticamente tornou os sindicatos brasileiros uma extensão do Estado, pode ter dado a impressão de que não havia nada de interessante a ser estudado naquele período, salvo as esparsas manifestações de resistência por parte da classe trabalhadora.

Deste modo, o crescimento do sindicalismo foi retomado no final da década de 1970, com o chamado “novo sindicalismo”, já referente a este período em que se inicia o processo de abertura política pós-ditadura militar. Diferente da época de maior repressão do referido período, observamos uma grande quantidade de pesquisas. O sindicalismo, de antes e durante a ditadura militar, ficou conhecido como “velho sindicalismo” e, no sentido oposto, quando a ditadura militar chegou ao fim, com a abertura política se inaugurou o chamado “novo sindicalismo”.

O chamado “velho sindicalismo” brasileiro se caracterizou pela pouca capacidade de reivindicação, pois buscava atender mais aos interesses da classe dominante do que aos da classe trabalhadora, havia também um distanciamento das bases que compunham os sindicatos e as ações populistas. Para os defensores do denominado “novo sindicalismo”, existiu um discurso que parecia ter uma perspectiva de unir os trabalhadores em torno da luta pela busca de direitos, ou seja, com uma nova concepção de sindicato.

O “Novo Sindicalismo” agregava sob sua rubrica uma série de forças distintas entre si, mas que tinham em comum o posicionamento contrário àqueles outros setores que classificavam como reformistas e/ou pelegos e que, segundo sua visão, através de um sindicalismo de colaboração de classes, entravavam o desenvolvimento da luta dos trabalhadores em busca de suas reivindicações. O momento da emergência do “Novo Sindicalismo”, pode, portanto, ser caracterizado por uma situação de concorrência entre projetos políticos e sindicais no interior dos setores de esquerda no Brasil (SANTANA, 1998, p. 19-20).

Com isso, surgiram vários segmentos em torno do novo sindicalismo, mas foi a CUT que acabou por tomar projeção e que trouxe as bases para a construção dos sindicatos que temos na atualidade. É importante também registrar as dificuldades em promover mudanças, em razão das críticas às ações do “velho sindicalismo” e às contradições entre o discurso e o que, de fato, apresentou-se na prática do chamado “novo sindicalismo”. Conhecer a trajetória do sindicalismo nos permite compreender os direcionamentos das ações sindicais na atualidade.

Outra característica do sindicalismo nacional é a sua organização estrutural atrelada a alguma confederação, como explica Bobbio (1998, p. 87), no dicionário de política:

Os sindicatos nacionais estão geralmente afiliados a uma ou mais confederações, que constituem o nível mais geral, o árbitro dos litígios (quando se trata, por exemplo, de conflitos de competência entre os sindicatos) e a instância de representação de todo o movimento sindical nas negociações ou nas ações de pressão sobre os Governos.

Além dessa organização burocrática, o fato de os sindicatos estarem ligados a alguma confederação também é importante no sentido de promover o fortalecimento sindical, facilitar a união entre os trabalhadores, bem como direcionar as pautas de lutas e reivindicações de acordo com temas que sejam de interesse comum aos trabalhadores. Isso pôde ser observado em 2019¹⁶, quando os sindicatos realizaram várias campanhas para responder às ações políticas do governo. Uma das pautas de maior repercussão nacional foi a reforma da previdência, que estabeleceu novas regras previdenciárias. Dessa forma, foi ampliado o período mínimo de contribuição dos trabalhadores, o que gerou muita insatisfação e manifestações por parte da classe trabalhadora e de movimentos sociais em geral, eles avaliaram que os interesses defendidos pelos trabalhadores e pelas organizações sindicais não foram atendidos.

[...] um dos obstáculos que se colocam à construção de um projeto solidarista neste final de século reside na crescente diferenciação interna que afeta a população trabalhadora. No campo da ação sindical, a solidariedade só constitui um objetivo prioritário a alcançar porque a classe trabalhadora nunca se constituiu como um todo homogêneo. O papel de agregador de interesses desempenhado pelos sindicatos pode contemplar igualmente as perdas e não apenas o ganho quer se trate das relações com o capital, quer se trate das relações dentro da própria esfera do trabalho. A definição tradicional dos sindicatos enquanto associações de representação de interesses refletiu sistematicamente atribuição de poder existente dentro da classe trabalhadora (COSTA, 2000, p. 171-172).

Os sindicatos dos docentes, assim como o restante da classe trabalhadora possuem perfis bastante heterogêneos, conforme afirmou Costa (2000), por trás disso, há muitas contradições, acontece, também, por vezes, certo descrédito por parte da classe trabalhadora representada, mas isso não invalida a importância da entidade e a necessidade de valorizar a solidariedade dentro da classe trabalhadora. É com este mesmo princípio, oficialmente, que as entidades sindicais, aqui pesquisadas, propõe suas políticas de internacionalização, cujo intuito é de promover a solidariedade internacional entre os trabalhadores da educação.

É interessante notar que a categoria “Novo Sindicalismo” foi sendo cunhada na junção entre o movimento social e a reflexão acadêmica. Ao mesmo tempo em que se gestavam as ações dos novos atores, que entravam em cena rasgando o pano de fundo criado pela ditadura militar, vários estudos surgiam não só a respeito destes novos atores, mas também acerca dos velhos (SANTANA, 1998, p. 20).

Muitos destes estudos surgiram nesse período após a ditadura militar, porque as pesquisas deixaram de ser censuradas, além de haver uma demanda. Esse também foi um momento em que muitas entidades sindicais foram criadas, como o ANDES-SN, por exemplo, que no início era apenas uma associação e só posteriormente se tornou sindicato.

¹⁶ A reforma da Previdência entrou em vigor a partir do dia 13 de novembro de 2019 em razão da publicação da Emenda Constitucional nº 103, no Diário Oficial da União.

3.1.1 CNTE abrangência e representatividade

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) foi criada por volta do ano de 1945 e é a mais antiga entre as entidades aqui pesquisadas. Na ocasião da fundação, os professores das escolas públicas começaram a se organizar para formar associações, três anos antes do início do primeiro projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A primeira confederação dos professores primários foi, de fato, fundada em 1960, a chamada de Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), desde o ano anterior já somava professores associados de 11 estados brasileiros.

Figura 1 — Logomarca da CNTE



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação

Fonte: *Site* da CNTE (2021).

Em 1979, a CPPB sofreu uma ampliação e agregou para seu quadro de associados também os professores secundários dos antigos ginásios. A partir de então, passou a se chamar Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Durante a década de 1980, a atuação da CPB no sindicalismo docente cresceu e ela se filiou à CUT, em 1988. Dois anos depois, a CPB mudou a sigla para CNTE, como existe até hoje. Com essa mudança, houve uma ampliação com a unificação dos trabalhadores da educação. Na ocasião, foram 29 entidades filiadas com aproximadamente 700 sindicalizados. Atualmente, conta com 50 organizações associadas, distribuídas em diferentes estados do país, com mais de um milhão de sindicalizados.

A CNTE possui sede em Brasília e uma estrutura formada pelos seguintes cargos: Presidente e Vice-Presidente, Secretaria Geral de Finanças, de Assuntos Educacionais, de Imprensa e Divulgação, de Relações Internacionais, Relações de Gênero, Políticas Sociais, Política Sindical, Formação, Organização, Aposentados e Assuntos Previdenciários, Legislação, Assuntos Jurídicos, Projeto e Cooperação, Direitos Humanos. A CNTE conta ainda com dois Departamentos Setoriais: um especializado em Educação e outro que faz parte da Secretaria de Política Sindical.

Figura 2 — Logomarca da filiação da CNTE à CUT



Fonte: Site da CNTE (2021).

A CNTE é a segunda maior Confederação ligada à CUT e trata de diversas questões que fazem parte do contexto político e social do país, como a questão de gênero e racismo, saúde do trabalhador, emprego, exploração do trabalho infantil, entre outros. Porém, o que nos interessa para esta pesquisa são as relações internacionais. Nesse sentido, a CNTE é filiada à Internacional da Educação (IE) e à Internacional da Educação na América Latina (IEAL), setor da IE, a Confederação de Educadores Americanos (CEA), e com a Comunidade das Organizações Sindicais de Professores e Trabalhadores em Educação dos Países de Língua Portuguesa – Sindical da Educação (CPLP-SE).

A confederação realiza diferentes ações, no sentido de problematizar e denunciar os problemas que afetam a educação básica, a entidade produz também publicações que podem ser encontradas em versão digitalizada no *site* oficial do sindicato. Entre as publicações, é possível encontrar módulos de programa de formação sindical com vários eixos temáticos, algumas publicações possuem versão também em espanhol, o que indica preocupação em dialogar com outros países. Assim, é importante salientar que existe uma parceria com países latino-americanos.

Uma das ações realizadas são as jornadas latino-americanas que, a cada encontro, estabelecem um tema a ser abordado. Em termos de publicação há os cadernos de resoluções, revistas, manuais com orientações acerca da formação e gestão sindical, publicações sobre o histórico do movimento docente, entre outros assuntos atuais que estão nas pautas de interesses dos professores, como piso salarial, Plano Nacional de Educação (PNE).

Figura 3 — Layout do *site* da CNTE

Fonte: *Site* da CNTE (2021).

A confederação conta ainda com dezessete secretarias que são responsáveis por diferentes segmentos de interesse sindical. Além da secretaria geral e finanças, existe a secretaria de política sindical, formação, relações de gênero, direitos humanos, saúde dos/as trabalhadores/as em educação, entre outras. Para este estudo, interessa-nos dedicar maior atenção às ações da secretaria de relações internacionais, uma vez que a pesquisa trata do processo de internacionalização desta organização.

Figura 4 — Logomarca da Secretaria de Relações Internacionais da CNTE



Fonte: *Site* da CNTE (2021).

A CNTE possui filiação com a Confederação dos Trabalhadores Americanos. O presidente desta Confederação é do Uruguai e a primeira vice-presidente é do Brasil. As ações da CNTE não se limitam aos países latino americanos, exemplo disso foi o apoio que a CEA ofereceu ao ministro da educação e ciência de Portugal, o senhor Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato. No texto, a referida entidade representativa do continente americano oferece apoio à situação enfrentada por Portugal no ano de 2013, afirmando que:

em representação aos seus 6 milhões de afiliados trabalhadoras e trabalhadores da educação no Continente Americano, manifestamos profunda preocupação pela situação educacional de Portugal, na qual se destacam entre outras, a proposta que começará afastando compulsoriamente milhares de professores que ficarão sem remuneração, ou desempregados em curto prazo. Somado a isto o intenso aumento da jornada de trabalho e da redução de salários, tornam mais difíceis a possibilidade de uma vida digna, frente a um contexto que em dois anos registra nos salários uma perda superior a 30% (MAC-LEAN, 2013, *on-line*, tradução nossa)

Essa carta de apoio ao ministro da educação e ciência de Portugal revela que a confederação busca desenvolver ações de apoio e solidariedade entre países em busca de amparar outros países quando estes sofrem ataques relacionados ao setor da educação. No que diz respeito aos sindicatos, a internacionalização pode ser um importante instrumento de luta e união dos trabalhadores para fortalecer lutas sindicais. Dessa forma, é possível perceber que a internacionalização pode se apresentar de diferentes formas, embora sempre como o sentido de estabelecimento de relações e de parcerias entre diferentes países.

Embora o tema da internacionalização seja tratado nesta pesquisa em um capítulo específico, vale ressaltar que o movimento de internacionalização se caracteriza pela relação de

troca e não de submissão de um país em relação a outro. Nesse sentido, Lowi (1998) salienta que o internacionalismo sindical na atualidade conseguiu estabelecer um caráter anti-imperialista. Para o autor, a

renovação do internacionalismo não passa somente pelas forças sindicais e políticas do movimento operário e socialista. Novas sensibilidades internacionalistas surgem também nos movimentos sociais com vocação planetária, como o feminismo e a ecologia, nos movimentos anti-racistas, na teologia da libertação, nas associações de defesa dos direitos humanos ou em solidariedade com o Terceiro Mundo. Se certas ONGs internacionais se adaptam ao quadro neoliberal dominante e se limitam a dar “conselhos” ao FMI e ao Banco Mundial, outras, como o Comitê pela Abolição da Dívida do Terceiro Mundo, de Bruxelas, têm uma vocação claramente antiimperialista. Os cristãos radicalizados são uma componente essencial, tanto de movimentos sociais do Terceiro Mundo — como o Movimento dos Sem-Terra no Brasil — quanto de associações européias de solidariedade com as lutas dos países pobres. Inspirados pela ética humanista e ecumênica do cristianismo, eles dão uma contribuição importante na elaboração de uma nova cultura internacional (LOWI, 1998, p. 105).

Embora existam dificuldades no diálogo com diferentes países, os sindicatos, juntamente com segmentos de movimentos sociais ligados ao terceiro setor, buscam estabelecer parcerias internacionais para superar a tendência a práticas imperialistas que poderiam ocorrer devido às diferenças de níveis de desenvolvimento socioeconômico existente entre os países, além de fatores históricos como a existência de um passado de colonização que países da Europa estabeleceram com regiões da América Latina, ou mesmo em regiões do continente africano.

Outra ação que podemos destacar para evidenciar a união dos países latino-americanos foi a Declaração em Defesa da Educação Pública de qualidade, gratuita, laica e emancipadora, de 2018, na qual há uma convocação para que todos se unam para combater os retrocessos enfrentados na educação nos países latino-americanos. Ao longo da declaração, que foi feita em uma atividade de homenagem ao centenário de Paulo Freire, o texto apresenta o que se considera como os desafios a serem superados. Entre esses¹⁷, a garantia do cumprimento da plena responsabilidade do Estado na oferta da educação pública e oposição ao processo de privatização e mercantilização da educação em todas as suas formas; valorização do trabalho docente de modo que se tenha condições de construir um projeto político educativo e pedagógico que seja de fato democrático e emancipador; construção de projeto pedagógico que atenda efetivamente aos interesses das comunidades locais, entre outros. Em um dos trechos afirma que:

¹⁷ Tradução nossa. A Declaração pode ser acessada no Anexo 1 deste estudo.

Aderimos e nos solidarizamos com as lutas que se desdobra e todo o continente em defesa e reconstrução da educação pública e contra a privatização e comercialização da educação, das reformas educativas neoliberais, neocoloniais e neoconservadoras que se pretendem impor e dos sistemas de desvalorização baseados em provas estandardizadas, que tenham como único objetivo a imposição dos princípios hegemônicos do conhecimento e da introdução da meritocracia para justificar as desigualdades entre sujeitos participantes: estudantes e docentes (CNTE, 2018, *online*, tradução nossa)

No ano de 2019, aconteceu a 9ª Conferência Nacional de Educação Paulo Freire — Educação Libertária e Democrática: construindo o movimento pedagógico Latino-Americano, em Curitiba. Esta conferência deu origem a um manifesto que traz, basicamente, as mesmas pautas de reivindicações dos anos anteriores, com algumas especificidades do período como uma crítica ao atual e polêmico governo de Bolsonaro, marcado por críticas e ataques aos movimentos sociais. Em um dos trechos do manifesto há a afirmação de que os trabalhadores da educação, que participaram da conferência e elaboraram o manifesto¹⁸ são:

contra a privatização, a mercantilização, a militarização, a mordaza aos/às educadores e a toda forma de impedir a democracia nos sistemas e redes de ensino e nas escolas e universidades públicas. Contra o ódio proclamado por parte significativa do governo Bolsonaro, incluindo o próprio Presidente, às instituições educacionais de nível básico e superior, aos sindicatos e a muitas entidades representativas da sociedade, com o claro intuito de disseminar teorias e práticas obscurantistas e reacionárias que desprezam o conhecimento, a ciência, a arte e as boas relações de convivência (MANIFESTO CNTE, 2019, p. 3).

Com isso, observamos que a internacionalização, que a CNTE estabelece, tem suas articulações com países da América, o que indica a existência de maior facilidade de diálogo com esses países devido não apenas à proximidade geográfica, mas também às realidades e problemas enfrentados que apresentam elementos em comum. Não vamos aqui esmiuçar as características e contrastar as diferenças entre os países da América, pois não é nosso foco de trabalho, embora seja válido pontuar que há elementos em comum entre os países latino-americanos, os quais perpassam as lutas dos trabalhadores da educação, como já mostramos ao citarmos a Declaração em Defesa da Educação Pública de qualidade, gratuita, laica e emancipadora. Com isso, observamos que cada organização sindical, aqui pesquisada, desenvolveu diferentes ritmos de internacionalização.

3.1.2 ANDES-SN: abrangência e representatividade

¹⁸ Para ter acesso ao manifesto na íntegra, ver Anexo 3 deste estudo.

A ANDES foi fundada em 1981, inicialmente, sua formação era de Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Somente sete anos depois, após a promulgação da Constituição Federal em 1988, esta deixou de ser associação e passou a ser o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

No ano de 1988, a Constituição garante aos funcionários públicos o direito de se organizarem em sindicatos. A Andes se transformou no ANDES Sindicato Nacional e as Associações Docentes das universidades estaduais da Bahia, agora Seções Sindicais do ANDES-SN (com exceção da associação de docentes da UESC), possibilitando a instalação do dissídio coletivo (CARVALHO; FERRAZ, 2021, p. 126).

Este foi um marco importante na história do sindicato, os anos seguintes foram marcados por muitas mobilizações, greves importantes para a categoria. Desde o período de fundação, na década de 1980, a atuação da ANDES, que na época era uma associação, foi marcada por um momento político conturbado. Era uma fase transição do fim período de ditadura militar no Brasil, que havia se iniciado no ano de 1964, para a abertura política, em 1985, quando inicia a chamada Nova República. Com isso, principalmente na segunda metade da década de 1980, houve uma grande expansão dos movimentos sociais que antes eram censurados pelo governo ditatorial, foi nesse contexto político que a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior foi fundada.

Figura 5 — Logomarca do ANDES-SN



Fonte: *Site* do ANDES-SN (2021).

Para o movimento sindical, o período da década de 1980 foi marcado por avanços seguidos de retrocessos. No ano de 1986, os professores conquistaram um aumento salarial significativo que, logo no ano seguinte, fora revogado, tal situação levou os docentes, no mesmo ano, a deflagrarem uma greve longa, na qual os professores tiveram seus salários cortados e foram duramente reprimidos. Embora com os salários cortados, na greve, os profissionais da educação chegaram a fazer acampamentos permanentes na sede do Governo do Estado, em Salvador. Isso criou um contexto para que as associações docentes das estaduais baianas buscassem unificar a luta por meio do Fórum das Associações Docentes das Universidades Estaduais da Bahia — Fórum das Associações Docentes (ADs).

Alguns anos depois, em 1989, na mesma ocasião em que o sindicato se filiou à CUT, em decisão tomada no 8º Congresso do ANDES-SN, que aconteceu em São Paulo, a filiação permaneceu até 2011 por decisão do 30º Congresso do ANDES-SN. Ainda no ano de 1989, começaram novas mobilizações, mas, dessa vez, com instrumentos de organização mais avançados, devido à existência do Fórum das ADs e da atuação das associações docentes como seções sindicais do ANDES-SN, direito assegurado pela Constituição de 1988. Na ocasião, o projeto neoliberal avançava, era o início do governo do então presidente Fernando Collor. Dois anos depois, uma nova greve foi deflagrada, dessa vez, o ganho foi um reajuste salarial de 128%, entretanto, a década de 1990 foi marcada pelo avanço neoliberal, retração do Estado perante os serviços prestados à população, empresas estatais foram privatizadas, o Estado passou a assumir um papel de monitoramento, ao regular e fiscalizar os serviços que antes estavam sob sua responsabilidade. Nesse mesmo contexto de crescimento neoliberal, assistimos à desregulamentação de direitos trabalhistas, ataques ao movimento docente e à autonomia universitária.

Com relação à trajetória das universidades estaduais baianas, a década de 1990 foi marcada por momentos em que cresceram os ataques à autonomia universitária, sobretudo após a publicação da Lei 7.176, de 10 de setembro de 1997, que afetou a autonomia universitária, aprovada em caráter de urgência sem qualquer discussão. A lei alterou os conselhos, criou um conselho indicado pelo governo, definiu o processo de escolha à reitoria, alterou o plano de carreira, limitando a quantidade de professores com Dedicção Exclusiva (DE).

Figura 6 — Campanha do ANDES



Fonte: Site do ANDES-SN (2021).

No que tange à mobilização do movimento docente, este sofreu um refluxo significativo. Foram realizadas apenas ações pontuais. Em 1993, houve uma ação de maior fôlego, devido a um corte no número de Dedicção Exclusiva, promovido pelo Governo do Estado. Em 1995,

pela reconstrução da carreira docente e, em 1998, em virtude da implementação da Lei 7.176/1997.

O contexto político da década de 1990, no estado da Bahia, foi marcado por governos de um mesmo partido de direita, o Partido de Frente Liberal (PFL). Esses governadores fizeram uma política que deu sequência ao chamado carlismo¹⁹. Desde o início da década de 1990, houve crescentes perdas salariais dos professores que somavam vultuosos 263,56%. Para recompor parte do poder de compra foram criadas duas gratificações. Na época foi extinto o Instituto de Saúde e Previdência Social (IAPSEB), muitas empresas estatais foram privatizadas. No entanto, houve também investimentos em Universidades Públicas, o que permitiu a expansão dos *campi* e da estrutura física no geral.

O governo do partido de direita, no Estado da Bahia, manteve-se no poder até o ano de 2007, quando o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) foi eleito e mantém sucessores até a presente data. A década de 2000 foi um marco de retomada das atividades de luta do movimento docente. Uma das consequências das ações sindicais mais ativas foi a realização de greves a cada dois anos, as principais pautas de reivindicação estavam relacionadas à autonomia universitária e à carreira docente, buscava-se construir um plano de carreira, além do orçamento. No ano de 2007, o ANDES-SN se desfilou da CUT para se integrar ao CONLUTAS (atual CSP-Conlutas).

Figura 7 — Registro da história do ANDES-SN



Fonte: Site do ANDES-SN (2021).

A greve de 2000 fortaleceu o movimento docente, embora os professores não tenham sido atendidos em seus objetivos, as atividades de luta cresceram. As ADs se organizaram, consolidaram os fóruns que são importantes espaços para a articulação do movimento docente. Assim, após a greve, o movimento docente das ADs foi revitalizado. Como resultado, nos anos

¹⁹ Referência ao estilo de governo de Antônio Carlos Magalhães, cujo perfil agressivo fez fama na Bahia e promoveu muitos desafetos políticos.

subsequentes, outras greves vieram, o que demarcou as diferenças com o contexto da década de 1990, quando assistimos a um retrocesso às aspirações dos trabalhadores, estimulado pelo avanço neoliberal, que na ocasião se tornou hegemônico no país.

O sindicato se destacou por manter seus princípios de defesa da autonomia universitária, de um ensino público e de qualidade, valorização da carreira docente, entre outras bandeiras de lutas. Em sua trajetória o ANDES-SN se manteve firme com suas pautas de lutas, independente de partidos políticos, como demonstram Carvalho e Ferraz (2021, p. 134):

Ao longo desses 33 anos de existência do Fórum das ADs, o Movimento Docente das universidades estaduais baianas alcançou um alto grau político-organizativo, com vitórias relevantes em pautas relacionadas à carreira e salário, autonomia universitária e orçamento. Desde 1987, no nascedouro do Fórum, a perspectiva de luta e autonomia em relação aos governos e partidos tornou-se uma marca do Movimento Docente. Com a chegada dos governos petistas, as direções de muitos sindicatos de funcionários estaduais e federações de trabalhadores mais ligadas ao projeto de conciliação de classe recuaram na luta de pautas históricas. Por outro lado, o Movimento Docente, organizado no Fórum das ADs, manteve suas bandeiras de luta e enfrentamento aos governos, inclusive os petistas, com forte inserção na base da categoria.

Vale ressaltar que tais determinações tendem a se desenvolver no curso das próprias lutas em que os trabalhadores se veem incitados a empreenderem, como foi o caso do movimento docente das universidades estaduais baianas (UEBAS), organizado em suas quatro associações docentes (ADs): na Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana (ADUFS); Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Bahia (ADUNEB); Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Santa Cruz (ADUSC) e Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ADUSB). Todas as ADs mencionadas são seções sindicais do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), bastante ativas que, ao longo de sua trajetória, têm se mantido firmes na defesa dos princípios e propostas do Sindicato Nacional, além de ocuparem cargos na diretoria do sindicato e de contribuírem para a realização de eventos, sejam encontros de setor, GTs, atos públicos, Congressos ou CONADs.

De acordo com informações que constam no *site* do ANDES-SN, a sede fica em Brasília e possui sessões sindicais em vários lugares do país, estas têm autonomia para tomar suas decisões, por intermédio da participação dos filiados e da representação da diretoria. Deste modo, conta com 121 seções sindicais, com cerca de setenta mil associados. Afirma ter como compromisso a autonomia e o funcionamento democrático das Universidades públicas, manutenção e ampliação do ensino superior público, gratuito e de qualidade, lutar contra reformas que tiram os direitos dos trabalhadores, combater a mercantilização do ensino, combater o cerceamento de liberdade sindical, como também defende o estímulo à pesquisa e

criação intelectual dentro das universidades, carreira única para docentes de instituições de ensino superior, articulação entre ensino, pesquisa e extensão, garantia de direito à liberdade sindical, garantia de direito à liberdade de pensamento etc.

Além desses princípios, o ANDES-SN tem como compromisso firmado, de acordo com informações do *site* oficial do sindicato, “reforçar a unidade da classe trabalhadora no Brasil, internacionalmente e, em particular, na América Latina”. Isto revela que a entidade reconhece a importância da união internacional da classe trabalhadora. Além disso, encontramos na página oficial do sindicato o compromisso firmado no sentido de “Reforçar a unidade da classe trabalhadora no Brasil, internacionalmente e, em particular, na América Latina” (ANDES-SN, 2021, *on-line*).

Atualmente, o sindicato conta com um canal chamado ANDES-SN Sindicato Nacional e publicações, como a revista *Universidade e Sociedade*, os cadernos dos Congressos, boletins, cartilhas, com diversos temas que são de interesse da classe trabalhadora.

Em abril de 2019, aconteceu o Seminário Internacional do ANDES-SN, no qual foram debatidos os temas acerca de “Ciência, Tecnologia e Capital: a “Caixa Preta” da inovação”, “Orçamento Público e Financiamento da Educação Superior” e “Dívida Pública e Usura Financeira”. No segundo dia foram debatidos os seguintes temas: “A Luta da Universidade Pública e da Classe Trabalhadora na Argentina e no Brasil”, “A Luta das Mulheres Trabalhadoras pelo Aborto Legal, Seguro e Gratuito” e “Decomposição e Recomposição da Classe Operária”. Iniciativas como essa revelam a preocupação do sindicato em promover a internacionalização, embora não tenhamos encontrado parcerias com organizações de trabalhadores internacionais como acontece com as confederações aqui pesquisadas.

Quanto à estrutura sindical, esta é formada por diretorias nacionais, regionais e seções sindicais. As seções sindicais possuem autonomia financeira, política, patrimonial e administrativa. As decisões são deliberadas pela base sindical, que possui diretoria própria escolhida por eles mediante votação. É a base que mantém os sindicatos com as contribuições dos sindicalizados. Atualmente, o ANDES-SN possui cerca de 70 mil sindicalizados, entre instituições de ensino superior e institutos de educação básica, técnica e tecnológica. O sindicato é representado em todo o território nacional por 121 seções sindicais.

Entre as ações que o ANDES-SN promove estão as discussões desenvolvidas pelos Grupos de Trabalhos. Trata-se de doze GTs temáticos que visam a atender a diferentes assuntos que fazem parte do universo de interesse da classe trabalhadora como, por exemplo, GTPE — Política Educacional; GTSSA — Seguridade Social/Assuntos de Aposentadoria; GT Carreira, GT CeT — Ciência e Tecnologia; GTPAUA — Política Agrária, Urbana e Ambiental; GTPFS

— Política de Formação Sindical; GTPCEGDS — Políticas de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual; GTHMD — História do Movimento Docente, entre outros. Os temas são amplos e variados, mas são pautas atuais e transversais, ou seja, perpassam o universo de interesse da classe trabalhadora.

Em relação às parcerias internacionais, o ANDES-SN oficialmente possui filiação com a Confederação de Educadores Americanos (CEA), contudo, de acordo com o professor Coggiola, em entrevista concedida para esta pesquisa, ele nos explicou que, na prática, o sindicato não está atuante junto a esta, na visão do entrevistado, isso ocorre devido a algumas críticas à Confederação como, por exemplo, o fato de considerá-la excessivamente formal e burocrática. Antes disso, o sindicato foi filiado à IE, mas se desfiliou, segundo o professor Coggiola (2021), responsável pela internacionalização sindical, “[o ANDES-SN se filiou] com a Internacional da Educação, depois saiu porque era muito pelega e articulada com os Estado Unidos, onde era proibido sindicato cubano” (COGGIOLA, 2021, informação verbal).

Em conformidade com o entrevistado, o resultado do rompimento com as entidades internacionais fez o ANDES-SN buscar articulação própria, com isso, em um Fórum Social Mundial organizou algumas mesas com sindicatos de Nova York e do Canadá, além disso, participou também de alguns fóruns em países da América Latina. O ANDES-SN tinha uma boa relação com os sindicatos de Cuba, Venezuela e Argentina, embora, na avaliação de Coggiola (2021), o encarregado das relações internacionais foi muito atuante nas décadas de 1980 e início de 1990, o sindicato os considerava muito atrelados aos seus governos. Na avaliação dos representantes sindicais, na ocasião, esta perspectiva foi contrária aos princípios de autonomia em relação aos governos e aos partidos políticos, defendida pelo ANDES-SN, esse posicionamento dissidente do sindicato gerou polêmica na ocasião, embora o sindicato tenha sido contrário ao imperialismo estadunidense.

Mais recentemente, as articulações internacionais foram menos atuantes, mesmo assim, em 2013, aconteceu um Congresso em Paris do qual o ANDES-SN participou juntamente com a CSP-Conlutas e a Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, a qual ela é filiada. Com isso, houve uma articulação entre sindicatos do Brasil e da França, isto foi importante, porque permitiu que o sindicato ampliasse ações em comum com um país fora da América Latina, que sempre foram os principais parceiros internacionais.

Entre os anos de 2015 e 2020, no que diz respeito à internacionalização, as ações do ANDES-SN foram mais reduzidas, ocorreram reuniões com dirigentes de entidades sindicais de outros países, mas não foram feitas atividades de grande proporção, apenas alguns encontros internacionais, visto que a internacionalização do ANDES-SN é feita de forma independente.

Isto vai na contramão da internacionalização promovida pelas outras entidades sindicais, que geralmente se articulam com organizações internacionais que existem para esta finalidade, a saber, promover a internacionalização. Inclusive, esta forma de internacionalização é uma identidade da internacionalização sindical, ou seja, é mais comum esse tipo de internacionalização com sindicatos do que com órgãos de outros setores.

O sindicato atualmente não participa das entidades internacionais que existem para esta finalidade, com isto, as parcerias são buscadas de forma independente, principalmente com os países vizinhos da América do Sul, cujo principal parceiro é a Confederação Nacional dos Docentes da Argentina (CONADU). Voltaremos a detalhar como acontece a internacionalização do sindicato na parte da análise dos dados.

3.1.3 CONTEE abrangência e representatividade

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) foi fundada em 1990. Trata-se de uma entidade sindical ligada à rede privada de ensino que, atualmente, representa aproximadamente um milhão de trabalhadores entre professores (as) e técnicos administrativos (as). São 88 sindicatos ligados a ela. Seu primeiro Congresso aconteceu em 1991, em Guarapari, litoral do Espírito Santos.



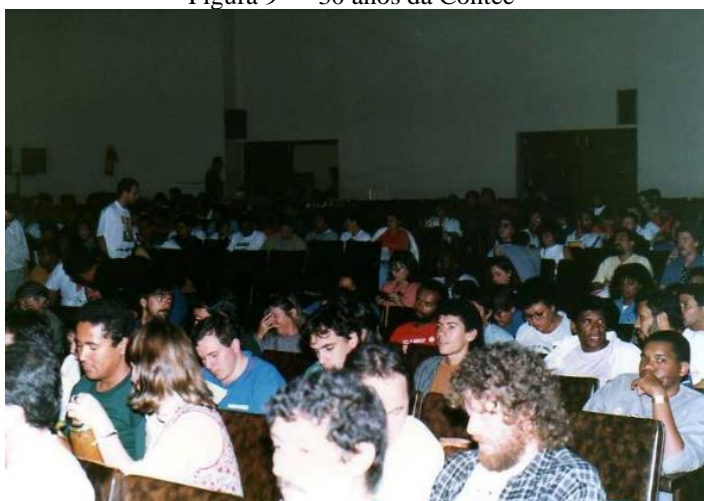
Fonte: Site da Contee (2021).

De acordo com informações da Revista Conteúdo, Contee 30 anos, a mobilização para fundar a Contee foi resultado do esforço coletivo de professores de diferentes instituições de ensino privado. De acordo com a professora sindicalista Madalena Guasco Peixoto, em entrevista à referida revista comemorativa dos 30 anos da Contee:

Queria contar essa história porque acho importante que a gente saiba que fizeram parte dessa articulação não só os sindicatos, mas as associações dos professores da rede privada, das universidades, das católicas e pontifícias, que tinham uma tradição de organização própria muito importante e até hoje têm (CONTEE, 2021, p. 06).

Em outro trecho da revista o professor Wellington Teixeira Gomes afirma que “A fundação da Contee, felizmente, se deve ao fim da ditadura, à nova Constituição e ao fato de a gente ter entidades que seguraram a peteca para que esta Confederação fosse fundada e iniciasse sua consolidação” (CONTEE, 2021, p.10).

Figura 9 — 30 anos da Contee²⁰



Fonte: Site da Contee (2021).

Quanto aos princípios defendidos pela Contee, temos a regulamentação do setor de ensino privado, mediante ações do Estado no papel de regulação, controle, credenciamento e avaliação da educação. A Confederação, segundo informações encontradas em sua página oficial da internet, posiciona-se no papel de criticar a mercantilização e a desnacionalização da educação, bem como lutar pela equidade social e soberania nacional.

Esta informação foi reforçada em entrevista concedida pela coordenadora de relações internacionais Maria Clotilde Petta, de acordo com ela:

[...] na educação básica a escola privada atende elite e a pública aos trabalhos, na escola pela lei de mercado acaba criando condições de trabalho melhores, já outras se preocupam apenas com o lucro, é uma contradição do Brasil, a educação aqui é tratada como mercadoria, por isso a bandeira: educação não é mercadoria, foi a bandeira principal da Contee (PETTA, 2021, informação verbal).

²⁰ É válido registrar, na imagem, a presença de dois membros do Grupo de Pesquisa MEL, na quinta fila aparece o orientador da pesquisa, que é coordenador do Grupo, o prof. Dr. Augusto César Leiro e, ao lado deste, o pesquisador do MEL o Prof. Me. Albertino Nascimento.

Desde seu surgimento, defende valores classistas como a construção de uma “unidade política e orgânica dos trabalhadores”. A Confederação foi efetivamente fundada no ano de 1991, alguns meses depois já contava com vários delegados, na época, filiada à CUT. Esta, por sua vez, agrupava diferentes concepções políticas e ideológicas devido ao grande número de sindicatos filiados a ela. Apesar da filiação à CUT a Contee sempre defendeu a unicidade sindical, que é diferente da concepção defendida pela CUT, de um sindicalismo orgânico ou pluralismo sindical. De acordo com informações do caderno de resoluções do 8º Conatee,

o sindicalismo não deve ser apenas instrumento de reforma do capitalismo, mas, sim, um sindicalismo classista, que luta pelos direitos econômicos e sociais dos trabalhadores, mas que tenha como centro a luta política pela transformação da sociedade. Portanto, a concepção de que o movimento sindical deve levar a uma luta econômica, política e ideológica (CADERNO DE RESOLUÇÃO, 8º CONATEE, 2012, p. 33).

Além dessas concepções de sindicalismo defendidas pela Contee, nos relatórios e no estatuto consta que as decisões sempre primaram por princípios democráticos, pelos fóruns destinados a este fim. A Confederação se propõe também a apoiar a classe trabalhadora não apenas em âmbito nacional, mas também internacional. Neste sentido, a confederação registra a importância em atuar junto às entidades internacionais como a Confederação de Educadores Americanos (CEA), a Internacional da Educação (IE) e a Internacional da Educação da América Latina (IEAL), a Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE), também, a CPLP-SE, da qual participou da fundação e tem representação como membro da diretoria.

De acordo com Maria Clotilde Petta, a coordenadora da Secretaria de Relações Internacionais, o interesse da Contee em manter parcerias com todas estas entidades internacionais se deve ao fato de que a Confederação entende que é importante unir ao máximo possível a classe trabalhadora e se articular às entidades internacionais dos diferentes países, mesmo aqueles que possuem concepções políticas e ideológicas muito distintas.

Isto porque entende que há pautas mais gerais que são comuns, que, se unidas, podem fortalecer a luta internacional dos professores e da classe trabalhadora, uma vez que a entidade se posiciona como classista, ou seja, não defende apenas os interesses imediatos da categoria, mas entende que a luta deve ter um caráter mais amplo e atender à classe trabalhadora como um todo e não apenas os docentes. Nas palavras de Petta, a Contee:

Desde o estatuto defende a soberania nacional, a paz, as bandeiras mais gerais, a defesa da integração latino-americana, a autodeterminação dos povos. Essas bandeiras gerais norteiam as lutas que representam os trabalhadores da educação, mas com concepção classistas, ou seja, vai além de questões corporativas, defende os interesses imediatos dos trabalhadores, mas também os mais profundos dos trabalhadores em geral, ou seja, toma partido em defesa dos trabalhadores, essa concepção classista faz com que tenham bandeiras imediatas, como a defesa da educação pública de qualidade

para todos. Embora a Contee represente professores da educação privada, ela entende q a escola pública é fundamental para desenvolver os países (PETTA, 2021, informação verbal).

No ano de 2009, a Contee se filiou à IE e deliberou que deveria também se filiar à Federação Sindical Mundial (FSM), quando participou de muitos encontros e Congressos Sindicais. A participação da Contee na IEAL fortaleceu a articulação com a IE.

Figura 10 — Assembleia da Contee²¹



Fonte: Site da Contee (2021).

A Confederação que representa os professores do ensino privado e é regida pelos princípios da prática sindical democrática, unitária e classista; pela autonomia e liberdade sindical. Com relação à internacionalização, afirma que estabelece relacionamento independente e solidário com os movimentos sindicais internacionais, de modo a apoiar a luta internacional da classe trabalhadora. Tem como finalidade promover estudos sociopolíticos e sindicais; criar e implementar as políticas sindicais; tem o poder, por meio de decisão do Congresso, de filiar-se ou desfiliar-se de quaisquer entidades parceiras nacionais ou internacionais.

Com relação à internacionalização, na publicação da Revista Conteúdo, em homenagem aos 30 anos da Contee, a entrevistada Madalena falou sobre como foi o processo de implantação da internacionalização da Contee. De acordo com ela, o sindicalista de nome Wellington foi o responsável por implantar o setor de internacionalização da Contee, foi ele quem primeiro se mobilizou para estabelecer relações internacionais com entidades de outros países. Na ocasião, muitos sindicalistas achavam que não era importante se preocupar com articulações internacionais, tendo tantos problemas locais para serem resolvidos. Segundo Madalena Guasco Peixoto,

²¹ Mais um registro da presença de membro do Grupo de Pesquisa MEL. Na imagem, o coordenador do grupo, o prof. Dr. Augusto César Leiro aparece na primeira fila, no terceiro lugar da direita para a esquerda.

O Wellington foi o inaugurador das relações internacionais da Contee. Foi a pessoa que colocou a Contee no âmbito internacional, na articulação com as outras entidades. Ele tinha isso muito presente na fundação e era muito difícil de as outras forças compreenderem essa importância, porque a gente ainda estava consolidando a entidade nacionalmente, então o pessoal achava um desperdício de tempo a Contee ficar se relacionando internacionalmente. “Para que isso? A gente não tem nem força para fazer nacionalmente.” Essa foi outra batalha importante que foi sendo construída na Contee, a importância de a Contee também se relacionar internacionalmente com outras entidades, participar de encontros e de atividades internacionais. Depois, com essa compreensão cada vez mais solidária, a gente cria a Secretaria de Relações Internacionais (CONTEE 30/ REVISTA CONTEÚDO ANO XXX, 2021, p. 17).

Esse reconhecimento da importância da internacionalização para a Contee se consolidou com o tempo e, atualmente, a Confederação possui uma Secretaria de Relações Internacionais que conta com a participação de várias entidades internacionais, de modo que consegue reunir organizações internacionais de diferentes concepções políticas, com o intuito de fortalecer a luta docente em busca de valorização da educação e dos profissionais que trabalham na área.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, a coordenadora da Secretaria de Políticas Internacionais da Contee, a professora Maria Clotilde Petta, explica rapidamente as diferenças de concepções políticas entre as entidades internacionais e o porquê de a Confederação decidir permanecer vinculada a todas elas, apesar das diferenças existentes. Para Petta (2021, informação verbal),

a IE é a mais conservadora, mas a IEAL [que é um setor dentro da IE] é mais avançada porque é da América Latina, o coordenador é socialista e faz parte da central dos trabalhadores da Argentina. Já a FISE tem grande dificuldade para se manter, o presidente é do México, eles fazem poucos eventos. Na fase das ditaduras da América Latina, foi criada a CEA q não se identifica com nenhuma central, apenas reúne os educadores da América Latina, eu sou vice-presidente da CEA, esta possui mais atuação, embora tenha ligação com sindicatos da Europa, ela tem a presença marcante do sindicato de Cuba, enquanto que a IE não aceita Cuba. Estas concepções políticas refletem a atuação das entidades, para manter a unidade a Contee participa de todas p fortalecer e promover a unidade dos trabalhadores. Busca unir as bandeiras que são comuns, apesar das diferenças de interpretação, a unidade é fundamental, isso diferencia dos sindicatos [que são] só economicista, nenhuma categoria consegue avanços sem unidade dos trabalhadores.

As explicações de Petta acerca das diferenças entre as concepções políticas das entidades internacionais reforça, como já foi comentado, que a Contee considera importante manter a articulação para unir o maior número possível de trabalhadores de diferentes lugares do mundo. Independente das diferenças entre as concepções políticas, defende os interesses que são comuns internacionalmente à classe trabalhadora. Ainda de acordo com Petta (2021), as pautas mais gerais são as que conseguem ser mantidas devido às grandes diferenças culturais que existem entre os países, principalmente quando avança para além da América Latina, onde as formações culturais são mais distintas.

Em relação à estrutura organizacional, existe uma diretoria plena, além dos órgãos deliberativos como: Congresso (Conatee), Conselho Sindical (Consind), Diretoria Plena e Diretoria Executiva. Tem também o Conselho de Federações, que é um órgão consultivo e indicativo das políticas que a Contee deve seguir.

Quanto ao Congresso Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, este é formado por delegados de entidades filiadas, o Congresso é o órgão máximo de deliberações que se reúne a cada 4 anos, ou extraordinariamente quando necessário. Vale caracterizar que o Conatee elege diretoria plena e conselho fiscal, altera estatuto quando previsto em edital, delibera sobre a filiação da Contee junto a entidades sindicais nacionais e internacionais, estabelece diretrizes para fortalecimento do sindicato, bem como as políticas sindicais e financeiras, entre outras atribuições.

Na ausência do Congresso, o Consind é a instância máxima de deliberação da Contee, o conselho é regido pelo estatuto do sindicato e por seu regimento. É função do Consind cumprir o estatuto, implementar as deliberações do Conatee, aplicar as penalidades que lhe compete, aprovar o regimento interno. É o Coordenador Geral da Contee que preside as reuniões, juntamente com o Secretário Geral da instituição.

Com relação à diretoria, é função desta elaborar regimentos, convocar o Conatee e o Consind, fazer proposições acerca das políticas do sindicato, coordenar as campanhas nacionais, buscar meios de promover solidariedade entre organizações sindicais confederadas, elaborar a proposta de orçamento da Contee, apresentar relatório anual das secretarias, também, financeiro, entre outras funções.

A coordenação geral representa a Contee diante das instituições, bem como em todos os atos, ações e eventos de interesse dos trabalhadores. Sua função é convocar e coordenar as reuniões da diretoria plena, executiva e conselho fiscal, garantir o cumprimento de deliberação da diretoria das instâncias superiores da entidade, coordenar e acompanhar os trabalhos das secretarias, bem como garantir a política de relações internacionais definidas pela Confederação.

A confederação conta com várias secretarias cada uma responsável por um segmento como, por exemplo: Secretaria de Defesa das Diversidades, Direitos Humanos e Respeito às Etnias e Combate ao Racismo; Secretaria de Assuntos Jurídicos; Secretaria de Assuntos Educacionais e Formação; Secretaria de Organização Sindical, Relações de Trabalho e Relações Institucionais e Juventude; Secretaria de Relações Internacionais. Cada secretaria conta com funções específicas. Neste estudo, vamos detalhar apenas esta última secretaria por causa do foco de interesse da pesquisa ser a internacionalização.

É função da Secretaria de Relações Internacionais estudar as relações internacionais do movimento sindical, dar subsídio à diretoria plena, no que se refere às questões internacionais sindicais. Ela é responsável pelos eventos que tratam da questão internacional nas relações sindicais, também por elaborar e publicar documentos que ofereçam subsídio para a Confederação e demais entidades filiadas fundamentarem a luta, no que diz respeito à política internacional sindical. Ainda cabe a esta secretaria formular e promover as políticas internacionais da Contee, promover a articulação com outras entidades sindicais ou similares de outras partes do mundo, além de estabelecer ações de solidariedade e intercâmbio com os trabalhadores de outros países.

Ao coordenador de relações internacionais compete:

- I) Estudar as relações internacionais do movimento sindical;
- II) Subsidiar a diretoria plena como sua executiva, com informações referentes às questões internacionais;
- III) Propor, planejar e coordenar a organização de encontros e eventos que aprofundem a compreensão sobre a questão internacional nas relações internacionais;
- IV) Promover a elaboração e publicação de documentos que possibilitem à Confederação, as entidades filiadas subsídio para mais bem fundamentar a sua luta em relação à política internacional sindical;
- V) Formular e definir as políticas internacionais da Contee;
- VI) Estabelecer relações com todas as entidades sindicais e organizações congêneres, em âmbito mundial, estabelecer ações comuns de solidariedade e intercâmbio com os trabalhadores de outros países (CADERNOS DE RESOLUÇÕES, 8º CONATEE, 2021, p. 52-53).

Com relação às articulações internacionais promovidas pela Contee, elencamos algumas entidades parceiras de outros países. Entre as três entidades sindicais pesquisadas, essa é a que possui maior número de filiações com organizações internacionais. É associada à Confederação dos Educadores Americanos (CEA) e à Comunidade das Organizações Sindicais de Professores e Trabalhadores em Educação dos Países de Língua Portuguesa — Sindical da Educação (CPLP-SE). Ademais, também tem filiação com a Contee, a Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE), à Internacional da Educação (IE). No âmbito nacional, possui filiação com o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Quanto a este último, trata-se de uma entidade nacional que foi criada em 1955 pelos sindicatos que por meio das contribuições o mantém financeiramente, tem como um dos principais objetivos o desenvolvimento de pesquisas que atendam às demandas dos trabalhadores. A instituição também presta serviço para sindicatos que não são vinculados. Vemos, desse modo, que a Contee possui filiação com diferentes organizações internacionais que visam a reunir diversos países em torno da luta da classe trabalhadora. Como o foco do

nosso estudo é a internacionalização sindical, vamos nos direcionar a apresentar e analisar as entidades internacionais parceiras, as nacionais apenas mencionamos aqui para registrar a existência dos vínculos.

Em relação às ações da Contee para promoção da internacionalização, está a construção da unidade dos trabalhadores em educação da América Latina e do Caribe. Para isso, foi realizado um encontro que, segundo informações do *site* da Confederação e informações da coordenadora da Secretaria de Relações Internacionais da Contee, Maria Clotilde Lemos Petta²², aconteceu entre os dias 1 a 3 de novembro de 2019, em Havana, Cuba. Contou com a participação de aproximadamente 1.500 representantes de partidos políticos, movimento sindical e movimentos populares de 80 países. Entre os objetivos do encontro estava a articulação de estratégias para enfrentamento das políticas de caráter neoliberal.

De acordo com Petta (2021), um dos pontos altos do evento foi a necessidade da busca por apoio dos governos e da comunidade internacional frente à resolução que Cuba apresenta, nesta ocasião, à Assembleia Geral das Nações Unidas contra o bloqueio imposto pelos Estados Unidos a Cuba.

Outra atividade de internacionalização promovida por esta instituição foi a manifestação de apoio feita ao Chile, em outubro de 2019, referente aos crescentes protestos que o país vizinho começou, recentemente, a enfrentar. A população chilena foi às ruas em uma série de protestos, inicialmente em razão do grande aumento nas passagens de transporte, mas que esconde graves problemas sociais e econômicos os quais assolam o país, resultantes da política neoliberal.

A CONTEE se une às vozes das organizações sindicais chilenas no repúdio à violência do governo Piñera, na defesa dos direitos sociais e na exigência de que se restaure a institucionalidade democrática, depondo o estado de emergência e devolvendo os militares aos quartéis (NOTA DE SOLIDARIEDADE AO POVO CHILENO, 2019, *on-line*).

No manifesto de apoio, a Contee salienta que o Brasil também enfrenta problemas relacionados à questão econômica e social, tanto ligados à retirada de direito já adquiridos, como referentes à reforma da previdência que se encontra em tramitação.

Com relação às entidades internacionais parceiras da Contee, a Confederação dos Educadores Americanos (CEA) foi, a princípio, criada por iniciativa da ²³Associação Geral de Professores do Chile, os quais se reuniram em Buenos Aires, na Argentina, em janeiro de 1928,

²² Maria Clotilde Lemos Petta, além de coordenadora da Secretaria de Relações Internacionais da Contee, é diretora do Sinpro Campinas e Região, além de vice-presidente da CEA.

²³ Tradução nossa.

e que contou com a delegação de 11 países. Assim, foi inaugurado o primeiro congresso do Magistério da América, que deu vida à Internacional do Magistério. Essa organização foi importante para tratar dos problemas que afetam a educação na América Latina.

Nos anos seguintes, foram realizados vários encontros que permitiram reunir um maior número de países parceiros, bem como ampliar os estudos sobre a consciência internacional do magistério e das demandas educacionais comuns aos países latino-americanos. Até que, em 1943, em um congresso realizado no Chile, consolidou-se a Confederação Americana do Magistério (CAM) (CONFEDERACION DE EDUCADORES AMERICANOS, 2016, *on-line*, tradução nossa). Atualmente, a primeira vice-presidente da CEA é representante do Brasil e membro da Contee, a já mencionada: Maria Clotilde Lemos Petta. Essa confederação conta com diferentes países membros na participação dos cargos.

Um dos princípios desta entidade é o pleno respeito aos direitos humanos, à democracia e aos direitos do indivíduo como valores necessários para a realização do homem. Destacam-se entre os objetivos da CEA os de: lutar pelo fortalecimento das relações de intercâmbio culturais entre os povos americanos e de outros continentes; ampliar a cooperação com organismos internacionais, propor alternativas no que diz respeito à política de educação e professores que contribuam para dar solução aos problemas que envolvem a educação no continente; investigar e analisar propostas com o intuito de resolver problemas político-sindicais do continente e de cada um dos países que fazem parte da confederação. Esses são apenas alguns dos vários objetivos propostos pela CEA (CONFEDERACION DE EDUCADORES AMERICANOS, 2016, tradução nossa). A iniciativa da construção da referida Confederação é um importante meio de propor a internacionalização.

Outra organização internacional com a qual a Contee estabelece relação é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — CPLP-SE, que possui parcerias com os países de língua portuguesa. Assim como a CEA, tem o intuito de unir os países membros, no sentido de fortalecer e defender os interesses dos profissionais da educação dos diferentes países que fazem parte da organização. Na página virtual da Comunidade das Organizações Sindicais de Professores e Trabalhadores de Educação dos Países de Língua Portuguesa, há a apresentação do objetivo de estreitar as relações entre os professores e os trabalhadores da educação dos países lusófonos e de defesa da língua portuguesa como patrimônio comum aos povos associados. Este objetivo contrasta com os de outras organizações, apesar de haver alguns que se assemelham, como a defesa e a promoção da escola pública, laica, gratuita, democrática e de qualidade, a busca pelo reforço da cooperação com o movimento sindical internacional, em

particular, no seio da internacional de Educação e intercâmbio de experiências na formação sindical, entre outros.

Outra entidade parceira da Contee é a Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE), criada em 1946, em uma conferência em Paris. Trata-se de uma organização de professores e trabalhadores de todas as categorias e níveis de educação, sem distinção de nacionalidade, raça, opinião política, filosófica ou religiosa. Faz parte da Federação Sindical Mundial (FSM). Contudo, possui soberania e estatuto próprio, tem suas próprias demandas, mas apoia as organizações internacionais que possuem demandas comuns relacionadas às questões educacionais e docentes. Ela é composta por dois tipos de organizações: as organizações membros, que usufruem de todos os direitos, e as organizações associadas, que participam das atividades, mas não possuem direito de voto. As ações da FISE são independentes de partidos políticos e governos, aceita cooperação de organizações de forma democrática e que estejam em consonância com os interesses dos professores.

Entre os objetivos da FISE estão: unir a todas as organizações de trabalhadores em todos os países para lutar pela defesa de suas demandas profissionais, econômicas, sociais e morais; desenvolver cooperação e solidariedade mútua em âmbito internacional entre as organizações de professores e entre sindicatos de outros trabalhadores. Nesses objetivos dá para perceber que essa organização tem caráter mais amplo que as demais, ou seja, os objetivos de promover a internacionalização são bastante amplos e têm um campo de atuação bem maior que as demais aqui apresentadas. Enquanto as outras entidades se limitam à atuação entre os professores, o FISE compreende a necessidade de articulação com organizações sindicais de outras categorias de trabalhadores.

Outros objetivos que ratificam a ideia de atuação ampla estão na proposta de fomentar ações para alcançar todos os países e obter uma educação pública, obrigatória, gratuita, sem discriminação social. Nesse sentido, aproxima-se das pautas de lutas das outras organizações. Ademais, visa, também, a assegurar a solidariedade material e social para alcançar os sindicatos da educação que lutam por demandas econômicas, democráticas, para o progresso social, para a democracia e para a paz. Faz parte das pautas, ainda, promover ajuda para consolidação de sindicatos de professores nos países onde o sindicalismo docente é muito fraco. Observamos como característica dos princípios a preocupação com a paz entre os países, que é mencionada, algumas vezes, em um dos trechos dos objetivos. Há importância da luta contra as guerras e suas causas com a redução dos pressupostos militares e o crescimento dos recursos que são usados para o ensino, a ciência, mas também para subsídios científicos e culturais que reforçam a paz e a amizade entre os povos, contra o militarismo e o racismo.

Entre suas ações, está a manutenção de contatos com organizações filiadas e não filiadas para oferecer apoio e solidariedade internacional; o empreendimento de intercâmbio de informações e experiências com organização de professores e com todos os que podem ajudar a atender melhor seus objetivos para as condições de vida e trabalho dos professores, mas, também para a situação da educação, das escolas e dos problemas educacionais; a participação ativa nos trabalhos das organizações internacionais em educação; a organização de intercâmbio de delegações de trabalhadores entre os países que mantêm correspondência; convocação de reuniões, colóquios de representantes de diferentes sindicatos educacionais em níveis regional e internacional para estudar questões profissionais que têm a ver com os trabalhadores e a educação; publicação de periódicos “Professores do Mundo” e um boletim de informações chamado “Novidades Internacionais dos Professores”.

Outra entidade com a qual a Contee possui relação é a Internacional da Educação (IE). Sua fundação ocorreu em janeiro de 1993, pela fusão de duas outras organizações o World Confederation of Organizations of the Teaching Profession (WCOTP) e a International Federation of Free Teachers' Unions (IFFTU), ocorrida durante uma convenção em Estocolmo (Suécia). A origem destas remonta à criação de um comitê, em 1912, o Comitê Internacional das Federações Nacionais de Professores das Escolas Públicas na Bélgica. Nos anos subsequentes, outras organizações foram também criadas e se juntaram a estas, após a Segunda Guerra Mundial (1945-1948), houve uma nova organização do sindicalismo mundial. Os membros destas estavam concentrados na Europa e na América do Norte, diferente das outras organizações aqui mencionadas, que se concentravam mais entre os países latino-americanos.

Entre alguns de seus objetivos principais está a promoção da causa das organizações de professores e profissionais da educação, assegurar a paz, a democracia, a justiça social e a igualdade por meio do desenvolvimento educacional e da força coletiva dos professores; lutar por melhorias nas condições de trabalho de professores e demais funcionários da educação; promover o direito à educação pública; buscar promover um conceito de educação voltado para a compreensão internacional, tolerância, salvaguarda da paz e da liberdade e respeito pela dignidade humana; o combate a todas as formas de racismo e preconceito ou discriminação na educação e na sociedade devido a gênero, estado civil, orientação sexual, idade, religião, opinião política, *status* social, econômico, origem nacional ou étnica; dar atenção especial ao desenvolvimento do papel de liderança e envolvimento das mulheres na sociedade; criar solidariedade e cooperação mútua entre as organizações membros. As pautas são amplas, muitas delas perpassam a educação de forma transversal, portanto, são de interesse da classe trabalhadora (OBJETIVOS PRINCIPAIS, 2011).

Com relação à pauta da internacionalização, as ações são propostas para que seja promovida a unidade dos sindicatos independentes e democráticos que estão envolvidos no setor da educação. Essa ação de cooperação com sindicatos independentes de outros setores poderá contribuir para que o movimento sindical internacional se desenvolva (OBJETIVOS PRINCIPAIS, 2011).

Buscamos aqui apresentar as organizações de caráter internacional, por meio de um breve histórico e dos fundamentos e objetivos, para que seja possível conhecer um pouco delas e entender o tipo de trabalho realizado, além da relação estabelecida com as entidades sindicais nacionais de educação aqui pesquisadas (ANDES-SN, CNTE e Contee). Interessa-nos conhecer como estas organizações sindicais perpassam as ações de internacionalização, para entendermos como a internacionalização acontece. Muitas das ações de internacionalização são feitas mediante parcerias e atividades desenvolvidas por entidades internacionais como estas.

Outra entidade filiada à Contee é o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Este, diferente das outras que eram organizações internacionais, corresponde a uma instituição criada e mantida pelo movimento sindical nacional, desde 1955, para oferecer um suporte aos sindicatos nacionais por meio de pesquisas que atendessem às demandas dos trabalhadores. Possui cerca de 700 associados e entre as atividades que desenvolve estão estudos, pesquisas e atividades relacionadas à educação, à produção e difusão de conhecimento e informação sobre o trabalho, com uma perspectiva multidisciplinar. Os trabalhos realizados são feitos para atender aos sindicatos a eles associados, embora entidades não filiadas também possam solicitar algum serviço do DIEESE.

Entre os serviços mais solicitados estão: perfil de dirigentes e ativistas sindicais, perfil e categorias profissionais, análises setoriais, sondagens para campanhas sindicais principalmente aquelas que focam em determinado tema, como questões de gênero, juventude, raça, jornada, relações de trabalho, relações dos trabalhadores com sindicatos, entre outros. Essas organizações parceiras da Contee são importantes para o trabalho desenvolvido pela confederação, pois oferecem apoio e suporte para as ações sindicais. Cada uma oferece uma contribuição de acordo ao trabalho que desenvolve.

3.2 Centrais Sindicais Nacionais

Para articular melhor a discussão de como acontece a internacionalização nos sindicatos, apresentamos aqui um levantamento das centrais sindicais que possuem vínculos com a

entidades sindicais aqui pesquisadas. O levantamento foi realizado por meio da página virtual oficial do Ministério do Trabalho sobre as parcerias internacionais das Centrais Sindicais do Brasil, a saber: a Central única dos Trabalhadores (CUT) que possui vínculo com a CNTE e dialoga com a Contee; a Central Sindical Popular (CSP-Conlutas) a qual possui o ANDES-SN como entidade filiada; e a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), que juntamente com a CUT possui articulação com a Contee, embora não seja filiada a ela, pois a Contee decidiu por manter vínculo de diálogo e parceria com a CUT e a CTB, mas sem manter filiação a nenhuma delas.

Figura 11 — Logomarca da unidade dos trabalhadores em educação da América Latina e do Caribe



Fonte: Petta (2029).

A primeira central sindical que apresentamos aqui é a CUT, depois o CSP-Conlutas e, por fim, a CTB. Essa também será a ordem de apresentação das confederações e do sindicato aqui pesquisados. Nosso intuito maior aqui é situarmos a relação das centrais com as confederações e o sindicato, com ênfase nos compromissos das entidades com a política de internacionalização.

Cabe ressaltarmos também que as Centrais Sindicais possuem reconhecimento formal de acordo com a Lei 11.648, de 31 de março de 2008 e com o artigo primeiro, da referida lei, as Centrais Sindicais são entidades associativas de direito privado, formadas por organizações sindicais. As Centrais têm como atribuições e prerrogativas a coordenação e a representação dos trabalhadores por intermédio das organizações sindicais; participa de negociações em espaços de debate e negociação de interesse da classe trabalhadora que possuam composição tripartite. As Centrais Sindicais precisam cumprir uma série de prerrogativas legais para poderem existir, como número mínimo de sindicatos filiados e regiões do país, entre outros requisitos legais.

3.2.1 CUT

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) possui filiação com a CNTE e também se articula com a Contee, embora esta última não seja filiada a esta central. A fundação da CUT

aconteceu no ano de 1983, na ocasião em que acontecia um Congresso de trabalhadores em São Paulo, na cidade de São Bernardo do Campo, momento em que o país passava pelo processo de redemocratização. Assim, houve grande crescimento de movimentos sociais e sindicais, foi também o período do chamado de novo sindicalismo. Entretanto, podemos afirmar que sua construção começou no ano de 1978, ocasião em que se iniciava um importante movimento grevista em São Paulo

A construção da CUT se iniciou em 1978, ano em que os metalúrgicos da Saab Scania, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, deram o pontapé inicial no processo de reconstrução do movimento sindical, com uma greve que gerou forte movimento grevista que se espalhou por todo o País. Em outubro daquele ano, pela primeira vez um congresso de trabalhadores, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, hoje Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, propôs a criação da CUT (MARQUES, 2007, p. 12-13).

De acordo com o documento do Primeiro Congresso Nacional da CUT, “A criação da CUT representa apoio e referência para as oposições sindicais. É um instrumento para unificar as lutas. É uma forma de aglutinar de forma independente o trabalhador” (CUT, 1984, p. 01).

Figura 12 — Logomarca da CUT



Fonte: Central Única dos Trabalhadores (2021).

Apesar da declarada proposta de unificar as lutas dos trabalhadores, sempre pela base sindical, o contexto de formação da CUT foi marcado por disputas, visto não haver uma coesão no que se refere à concepção de sindicato defendida pela Central e por outros grupos que disputavam hegemonia no campo sindical. O documento da resolução da conferência nacional da classe trabalhadora deu origem à formação da CUT, que aconteceu somente dois anos após, em 1983, afirma que:

As entidades sindicais são o efetivo instrumento de luta dos trabalhadores brasileiros, que têm o sindicato como a sua referência para a defesa dos seus interesses, apesar da legislação que restringe a liberdade e a autonomia sindical. É dentro dos sindicatos, portanto, por onde devem passar as lutas dos trabalhadores (RESOLUÇÕES DA CONFERÊNCIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA, 1981, p. 06).

De acordo com informações na página digital oficial na Central Sindical, a entidade se define como classista, autônoma e democrática, que defende os interesses da classe trabalhadora de forma justa e democrática, os mesmos princípios são declaradamente defendidos pela CNTE

e pela Contee. Na mesma fonte, encontramos também referência à solidariedade internacional. Deste modo, afirma que:

No campo da solidariedade internacional, a CUT tem trabalhado no desenvolvimento de estratégias conjuntas para o enfrentamento de políticas neoliberais - de privatização, de concentração de capital e altos lucros - que ferem a soberania nacional e proliferam práticas especulativas, resultando na precarização das condições e relações de trabalho (CUT, 2021, *on-line*).

Ainda com relação ao tema da solidariedade sindical, a CUT se posicionou de forma solidária na ocasião da pandemia de COVID-19, visto que se juntou a outras Centrais Sindicais e estabeleceu acordo com o governo da Venezuela para o fornecimento de oxigênio para os hospitais de Manaus. Em razão do colapso do sistema de saúde, a população da capital do Amazonas enfrentou a falta de vagas nos leitos de hospitais, o nível de contaminação pelo novo corona vírus aumentou de tal forma nesta região que até os cemitérios ficaram sem vagas, câmaras frigoríficas tiveram que ser instaladas. Diante desse quadro dramático, o apoio do governo venezuelano foi importante para ajudar no combate à doença.

Figura 13 — Boletim Nacional CUT



Fonte: CNTE (2021, *on-line*).

O documento relativo às Resoluções da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que aconteceu em 1981, trata sobre os direitos sindicais no que diz respeito às relações internacionais, conforme o referido documento,

Os sindicatos têm o direito de receber informação, de ser consultados sobre os aspectos econômicos e sociais derivados de acordos internacionais do governo da União. Os sindicatos têm o direito de participar das diferentes estruturas de discussão, negociação e decisão sobre as questões econômicas, sociais e culturais internacionais que afetam as condições de vida e trabalho dos trabalhadores (RESOLUÇÕES DA CONFERÊNCIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA, 1981, p. 08).

Na atualidade, a Central possui parceria internacional com a Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA- TUCA). A proposta da política de internacionalização da CUT pôde ser observada desde o 1º Congresso Nacional da CUT. Em seu artigo 9, afirma sobre o compromisso com a solidariedade internacional:

A CUT será solidária com todos os movimentos da classe trabalhadora e dos povos que caminham na perspectiva de uma sociedade livre e igualitária. A CUT será solidária nas lutas pela emancipação da classe trabalhadora, pela emancipação dos povos e pelo fim das guerras imperialistas. A CUT manterá relações com todas as Centrais Sindicais, conservando sua autonomia e independência (RESOLUÇÕES DO 1º CONGRESSO NACIONAL DA CUT, 1984, p. 22).

Em consonância com o trecho apresentado, o qual menciona sobre a importância e o compromisso da CUT com a solidariedade com os povos, é proposto, no mesmo documento, a realização de um encontro dos trabalhadores latino-americanos para discutir sobre a dívida externa. No documento, os sindicalistas tratam acerca da importância de se unir a trabalhadores de países vizinhos latino-americanos que enfrentam situações parecidas com o Brasil, neste caso específico, a dívida externa. De acordo o documento referente às resoluções do 1º congresso nacional da CUT, foram feitos os encaminhamentos para tratar o tema:

Nas reuniões de encaminhamento que realizarmos pudemos trocar pareceres com vários representantes de centrais sindicais internacionais e dirigentes sindicais de outros países, presentes a este congresso, que não somente compartilham desta preocupação, como expressaram de imediato a sua solidariedade (RESOLUÇÕES DO 1º CONGRESSO NACIONAL DA CUT, 1984, p. 20).

Com isto, observamos que o discurso para internacionalizar a central estava pautado no princípio da solidariedade de classe. Na ocasião, a atuação de internacionalização da CUT estava presa às deliberações dos documentos e ainda dependente do direcionamento dos dirigentes. Neste sentido, para Costa (2000), a CUT tinha relações internacionais, mas não possuía uma política voltada para esta área.

Posteriormente, no 4º Congresso Nacional da CUT (Concut) houve uma intensificação nas ações voltadas para a internacionalização, como a busca de parcerias com centrais sindicais latino-americanas, ampliação do debate acerca do tema, o estabelecimento de intercâmbio entre trabalhadores, entre outras ações. No mesmo documento, encontramos a afirmação de que a CUT:

está diante da responsabilidade histórica de apresentar propostas para a solução dos graves problemas que estão se processando no mundo inteiro e que têm grandes reflexos sobre a América Latina e o Brasil. Isso exige da CUT redefinições nas suas políticas, principalmente no campo das relações internacionais, no sentido de colocar nossa Central como protagonista no contexto da recomposição do movimento

sindical, em âmbito mundial. Credenciando-a como interlocutora dos trabalhadores brasileiros diante das estratégias do capital multinacional e dos governos (RESOLUÇÕES DO 4º CONGRESSO NACIONAL DA CUT, 1991, p. 12).

Deste modo, fica evidenciado que a central intensificou as parcerias internacionais, de modo que, na atualidade, possui filiação com a Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Central Sindical das Américas (CSA).

Confederação Sindical Internacional (CSI)

A CSI é uma entidade filiada à CUT, de acordo com informações da página oficial da CSI, a Confederação Sindical possui o objetivo de promover a cooperação internacional entre sindicatos, defende a liberdade sindical e a democracia. É administrada por congressos mundiais que acontecem a cada 4 anos.

Figura 14 — Logomarca da CSI



Fonte: CSI (2021).

A CSI se coloca como porta-voz dos trabalhadores, afirma também ter como fundamento promover e defender os direitos dos trabalhadores de modo a contribuir com a solidariedade internacional dos sindicatos, mediante ações como a organização de campanhas mundiais e da representação perante instituições mundiais. As principais áreas de atuação são os direitos humanos e sindicais, economia, igualdade, luta contra a discriminação, além da cooperação internacional. A Confederação mantém relação com as federações sindicais internacionais, bem como com instituições ligadas a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Conforme o estatuto a Confederação, ela existe para unir e mobilizar forças democráticas, independente do sindicalismo mundial, ou seja, visa a oferecer solidariedade aos que necessitam, de modo que se compromete com o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores de todo o mundo. Defende a paz, o desarmamento e todas as formas de autoritarismo e opressão sobre os povos, de modo que condena o terrorismo, militarismo, racismo e o sexismo. Se esforça em promover o respeito à diversidade e combater as várias

formas de discriminação, estimular o crescimento do movimento sindical independente e democrático. Além disso, compromete-se a reforçar o trabalho da OIT. É representada por um conselho geral, eleito por um congresso e composto por 70 membros, dos quais 11 são do continente africano, 18 do Americano, 26 da Europa e 15 da Ásia.

Já a Confederação Internacional dos Sindicatos (ITUC) foi constituída pela junção de duas outras confederações de destaque no sindicalismo internacional, a World Confederation of Labour (WCL) e a International Confederation of Free Trade Unions (ICFTU) que foram dissolvidas em 2004. Com isso, em 2006, em um Congresso em Viena, foi fundada a International Trade Union Confederation (ITUC), isto é, a CSI em português.

Quanto aos princípios que regem a nova Confederação, não houve mudanças significativas com relação às anteriores, “suas principais áreas de atuação incluem: sindicato e direitos humanos; economia, sociedade e local de trabalho; igualdade e não discriminação; e solidariedade internacional” (BOURQUE; HENNEBERT, [s.d.], p. 05, tradução nossa). Contudo, a ITUC começou a atender questões internacionais importantes como “crise alimentar mundial, o colapso financeiro internacional e as mudanças climáticas” (BOURQUE; HENNEBERT [2017?], p. 06, tradução nossa). Desse modo, observou-se uma ampliação de temas no campo de atuação do sindicalismo internacional que antes não eram tratados pelas representações internacionais existentes.

Confederação Sindical das Américas (CSA)

A CSA também é filiada à CUT e foi fundada em 2008, no Panamá. Possui atualmente 48 filiações com organizações sindicais de 21 países. Defende bandeiras como: promoção dos direitos humanos, sindicais e trabalhistas, a solidariedade internacional, a democracia política entre outros.

Figura 15 — Logomarca da CSA



Fonte: CSA (2021).

De acordo com informações retiradas da página virtual oficial da CSA, estão entre seus princípios a igualdade e equidade de gênero, de modo que estimula a participação efetiva das

mulheres nas atividades e espaços de representação da confederação. A Confederação defende também que para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores é necessário reduzir a carga horária de trabalho, proteger os direitos dos trabalhadores, promover a solidariedade internacional de modo a fortalecer a unidade sindical. Por meio de acordos e parcerias procura unir e fortalecer as pautas de lutas da classe trabalhadora do mundo. Afirma também a importância de fortalecer a democracia e promover a justiça social.

Tem como objetivo principal reforçar as ações de democratização e crescimento dos sindicatos filiados. Para isto, afirma que o movimento sindical deve buscar um tipo de sociedade que atenda aos interesses da classe trabalhadora por meio de participação e de representatividade dos trabalhadores, em busca da ampliação de direitos. A CSA ainda ressalta que se orienta por um modelo sindical plural, democrático e participativo, com igualdade de oportunidades para homens e mulheres. Trata-se de uma luta por uma nova hegemonia, na qual os sindicatos devem se fazer presentes junto a outros setores estratégicos da sociedade. Reitera também a importância de ampliar o número de filiados dos diversos países para que a luta internacional da classe trabalhadora seja fortalecida.

3.2.2 CSP-CONLUTAS

A Central Sindical Popular (CSP-Conlutas) foi criada por meio da reunião de diferentes organizações sindicais. Segundo informações retiradas da página oficial da Central, o objetivo em comum que uniu os diferentes setores de movimentos sindicais e populares no processo de formação da Central foram principalmente as críticas às reformas de caráter neoliberal, realizadas pelo governo da época em foi fundada (junho de 2010). Ocasão em que ocorreu o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizado em São Paulo.

A Conlutas surgiu a partir da unidade de vários setores do movimento sindical na luta contra as reformas neoliberais aplicadas pelo governo Lula, e iniciou uma primeira experiência de incorporação dos movimentos populares numa mesma entidade. (SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL, 2011, *on-line*).

Desse modo, vários movimentos sociais de diferentes segmentos como a juventude, a população LGBTQI+²⁴, negros, entre outros se juntaram em torno da defesa dos interesses da classe trabalhadora, posicionaram-se de forma crítica à lógica do capital e à relação estabelecida

²⁴ A sigla LGBTQI+ — lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual + — refere-se à diversidade de possibilidades de orientação sexual, no caso o símbolo + foi criado para ampliar outras formas de orientação sexual e identidades de gênero. Mais informações ver Manual de Comunicação LGBTI+. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>.

com os trabalhadores. Segundo informações da internet, em página oficial da CSP-Conlutas, esta tem por objetivo lutar pelo fim de toda forma de opressão ao trabalhador, cuja meta é construir uma sociedade socialista que seja governada pela classe trabalhadora, para isso, busca independência e autonomia diante do Estado, dos partidos políticos e do governo. Outro objetivo importante que a Central assume é a busca pelo internacionalismo ativo e a solidariedade internacional, estes princípios podem ser observados também no ANDES-SN, sindicato filiado a esta Central, desde o ano de 2007, quando foi deliberada a filiação, na ocasião em que ocorria o 26º Congresso do ANDES-SN, em Campina Grande (PB).

Figura 16 — Congresso do ANDES-SN



Fonte: Ferreira (2019).

Ainda em relação às ações internacionalistas, destacamos o posicionamento da Central no combate à pandemia, em que a CSP-Conlutas participou da Conferência Internacional “Pela saúde dos povos, proteção e profissionalização dos Trabalhadores em Saúde”, com o intuito de discutir as experiências vivenciadas com a crise em busca de contribuir com a melhoria da situação de crise sanitária e de organização da classe trabalhadora. A Conferência, que ocorreu em agosto de 2020, contou com o apoio de diversos países mediante a participação de representantes do setor da saúde da Itália, Espanha, França, Colômbia, Argentina, Canadá, Estado Unidos, Cuba, México, além do Brasil.

De acordo com avaliação da representante da CSP- Conlutas, no congresso os problemas já existiam, mas com a pandemia se tornaram ainda mais intensos. A conferência tratou de temas como crise na economia, violência e assédio que aumentaram durante a pandemia. A representação da Central sindical acredita que a participação na conferência será importante para definir estratégias comuns de enfrentamento à pandemia para o fortalecimento da organização da classe trabalhadora que, nesse período, ficou bastante exposta ao adoecimento físico e psicológico.

A entidade participou também do Fórum Social Mundial que, em 2021, aconteceu de forma virtual, vários temas foram abordados no evento que reuniu entidades do mundo todo, entre eles a temática “Contra a criminalização das lutas sociais”.

Em relação à solidariedade internacional, no parágrafo sétimo do estatuto da Central, afirma é declarado que esta, juntamente com a unidade das organizações de classes em todo o mundo, é um valor importante que a central busca constantemente, pois tem como objetivo libertar a classe trabalhadora da opressão que acontece em diferentes partes do mundo, por este motivo, deve haver atuação em âmbito internacional. A CSP-Conlutas possui parceria internacional com a Rede Internacional Sindical de Solidariedade e lutas (RSISL).

Quanto às atividades realizadas pela Central, de acordo com informações retiradas da página oficial, são realizadas reuniões a cada dois meses, estas contam com a participação das organizações filiadas, que buscam assegurar a participação de todos nas decisões políticas de forma não hierarquizada. A CSP-Conlutas é composta por um Congresso Nacional: que é a instância máxima da Central, constituída por delegados que são eleitos pela base; Coordenação Nacional: instância máxima entre os congressos que se reúne a cada dois meses com os representantes das entidades e movimentos que são filiados à Central; há também a Secretaria Executiva Nacional: que possui caráter executivo e é composta por 27 membros efetivos e 8 suplentes, seu mandato tem duração de dois anos; por fim, há o conselho fiscal, que é eleito pela Coordenação Nacional e é composto por 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de dois anos.

Segundo o estatuto da entidade, esta possui caráter classista, de modo que se coloca em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Busca também reunir os trabalhadores organizados em sindicatos, organização de trabalhadores desempregados, aposentados e de outros movimentos sociais que se reúnem para lutar pelos interesses da classe trabalhadora, na perspectiva do socialismo. Representa de forma autônoma e independente os trabalhadores, em diferentes esferas, além disso, participa de negociações coletivas na defesa dos interesses dos representados, mediante autorização dos filiados. Embora a Central se posicione politicamente, é completamente autônoma em relação a partidos políticos, seus membros podem ser filiados a algum partido político ou não, coloca-se de forma democrática e com respeito à diversidade política. As decisões são baseadas nas entidades que são filiadas a ela.

Rede Internacional Sindical de Solidariedade e Lutas (RSISL)

A Rede Internacional Sindical de Solidariedade e Lutas (RSISL) é uma organização internacional que existe com intuito de reunir trabalhadores de todo o mundo para fortalecer a luta da classe trabalhadora. A CSP-Conlutas, que tem o ANDES-SN como sindicato filiado, faz parte desta entidade. De acordo com declaração da Rede disponível na página oficial, o trabalho

da RSISL se dirige a todas as organizações sindicais que se identificam com a luta pela democracia, pela autonomia dos trabalhadores em se organizar, bem como o reconhecimento da necessidade de transformação social. Segundo Filho (2018, p. 40),

RSISL surge da necessidade de articulação entre trabalhadores de diferentes países, em meio ao processo de reorganização do movimento operário internacional no contexto atual, combinando a defesa de interesses imediatos e o desejo de transformação social em escala global.

Na ocasião do primeiro Encontro das Américas promovido pela RSISL, os participantes analisaram a conjuntura política mundial de crise do capital iniciada em meados de 2007, em que destacaram as ações de ataques aos direitos dos trabalhadores como medidas para assegurar os lucros da burguesia diante da crise. Mencionaram também os problemas ambientais pelo capitalismo e descaso dos governantes. Avaliam as consequências da vitória de Donald Trump nas eleições que, com seu discurso xenófobo, racista, machista renunciara o crescimento de governos conservadores pelo mundo e da polarização política, o que acabou acontecendo nos anos seguintes. Contudo, o período foi marcado também por muitas mobilizações, no Brasil, por exemplo, os trabalhadores manifestavam-se contra a reforma da previdência, o mesmo foi observado nos países vizinhos da América Latina.

Figura 17 — 1º Encontro das Américas da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Luta



CSP-Conlutas (2017).

No contexto da análise apresentada é que a RSISL se propõe a construir um sindicalismo alternativo que seja efetivamente combativo internacionalmente. A RSISL faz uma crítica à Confederação Sindical Mundial (CSI) e à Federação Sindical Mundial (FSM) por considerarem excessivamente burocrática. Com isso, reafirmam a necessidade de enfrentamento ao capital internacional, de modo a desenvolver a solidariedade internacional como estratégia de luta. Diante disso, propõe a construção de ferramenta internacional para combater de forma independente os ataques do capital à classe trabalhadora, entre suas propostas estão: a construção de uma equipe formada por representantes dos países das Américas, os quais devem se reunir por meio de ferramenta de comunicação das tecnologias digitais (Skype), o que revela a importância das tecnologias para aproximar e permitir o diálogo entre as entidades dos

diferentes países; apoiar as lutas locais e nacionais dos sindicatos que fazem parte da Rede; defender as entidades sindicais dos ataques de governos locais; criar encontros entre setores da Rede Sindical em âmbito internacional; realizar seminários; estabelecer diálogo e alinhamento com setores de movimentos sociais.

Assim, é possível percebermos que entre as diferenças mais contrastantes desta entidade em relação às outras foi o esforço descrito em promover de forma prática e objetiva estratégias para possibilitar a internacionalização entre as organizações sindicais filiadas. As outras entidades internacionais de organização dos trabalhadores também se propõe a serem classistas, promoverem a crítica ao capital internacional, bem como reconhecerem os ataques e perdas de direitos sofridas pelos trabalhadores em todo o mundo, principalmente depois da crise do capital.

Portanto, vemos que os discursos se aproximam à medida que analisam a conjuntura política e econômica internacional, neste sentido, são as ações que diferem mais a atuação entre as entidades internacionais aqui pesquisadas. É importante também ressaltarmos que esta entidade não tem um protagonismo neste estudo, porque a filiação a esta é do CSP-Conlutas, que, por sua vez, possui vínculo com o ANDES-SN, que constitui foco do nosso estudo.

O ANDES-SN participou de evento realizado pela RSISL por intermédio da vinculação desta com a CSP-Conlutas, isso possibilitou a vinculação principalmente com sindicatos da França, de acordo com Coggiola (2021), o encarregado das relações internacionais do ANDES-SN, a articulação proporcionada foi importante, mas as ações não avançaram de forma sistemática. Deste modo, de acordo o que foi possível percebermos, as ações de internacionalização do ANDES-SN avançam aos poucos.

3.2.3 Central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil (CTB)

Consideramos importante situarmos aqui a Central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil (CTB), visto que esta participa de atividades junto com a CONTEE, embora como já mencionado não possui filiação com a referida confederação. A CTB foi fundada em 2007 e atua com diferentes categorias de trabalhadores, como “jovens e idosos, ativos e aposentados, negros, brancos e índios, empregados e desempregados, formais e informais, rurais e urbanos, públicos e privados” (PRINCÍPIO E OBJETIVOS DA CTB, 2021, p. 47).

Figura 18 — Logomarca da CTB



Fonte: CTB (2021).

De acordo com o documento que registra os princípios e objetivos da CTB, esta tem como princípios buscar pela unidade da classe trabalhadora, por intermédio da união de diferentes categorias de trabalhadores. Outro princípio que aparece no documento é da democracia representativa e participativa, conforme descrito adiante:

Concebemos a democracia como um valor intrínseco à emancipação dos explorados, uma postura e uma forma de vida cotidiana, garantia do mais amplo processo de participação e diálogo. Entendemos, ao mesmo tempo, que democracia também pressupõe respeito e obediência às decisões e deliberações coletivas (PRINCÍPIO E OBJETIVOS DA CTB, 2021, p. 48).

Outro valor defendido pela Central, segundo o documento consultado, é a independência classista, a autonomia sindical, sem dependência de patrões, governos, partidos políticos ou concepções religiosas, de modo que a luta da CTB é pela melhoria na qualidade de vida da população brasileira. Estes princípios estão de acordo com os defendidos no estatuto da Contee. Outro elemento em comum com a referida Confederação se dá em relação ao compromisso de solidariedade internacional, pois a CTB compreende que a luta da classe trabalhadora é internacional, ou seja,

Hoje mais que nunca é necessário fortalecer internacionalmente a luta daqueles que dependem única e exclusivamente de seu trabalho para sobreviver. É indispensável promover o internacionalismo proletário e defender projetos alternativos ao capitalismo e com orientação socialista (PRINCÍPIO E OBJETIVOS DA CTB, 2021, p. 49).

É válido registrar também que o V Congresso da CTB, ocorrido em agosto do ano de 2021, foi marcado pela realização de um Seminário Internacional que teve como tema central: Crise global do capitalismo e o futuro do trabalho. O evento, que aconteceu virtualmente, contou com a participação de representantes de diversos países, como também dos representantes locais.

Além de reconhecer a importância de internacionalizar a luta dos trabalhadores, prioriza valores éticos e busca combater toda forma de discriminação e intolerância contra as minorias. No documento, os docentes afirmam não aceitar:

os preconceitos, as discriminações e as intolerâncias, seja de cor, raça, etnia credo, origem, geração, classe social, gênero ou orientação sexual. Lutaremos com vigor por uma sociedade totalmente livre do machismo, da dominação de classe, do racismo e da homofobia, males estimulados pelo capitalismo que maculam e enfraquecem os ideais de igualdade e justiça social na sociedade brasileira (PRINCÍPIO E OBJETIVOS DA CTB, 2021, p. 50).

Com isso, observamos que o discurso da CTB apoia os movimentos sociais, as mulheres, o público LGBTQI+, além disso, acredita que a saída para o fim da exploração dos trabalhadores e da desigualdade social será pela perspectiva do socialismo. Defende que a produção tenha princípios solidários, ou seja, oponha-se à produção exacerbada e excludente, típica do capitalismo.

Federação Sindical Mundial (FSM)

A Federação Sindical Mundial (FSM) é uma entidade filiada à CTB que atua de forma articulada com a Contee, embora esta última não seja filiada à FSM, consideramos relevante apresentá-la aqui, visto que se trata de uma entidade sindical de caráter internacional. Com sede em Atenas, foi fundada na ocasião do seu primeiro congresso, que aconteceu em 3 de outubro de 1945, em Paris. A Federação se define como classista, foi criada no fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de lutar contra o fascismo, pela paz e em busca da redução das injustiças sociais. De acordo com Costa (2005, p. 20), a FSM era “basicamente dominada pelos sindicatos dos países comunistas”.

Figura 19 — Logomarca da FSM



Fonte: CTB (2014).

Na ocasião da Guerra Fria e com o fim da União Soviética, em 1991, a FSM enfrentou crises internas, devido a posicionamentos divergentes entre entidades sindicais participantes.

No entanto, a Federação conseguiu se manter e superar os conflitos internos. Atualmente, a FSM possui representação junto à OIT, ONU, UNESCO, entre outras, além de possuir filiação com entidades de 120 países.

Entre os princípios básicos da FSM estão: estrutura democrática; orientação de solidariedade internacional, luta pela paz mundial; defesa dos recursos naturais; proteção aos interesses da classe trabalhadora; luta pela liberdade sindical e pela democracia; organização de seminários de formação sindical, entre outros.

Os princípios da Federação já estavam presentes desde seu primeiro Congresso, a FSM representou os trabalhadores que desejavam um mundo sem guerras e injustiças sociais, representou também um momento novo com a derrota do fascismo, o espaço para um novo momento de liberdade, paz e prosperidade. Todos os anos a FSM realiza um Congresso Mundial, como forma de reforçar a luta mundial dos trabalhadores. No ano de 2015, o encontro aconteceu no Brasil e foi finalizado com uma caminhada pelas ruas do centro de São Paulo, a organização do evento contou com a participação ativa da CTB.

4 ORGANIZAÇÕES SINDICAIS INTERNACIONAIS

O reconhecimento da necessidade de os sindicatos se fortalecerem na busca pela garantia dos direitos da classe trabalhadora é que fez com que muitos sindicatos buscassem apoio político junto a outros países. Nesse sentido, as três entidades sindicais, aqui pesquisadas, firmaram parcerias com diferentes instituições internacionais, entre elas destacamos a Confederação dos Educadores Americanos (CEA), única instituição internacional que possui vinculação com as três organizações pesquisadas, isto porque o ANDES-SN, efetivamente, possui apenas esta parceria internacional, mas, na prática, conforme informou o encarregado da internacionalização do ANDES-SN, o professor Coggiola em entrevista, o sindicato se afastou das atividades da CEA, embora não tenha oficialmente se desvinculado.

Ainda em relação à internacionalização do ANDES-SN, apesar de não está atuante junto às entidades internacionais, possui um histórico de filiação com algumas delas. De acordo com Coggiola (2021), o sindicato já foi filiado também à IE, para ele, a decisão de sair da IE ocorreu por considerar sua atuação pouco eficiente, também, devido à articulação desta com os EUA e consequente proibição de participação do sindicato cubano. Posteriormente, o sindicato se vinculou à CEA, no qual teve membro com participação em posto de diretoria, mas, conforme já mencionado, o sindicato acabou por se afastar das atividades da Confederação.

Há também a Comunidade das Organizações Sindicais de Professores e Trabalhadores em Educação dos Países de Língua Portuguesa — Sindical da Educação (CPLP-SE) e a Internacional de Educação (IE), que é composta pela Internacional de Educação da América Latina (IEAL), esta faz parte da IE para tratar de assuntos específicos dos países latino-americanos, todas estas entidades internacionais possuem filiação com a Contee e a CNTE. Além da Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE), esta última possui parceria apenas com a Contee. Deste modo, observamos que das três entidades aqui pesquisadas, o ANDES-SN é o que mais se difere na maneira como realiza a internacionalização.

Para avançarmos no presente estudo, é necessário apresentarmos os conceitos de internacionalização que utilizamos para a análise. Deste modo, trazemos aqui as definições com base em alguns autores que versam sobre o tema, como é o caso de Morosini (2006; 2014). Para esta autora, a internacionalização é um processo de articulação entre países que acontece em diferentes setores da sociedade. Observamos que houve um desenvolvimento mais expressivo em empresas de grande porte, além de outros seguimentos como as Universidades. Como afirma a autora, “A internacionalização é marca das relações entre as universidades. Por sua

natureza de produtora de conhecimento, a universidade sempre teve como norma a internacionalização da função pesquisa, apoiada na autonomia do pesquisador” (MOROSINI, 2006, p.108).

A internacionalização cresce e se apresenta como necessidade, devido também ao crescimento da globalização que, após a Segunda Guerra Mundial, começou a apresentar os primeiros sinais e foi se expandindo, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Como na conjuntura atual o mundo está cada vez mais interligado, a internacionalização passa a ser cada vez mais necessária. No caso dos sindicatos, a internacionalização se torna também importante porque ela permite um fortalecimento das lutas sindicais, além do ganho de troca de experiências e da contribuição para melhor articular as lutas sindicais, isto possibilita problematizar questões que são de âmbito local, mas que também possuem caráter internacional.

Ainda em relação à definição de internacionalização, Knight (2012) nos alerta que a internacionalização existe para contribuir e não suplantam a realidade local, ou seja, se ocorre um domínio de uma realidade, país, ou cultura sobre outro, isso não é internacionalizar. A ideia é que a internacionalização contribua no sentido de complementar a dimensão local. Nesse sentido, ela leva em consideração as prioridades nas políticas nacionais. A autora salienta ainda que, se não cumprir este papel, a internacionalização pode vir a exercer uma função homogeneizadora e hegemônica de um país sobre outro.

Para Bartel (2003), a internacionalização refere trocas internacionais, deste modo, não podemos compreender esta como um meio de hegemonização e homogeneização de um país sobre outro, mas ao contrário, trata-se de um processo de troca, de colaboração entre países. A internacionalização é diferente da globalização, embora se relacionem, conforme explica Knight (2012), enquanto essa enfatiza os recursos mundiais, a internacionalização focaliza as relações entre as nações, mediante instituições e sistemas.

Com relação à vinculação globalização e internacionalização, Rombaldi (2016) afirma que “nem todo processo de globalização econômica conduz necessariamente à internacionalização sindical. Pelo contrário, a ação sindical para além das fronteiras nacionais desenvolve-se em diferentes ritmos e velocidades” (ROMBALDI, 2016, p. 549). É importante também registrarmos que não devemos confundir a definição de internacionalização com globalização. A polissemia do termo pode fazer com que o seu sentido se esvazie ou se perca. Assim, para evitar estes problemas, podemos considerar como global, nas palavras de Dale (2004, p. 426), “implica especialmente forças econômicas operando supra e transnacionalmente para romper, ou ultrapassar, as fronteiras nacionais, ao mesmo tempo que reconstruem as

relações entre as nações”. Enquanto a internacionalização faz referências a relações de trocas, parcerias entre nações, a globalização tem o sentido de homogeneização e ampliação de fronteiras. Para Dale (2004, p. 424),

A “globalização” é frequentemente considerada como representando um inelutável progresso no sentido da homogeneidade cultural, como um conjunto de forças que estão a tornar os estados-nação obsoletos e que pode resultar em algo parecido com uma política mundial, e como refletindo o crescimento irresistível da tecnologia da informação.

Após ter situado o que é globalização, cabe agora tratarmos da internacionalização, mais especificamente como ela acontece no âmbito sindical, para isto, precisamos considerar as peculiaridades próprias do sindicalismo internacional. Um exemplo é se contrastarmos com outros setores, nos quais a internacionalização também aconteceu, como nas universidades, por exemplo, onde a internacionalização acontece basicamente por meio da mobilidade estudantil, mediante parcerias, intercâmbios entre os estudantes e/ou profissionais, entre outras formas de diálogo com outros países. Por outro lado, para os sindicatos, a internacionalização se relaciona com a capacidade de organização que os trabalhadores possuem, ou seja, em ampliar para além dos limites do país a solidariedade entre a classe trabalhadora, por isso, é comum falarmos de internacionalismo sindical.

Na prática, as parcerias entre as entidades sindicais internacionais acontecem, principalmente, por meio das filiações que as entidades nacionais estabelecem com organizações internacionais que existem com esse objetivo de promover a união internacional da classe trabalhadora, com objetivos comuns, buscam estas parcerias como estratégias de luta e fortalecimento sindical.

Neste sentido, Rombaldi (2016) afirma que a internacionalização sindical é desenvolvida pelas estruturas internacionais, que são as confederações sindicais internacionais e as federações sindicais internacionais.

A organização dos trabalhadores, no nível internacional, materializa-se em articulações e estratégias estabelecidas para além dos padrões de mobilização e negociação tradicionalmente direcionados para o nível local ou nacional. As ações sindicais internacionais são desenvolvidas de forma bilateral ou por meio de estruturas internacionais que podem ser classificadas em dois grupos principais. O primeiro deles refere-se às *confederações sindicais internacionais*, organizações que filiam internacionalmente as centrais sindicais nacionais. Em seguida, vêm as *federações sindicais internacionais*, entidades de caráter setorial, em que os filiados nacionais correspondem aos sindicatos, federações e confederações relacionadas a determinados setores econômicos. Entre os resultados alcançados por tais organizações, merece destaque a aproximação de sindicatos estabelecidos em diferentes países e o

fortalecimento de negociações que acarretaram, por exemplo, o crescente número de Acordos Marco Internacionais (AMIs) junto a ²⁵ETNs (ROMBALDI, 2016, p. 535).

Desse modo, ao tratarmos do processo de internacionalização sindical, devemos considerar, além destas especificidades aqui mencionadas, no que diz respeito à internacionalização sindical, as metas que os sindicatos estabelecem no sentido de buscar parcerias internacionais, como estratégia de fortalecimento de suas lutas. A troca de experiências viabilizadas pela internacionalização permite que as organizações possam aprender com os outros países com os quais estabelecem as parcerias. Embora estas estejam presentes como um dos princípios, o que se observa é que ainda se avançou muito pouco nesse sentido.

As razões para o pouco desenvolvimento da internacionalização sindical se devem a várias razões, uma delas, de acordo com Costa (2005), em entrevista realizada durante quatro anos de pesquisa junto a sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), que:

Uns e outros foram quase unânimes em reconhecer que as relações internacionais têm um peso muito pequeno da definição da política de ambas as centrais sindicais. Tanto no Brasil como em Portugal, constatei efetivamente que o peso do “nacional” condiciona ainda de forma decisiva a intervenção supranacional das organizações sindicais nacionais (COSTA, 2005, p. 131).

Essa afirmação reforça a ideia de que os sindicatos têm dificuldades em se internacionalizar, dentre outros fatores, porque têm como prioridade tratar as questões de forma regionalizada. O autor salienta também que são muito comuns dificuldades internas, como pouco diálogo entre os representantes sindicais e sua base. Em suas palavras,

Não raras vezes, porém, o sindicalismo internacional prefere as táticas e diplomacias de gabinete em vez de usar o poder da classe trabalhadora, prefere a negociação com círculos sindicais restritos e financeiramente apetrechados em detrimento do debate amplo com o grosso do movimento sindical, prefere realizar “em off” as discussões sobre questões importantes em vez de as alargar aos distintos níveis da estrutura sindical (COSATU, 2001, p. 2-3 *apud* COSTA, 2005, p. 3).

Assim, é possível constatarmos que os sindicatos têm avançado muito pouco no que se refere ao diálogo com suas categorias de trabalhadores. Desse modo, quando conseguem ampliar seus contatos com organizações de outros países, o fazem sem a devida participação da base que o constituem. Além de a internacionalização sindical ser pouco desenvolvida, existem, como já mencionamos, poucas pesquisas que discutem questões referentes aos sindicatos. Segundo Costa (2005, p. 129),

²⁵ ETNs: abreviatura de Empresas transnacionais.

Essa escassez de interesse sobre uma política de relações internacionais (PRI) por parte dos estudiosos do movimento sindical poderá explicar-se, em grande medida, pelo facto de o espaço ocupado por tal política no conjunto de políticas levadas a cabo por muitas organizações sindicais nacionais estar aquém do que seria de esperar tendo em conta a “era de globalização” em que vivemos. Se é sabido que as ambições de emancipação e de solidariedade operária internacional permanecem bem presentes nos discursos do movimento sindical em geral, não é menos verdade, porém, que foi sobretudo o capital e não o trabalho que, na prática, logrou internacionalizar-se com êxito.

Apesar dessas dificuldades que mencionamos concernentes à ação dos sindicatos — muito mais com questões que são locais e nacionais do que com as relações internacionais, inclusive pela própria dinâmica de atuação sindical, ou seja, das demandas que se apresentam — há uma exigência de atenção às questões locais. Como destaca Costa (2005, p. 131),

a grande prioridade concedida às políticas de âmbito nacional, tendo em conta que é no plano nacional que regimes jurídicos, salários e condições de trabalho são delineados; b) a escassez de produção teórica a respeito do sindicalismo transnacional, explicada em parte pelo reduzido número de “trocas” sindicais internacionais; c) a ausência de recursos financeiros que suportem as iniciativas de cooperação internacional; d) a insuficiente valorização da solidariedade operária entre organizações de diferentes partes do mundo em detrimento da (por vezes excessiva) ênfase colocada em visões sindicais opostas entre o sindicalismo do Norte e o sindicalismo do Sul; e) o frequente recurso por parte das multinacionais a mecanismos de exploração sobre a classe trabalhadora; etc.

Nesse mesmo texto, o autor salienta que, na ocasião, tanto em Portugal quanto no Brasil, as relações internacionais tinham um peso reduzido quando definiam as políticas das centrais sindicais. Conforme afirmação do Secretário de Relações Internacionais da CUT, em entrevista concedida a Costa (2005, p. 132), no ano 2000,

O espaço prioritário para qualquer sindicato é o nacional, em primeiro lugar, é a empresa, é a categoria, é a cidade, é a região, é o país e só depois é que vem o internacional (Secretário de Relações Internacionais da CUT, entrevista, junho de 2000, São Paulo, Sede da CUT).

Outro motivo, considerado pelo autor, relevante para ajudar a explicar as dificuldades das centrais sindicais em se internacionalizarem, no caso do Brasil, tem relação com o processo de formação histórica, ou seja, o movimento de abertura política do Brasil com o mundo é relativamente recente. De 1964 até o ano de 1985, o país estava sob uma ditadura militar ditatorial, logo, as possibilidades de estabelecer relações com outros países eram bastante restritas, limitavam-se praticamente às escolas de formação em Washington (EUA), na Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais (AFL – CIO). Essa, segundo Corrêa (2017, p. 35), foi resultado de “um esforço solidário da AFL-CIO em educar os

sindicalistas, a fim de promover os métodos sindicais democráticos, o crescimento econômico e a reforma política em toda a América Latina”.

As ações de educação sindical eram feitas por intermédio do Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL), o qual foi fundado em 1961 pelo sindicalista Joseph Beirne, presidente da Communications Workers of America (CWA). O IADESIL foi dirigido por Serafino Romualdi, um militante anticomunista que se dedicava a combater o comunismo dentro do movimento sindical internacional. O instituto foi um instrumento importante para os EUA, à medida que forneceu formação aos sindicalistas latino-americanos de acordo com as suas concepções ideológicas.

Ainda assim, registramos que, de acordo com Corrêa (2017, p. 35), a iniciativa da criação do Instituto surgiu na ocasião em que Beirne participava de uma convenção internacional sindical:

Depois de testemunhar uma criança de seis anos de idade devorar um punhado de raízes retiradas do pasto, Beirne, que participava de uma convenção sindical internacional no Peru, sentiu que precisava tomar uma atitude para ajudar os mais de 14 milhões de trabalhadores latino-americanos. O sindicalista norte-americano observou então que a negociação coletiva era ignorada na maioria das indústrias, as condições de trabalho eram estabelecidas por parlamentares e os sindicatos provocavam motins, espalhando o caos na sociedade. Havia um número pequeno de dirigentes treinados e dedicados aos seus sindicatos em tempo integral, e os procedimentos democráticos para as reivindicações trabalhistas – considerados a espinha dorsal do sindicalismo norte-americano – eram praticamente desconhecidos.

O trabalho de formação sindical do IADESIL caracterizou as experiências de internacionalização sindical no Brasil (além de outros países latino-americanos) na década de 1960. Contudo, de acordo com Knight (2012, p. 3),

Os princípios fundamentais que orientam a internacionalização sempre representam objetivos distintos para diferentes pessoas, instituições e países. Ainda assim, prevê-se que a internacionalização teria evoluído a partir de algo que foi tradicionalmente visto como um processo, com base em valores de cooperação, parceria, troca, benefícios mútuos e aprimoramento da capacidade.

Sendo assim, a internacionalização ocorre, de fato, quando há relação de troca e reciprocidade. A experiência com o IADESIL não se caracterizou efetivamente como uma experiência de intercâmbio ou de troca, mas uma relação de submissão do Brasil à formação estadunidense, que acabava por atender mais aos interesses dos EUA do que aos dos trabalhadores do Brasil. A atuação do IADESIL estava associada, principalmente, a grupos conservadores que tinham o objetivo de combater o movimento comunista no país, conforme salienta Corrêa (2017, p. 13),

No Brasil, além de bloquear a atuação das lideranças sindicais tidas como comunistas ou antiamericanas, o objetivo do IADESIL era promover a implantação do modelo contratualista de negociações coletivas por meio da atuação de uma federação nacional de trabalho, nos moldes da AFL, apoiada e patrocinada por organizações internacionais. As negociações diretas com os empregadores deveriam substituir, de modo gradativo, o já consolidado sistema corporativista de trabalho.

A autora explica como era feito o trabalho de formação dessa instituição e como havia um caráter de combate ao comunismo:

O IADESIL lançou um programa de educação no Brasil a fim de formar novas lideranças capazes de implantar e desenvolver o modelo sindical norte-americano. Os trabalhos eram voltados à organização de cursos, palestras, visitas e intercâmbios entre sindicalistas brasileiros e norte-americanos. Na prática, essas ações contavam com o apoio dos setores mais anticomunistas e conservadores do movimento sindical brasileiro. Muitos dos chamados “pelegos”, que viriam a ter papel importante durante a ditadura civil-militar instalada em 1964, participaram das atividades promovidas pelo IADESIL e mantinham vínculos estreitos com o sindicalismo norte-americano (CORRÊA, 2017, p. 13-14, grifos do autor).

O IADESIL deixou uma herança no sindicalismo brasileiro com reflexos até a atualidade, os resultados do trabalho desta instituição, provavelmente, não se restringiram apenas ao Brasil, uma vez que, de acordo com fontes apresentadas por Rodrigues (2009), os EUA lideram os índices de baixa sindicalização, quando comparado com a Europa (que sofreu uma queda na curva de sindicalização, principalmente partir da década de 1980). Já nos EUA, esse processo se inicia desde a década de 1950.

Quanto à influência do IADESIL no sindicalismo nacional na atualidade, deve-se ao fato de que ainda existem sindicalistas em atuação hoje que foram formados no modelo de sindicato do Instituto, o que sugere a possibilidade de ser mais um elemento de dificuldade que os sindicatos nacionais apresentam para se internacionalizarem. Uma das concepções mais atuais que temos acerca do conceito de internacionalização, no que diz respeito ao movimento de trocas de experiências entre países e não de uma simples captação de formação ou doação de um país para outro, isto cria uma relação submissa de um país com relação ao outro, ou seja, não é internacionalização de fato, pois fere os princípios conceituais do que é internacionalização.

O mesmo não podemos afirmar sobre os sindicatos da educação, que apesar do seu caráter heterogêneo exercem de fato a internacionalização, em ritmos diversos, muito embora consideramos seu desenvolvimento em estágio inicial, principalmente quando contrastamos com a internacionalização exercida em outros setores, como metalúrgicos e industriais, que desponta de forma bem mais avançada. Embora isso ocorra também em diferentes ritmos, como afirma Rombaldi (2016, p. 549),

Ainda que se tenham observado movimentos de internacionalização heterogêneos, eles foram confluentes na abertura de uma perspectiva sobre os rumos da militância sindical brasileira que passa a rumar ao exterior. Talvez seja prematuro afirmar que, de um modo geral, exista uma tendência à internacionalização das práticas sindicais brasileiras. No entanto, a ocupação do cargo de secretário geral da Confederação Sindical Internacional (CSI) por um ex-presidente da CUT em 2014, e da *Industrial*, por um metalúrgico do SMABC em 2016, tem dado mostras de que a internacionalização das práticas sindicais já está constituída, ao menos, como um novo horizonte para a superação de dificuldades enfrentadas no ambiente nacional.

A internacionalização sindical mencionada pelo autor se refere ao sindicato dos metalúrgicos do ABC, filiado à CUT, e ao sindicato das telecomunicações de São Paulo, filiado à Força Sindical. Entende-se que nesses setores a internacionalização já começou a avançar mais do que na educação. É importante considerar ainda que esses setores sindicais possuem perfis bem diferentes da educação, contudo, o ponto de confluência que trazemos aqui é o processo de internacionalização em entidades sindicais.

Apesar dos desafios em relação à internacionalização sindical, Rombaldi (2016) afirma em seu estudo, que a internacionalização sindical acontece de diferentes formas nos diversos setores de trabalho, por exemplo, no caso dos sindicatos dos metalúrgicos e das telecomunicações, isto é, o autor explica que houve um fortalecimento da internacionalização sindical. Segundo ele, o sindicalismo nacional passou por três diferentes fases. O período do processo de redemocratização do país (1980-1990) foi também marcado pela reestruturação sindical, que passou a atender às novas bases políticas democráticas, nesse processo, o sindicalismo internacional ofereceu apoio aos sindicatos nacionais. Isso abriu espaço para que, posteriormente, fosse construída uma rede de contatos de entre sindicatos internacionais.

sindicatos nacionais são beneficiados por ações de solidariedade sem que haja reciprocidade para com as organizações de outros países. É o caso do recebimento de cartas de apoio, de visitas de lideranças de outros países, de ajuda financeira internacional para atividades locais ou para a realização de intercâmbios por lideranças locais (ROMBALDI, 2016, p. 537).

A internacionalização sindical passou por um processo de transição durante o período da década de 1990, que foi marcada por muitas privatizações de empresas estatais, como aconteceu com as telecomunicações, por exemplo, foi um período de intenso avanço do neoliberalismo. Somente nos anos 2000, a internacionalização dos sindicatos no Brasil de fato cresceu e se consolidou. Podemos compreender o avanço da internacionalização nesse período como uma resposta aos ataques sofridos pelos trabalhadores diante das políticas neoliberais, materializadas pelas privatizações.

Para entendermos melhor como começaram as iniciativas de internacionalização, devemos remontar ao período do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Devido às

consequências deixadas pela guerra, muitos países se uniram com intuito de impedir novos conflitos, desse modo, formou-se a Organização das Nações Unidas (ONU), da qual não participaram Alemanha, Japão e outros países vencidos na guerra. O mundo ficou dividido em dois blocos: o Ocidental, controlado pelos Estados Unidos da América (EUA), principal país que representava o capitalismo, e o do Leste, que era símbolo do comunismo, representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (ANTUNES, 2002).

Assim como os países buscaram se organizar internacionalmente, os trabalhadores também empreenderam esforços em se unir a organismos internacionais. De acordo com Bourque e Hennebert ([s.d.], p. 02, tradução nossa), “As organizações sindicais devem utilizar melhor os espaços supranacionais para efetivamente assegurar o respeito aos direitos sociais fundamentais e melhorar as condições de trabalho em todo o mundo”.

Embora os trabalhadores tenham buscado se unirem internacionalmente para obterem apoio e fortalecerem suas lutas locais, a internacionalização sindical enfrenta muitos desafios, de acordo com Bourque e Hennebert [s.d.], existe uma preocupação por parte de alguns observadores de que diante das dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo internacional haja restrição e limitação de suas ações apenas a denunciar os problemas acarretados pelo neoliberalismo. Afirmam ainda que:

esses críticos sustentam que uma reforma radical real do movimento sindical internacional só pode surgir a partir da base e não, como atualmente acontece, a partir do resultado de um processo de cima para baixo, que é intrinsecamente burocrático e não é diretamente conectado com as realidades sociais e sindicais lutas que ocorrem em nível local (BOURQUE; HENNEBERT, [s.d.], p. 12, tradução nossa).

A iniciativa de organizar internacionalmente os trabalhadores já havia sido testada anteriormente, isso nos remete à famosa frase de Karl Marx e Friedrich Engels, retirada do Manifesto Comunista “Trabalhadores do mundo uni-vos”. O excerto revelava a intenção dos autores em organizar os trabalhadores para além das fronteiras nacionais. Na época, o proletariado era uma minoria e sem muitas condições de empreender de forma efetiva uma proposta de tamanha proporção, embora tenham ocorrido tentativas. Fato é que Marx e Engels já haviam reconhecido a importância de fortalecer os trabalhadores internacionalmente, embora não tenham tido muito êxito. Apesar de termos atualmente uma realidade bem distinta do período em que o manifesto foi escrito, as dificuldades em fazer esse tipo de aliança ainda existem.

Para Marx e Engels, o internacionalismo era ao mesmo tempo uma peça central da estratégia de organização e luta do proletariado contra o capital global, e a expressão de uma perspectiva humanista revolucionária para a qual a emancipação da

humanidade era o valor ético supremo e o objetivo final do combate (LOWY, 1998, p. 97).

Desse modo, organizações de trabalhadores com caráter internacionalista já existiam desde o século XIX, tratavam-se de confederações sindicais internacionais de diferentes concepções políticas e ideológicas. Havia uma comunista, uma social-democrata e uma de concepção católica. Essas organizações deixaram de ser importantes e tiveram sua capacidade de atuação reduzida, no contexto da eclosão da Segunda Guerra Mundial, somente depois que a guerra terminou, foi que os trabalhadores voltaram a se organizar internacionalmente (CORRÊA, 2017).

Quando a Segunda Guerra Mundial estava próxima do fim, foi criada a Federação Sindical Mundial (FSM)²⁶, por meio da união de sindicatos ingleses, soviéticos, franceses e um dos sindicatos dos EUA.

A queda do Bloco de Leste conduziu praticamente ao seu desaparecimento; a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL), criada em 1949, num clima de Guerra Fria e como resposta à influência comunista na FSM. Agrupando na altura a maior parte dos sindicatos não alinhados com o Bloco de Leste, incluindo-se aqui tanto formas de sindicalismo reformista – de tipo socialista e socialdemocrata (SANTOS; COSTA, 2004, p. 22).

Contudo, a FSM não teve participação dos católicos, que também se organizaram e formaram a Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (CISC). Alguns anos depois, em 1949, a Federação Sindical Mundial sofreu uma divisão, porque os sindicatos e as centrais sindicais lideradas por grupos ingleses e estadunidenses, que se opunham ao comunismo, criaram a Confederação internacional das Organizações Sindicais (CIOSL). Esta confederação defendia a conciliação de classes e foi liderada por duas centrais, uma estadunidense, a AFL-CIO e a outra inglesa, a TUC (CORRÊA, 2017).

Nos anos que seguiram após o fim da segunda guerra, os países europeus se esforçaram para se reconstruírem. Houve crescimento do chamado Estado de bem estar social, *Welfare State*, que concedeu benefícios e direitos aos trabalhadores, o que ajudou a conter os movimentos de caráter comunista, embora o período tenha sido permeado por lutas sindicais. Entretanto, devido às características da política de bem-estar-social, os trabalhadores conseguiram uma série de direitos (ANTUNES, 2002).

O Estado de bem estar social, foi uma tentativa dos países se reerguerem dos estragos provocados pela Segunda Guerra Mundial, entretanto, foi deixando de existir. Em contrapartida, o pensamento liberal foi sendo retomado, com ele o desenvolvimento da política

²⁶ No capítulo 3, item 3.2.3 CTB, contextualizamos de forma mais detalhada a Federação Social Mundial.

de Estado mínimo. Com a retração do Estado na economia e o crescimento das privatizações, houve uma série de ataques às organizações sindicais, com o intuito de desmobilizar os trabalhadores. Nesse sentido, na década de 1960, iniciou-se um processo de substituição do antigo modo de produção fordista/taylorista, caracterizado pela produção em larga escala e divisão do trabalho, de modo que as mercadorias eram produzidas em grandes quantidades e com pouco controle de qualidade para o modelo de produção toyotista²⁷.

Quando a crise do capital se intensifica e gera a necessidade de novos padrões de produção, ocorre, então, a acumulação flexível, que tem no toyotismo uma saída para o excedente de produção típico do fordismo, no qual a eficiência era prioridade, de modo que passou a atender um mercado em mutação cada vez mais específico. Com isso, a precarização do trabalho se apresentou como uma das consequências da acumulação flexível (HARVEY, 2004).

Os fundamentos do referido modelo de produção são explicitados no livro *A condição pós-moderna*, Harvey (2004). Nessa obra, o autor cita Taylor (1911) para ressaltar “Os princípios da Administração Científica”, bem como explicar o detalhado estudo que o autor desenvolveu com o intuito de controlar o tempo que os trabalhadores gastavam para realização do trabalho. Trata-se de:

[...] um influente tratado que descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentado através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento [...]. O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2004, p. 121).

O modelo de produção fordista, em alta no período entre guerras, caracterizou-se pela produção em massa, longas horas de trabalho altamente repetitivo. Esse modelo de produção, para o qual eram exigidas poucas habilidades do trabalhador, entrou em crise a partir de meados de 1973 e foi marcado pela rigidez, bem como por não conseguir lidar com as contradições próprias do capitalismo. Dessa forma, em reposta à inflexibilidade fordista, um rápido processo

²⁷Modelo de produção japonês que foi criado para atender a uma nova demanda de mercado, já que o modelo taylorista/fordista começou a se tornar obsoleto. A base da estrutura do toyotismo foi a intensificação do trabalho, a flexibilização dos trabalhadores, com capacidade de desenvolver diferentes tarefas, o trabalhador polivalente, multifuncional, o que difere no modelo Taylor/fordista, no qual cada trabalhador era responsável por apenas uma parte do processo de produção, outra característica do fordismo que difere do toyotismo é que no primeiro havia produção em larga escala, enquanto que neste último a produção é feita de forma a atender públicos específicos e diferentes entre si, há uma especialização.

de transição ocorreu e houve a substituição do modelo taylorista/fordista pelo chamado modelo de acumulação “flexível”, caracterizado por novos padrões de produção e consumo. Com esse recente modelo, foram alteradas as relações de trabalho, ocorreu um crescimento no setor de serviços, o que contribuiu para o desemprego estrutural e exigiu um outro tipo de trabalhador, polivalente, com habilidade e formação para realizar diferentes funções dentro de uma empresa.

No mesmo contexto, ocorreu o enfraquecimento do movimento sindical, bem como o aumento da competitividade e o crescimento de um exército de reserva, composto pelo aumento de pessoas desempregadas ou subempregadas. Isso abriu espaço para regimes de contrato mais flexíveis, trabalhos temporários para atender às especificidades das demandas de cada empresa.

Com esse modelo flexível, a produção deixou de ser realizada em larga escala e passou a atender a públicos cada vez mais específicos. Começaram, então, a produzir grande variedade de produtos. A quantidade de produção de cada mercadoria passou a atender a critérios cada vez mais diversificados, o que ampliou a produção e, conseqüentemente, atende a um público mais diversificado. Desse modo, conseqüentemente, passou-se a atender a públicos menores, por serem mais específicos. Assim, evitou-se o excedente de mercadoria, um dos grandes problemas enfrentados pelo modelo fordista de produção.

De acordo com Harvey (1992), a acumulação flexível associou as estratégias de exploração da mais-valia absoluta com a mais-valia relativa. A primeira, relaciona-se à extensão da jornada de trabalho. Para o autor, a ampliação das horas de trabalho integrada a uma redução do poder de compra do trabalhador é uma das características da acumulação flexível. Quanto à mais-valia relativa, neste caso, utiliza-se como estratégia para ampliação dos lucros, cortes de postos de trabalho. Neste caso, faz-se necessária uma força de trabalho altamente qualificada, para atender aos novos padrões cada vez mais flexíveis. Estes novos padrões afetam o universo do trabalho como um todo.

Com os professores não foi diferente, a lógica do modelo de produção toyotista, que trouxe o novo perfil de profissional polivalente, que acumula diferentes funções, também afetou o trabalho docente, que dentro do seu universo de atribuições assistiu a um processo de intensificação das exigências e aumento das demandas educacionais. Essas questões, relativas às condições de trabalho dos professores, sempre estão nas pautas de lutas sindicais.

O sindicalismo desenvolvido pelos professores se diferenciou daquele que foi produzido pelos operários, isso devido às características que são particulares a cada tipo de atividade laboral, no caso dos docentes, estes são profissionais que trabalham com atividade de caráter intelectual, possuem relação com a construção de conhecimento, isto faz com que se constitua um campo de atuação com uma identidade profissional própria, esse perfil característico é

refletido no sindicalismo docente. Contudo, apesar das características de categoria profissional que se formaram entre os docentes, estes espaços não são homogêneos, ao contrário, são políticos de contradições e disputas de diferentes concepções de sindicalismo, que também se formam diante das experiências dos atores sociais que formam os sindicatos. Isto é bem evidente nas parcerias estabelecidas pela Contee, em que ela se articulou com entidades internacionais que possuem concepções políticas completamente distintas.

Estas características diferenciam não apenas a condução das decisões políticas dos sindicatos, mas também a relação com o Estado, no caso de professores que são funcionários públicos, ou com as instituições as quais estão vinculados. No Brasil, o movimento docente ganhou fôlego, principalmente a partir da segunda metade da década de 1980, quando teve fim a ditadura militar. Nessa ocasião, houve um crescimento dos movimentos sociais, período do chamado novo sindicalismo.

Internacionalmente, o sindicalismo enfrentou uma crise, principalmente na década de 1980, contudo, de acordo com Rodrigues (2009), na década de 1970, em vários países da Europa e na América do Norte, o movimento sindical passou por uma expansão em relação às ações sindicais de mobilização e participação política, embora a França, na Europa, e os EUA, na América do Norte, já começavam a enfrentar uma crise que, na década seguinte, consolidara-se também nos outros países da Europa e América do Norte. A seguir, apresentamos alguns dados sobre as taxas de sindicalização nas décadas de 1970 e 1980.

Tomando como pontos de referência os anos de 1970 e 1988, a sindicalização caiu de 35% para 28% no conjunto dos países. De 1970 a sindicalização caiu de 35% para 28% no conjunto dos países. De 1970 a 1975, a proporção de trabalhadores sindicalizados ainda aumentou 2%. A partir de então, começou a cair. No período considerado, tomando-se os países europeus (médias ponderadas) em conjunto, em 1988 o nível de desindicalização (38%) era o mesmo existente em 1970. Em 1980, a sindicalização atingiu seu pico (44%), passando a cair a partir desse ano. A evolução no interior desse período indica queda para todos os países tornados em conjunto (RODRIGUES, 2009, p. 09).

A década de 1970 se diferenciou das demais seguintes porque, na época, ainda havia um crescimento na taxa de sindicalização nos países europeus e América do Norte, que logo deixou de existir depois da década de 1980. Nesse período, assistimos a uma redução nas taxas de sindicalização, não apenas no Brasil, mas na maioria dos lugares do mundo²⁸. Com os outros países que compõe o MERCOSUL²⁹ também não foi diferente.

²⁸ De acordo com dados apresentados por Rodrigues (2009), os países nórdicos apresentaram uma realidade à parte, visto que durante a década de 1980 possuíam altas e estáveis taxas de sindicalização entre os trabalhadores.

²⁹ Mercosul, Mercado Comum do Sul, trata-se de um bloco econômico formado no ano de 1991 pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Tendo como objetivo unir e fortalecer econômica, política e socialmente os países-membros, por meio de ações como a livre circulação de bens, serviços e produtos.

Quanto aos desafios enfrentados pelos sindicatos em se internacionalizarem, Castro e Wachendorfer (1998, p. 132) afirmam que em

[...] outras regiões e outros continentes, também na América Latina, a ação sindical teve uma orientação essencialmente nacional. Os problemas eram resolvidos pelos sindicatos no contexto nacional em conflito ou em cooperação tanto com o Estado, ao qual cabia um papel decisivo na organização das relações de trabalho, quanto com as representações patronais ou empresas isoladas. Fatores geográficos, sociais e políticos fizeram com que a tendência ao isolamento em relação aos países vizinhos se acentuasse, especialmente no sul da América Latina.

Essa realidade, no entanto, foi modificada na época do final da ditadura militar, no início da década de 1980. O período foi considerado de crise do sindicalismo, mesmo em outros lugares do mundo, mas no que diz respeito à abertura para a internacionalização essa realidade foi diferente.

[...] final do período dos regimes militares, no início dos anos 80, começaram, no entanto, a surgir os primeiros contatos sindicais, alimentados pelo crescimento dos movimentos de resistência democrática no Chile Argentina, Uruguai e Brasil (CASTRO; WACHENDORFER, 1998, p. 132).

Um dos motivos que facilita a aproximação e interação entre os países latino-americanos é o fato de possuírem realidades relativamente parecidas como, por exemplo, terem passado por um processo de colonização, os idiomas oficiais são apenas dois (português e espanhol) e possuem uma mesma matriz. Isto facilitou a comunicação entre os países, os problemas que enfrentam em relação à busca por garantias de direitos trabalhistas também são comuns aos países da América Latina. Tal condição ainda aproximou o diálogo entre entidades sindicais e de movimentos sociais, em busca da união e solidariedade entre os povos.

Deste modo, é possível entendermos o porquê de as entidades sindicais brasileiras conseguirem estabelecer parcerias em maior número com países vizinhos latino-americanos. Os sindicatos buscaram se internacionalizar como resposta às ofensivas do capital que é internacional e que mundialmente promove ataques aos direitos dos trabalhadores. Além disso, a crise estrutural do capital, assim como as políticas neoliberais também são internacionais. As investidas sofridas pelos trabalhadores acabaram por reforçar, entre estes, a necessidade de buscar apoios internacionais.

A campanha em defesa da profissão professor unifica [a busca por] melhores condições de trabalho e salário. A profissão está sendo posta em cheque, há a ideia de que qualquer um pode dar aula. Com as tecnologias isso se aprofunda, quando a educação mercantilizada se associa a alguém q domina as tecnologias digitais, [o resultado é que] acaba dando aula não sendo professor, c isso há um movimento grande internacional contra a de profissionalização dos professores, a Contee fez uma campanha: 'Sem professor não há futuro', para defender o papel importante do professor, isso unifica. A maior dificuldade é a baixa consciência dos trabalhadores

porque o neoliberalismo flexibiliza direitos e dificulta o movimento sindical, criminaliza e atinge a categoria dos trabalhadores da educação de forma violenta. Os ataques aos direitos dos trabalhadores atingem o movimento internacional, a desqualificação do trabalho do professor é das grandes dificuldades que existem, o governo privatiza o ensino público e coloca a universidade como inimiga, isso aprofunda os desafios dos sindicatos (PETTA, 2021, informação verbal).

No campo das políticas públicas para a educação, a partir dos anos de 1980, com as investidas neoliberais, os mercados ampliaram sua ação na área educacional, à medida que o Estado retraiu suas funções. Este, por sua vez, passou por reformas que afetaram a administração pública de diversos setores, entre eles a educação. É importante salientar que as políticas, que são lançadas para a educação, impactam no trabalho docente, com isso, chegam até os sindicatos.

Os defensores do neoliberalismo utilizam como argumento a privatização enquanto uma saída para a declarada falta de qualidade dos serviços públicos. As ideias neoliberais legitimaram a redução da intervenção do Estado na educação e encorajaram o mercado, que passou a subordinar as políticas educacionais a uma lógica economicista. Medidas como estas eliminam a estabilidade no emprego e dificulta a luta sindical.

É interessante observarmos que os desafios das entidades sindicais, sobretudo dos docentes que atuam no ensino privado, representarem profissionais que não possuem estabilidade e vivem sob constante ameaça de desemprego, fez com que a entidade buscasse se fortalecer mediante convênios e parcerias internacionais, ou seja, a categoria buscou meios de intensificar sua capacidade de resposta a estas dificuldades típicas de quem trabalha para a iniciativa privada. Deste modo, entre as três entidades aqui pesquisadas, a Contee é a que possui maior número de filiações internacionais.

No Brasil, o crescimento do movimento grevista começou a partir da nova república (1985-1988), com o fim da ditadura militar. Contudo, na sequência, vimos um grande retrocesso que marcou a década de 1990 com as políticas neoliberais. Desse modo, podemos afirmar que o fim da ditadura militar no Brasil foi marcado por uma transição conservadora, que ocorreu em meio a uma crise que perdurou durante a década de 1990 e afetou os movimentos grevistas nacionais.

Diante deste contexto político, no final da década de 1980 e início de 1990, os sindicatos intensificaram suas pautas de reivindicações em torno da busca por uma educação pública, gratuita, laica e com qualidade. Para entendermos o contexto em que os sindicatos adotaram essas pautas em suas agendas sindicais, devemos levar em consideração como estava a política na época. A década de 1990 foi marcada pelo crescimento do neoliberalismo, realizado por um

amplo processo de privatização, pela política de retração do Estado e transferência de responsabilidades para sociedade civil.

No âmbito da educação nacional, em continuidade ao projeto neoliberal, a reforma do Estado avançou em direção a uma política de descentralização, de modo que direcionou suas ações para a privatização e a terceirização. O discurso dos defensores era o de que essas ações permitiriam maior autonomia, eficácia e poder de decisão sobre as escolas. Deste modo, a conjuntura política e econômica da década de 1990 remonta à crise de acumulação que o sistema capitalista enfrentou desde a década de 1970. Com isso, houve a necessidade de encontrar respostas para superar a crise, assim, foram buscar saídas não apenas no âmbito socioeconômico, com a reestruturação da produção e das relações de trabalho em geral, mas também no âmbito político, com a redefinição do papel do Estado. É nesse contexto que o neoliberalismo se apresentou como uma estratégia política que afirmava buscar a superação da referida crise mediante políticas neoliberais (HARVEY, 1992).

Assim, o Estado, ao assumir o papel de gestor de interesses burgueses, deu início a um processo de desregulamentação econômica e de direitos trabalhistas, como também promoveu ataques a organizações sindicais. Desse modo, a ofensiva do capital ao trabalho ocorreu mediante reformas políticas e econômicas, apoiadas em governos neoliberais. Para os trabalhadores, umas das consequências sociais mais graves observadas foi a precarização das condições de trabalho, que vieram junto com a intensificação do trabalho, rebaixamento salarial, instabilidade no emprego, desregulamentação de direitos trabalhistas, historicamente conquistados, além da elevação dos níveis de desemprego (ANTUNES, 2002). Essa situação afetou diversas categorias profissionais, entre elas os professores, e fez com que se tornassem pauta frequente de suas lutas sindicais.

Durante todo o século XX, tanto o caráter de classe do Estado, quanto o próprio capitalismo não foram superados, apesar dos esforços políticos dos movimentos de esquerda. No Brasil, nos anos 1990, durante os governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, começaram os processos de privatização de empresas públicas, que ocorreram concomitantemente às reformas de Estado, mudanças essas que afetaram o trabalho docente (OLIVEIRA, 2001). Foram políticas públicas definidas em função de políticas neoliberais, induzidas por organismos internacionais (Banco Mundial, FMI entre outros), dentro do contexto da crise do capitalismo (OLIVEIRA, 2001).

Em consonância com os objetivos de contenção de gastos, as reformas do Estado da década de 1990, juntamente com as políticas educacionais implantadas na mesma ocasião, tinham que oferecer respostas às novas exigências e demandas da educação e, ao mesmo tempo,

priorizar os interesses econômicos. Essas administraram suas políticas educacionais de modo a assegurar um amplo atendimento educacional às comunidades socialmente vulneráveis, que antes não teriam acesso à educação formal. Contudo, os investimentos foram inadequados para as escolas, que acabaram funcionando de maneira precária e os professores, por sua vez, também foram atingidos pela sobrecarga de trabalho e de responsabilidades, além das condições de trabalho que se tornaram cada vez mais difíceis.

O Estado, na condição de “representante dos interesses da classe hegemônica na sociedade, no caso, dos interesses do capital”, conforme Peroni (2003, p. 90), propôs políticas que afetaram os trabalhadores negativamente, ou seja, intensificaram seu trabalho e reduziram direitos trabalhistas. É importante também registrarmos que as medidas em relação à educação não melhoraram sua qualidade, até porque os objetivos econômicos são contrários à criação de condições materiais mínimas necessárias para o bom funcionamento do sistema de ensino. Desse modo, têm-se como consequências graves prejuízos educacionais, principalmente para as camadas mais vulneráveis socioeconomicamente da sociedade, como também um maior desgaste para os professores, que se viram em condições de trabalho cada vez mais adversas.

Além da questão salarial, temas como a valorização docente, a necessidade de melhorar as estruturas físicas das escolas, uma vez que estas enfrentam um processo de sucateamento, sempre são pautas recorrentes dos sindicatos. Ademais, a importância de melhorar as condições de trabalho desses profissionais, mediante ações como a redução do número de alunos por turma, ou a diminuição da carga horária de trabalho sem desconto salarial, entre outras questões, são realidades que aparecem refletidas nas reivindicações sindicais e se apresentam como possibilidades a serem problematizadas.

Em relação ao sindicalismo, Boito (1999) salienta o papel dos sindicatos, ao evidenciar as mudanças que esses tiveram que enfrentar na história recente do país, após a ditadura militar e a crise política e econômica resultante dela. Os sindicatos se reconfiguraram, na década de 1980, devido ao contexto de lutas travadas pelo crescimento dos movimentos sociais que ocorreu com a abertura política. Na década seguinte, passaram por um refluxo devido às políticas neoliberais que cresceram no país. Internacionalmente, os sindicatos também enfrentaram dificuldades desde a década de 1980.

Verificaram-se o declínio da atividade grevista, a diminuição no número de afiliados, e a afirmação entre as direções sindicais, da tendência à moderação da luta. Em alguns países europeus também surgem alguns movimentos de trabalhadores na luta contra a ofensiva neoliberal. O caso mais importante é o movimento dos desempregados na Europa, que se organiza em grande medida, fora do movimento sindical (BOITO, 1999, p. 127-128).

Apesar disso, internacionalmente, na década de 1990, houve uma reestruturação importante do sindicalismo no sentido de promover uma maior união entre os sindicatos internacionais. O contexto da globalização, a intensificação das políticas neoliberais impuseram novos desafios aos trabalhadores que se viram pressionados a unir forças, desse modo, buscar apoio internacional. Alguns setores saíram na frente nesse processo de internacionalização, como os ligados à indústria e telecomunicações, conforme explica Rombaldi (2016, p. 537),

Nesse período, destaca-se, no caso dos trabalhadores em telecomunicações, a privatização das empresas do setor – quando as estatais passaram para o controle de empresas estrangeiras. No caso dos metalúrgicos, a reestruturação produtiva automobilística foi acompanhada pela percepção sindical de que ocorreria, em São Bernardo do Campo, um processo de fechamento de empresas semelhante ao verificado em outros países.

No caso do sindicalismo do setor educacional no Brasil, as parcerias internacionais aconteceram de forma diferente, a internacionalização das organizações sindicais educacionais ocorre principalmente pelas filiações a organizações internacionais, estas se constituíram por intermédio de iniciativas de entidades sindicais internacionais que pretendiam ampliar de forma organizada a articulação com outros países. Assim, tais organizações resolvem se unir para fortalecer suas lutas ao buscar apoio de trabalhadores de outros países. Neste sentido, foram criadas várias entidades internacionais com diferentes concepções políticas.

Apesar disso, os desafios são muitos, inclusive passam pelo reconhecimento por parte dos próprios sindicalizados sobre a importância da luta internacional dos trabalhadores. Estas dificuldades foram observadas desde as primeiras tentativas (século XIX) de unir mundialmente os trabalhadores. Como exemplo, podemos citar o caso da internacionalização operária, para os autores Santos e Costa (2004, p. 18), as causas das dificuldades foram variadas:

Em nosso entender, as formas de cooperação laboral transnacional enfrentam na atualidade dois conjuntos de obstáculos: o primeiro prende-se com as transformações estruturais que atravessaram o próprio trabalho nas últimas décadas, decorrentes das revoluções informática e comunicacional. Embora o trabalho se tenha convertido num recurso global, não pode falar-se num mercado de trabalho global, pois os mercados de trabalho são hoje mais segmentados do que outrora. O segundo tem que ver com um leque variado de fatores que vão desde a tensão entre escalas de atuação laboral nacional e transnacional, ao tipo de objetivos visados por uma ação transnacional, à fraca reflexão teórica sobre o tema, etc.

Ao elencar os obstáculos que atrapalharam a internacionalização operária, os autores aprofundaram a análise e explicaram que esse fenômeno ocorreu também como um resultado da própria dinâmica do capitalismo, que promoveu uma exclusão ao mesmo tempo em que criou as condições de desmobilização. É o que acontecia e ainda acontece com os trabalhadores temporários, há um estímulo ao individualismo, ou à pluralidade de atividades, seja pelo tipo

de prestação de trabalho oferecida, se temporário, permanente ou informal. Todas estas condições de contratação, diferentes entre si, contribuem com a fraca mobilidade internacional entre trabalhadores. Outro fator que atrapalha o internacionalismo operário são as prioridades locais, muitas vezes colocadas como prioritárias em relação às internacionais.

Outros desafios apontados por esses autores têm relação com o pouco conhecimento teórico acerca do tema, somado às poucas ações em direção à internacionalização, que também possuem relação com questões financeiras, dado que as ações de cooperação entre países necessitam de recursos financeiros para se efetivarem, devido à necessidade de deslocamento de representantes para outros países, seja para participar de eventos ou promover negociações, ou mesmo contribuir com a manutenção financeira das entidades que promovem a internacionalização. Apesar disso, na atualidade, as entidades sindicais podem contar com as facilidades que as tecnologias digitais oferecem, pois, elas facilitam a comunicação e reduzem as distâncias, uma vez que permitem o contato entre pessoas em diferentes lugares e em tempo real e a baixos custos.

Outro problema apontado no mesmo estudo evidencia que as demandas e interesses dos trabalhadores de um país podem não coincidir com outro ou mesmo serem opostos, isto devido às realidades que são distintas, “a luta por melhores condições salariais num determinado país podem significar a degradação da relação salarial ou mesmo o aumento do desemprego noutro país” (SANTOS; COSTA, 2004, p. 20). Para os autores, não se trata de uma identidade transnacional entre trabalhadores. Neste sentido, para Costa (2000, p. 174), “talvez seja mais acertado falar numa identidade sindical difusa que, por esse motivo, é tão-só uma identidade parcial”.

Isto reforça o que já foi tratado aqui e que nos ajuda a entender as dificuldades que os trabalhadores encontram ao tentarem se internacionalizar. É importante também consideramos o contexto que envolve as tentativas de internacionalização destas entidades, as diferenças culturais entre os países, os idiomas, o entendimento do que é direito trabalhista, direitos das mulheres, entre outros fatores culturais que podem variar bastante. Neste sentido, o professor Roberto Leão traz uma boa definição pautada em suas experiências, como podemos constatar adiante:

A dificuldade maior de forma geral é colocada pela distância, pelo idioma, pelos países que continuam não achando interessante que os trabalhadores se unam. Por causa do capitalismo, as dificuldades aumentam com as diferenças, na maneira como a educação se organiza, o que precisa para ser professor. Há lugares em que não há formação de professores, tem salários bem baixo, muitos são pessoas que se dispõem a trabalhar sem que tenham formação. A CNTE consegue [avançar] tendo a visão de que essas dificuldades existem, sabe que as decisões são balizadoras de ações e que

não são seguidas ao pé da letra, por causa das diferenças. Há países, por exemplo, que as mulheres não têm direito a nada, a CNTE fez um documento demonstrando preocupação com as mulheres do Afeganistão, há outros países do Oriente Médio que a presença da religião é muito marcante, as mulheres têm muitas dificuldades, as decisões precisam levar em conta essas diferenças, porque são dificuldades que existem no mundo, se em um país é difícil de coordenar, em nível mundial isso é muito mais difícil, um bom exemplo são as religiões. Há questões como gênero, questão LGBTQI+ que discutir isso na escola é uma afronta para muitos, isso dificulta muito, quando os estados se regem por questões religiosas. Isso faz com que as entidades internacionais tomem muito cuidado quando tomam decisões, ou fazem resoluções, principalmente sobre os comportamentos, sobre a AIDS, houve dificuldade com países da África que considerava que não precisava [de campanhas] que era exagero. Tem também o exemplo do Brasil, o movimento antivacina [por exemplo], se compararmos isso em nível mundial, os desafios são muitos! A CNTE faz os caminhos q são possíveis diante dessas diferenças (LEÃO, 2021, informação verbal).

Como vimos, a alternativa encontrada pelas entidades internacionais e pela CNTE para lidar com as dificuldades provocadas pelas diferenças culturais muito acentuadas é tomar as decisões de uma forma mais ampla e flexível. Isso viabiliza assegurar a articulação entre os países de modo a unir sem ferir os princípios de cada um.

4.1 Panorama das entidades internacionais sindicais: CEA, CLP-SE, IE, FISE e FSM

A Confederação dos Educadores Americanos (CEA) é a entidade internacional mais antiga, foi criada por iniciativa da Associação Geral dos Professores do Chile, a partir da realização de vários encontros, o primeiro deles foi o Congresso de Professores da América, realizado em Buenos Aires, na Argentina, em janeiro de 1928, o evento contou com uma delegação de onze países. Dois anos depois, treze países participaram da convenção, que desta vez aconteceu em Montevideo, no Uruguai. Esses encontros foram importantes para discutir questões que afetavam os trabalhadores dos diferentes países envolvidos.

Figura 20 — Conferência Internacional em Defesa da Educação



Fonte: Contee (2020).

A CEA tem um histórico importante de atuação durante os períodos de ditaduras que o Chile, o Brasil, o Uruguai e a Argentina enfrentaram, mas para Leão (2021), na atualidade, suas

atividades estão reduzidas se comparado com a IE, mas para Petta (2021), atuante se toma como referência a FISE. De acordo com ela:

A CEA não se identifica com nenhuma central [sindical], apenas reúne os educadores da América Latina, eu sou vice-presidente da CEA, esta tem mais atuação que a FISE por exemplo. Embora tenha ligação com sindicatos da Europa, ela tem a presença marcante do sindicato de Cuba (PETTA, 2021, informação verbal).

Apesar da avaliação de Petta, que considera a CEA atuante quando comparada à FISE, as ações destas foram bem reduzidas, ao considerarmos sua importante atuação histórica. Com suas bandeiras de lutas, no passado, enfrentaram ditaduras em vários países da América Latina.

Uma característica importante para entendermos as parcerias de países que fazem parte da CEA é o perfil ideológico próximo ao pensamento de esquerda, isto explica a filiação de Cuba à Confederação. A concepção política também fez com que a CEA fosse a única entidade internacional, aqui pesquisada, que reúne as três organizações sindicais (CNTE, ANDES-SN e Contee), embora, de acordo com o professor Coggiola o ANDES-SN tenha se afastado das atividades da CEA por considerá-la muito burocrática e se posicionasse em defesa da educação pública, gratuita, com qualidade, a favor da democracia e dos direitos humanos, o que está plenamente de acordo com os princípios do ANDES-SN. Na entrevista que realizamos para esta pesquisa, Coggiola afirma que: “participei de postos de diretoria, mas era muito formal, [...] [o ANDES-SN] abandonou por causa do excesso de burocratização, não oficializou a saída, mas deixou de participar” (COGGIOLA, 2021, informação verbal).

As universidades públicas sofreram ataques em toda a América Latina, fora a CEA, que é burocrática, as direções são sempre as mesmas, Congressos muito formais, saía declaração em defesa da educação pública e nada mais, uma articulação mais ativa não havia (COGGIOLA, 2021, informação verbal).

Já na avaliação do professor Roberto Leão, da CNTE, existem discussões sobre a necessidade da filiação da CNTE à CEA, já que esta já é filiada à IE. Para ele, diferente do professor Coggiola, a CEA tem sua importância, por causa dos países filiados, da postura combativa e das concepções políticas, do apoio à Cuba o que revela suas concepções de esquerda. Desse modo, avalia que a CEA tem um papel importante a cumprir que é diferente da contribuição da IE. Tem a importância histórica, é combativa, mas também tem suas contradições.

CEA é entidade de caráter sindical só da América Latina, mas hoje com o crescimento da IE, a CEA ficou um pouco menos atuante, mas continua existindo, a CNTE é filiada, [a CEA] tem um papel a cumprir, foi a primeira entidade que organizou os professores na América Latina (LEÃO, 2021, informação verbal).

No entanto, no passado foi bem atuante, no ano de 1939, participou de um Congresso que ocorreu em Havana, neste encontro, as discussões sobre a consciência internacional da profissão docente ganharam força. Na ocasião em que foi realizado o quarto Congresso Americano de Professores, em Santiago do Chile, no ano de 1943, foi criada a Confederação Americana do Magistério (CAM), mais tarde, quando houve o sexto e último encontro em Montevideo, no ano de 1957, a CAM deu lugar para a CEA que passou a funcionar em caráter permanente.

A CEA tem entre seus princípios o respeito pleno aos direitos humanos e individuais, a democracia, a equidade de modo que sejam asseguradas as possibilidades de desenvolvimento e potencialidades. O respeito à diversidade, o acesso e a defesa da educação pública, gratuita, laica e democrática; a cooperação entre povos, independência de filiação de caráter religioso.

Os países e associações que compõem a CEA são: Costa Rica, Sindicato de Trabajadores de la Educación de Costa Rica (SEC), Asociación Nacional de Educadores (ANDE); El Salvador, Sindicato Gremial de Educadores de Empresas Privadas del Salvador (SGEEPES); Honduras, Colegio profesional Superación Magisterial (COLPROSUMAH) e Primer Colegio Profesional Hondureño de Maestros (PRICPHMA); Nicaragua, Federación de Profesionales Docentes de la Educación Superior de Nicaragua (FEPDES-ATD); Panamá, Frente Reformista de Educadores Panameños (FREP); Guatemala, Sindicato de Trabajadores de la Educación Pública (STEP); Canadá, Centrale des Syndicats du Québec (CSQ), Fédération nationale des enseignants et des enseignants du Québec (FNEEQ-CSN); México, Sindicato Unico de Trabajadores de la Universidad de Colima (SUTUC) e Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación (SNTE); Bolívia, Confederación Nacional de Maestros de Educación Rural (CONMERB) e Confederación de Trabajadores de la Educación Urbana de Bolivia (CTEUB); Colombia, Federación Colombiana de Educadores (FECODE); Ecuador, Unión Nacional de Educadores (UNE) e Federación Nacional de Asociaciones de Profesores Universitarios y Politécnicos (FENAPUPE); Peru, Sindicato Unitario de Trabajadores en la Educación del Perú (SUTEP); Venezuela, Federación de Asociaciones de Profesores Universitarios de Venezuela (FAPUV), Federación de Trabajadores de la Enseñanza (FETRAENSEÑANZA), Federación de Trabajadores del Magisterio (FETRAMAGISTERIO) e Federación Nacional de Sindicatos de Profesores de Educación Superiores de Venezuela (FENASINPRES); Caribe, Sindicato de Trabajadores de la Educación de Curacao (STE); Guadeloupe, SEP-CGTG, Martinique, Syndicat Martiniquais des Personnels de l'Éducation (SMPE), Syndicat National des Enseignements de Second Degré (SNES/FSU); Puerto Rico, Federación de Maestros de Puerto Rico (FMPR); República Dominicana, Asociación

Dominicana de Profesores (ADP); Cuba, Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación, la Ciencia y el Deporte (SNTECD).

Comunidade das Organizações Sindicais de Professores e Trabalhadores em Educação dos Países de Língua Portuguesa — Sindical da Educação (CPLP-SE)

Em relação à Comunidade das Organizações Sindicais de Professores e Trabalhadores em Educação dos Países de Língua Portuguesa — Sindical da Educação (CPLP-SE), trata-se de uma organização internacional, com sede em Lisboa e sem fins lucrativos, que reúne países que têm em comum a língua portuguesa como idioma oficial. Fazem parte da Comunidade os seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste. Fazem parte do secretariado permanente: FENPROF (Portugal) Coordenador, FNE (Portugal), Coordenador Adjunto, CNTE (Brasil), FTECDCSA (Angola), FECAP (Cabo Verde). Compõe o Conselho Fiscal: ONP/SNPM (Moçambique) Presidente, SINPRESTEP (São Tomé e Príncipe) – Gastão Ferreira, SINDEPROF (Guiné-Bissau).

Figura 21 — Logomarca da CPLP-SE



Fonte: Cplp-Se (2021).

No caso do Brasil, temos a CNTE e a Contee como entidades filiadas. A CPLP-SE tem como objetivo prioritário promover a integração cultural entre os países que possuem a mesma herança como idioma. Desde a década de 1990, foram feitos esforços no sentido de construir a comunidade para promover a troca de experiência entre os países de língua portuguesa, a qual só se tornou sindicato recentemente. Segundo o coordenador de relações internacionais da CNTE, Roberto Leão (2021, informação verbal), “o Brasil é mais desenvolvido, tem Portugal, mas é pequeno. O Brasil se destaca nesse sentido, por isso buscavam articulação”. Contudo, Portugal é o país que mais oferece apoio, a maior parte dos outros países que fazem parte são de regiões da África que tiveram um processo de independência bem mais recente que o Brasil. Conforme salienta o professor Roberto Leão (2021, informação verbal),

Timor é o país [de situação] mais difícil, este ficou sob domínio da Indonésia que o proibia de falar português, há muita dificuldade de comunicação com eles, é preciso articular lutas, área de formação principalmente. Há cerca de 4 anos a CNTE trouxe os países de língua portuguesa para formação, há muita diferença entre as entidades sindicais. Busca trabalhar a organização de professores e lutar pela educação. Há diferenças, principalmente históricas, as diferenças são grandes, inclusive de processo de independência, na África a independência é mais recente, isso influencia no tipo de organização e como trabalham.

O estatuto reforça, em seus objetivos, que pretende promover a aproximação entre as Organizações Sindicais de Professores e Trabalhadores em Educação dos países lusófonos. Busca com isso, defender a escola pública, laica, gratuita, democrática e de qualidade, bem como a articulação de experiências na formação e no movimento sindical internacional.

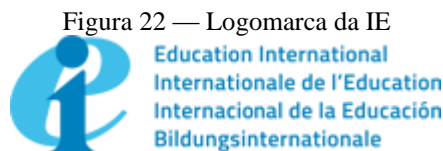
De acordo com informações retiradas da página oficial, a organização pretende ampliar suas ações, buscar novas parcerias internacionais com o objetivo de ampliar seu trabalho. A entidade possui uma estrutura organizacional que funciona dividida em três órgãos: a Conferência Sindical da Educação, o Secretariado Permanente e o Conselho Fiscal. A Conferência Sindical da Educação é considerada a mais importante entre as três, é o órgão máximo confederação, cabe a ela definir e orientar as estratégias de ação da CPLP — Sindical da Educação, além disso, ela elege o Secretariado Permanente, é responsável por aprovar proposta do Secretariado Permanente, autoriza a entrada de novos membros, entre outras funções.

Com relação às funções do Secretariado Permanente, podemos mencionar a execução das decisões da conferência, a elaboração do orçamento, do relatório e das contas. Há, também, a responsabilidade de representar a CPLP — Sindical de Educação em juízo ou fora dele. Essas foram algumas das atribuições do Secretariado Permanente. Quanto ao conselho fiscal, esse é órgão que exerce a fiscalização em relação ao cumprimento dos estatutos e regulamentos, é responsável também pela elaboração de pareceres sobre os planos de atividades e orçamento, pelos relatórios e contas apresentados em cada Conferência. A receita é proveniente de tributos pagos pelos sócios, além de rendimentos de bens e pagamento por serviços prestados.

Internacional de Educação (IE)

Outra organização internacional que a CNTE e a Contee possuem filiação é a Internacional de Educação (IE), com sede em Bruxelas, na Bélgica. De acordo com informações retiradas da sua página oficial, a federação possui 400 sindicatos e associações filiadas em 117 países de diferentes lugares do mundo. Quanto aos escritórios situados por continentes: na África a sede fica em Acra, na República do Gana, a direção da Ásia e do Pacífico fica na capital

da Malásia, Kuala Lumpur, outra sede em Suva, capital das ilhas de Fiji, que fica situada no Oceano Pacífico Sul. Possui um escritório no Oriente Médio, uma sede em Santa Lúcia, no Caribe, e, em representação na América Latina, há uma sede em São José, na Costa Rica. Cada unidade desta atende aos sindicatos dos países que compõe a região.



Fonte: INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO (2021).

De acordo com informações obtidas da página oficial virtual, possui como um dos principais objetivos proteger os interesses das associações de docentes que participam da IE. Outro princípio é promover a paz, a democracia, a justiça social, a igualdade por meio do desenvolvimento educacional; reconhecer os direitos dos professores internacionalmente; melhorar as condições de trabalho docente; defender a liberdade dos profissionais da educação; promover o direito à educação para todos sem qualquer tipo de discriminação, por meio do estabelecimento e da proteção dos sistemas de ensino e das instituições acadêmicas com atividade culturais abertas e públicas, com objetivo de promover o desenvolvimento democrático, social, cultural e econômico da sociedade; trabalhar para criar as condições políticas sociais e econômicas necessárias para alcançar o direito à educação; defender uma forma de educação direcionada para a união internacional, com respeito à liberdade, à preservação da paz e à dignidade humana.

A IE possui filiação com a CNTE e a Contee, a entidade reúne diversos países, sobre o posicionamento político da IE, a coordenadora da secretaria de relações internacionais, Petta, nos explica que esta tem uma postura mais conservadora se contrastarmos com outras entidades internacionais, ela apoia a escola pública, a valorização da educação, mas a rejeição ao comunismo evidencia a concepção política, bem como a presença de muitos dos países aliados. De acordo com Clotilde Petta (2021, informação verbal), “não há presença comunista internacionalmente [na IE], é mais conservadora. No congresso da IE é clara a defesa da escola pública, mas não há moção de apoio a Cuba, ou à Venezuela, há defesa da Palestina, até porque tem a bancada de Israel”.

Embora a IE se posicione contra Cuba, a Contee entende que é necessário participar de todas as entidades internacionais possíveis, para poder fortalecer e ampliar a união da classe trabalhadora. Ela acredita que é possível unir bandeiras de lutas que são mais gerais e comum

a todos. Apesar do conservadorismo da IE, o setor da América Latina a IEAL é bem menos conservador, isto por causa do perfil dos representantes dos países que participam, estes possuem um histórico de concepções políticas de esquerda, isto acaba por se diferenciar da IE, embora faça parte dela.

As dificuldades em dialogar e chegar a propostas em comum com os países que participam da IE, devem-se às diferenças culturais quando são muito acentuadas e às consequentes concepções do que é considerado direito. Neste sentido, o professor Roberto Leão, da CNTE, exemplifica as dificuldades de diálogo com países do Oriente Médio:

por exemplo: o Afeganistão, coloca a mulher em segundo plano, a questão da mulher é algo que precisa tratar com precaução, por causa dessas diferenças culturais. No Irã as mulheres usam véu, não usam burca, é menos presente, mas há outras formas de ataque, é um estado muito religioso, há pena de morte e o apedrejamento é aplicado principalmente para mulheres adúlteras, (morte por lapidação). Decidiram enforcar um professor, a CNTE tentou intervir e infelizmente nada adiantou. Como defender direito LGBT, tem países que apedrejam os gays e tem sindicatos que são filados (LEÃO, 2021, informação verbal).

Deste modo, é possível percebermos as dificuldades que as entidades enfrentam ao dialogarem com esses países com culturas muito conservadoras e diferentes, o fato de ter países como estes filiados à IE, também reforça a ideia de que esta possui concepções mais atreladas ao pensamento político de direita. A citação ora apresentada pode parecer contraditória, se considerarmos as afirmações presentes nos princípios da IE, as quais abrangem temas como: a importância da luta contra o racismo, o combate à discriminação de gênero, estado civil, ou orientação sexual, idade, religião, opinião política, situação socioeconômica, origem nacional ou étnica, além disso, busca meios de promover a ascensão da mulher em postos de liderança e de maior visibilidade na sociedade. O paradoxo pode ser compreendido se considerarmos o que o professor Roberto Leão nos alerta, no sentido de que existem diferenças culturais que são estruturais, principalmente dos países latino-americanos em relação aos países do Oriente Médio.

Por se tratar de uma organização que reúne internacionalmente diferentes entidades sindicais, a IE busca fortalecer a solidariedade e a cooperação entre as entidades associadas, de modo a unir os trabalhadores em torno das pautas de lutas principais e mais gerais. De acordo com informações encontradas na página oficial da organização, a IE tem como principais objetivos: contribuir com o desenvolvimento dos sindicatos docentes, especialmente nos países que, devido a dificuldades nas condições políticas, sociais, ou econômicas não conseguem ter assegurados os direitos humanos e sindicais. Por fim, na condição de associação que promove a união entre entidades sindicais de diferentes países, busca impulsionar a união entre os

sindicatos independentes e democráticos de modo a potencializar o movimento sindical internacional.

A IE busca em suas ações de fortalecimento o desenvolvimento dos sindicatos para assim estimular a solidariedade internacional entre os profissionais da educação. Tem como parâmetro também promover a autonomia e essas ações são propostas pela ferramenta da cooperação para o desenvolvimento de seu trabalho.

No ano de 2019, em Bangkok (Tailândia), foi realizado o 8º Congresso Mundial da Internacional da Educação, no qual foram feitas resoluções em solidariedade aos países associados à IE, no sentido da solidariedade e da proteção aos direitos dos trabalhadores, da importância de assegurar a democracia, entre outros. No caso do Brasil, as principais pautas apontavam críticas em relação ao processo de promoção de políticas de mercantilização do ensino, que acontece mediante privatizações e que, conseqüentemente, conduzem à destruição da educação pública.

Internacional da Educação Latino Americana (IEAL)

Existe também a Internacional da Educação Latino Americana (IEAL) de acordo com seu regulamento³⁰ esta é formada por organizações sindicais da América Latina que sejam membros ativos da Internacional da Educação. Deste modo, a IEAL possui 36 entidades filiadas em 19 países da América Latina.

Figura 23 — Internacional da Educação Latino Americana (IEAL)



Fonte: CNTE (2021).

Esta organização internacional se destaca pela homogeneidade tanto linguística, quanto de realidade socioeconômica e política mais próximas. Muitas das pautas de reivindicações são similares como, por exemplo: problemas relacionados à violação dos direitos humanos, aos direitos LGBTQI+, de gênero, crises na educação, entre outros problemas que afetam a América Latina e que são pautas constantes de reivindicações sindicais. Outra característica da IEAL é

³⁰ Texto original em espanhol, tradução nossa.

que, por causa dos países que a compõe, esta possui concepções políticas mais próximas do pensamento de esquerda, o que difere da concepção geral da IE, na qual a IEAL faz parte.

É função da IEAL cumprir com os objetivos e princípios que norteiam a Internacional da Educação, ou seja, deve cumprir as medidas e políticas estabelecidas pela IE, visto que a IEAL atua em âmbito local, apenas com os países latino-americanos. Trabalha também como intermediária na comunicação e na articulação da adoção de políticas entre as organizações dos países membros. A instância de autoridade máxima da IEAL são as conferências regionais, as reuniões acontecem junto com os Congressos Mundiais da IE.

Entre as atividades da IEAL, podemos destacar o trabalho desenvolvido pela Rede de Trabalhadoras da Educação para a América Latina. Trata-se de uma estratégia de formação, diálogo, propostas de fortalecimento e ampliação da participação das mulheres dentro dos espaços de poder e de representação das entidades sindicais, de acordo com um estudo da IEAL, publicado no artigo “Compartir sueños” de Silva (2013). Esta autora apresenta a informação de que no movimento sindical da educação na América Latina, 70% dos membros são constituídos por mulheres, sendo que apenas 30% destas assumem espaços de poder e representação sindical, por este motivo que o movimento da rede de mulheres busca ampliar e fortalecer a participação das mulheres nesses espaços de participação e representação sindical. Nesse sentido, a CNTE possui uma representante feminina que atua na função de secretária de relações internacionais junto a IEAL.

Ainda sobre a importância de ampliar a participação das mulheres nos sindicatos, em uma das publicações da IEAL, intitulada: *Mujeres, legislación y acciones por la equidade en América Latina*, que faz parte do projeto de igualdade de oportunidades com perspectiva de gênero da Rede de Trabalhadoras da América Latina. O documento salienta a importância de internacionalizar a luta sindical, ao afirmar que um dos objetivos dele é servir de ferramenta para as entidades sindicais fortalecerem seu trabalho na busca por equidade e garantia de direitos, uma vez que ao apresentar como são as legislações que regem os direitos à igualdade dos diferentes países, os acordos e convênios internacionais da OIT, demonstra o quanto é importante a promoção do debate entre os países com o propósito de estabelecer novas políticas públicas e conhecer os avanços de outros países, ou seja, é possível buscar unir forças para pressionar os governos na busca pela ampliação dos direitos da população.

A atuação da rede de trabalhadoras promove espaços de formação política, principalmente como o objetivo de defender os direitos de homens e mulheres da classe trabalhadora, bem como incentivar o protagonismo feminino nos cargos de representação coletiva e sindical nos países membros da IEAL.

Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE)

A Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE) foi fundada no ano de 1946 em uma conferência realizada em Paris. A FISE une sindicatos de profissionais da educação de diferentes categorias e níveis de diferentes nacionalidades e independente de posicionamentos políticos, filosóficos ou religiosos. Com sede em Hyderabad (Índia), faz parte da Federação Sindical Mundial (FSM), possui soberania própria e uma carta internacional profissional que busca afirmar suas competências sobre todos que têm relação com o trabalho docente, bem como questões relacionadas ao trabalho docente e os sindicatos da categoria.

Figura 24 — Manifestação da Federação Sindical Mundial (WFTU – Word Federation of Trade Unions)



Fonte: CTB (2019).

A Contee, como entidade parceira filiada, segundo a coordenadora da Secretaria de Relações Internacionais, passa por grandes dificuldades para manter suas atividades. O presidente atual é mexicano e, nos últimos anos, realizou poucos eventos.

Com relação à estrutura da FISE, é composta por organizações membros e organizações associadas, aqueles que podem se tornar membros são as organizações nacionais de professores que aceitam as normas da federação. Todos os membros da organização sindical possuem os mesmos direitos e deveres, bem como autonomia total. Os órgãos da direção estão organizados por: Congresso, Comitê administrativo, escritório, secretariado, comitê de auditoria e congresso estatutário. Este último é o maior órgão da federação, composto por delegados de organizações de membros da FISE e organizações associadas.

Quanto ao congresso, este elabora o programa de ações profissionais e sindicais da FISE, discute as questões relacionadas aos objetivos e deveres, altera e modifica a constituição, discute as atas do comitê administrativo, toma decisões sobre questões relacionadas à associação, ou exclusão de organizações. As decisões são tomadas depois de muitas discussões e por maioria simples. O congresso conta com cinco idiomas oficiais: francês, russo, espanhol

e árabe. Com relação às despesas com os delegados, essas ficam sob responsabilidade das organizações nacionais.

Com relação à estruturação do comitê administrativo, trata-se de um órgão coletivo de administração da FISE, tem como função eleger presidente, vice-presidente e os membros da secretaria da entidade, possui o direito de eleger um representante como membro da secretaria e um como membro do comitê administrativo. Entre suas principais funções está aplicar as resoluções adotadas no congresso, criar planos de trabalho, organizar agenda e documentos básicos, assim como, no congresso, as decisões são definidas por maioria simples. Desse modo, cada órgão da direção possui atribuições específicas necessárias para o desenvolvimento das atividades administrativas.

Entre outras demandas, a FISE desenvolve a cooperação entre as organizações sindicais atreladas a ela, tendo como princípio atender aos interesses fundamentais de professores, bem como os outros trabalhadores da educação. As ações da Federação são independentes de partidos políticos e do governo, elas são direcionadas para atender às demandas e interesses da classe dos trabalhadores da educação, cujos princípios são a defesa da paz, a luta contra o monopólio, o imperialismo colonial, sempre em consonância com as orientações gerais da FSM.

Entre os objetivos principais da FISE está unir as organizações dos trabalhadores da educação dos diferentes países para lutar em defesa das demandas sindicais; desenvolver a solidariedade em contexto internacional entre os trabalhadores; incentivar ações que possam alcançar diversos países; defender a educação pública, gratuita, sem discriminação social, de gênero ou nacionalidade; expressar os interesses dos professores nacionalmente e internacionalmente junto a órgãos com a OIT, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) entre outras.

A FISE tem como princípio a democracia sindical, as atividades da Federação mantém contato permanente com as organizações nacionais afiliadas, oferece apoio internacional, empreende intercâmbio de informações e experiências com organizações de profissionais da educação; participa ativamente no trabalho de organizações internacionais, convoca reuniões, colóquios de representantes de diferentes sindicatos de diferentes países, elabora estudos sobre temas que têm relação com questões educacionais e sindicais. A federação é mantida pelos membros com mensalidades pagas semestralmente e sem contribuição financeira do governo, organizações políticas ou privadas. O não pagamento pode acarretar perda dos direitos de participação e decisão na FISE.

Diante da apresentação das organizações internacionais que são parceiras das instituições sindicais nacionais em educação, podemos concluir que elas possuem traços em comum em relação aos objetivos e aos princípios, assim como aos trabalhos realizados por elas. É comum percebermos entre essas organizações a preocupação em promover a união entre os trabalhadores, defender a democracia, a diversidade e a gratuidade do ensino.

Entre os princípios em comum, temos a luta contra a discriminação devido à nacionalidade ou etnia, gênero, orientação sexual, ou situação socioeconômica. Dessa forma, buscam fortalecer a solidariedade entre trabalhadores de diferentes países. O respeito à diversidade, também aparece de forma recorrente, mas podemos destacar o princípio do apoio mútuo que essas entidades internacionais promovem no intuito de estabelecer o fortalecimento e a internacionalização entre os sindicatos dos diferentes países que fazem parte desses organismos internacionais.

4.2 Tecnologias Digitais na internacionalização sindical

Um dos meios importantes e já bem conhecidos para realizar a internacionalização se dá por meio do uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs). Estas possibilitam que instituições de diferentes lugares possam interagir e se comunicar com o uso das redes digitais, o que amplia a possibilidade da internacionalização acontecer com a vantagem dos baixos custos de uso que esses recursos oferecem, assim como a oportunidade de comunicação em tempo real sem que, necessariamente, seja preciso se deslocar.

Para discutirmos o potencial das tecnologias digitais para a internacionalização, é importante trazemos a noção de rede. De acordo com Pretto (2008, p. 76), “a palavra rede vem do latim *retis*, que significa entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido”. O autor afirma, mais adiante no texto, o potencial de interação:

[...] a ideia de entrelaçamentos é fundamental para a própria concepção de conhecimento na contemporaneidade, e, também, a noção de rede diz respeito a um princípio de organização de sistemas, o qual envolve as redes tecnológicas, as redes sociais, as redes acadêmicas e, claro, as redes das redes, gerando, potencialmente, conhecimentos que podem contribuir para uma maior integração de ações e conhecimentos, dentro de um universo interdependente. Entender os princípios que caracterizam a estrutura de rede fortalece uma perspectiva de análise da realidade, na qual os sujeitos ocupam um espaço significativo de poder, exercendo a sua capacidade de alterar essa realidade, a partir das condições constituídas historicamente (PRETTO, 2008, p. 76-77).

As tecnologias digitais da informação e comunicação constituem um potencial instrumento de internacionalização, na medida em que permitem a comunicação entre países e rompem com as fronteiras geográficas.

a comunicação em rede transcende fronteiras, a sociedade em rede é global, é baseada em redes globais. Então, a sua lógica chega a países de todo o planeta e difunde-se através do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia. Aquilo a que chamamos globalização é outra maneira de nos referirmos à sociedade em rede, ainda que de forma mais descritiva e menos analítica do que o conceito de sociedade em rede implica (CASTELLS, 2005, p. 18).

Neste sentido, interessa-nos aqui entender como as tecnologias digitais impactam na internacionalização sindical. Esta correlação entre tecnologias digitais de informação e comunicação com o desenvolvimento da internacionalização é possível por causa da sociedade em rede. Castells (2005, p. 20) explica que se trata de uma

estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. A rede é a estrutura formal (vide Monge e Contractor, 2004). É um sistema de nós interligados. E os nós são, em linguagem formal, os pontos onde a curva se intersecta a si própria. As redes são estruturas abertas que evoluem acrescentando ou removendo nós de acordo com as mudanças necessárias dos programas que conseguem atingir os objectivos de performance para a rede. Estes programas são decididos socialmente fora da rede, mas a partir do momento em que são inscritos na lógica da rede, a rede vai seguir eficientemente essas instruções, acrescentando, apagando e reconfigurando, até que um novo programa substitua ou modifique os códigos que comandam esse sistema operativo.

A sociedade em rede potencializa a comunicação e interação entre pessoas de diferentes lugares e culturas, por exemplo, por meio das redes sociais, segundo Santos (2015, p. 141),

O ambiente de rede social, onde uma pessoa pode se comunicar com muitas, onde todos podem encontrar todos e colaborar com todos, no espaço e no ciberespaço em mobilidade e ubiquidade. As pessoas podem publicar rapidamente, com facilidade, podem ser encontradas, lidas, e outras pessoas podem reagir aos seus conteúdos.

Ao estudarmos como acontece a internacionalização sindical em outros países, também, em face do uso das tecnologias da informação e comunicação, podemos contrastar as diferentes realidades de modo a evidenciar as características e peculiaridades do objeto aqui estudado.

Em relação ao uso destas tecnologias na internacionalização sindical, houve um crescimento considerável do uso destas nas atividades sindicais, isto devido ao contexto da pandemia de COVID-19, que criou a necessidade de manter o distanciamento social. Com isto, o uso das tecnologias digitais cresceram bastante, as pessoas tiveram que se adaptar rapidamente ao trabalho remoto. Neste sentido, muitas atividades das entidades sindicais que eram realizadas presencialmente tiveram que acontecer de forma remota.

De acordo com informações das entrevistas realizadas com os representantes das três entidades sindicais aqui pesquisadas, as tecnologias digitais já eram bastante utilizadas para desenvolver as atividades, mas, com a pandemia, houve um crescimento bem acentuado. As reuniões que antes aconteciam presencialmente tiveram que ser realizadas por intermédio do uso da internet, com isso, as viagens internacionais em que, muitas vezes, as entidades tinham dificuldades em participar por motivos financeiros, como as atividades remotas, passaram a acontecer e isto viabilizou a participação de todos devido aos baixos custos. Neste período de pandemia, foram realizados Congressos, com eleições e deliberações importantes, reuniões com dirigentes de entidades internacionais, entre outras atividades. Clotilde Petta salientou a importância de as atividades serem realizadas de forma remota, para assegurar a participação da Contee, visto que quando a contribuição sindical deixou de ser obrigatória, depois de 2017, as dificuldades financeiras das entidades sindicais aumentaram bastante e com as atividades virtuais, a participação ficou assegurada.

Tem congressos com eleições de novas diretorias tudo virtual. Com as assembleias virtuais isso é mais barato, acreditava que se acabasse com a contribuição sindical, acabaria com os sindicatos, mas não acaba porque os problemas se agravam e isso faz com que parcela dos trabalhadores compreendam que precisa dos sindicatos (PETTA, 2021, informação verbal).

Petta (2021) salienta que além de viabilizar a participação nas atividades internacionais, as atividades remotas têm também a vantagem de conseguir captar um maior número de professores que compõe a base, para participar das assembleias, conforme citação abaixo:

as tecnologias digitais permitem superar a distância, com isso os sindicatos estão tentando se aperfeiçoar para atingir [um maior número] de trabalhadores com as atividades online, as assembleias estão tendo maior participação justamente porque é virtual. Muitos estão sobrecarregados e conseguem participar porque é remoto e também se dividem com outras atividades, levar os professores para uma assembleia para assistir de casa fica mais fácil de participar (PETTA, 2021, informação verbal).

Por outro lado, apesar das vantagens apresentadas, principalmente em viabilizar a participação em eventos internacionais a baixos custos e a maior participação da base sindical nas assembleias, as atividades realizadas por meio das tecnologias digitais possuem uma dinâmica diferente dos encontros presenciais. Neste sentido, o professor Roberto Leão, da CNTE, considera que as tecnologias digitais auxiliam a interação entre as pessoas, mas não as substituem, ele faz uma reflexão sobre o uso das tecnologias digitais, quando afirma que:

fizemos reuniões há dois anos, trabalhamos pela internet, com reuniões conferências e não é a mesma coisa. [A CNTE] está tateando para encontrar um meio para que não seja chato, pois depois de algum tempo cansa. É preciso se reinventar para dar conta de ficar tantas horas em frente ao computador, não dá para transferir do presencial

para a educação a distância, a linguagem é diferente, a temporalidade também, a pessoa pode desligar o computador e lhe deixar só na aula, ou seja, a dinâmica é diferente (LEÃO, 2021, informação verbal).

Deste modo, vimos que as TDICs já faziam parte da realidade sindical, mas com o contexto da pandemia houve um aumento das atividades por meio das tecnologias digitais, de modo que contribuiu com a participação dos docentes, com maior viabilização da participação de atividades internacionais. Em relação ao ANDES-SN, segundo o professor Coggiola (2021), as atividades com o uso das TDICs foram poucas, ocorreram reuniões com representantes internacionais, mas principalmente atividades mais locais, devido ao caráter de urgência das demandas.

A respeito da maneira como as pessoas naturalizaram a presença das tecnologias digitais no cotidiano, de modo que elas se tornaram uma necessidade, foi intensificada principalmente no período de pandemia, no qual as tecnologias digitais representaram uma alternativa para lidar com a necessidade do distanciamento social e, ao mesmo tempo, não parar de trabalhar ou estudar. Neste sentido, para as entidades sindicais essa ferramenta representou a possibilidade de manter as reuniões, realizar eventos, participar de Congressos, inclusive com eleições para diretoria e atividades internacionais que puderam acontecer a baixos custos, conforme já mencionamos.

Deste modo, observamos que houve um aumento na dependência das pessoas em relação às TDICs, por causa das necessidades provocadas pela pandemia de COVID-19. Em relação a este contexto, podemos citar Lemos (2005, p. 02), quando este afirma se tratar de “transformações nas práticas sociais, na vivência do espaço urbano e na forma de produzir e consumir informação”.

Esta existência das tecnologias digitais, tão presente no cotidiano das pessoas, tem relação com a noção de ciberespaço. Para Lévy (1999), o termo se refere a toda estrutura de tecnologia de comunicação digital, seja física ou de informações que são armazenadas, bem como as pessoas que as utilizam. A mobilidade das pessoas nesse ciberespaço é que permite que elas possam participar de reuniões e interagir com pessoas de diferentes lugares do mundo, podendo fazer isso dentro de suas casas, foi o que ocorreu bastante durante a pandemia. Para Lemos (2005), a mobilidade é uma das principais características das tecnologias digitais. Ele explica que a mobilidade é “como o movimento do corpo entre espaços, entre localidades, entre espaços privados e públicos. Parece que novas práticas do espaço urbano surgem com a interface entre mobilidade, espaço físico e ciberespaço” (LEMOS, 2005, p. 03).

As possibilidades que o uso das tecnologias digitais viabilizou para as pessoas contribuiu bastante com a internacionalização das entidades sindicais aqui pesquisadas, principalmente a Contee, que desde retirada da obrigatoriedade da contribuição sindical compulsória passou a enfrentar dificuldades financeiras, de modo que ficaria difícil realizar as viagens internacionais. Com as reuniões mediadas pelo uso dessas tecnologias digitais, as atividades de internacionalização puderam ser asseguradas, a CNTE também se beneficiou com essa forma de trabalho remoto, pois também pôde participar das Conferências e eventos internacionais. O ANDES-SN também intensificou o uso destas tecnologias no período de pandemia, mas em relação à internacionalização, isto foi feito em menor proporção que a Contee e a CNTE.

5 DISCUSSÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

A presente pesquisa possui natureza qualitativa, pois visa a obter informações que permitam compreender e analisar como acontece o processo de internacionalização das organizações sindicais docentes nacionais, nomeadamente a CNTE, o ANDES-SN e a Contee, por meio do levantamento e da análise de fontes e de entrevistas.

Consideramos que a investigação qualitativa não se resume a simples aplicação de métodos e técnicas de pesquisa, mas que esta traz uma dimensão da visão de mundo que influencia nas escolhas do que se pretende pesquisar, assim como no uso e na aplicação das técnicas. No caso em questão, utilizamos o levantamento documental e as entrevistas semiestruturadas, estas foram realizadas de maneira remota devido às medidas sanitárias de distanciamento social provocados pela pandemia de COVID-19.

Também foram analisados documentos e publicações impressas, bem como documentos digitais retirados das páginas oficiais das três entidades pesquisada e também as organizações internacionais parceiras, além das centrais sindicais filiadas à CNTE, ANDES-SN e Contee. Nessa pesquisa, levamos em consideração que as relações sindicais e de internacionalização enfrentam contradições que se manifestam entre o que os sindicatos têm como princípios e compromissos a serem realizados, no que diz respeito à internacionalização e ao que efetivamente acontece na prática. Essas contradições podem ser compreendidas se considerarmos que:

Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte de desenvolvimento da realidade (GIL, 2009, p. 13).

Assim, tomamos como base a perspectiva dialética para analisar como as relações sindicais se entrecruzam com a internacionalização, de modo que:

Para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em vias de transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro. Por outro lado, as coisas não existem isoladas, destacadas umas das outras, independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas por objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 101).

Desse modo, a perspectiva dialética nos possibilitou analisar de forma detalhada como acontece o processo de internacionalização das organizações sindicais da educação. Para isso,

consideramos que a internacionalização se encontra em um processo dialético, ou seja, em um movimento de constantes mudanças, em que, ao mesmo tempo em que se relaciona se transforma interpenetrada em suas próprias contradições intrínsecas.

É com esta concepção teórica que analisamos a internacionalização dos sindicatos em educação, nos quais observamos, diante das fontes, que há uma preocupação e uma valorização do internacionalismo e da solidariedade entre os trabalhadores. Há também uma busca por trocar experiências com entidades de outros países, mas isto não acontece de forma linear, ao contrário, algumas entidades avançaram mais que outras e seguiram caminhos diferentes na internacionalização.

Para desenvolver essa análise, consideramos, de acordo com o método dialético, que a realidade se encontra em constante movimento, ou seja, ela não permanece fixa, estagnada, por trás de uma aparente estabilidade há um processo de constantes mudanças, resultantes das relações e dos acontecimentos que se alteram com o passar do tempo. Com isso, a realidade está sempre em processo de transformação.

É preciso considerar, também, que não é possível analisar nenhum elemento da realidade de forma isolada, ou seja, as partes estão inter-relacionadas ao todo. A análise do objeto pesquisado só pode ser compreendida quando associada ao contexto que o circunda. Na obra de Lucien Goldmann (1967, p. 5-6), *Dialética e cultura*, em uma passagem, o autor afirma que para o pensamento dialético:

Nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; afirma que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso do conhecimento das verdades parciais. À marcha do conhecimento aparece assim como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que devem esclarecer mutuamente.

Analisar o objeto de estudo levando em consideração a relação entre as partes e o todo nos permite compreender as diferenças e contrastes que se estabelecem entre as três organizações sindicais aqui pesquisadas, bem como as peculiaridades que se desenvolvem em cada uma delas. Essas, também, são o resultado da relação das partes com o todo, no caso das seções sindicais que fazem parte da constituição da associação docente e das confederações.

Essas entidades estão em constante movimento de mudança, devido a diversos fatores, como os acontecimentos políticos e econômicos que afetam a classe trabalhadora e, por consequência, entram nas pautas de discussões sindicais, bem como a mobilidade de profissionais que saem e outros que chegam a essas organizações e também contribuem para as

mudanças nas características dos sindicatos. Soma-se a isso, o fato de que as ações sindicais estarem também situadas historicamente.

Para a perspectiva dialética tudo está em constante movimento, as coisas estão o tempo todo em processo de transformação, a realidade é transitória e demarcada pela contradição ou pela negação, ou seja, como explica Lakatos e Marconi (1991, p. 84).

Todo movimento, transformação ou desenvolvimento opera-se por meio das contradições ou mediante a negação de uma coisa – essa coisa se refere à transformação das coisas. Dito de outra forma, a negação se refere à transformação das coisas em seu contrário. Ora, a negação, por sua vez, é negada. Por isso se diz que a mudança dialética é a negação da negação (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 84).

Na dialética nunca é possível voltar ao ponto inicial, este que, por seu turno, é chamado de tese, ao ser negada ou transformada em seu contrário se torna antítese. Temos aí uma segunda fase do processo de transformação, quando esta é negada, temos então a síntese. Este movimento ocorre porque, dentro dos objetos ou fenômenos, existem contradições internas, compostas por lados que são opostos. Essa concepção nos auxilia na análise do processo de internacionalização dos sindicatos da educação.

Por essa razão, as considerações acerca da dialética são importantes e devem ser mencionadas de maneira detalhada, visto que o objeto de pesquisa foi analisado por intermédio dessa perspectiva teórico metodológica.

Nas ciências humanas, a separação entre o essencial e o acidental só pode se fazer pela integração dos elementos ao conjunto, das partes ao todo. Eis porque, se bem que nunca se possa chegar a uma totalidade que não seja ela mesma elemento ou parte, o problema do método nas ciências humanas é o do corte do dado empírico em totalidades relativas suficientemente autônomas para servir de quadro a trabalho científico (GOLDMANN, 1967, p. 13-14).

Nesse sentido é que analisamos a internacionalização das três organizações sindicais em educação. Consideramos que para se chegar a uma visão de totalidade acerca de cada uma das organizações sindicais, precisamos pesquisar e entender as partes. No caso do ANDES-SN, conhecer as seções sindicais que em seu conjunto se inter-relacionam e formam as partes que constituem o referido sindicato. Com as confederações CNTE e Contee temos os sindicatos que são associados a estas confederações. Para conhecer o todo, nesse caso, é preciso conhecer pelo menos uma parte dos sindicatos e seções sindicais que constituem estas organizações, cada uma com suas peculiaridades e diferenças entre si.

Ao considerarmos as realidades e especificidades próprias da formação e constituição de cada organização sindical aqui estudada, devemos buscar a essência, ou seja, aquilo que está por trás da aparência, que, dialeticamente, tanto é camuflado pelo fenômeno observado, no caso

aqui as instituições estudadas, como também essa essência pode, paradoxalmente, ser revelada pelo fenômeno que a esconde. Isto porque a essência se movimenta e se manifesta na forma de ação do fenômeno, ou seja, eles se inter-relacionam como partes de um todo:

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediada ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente atividade do fenômeno (KOSIK, 1976, p. 11).

Sendo assim, é característica do fenômeno esconder e revelar a essência que se manifesta e movimenta o fenômeno. É a busca por essa essência, revelada e escondida pelo fenômeno, que se encontra a investigação do objeto que buscamos descobrir com o presente estudo, por uma perspectiva mais ampla. É isso que justifica a necessidade da pesquisa, pois se a essência já se revelasse, não seria necessária a existência desse trabalho, como afirma Kosik (1976, p. 13),

Como a essência – ao contrário dos fenômenos - não se manifesta diretamente, e desde que o fundamento oculto das coisas deve ser descoberto mediante uma atividade peculiar, tem de existir a ciência e a filosofia. Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis. O esforço direto para descobrir a estrutura da coisa e “a coisa em si” constitui desde tempos memoriais, e constituirá sempre, tarefa precípua da filosofia.

Para compreendermos a essência dos sindicatos, ou seja, as estruturas das associações e confederações dos sindicatos da educação, utilizamos algumas categorias de análise propostas por Gramsci. Um dos elementos que se apresentam durante a análise das organizações sindicais é o elemento da contradição. A esse respeito, Gramsci (1978) nos ajuda a entender a contradição dentro da filosofia da *práxis*. Para o autor, o materialismo histórico:

Não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, antes, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é expressão dessas classes subalternas que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades- inclusive as desagradáveis- e em evitar os enganos (impossíveis) das classes superiores e, ainda mais, de si mesmas (GRAMSCI, 1978, p. 283).

Desse modo, buscamos compreender as contradições existentes dentro das organizações sindicais educacionais. Diante disso, podemos compreender como que os professores sindicalizados se percebem em relação ao governo e, no caso dos docentes do ensino privado, como eles se sentem em relação às instituições para as quais vendem sua força de trabalho,

como percebem a relação com estes espaços educacionais nos quais trabalham e se consideram importantes ações de internacionalização, assim como de que maneira as lideranças avaliam a importância dos sindicatos se internacionalizarem.

Por se tratar de entidades sindicais relacionadas à educação, ao desenvolvermos as análises da pesquisa foi necessário também que situássemos a concepção de educação aqui utilizada, conforme já apresentado em capítulo anterior. Neste sentido, Gatti (2012, p. 14) afirma que:

Para se discutir a construção metodológica da pesquisa em educação, é necessário se perguntar sobre os conceitos utilizados na caracterização do campo, distinções que podem clarificar significados e contribuir para sua autoafirmação e perguntar sobre identidade e formas investigativas. [...] Impõe-se a identificação um pouco mais clara do campo relativo às pesquisas educacionais, na medida em que se deseja a comunicação com diferentes setores sociais e acadêmicos.

Deste modo, além de situarmos a concepção de educação, também foi necessário definirmos os conceitos de internacionalização e sindicalismo. Delimitar estes conceitos foi fundamental para a análise que realizamos na presente pesquisa.

Por reflexão filosófica, o autor apresenta uma lição de método, ele explica que esta deve ser radical, rigorosa e de conjunto, o que permite a compreensão de qualquer objeto, neste caso, a educação. Para Saviani (1996), ela deve ser radical, porque é preciso ir à raiz, às origens para se conhecer de fato um dado objeto. Ademais, deve ser rigorosa, pois deve seguir um método, com rigor, como também deve ser de conjunto, porque não é possível conhecer a realidade de forma parcial, é preciso considerar o todo no qual está inserida. Essas considerações são o que constitui o processo de reflexão filosófica que se faz presente na educação. Mais adiante no texto, o autor define o que entende por promover o homem:

Do ponto de vista da educação o que significa, então, promover o homem? Significa tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens. Trata-se, pois, de uma tarefa que deve ser realizada. Isto nos permite perceber a função da valorização e dos valores na vida humana. Os valores indicam as expectativas, as aspirações que caracterizam o homem em seu esforço de transcender-se a si mesmo e a sua situação histórica; como tal, marcam aquilo que deve ser contraposição aquilo que é (SAVIANI, 1996, p. 37).

Neste caso, como seria possível promover a libertação do homem estando os próprios professores presos a questões que os dificulta, se não os impossibilita, desenvolver de forma efetiva suas funções pedagógicas? Como pensar em questões mais avançadas no que diz respeito aos objetivos pedagógicos, se estes estiverem presos a questões básicas relacionadas a demandas salariais e condições de emprego, que constituem uma das principais pautas de

reivindicações e lutas sindicais, além de elementos motivadores para que os trabalhadores se mobilizem ao ponto de formarem estas organizações?

Para responder a essas indagações, tomamos como princípio que, para haver avanço, no sentido de promover uma educação emancipadora, é preciso que as condições objetivas e materiais estejam asseguradas. Nesse sentido, podemos tomar emprestada a noção de hierarquia apresentada por Saviani (1996), no excerto a seguir, no qual ele afirma que os valores intelectuais na educação devem ser trabalhados quando os valores econômicos forem resolvidos.

De acordo com a noção de hierarquia, os valores intelectuais seriam, por si mesmos, superiores aos valores econômicos [...]. Assim, se vou educar; seja num bairro de elite, seja numa favela, sempre irei dar mais ênfase aos valores intelectuais do que aos [...]: a) valores úteis (ou econômicos); b) valores vitais (ou afetivos); c) valores lógicos (ou intelectuais); d) valores estéticos; e) valores éticos (ou morais); e f) valores religiosos. (econômicos). No entanto, a nossa experiência da valoração nos mostra que na favela os valores econômicos tornam-se prioritários, dadas as necessidades de sobrevivência, ao passo que num bairro de elite assumem prioridade os valores morais, dada a necessidade de se enfatizar a responsabilidade perante a sociedade como um todo, a importância da pessoa humana e o direito de todos de participar igualmente dos progressos da humanidade (SAVIANI, 1996, p. 39-40).

Com isso, refletimos a respeito da importância do movimento docente para a categoria dos professores, principalmente se considerarmos o histórico da profissão, a luta por valorização e o processo de sucateamento que as instituições de ensino enfrentam há décadas.

Gatti (2012) destaca a importância de definirmos conceitualmente onde a pesquisa em educação se situa, isto devido à polissemia que o termo educação carrega. Desde modo, consideramos que:

A busca de sentido faz-se não no intuito de impor uma unicidade de denominação, mas na direção de se tentar superar alguns conflitos, pelas preferências terminológicas entre os acadêmicos, como também para clarear algumas especificidades associadas a cada termo, o que pode permitir situar posições na investigação científica e mais esclarecimentos aos interlocutores (GATTI, 2012, p. 15).

Diante disso, a definição de educação que utilizamos aqui a considera como algo processual e em contínuo movimento, que possui “como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo” (MÉSZÁROS, 2012, p. 12). O autor defende que os professores e estudantes devem assumir uma postura que contribua para a construção de uma sociedade mais equânime, ou seja, que combata as contradições sociais que são um produto resultante do capitalismo, o qual, em sua dinâmica, promove um acúmulo de capital nas mãos de poucos que enriquecem pela apropriação da riqueza produzida pelo trabalhador. Méészáros (2012) alerta também para o tipo

de educação alienante que é oferecida para a população, com o intuito de manter a população sob domínio de interesses de um pequeno grupo dominante.

Isto põe em evidência a importância das entidades sindicais para a educação, visto que o movimento sindical tem o potencial de mobilizar os docentes, promover discussões e atividades que debatam sobre as políticas curriculares, desta forma, romper com a formatação curricular na qual os estudantes são submetidos e, com suas atividades de pautas de lutas, buscar meios de combater essa formação alienante. Deste modo, o papel destas entidades é representar os trabalhadores em relação a seus interesses mais amplos e não apenas os direitos imediatos.

Nesse sentido, Saviani (1996) nos auxilia a refletir sobre a educação por intermédio da filosofia, ou de seu princípio na condição de ciência. No primeiro capítulo do livro *Educação: do Senso Comum à Consciência filosófica*, o referido autor nos alerta sobre a importância da filosofia para entendermos a educação, segundo ele, a filosofia não possui um objeto específico a ser pesquisado, mas se faz presente onde há pesquisa, ou onde há um problema. Nesse sentido, ela “abre caminho para a ciência” (SAVIANI, 1996, p. 12).

A educação foi afetada pelo processo de reformas pelas quais o Estado brasileiro passou, principalmente durante a década de 1990, dadas as políticas de caráter neoliberal, as ações do Estado no sentido da transferência de responsabilidades que passaram a ser controladas pelo setor privado e pela sociedade civil. Desta forma, o Estado favoreceu a intensificação de privatizações e a terceirização de atividades profissionais. Associadas a estas políticas neoliberais, foram feitas críticas e ataques aos sindicatos e movimentos sociais, por outro lado, houve valorização e incentivos aos setores privados.

Na área educacional, o governo empreendeu uma política de investimentos de dinheiro público nas faculdades e universidades privadas, como também incentivos mediante isenções de impostos. Em contrapartida, essas instituições privadas ofereciam bolsas de estudo. Paralelo a isso, os investimentos nas universidades públicas foram sendo cada vez mais escasseados, o que contribuiu para um processo de sucateamento, o qual as universidades públicas enfrentam há bastante tempo. Essas questões fazem parte das pautas de reivindicações sindicais das universidades públicas.

Neste sentido, os sindicatos, no campo educacional, representam um importante instrumento de luta dos trabalhadores na busca por melhores condições de trabalho, também, por melhorias no campo da educação. Dessa forma, partimos da reflexão filosófica proposta por Saviani acerca do papel da educação, com os quais os objetivos da educação se relacionam, isto é, a emancipação e a libertação do homem. Em suas palavras, o autor problematiza: “E como a educação se destina (senão de fato, pelo menos de direito) à promoção do homem,

percebe-se já a condição básica para alguém ser educador: ser um profundo conhecedor do homem. Mas... que é o homem?" (SAVIANI, 1996, p. 35).

Ainda em relação à definição de educação, temos a proposta de educação que visa a formar o trabalhador para a formação política, o que contribui bastante para que a classe trabalhadora participe cada vez mais dos movimentos sociais, sindicais e que atuem na luta por seus direitos e lute pela equidade social. Neste sentido, Mészáros (2012, p. 12) explica o que é a educação libertadora:

A educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo, para ele uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico político hegemônico.

A relação da dimensão educacional nas organizações sindicais está para além do fato de se tratar de um sindicalismo ligado ao setor educacional, mas também da própria concepção que adotamos de educação. Ela passa pela compreensão dos docentes de que a prática profissional não se resume ao exercício laboral ou ao cumprimento de sua carga horária, mas se trata de compreender a educação em uma dimensão mais complexa, a qual considera que questões relacionadas às lutas sindicais também fazem parte da dimensão do trabalho docente.

5.1 Procedimentos metodológicos

Nos procedimentos metodológicos, o recorte leva em consideração o levantamento documental e as entrevistas que foram fontes importantes para a realização do presente estudo. As entrevistas representaram recursos importantes para reunir informações relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, bem como para suprir as lacunas deixadas pelos documentos analisados. Para a realização das entrevistas foram escolhidos os coordenadores das secretarias de relações internacionais da CNTE e da Contee, assim como o encarregado de internacionalização do ANDES-SN das três entidades aqui pesquisadas.

Os entrevistados concordaram em colaborar com a pesquisa, por causa da natureza do cargo que ocupam eles aceitaram ser citados e identificados. Deste modo, oficializaram a anuência mediante Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e dos Termos de Adesão, os modelos dos documentos estão nos apêndices (1 e 2). As entrevistas foram realizadas de forma remota pela plataforma do *Google Meet*, em que foram realizadas perguntas abertas para que os entrevistados pudessem ter a liberdade de desenvolver suas ideias em razão de suas

experiências, com o mínimo de interferência possível da pesquisadora, para evitar influenciar as respostas. O roteiro da entrevista se encontra no Apêndice 3.

As entrevistas foram marcadas seguindo a mesma ordem de apresentação das entidades, primeiro a CNTE, depois o ANDES-SN e a Contee. O Secretário de Relações Internacionais da CNTE é o professor Roberto Franklin de Leão, ele atua como docente no ensino médio no estado de São Paulo na área de artes, possui longa experiência política, em função da militância e da atuação em diversos cargos de representação, junto à CNTE, à CUT, bem como em organizações internacionais como a IEAL. Em 2015, foi presidente da CNTE e, atualmente, é também secretário de relações internacionais da referida Confederação, e atua como vice-presidente regional para a América Latina da Internacional da Educação. Com a sua entrevista, foi possível ter acesso a várias informações importantes para o desenvolvimento da pesquisa, pois a longa experiência e conhecimento das políticas de internacionalização que envolvem a CNTE contribuíram bastante nosso estudo.

A outra entrevista foi realizada com a professora Maria Clotilde Petta, ela é docente da PUC Campinas, diretora do Sinpro Campinas e Região, vice-presidente da CEA e coordenadora da Secretaria de Relações Internacionais da Contee. Sua contribuição também foi importante para compreendermos melhor os princípios que levaram a referida confederação a estabelecer o maior número de filiações internacionais entre as três entidades pesquisadas. Na parte da análise da internacionalização da Contee, apresentamos essa realidade de forma detalhada.

Por fim, entrevistamos o professor Osvaldo Luis Angel Coggiola, atualmente, é o encarregado do setor de relações internacionais do ANDES-SN. De origem argentina, foi ativista político da Universidade de Córdoba, contudo, precisou concluir seus estudos em História e Economia Política exilado na França, onde também cursou mestrado e doutorado em História. Na década de 1980, estabeleceu-se no Brasil, fez um pós-doutorado na USP, onde foi professor. Autor de vários livros com temas relacionados à história e à economia, tendo um histórico de militância no ANDES-SN, principalmente na área de internacionalização, segundo ele, devido principalmente ao fato de dominar vários idiomas. Na USP, também ocupou cargo relacionado à internacionalização. Ao entrevistá-lo, foi possível conhecer melhor o histórico e a atuação do sindicato, principalmente em relação à internacionalização, tendo também contribuído com informações para a pesquisa. Para Duarte (2004, p. 215), as

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como

cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados.

De fato, com as entrevistas foi possível ter acesso a informações que contribuíram para a compreensão de como são realizadas as ações de parcerias e os planos de lutas entre as entidades de internacionalização sindical. O objetivo foi dialogar com os responsáveis pela internacionalização das entidades, de modo a compreender questões referentes à internacionalização das organizações sindicais pesquisadas que não foi possível identificar nos documentos.

Consideramos que as entrevistas possuem um potencial de se constituírem como constructos teóricos, que permitiram compreender melhor como os processos de internacionalização se constituem nestas organizações aqui pesquisadas. Na definição de Leiro (2004, p. 75), “Mais do que entrevistas, os diálogos se constituíram em breves e importantes constructos teóricos”.

Deste modo, as entrevistas para esta pesquisa tiveram um papel importante, pois nos permitiram conhecer, diante do olhar dos atores envolvidos, como que a política de internacionalização é realizada nas organizações sindicais. Neste sentido, consideramos, de acordo com Quivy e Campenhoudt (1998, p. 193), que o potencial das entrevistas nos permite desenvolver uma

análise dos sentidos que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc.

A entrevista semiestruturada possibilita que seja feito um registro de informações de forma organizada para o entrevistador, ao mesmo tempo em que permite uma liberdade para o entrevistado. O questionário foi formulado com perguntas abertas, o que permitiu que este manifestasse suas opiniões de forma mais livre, isso reduz o risco de o pesquisador limitar ou influenciar as respostas dos entrevistados. Tal procedimento foi importante, pois ampliou nossas possibilidades com a pesquisa, no sentido de obter as informações que necessitávamos para a sua conclusão.

A construção dos dados foi realizada por meio do levantamento e seleção de documentos, cujo objetivo foi buscar informações que ajudassem a compreender a internacionalização sindical.

Quanto ao levantamento das fontes documentais, a maior parte delas foi encontrada de forma digital, nos *sites* oficiais das organizações sindicais. Apesar da situação de pandemia, foi

possível visitar alguns espaços físicos dos sindicatos e da seção sindical que são filiadas às entidades pesquisadas. No caso em tela, foi feita visita ao Sindicato dos Professores no Estado da Bahia (SINPRO), em Salvador, filiado à Contee; a Associação dos/as Professores/as Licenciados/as do Brasil/Seção Bahia (APLB/BA), filiada à CNTE e Associação dos Docentes do Estado da Bahia, em Salvador, (ADUNEB), filiada ao ANDES-SN.

O objetivo das visitas foi conhecer melhor como funcionam as associações e a seção sindical, filiadas às confederações e aos sindicatos que se encontram na capital do estado da Bahia. Inicialmente, pretendíamos visitar as sedes das entidades sindicais que ficam em Brasília, mas, devido à pandemia de Covid-19, isso não foi possível. Os documentos que iríamos buscar nos arquivos das entidades, como resoluções de congressos, ofícios emitidos pelas organizações que pudessem revelar como e em que medida estas organizações sindicais promovem a internacionalização, conhecer as parcerias internacionais. No caso entidades internacionais filiadas, o interesse era compreender como que funcionam estes acordos, em que medida efetivamente estas instituições promovem a internacionalização.

Embora não tenha sido possível realizar as visitas às sedes das entidades sindicais em Brasília³¹, os documentos necessários foram conseguidos de forma *on-line*, alguns estavam disponibilizados na internet e outros foram conseguidos pelos contatos estabelecidos com os entrevistados, responsáveis pela internacionalização das organizações pesquisadas.

O contato com os documentos como os relatórios dos Congressos, as atas de reuniões, estatutos sindicais, publicações em periódicos das entidades com o registro das atividades sindicais nacionais e internacionais, as moções de apoio, outras vezes de repúdio, entre outros documentos viabilizaram a realização da pesquisa.

Diante da reflexão de Flick (2009, p. 234), não se deve pressupor a existência de uma realidade concreta nos documentos pelas subjetividades das entrevistas, para ele:

Os documentos representam uma versão específica de realidades construídas para objetivos específicos. É complicado utilizá-los para validar as afirmações obtidas nas entrevistas. Os documentos devem ser vistos como uma forma de contextualização da informação. Em vez de usá-los como “contêineres de informação” devem ser vistos e analisados como dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos na construção de versões sobre eventos.

Deste modo, em acordo com o autor, podemos afirmar que os documentos aqui utilizados para a pesquisa permitiram que pudéssemos situar as informações necessárias para entendermos o contexto de internacionalização das organizações sindicais. É válido mencionarmos também que as escolhas das fontes para a pesquisa obedeceu aos critérios descritos por Flick (2009),

³¹ Na ocasião da pesquisa, as entidades estavam fechadas, como estratégia de conter a Pandemia de COVID-19.

como a autenticidade, ou seja, foram produzidos pelas próprias entidades pesquisadas; credibilidade, pois foram documentos oficiais como atas, estatutos, relatórios, entre outros, nos quais foi possível colher e cotejar informações que seguem as normas a que se propõe, por exemplo: as atas e relatórios obedeciam a um padrão esperado por este tipo de documento e significação, pois os documentos apresentavam as informações de forma descritiva, objetiva e clara. Estes princípios descritos pelo autor são importantes para assegurar que as fontes ofereçam informações necessárias para a análise.

5.2 Contrastes em função da totalidade, contradição e mediação

Para o desenvolvimento do estudo que realizamos aqui, utilizamos como um dos métodos a análise contrastiva, na qual buscamos captar a essência daquilo que se esconde por trás do fenômeno aparente. Kosik (1976, p. 12), por uma perspectiva dialética, afirma que

Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível. No mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como a essência mesma e a diferença entre o fenômeno e a essência desaparecem.

Mais adiante no texto, Kosik (1976, p. 12-13, grifos do autor) problematiza a diferença e a relação entre o fenômeno e a essência:

O fenômeno não é, portanto, outra coisa senão aquilo que - diferentemente da essência oculta - se manifesta imediatamente, primeiro e com maior frequência. Mas por que a “coisa em si”, a estrutura da coisa, não se manifesta imediata e diretamente? Por que são necessários um esforço e um desvio para compreendê-la? Por que a “coisa em si” se oculta, foge à percepção imediata? De que gênero de ocultação se trata? Tal ocultação não pode ser absoluta: se quiser pesquisar a estrutura da coisa e quiser perscrutar “a coisa em si” se apenas quer ter a possibilidade de descobrir a essência oculta ou a estrutura da realidade – o homem já antes de iniciar qualquer investigação, deve necessariamente possuir uma segura consciência do fato de que existe algo susceptível de ser definido como estrutura da coisa, essência da coisa, “coisa em si”, e de que existe uma oculta verdade da coisa, distinta de fenômenos que se manifestam imediatamente.

Desse modo, para Kosik (1976), a verdade de algo para ser revelado, que precisa ser analisado de modo a mostrar a essência que se esconde por trás da aparência. Ele considera também que ambas são partes constitutivas de uma mesma coisa e afirma que o “mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido” (KOSIK, 1976, p. 11).

Ao desdobrarmos o pensamento de Kosik (1976), podemos considerar que, para ultrapassarmos a pseudoconcreticidade e alcançar a verdadeira concreticidade, ou seja, a verdade camuflada por trás da aparência, é preciso considerar os contrastes que se constituem em seu próprio elemento, ou seja, ao contrastar as partes (claro-escuro) que em um movimento dialético, formam a coisa em si, assim, podemos evidenciar a realidade que se busca conhecer.

Desse modo, consideramos que a dialética apresenta uma ideia de movimento, de mudança, ou seja, traz a compreensão de que a dimensão da realidade é, por essência, contraditória e se encontra em constante movimento de transformação. O contraste, por sua vez, se manifesta por extremos que se evidenciam e diferem um com relação ao outro, como, por exemplo, se confrontarmos polaridades, ao fazermos isso evidenciamos os contrastes, ou seja, as diferenças e especificidades de cada uma em relação a outra³². Logo, o contraste não se dá apenas pela relação entre polaridades, ou elementos opostos, mas nas diferenças e especificidades, ou seja, as características que lhes são próprias.

Como Dondis (1997) exemplifica, ao afirmar que o contraste está presente em todos os tons de cinza e não apenas na dicotomia entre o preto e o branco, outro exemplo de contraste que o mesmo autor traz é a representação do “símbolo chinês de yin-yang” (DONDIS, 1997, p. 28). Segundo ele, trata-se de um “exemplo perfeito de contraste simultâneo e design complementar” (DONDIS, 1997, p. 28).

Nas artes plásticas, o contraste se faz presente no estilo renascentista, caracterizado pelo contraste entre a luz e a sombra, o claro e o escuro, o que permite que o artista destaque partes da pintura que deseja contrastar. Para o observador, determinadas especificidades e cenários da pintura se evidenciam e se contrastam com relação a outras.

Nas ciências humanas, podemos desenvolver os mesmos princípios com o intuito de captar de forma mais plena nuances e características que são específicas de determinado objeto de estudo a ser analisado. Ao contrastar, é possível evidenciar e melhor caracterizar as diferenças e especificidades, muitas vezes, tão sutis e próprios que um outro método de análise poderia ignorar, ou seja, não conseguir perceber detalhes e sutilezas que o método contrastivo permite perceber.

Por exemplo, no caso de um estudo acerca do movimento de trabalhadores da área educacional, sabemos que, em diferentes momentos históricos e diferentes culturas, os

³² Estes princípios são importantes para fundamentar a análise de como acontece a internacionalização nas três organizações sindicais em educação, que embora tenham elementos em comum entre si, são também distintas, com características e especificidades próprias que precisam ser contrastadas para que a pesquisa consiga efetivamente revelar como cada uma das três desenvolveu o processo de internacionalização.

trabalhadores de diversos setores se organizaram em busca de melhorias e benefícios das mais variadas necessidades que entendem como direitos, ou, no mínimo, necessidades. Todavia, se fizermos o estudo das organizações de trabalhadores da educação, que no Brasil são chamados de sindicatos e associações, poderemos constatar, por exemplo, que em outros países, por terem passado por experiências históricas distintas, os trabalhadores de um mesmo segmento, no caso a educação, aprenderam a se organizar de diferentes maneiras, já que tiveram conquistas e trajetórias distintas.

A perspectiva contrastiva nos permite desenvolver análises de diferentes realidades, de modo a capturar ou revelar a essência de determinado objeto a ser perscrutado, pois, consideramos que, fazer uma análise que considere categorias do contraste, podemos evidenciar especificidades e peculiaridades que transcendam a simples comparação. É com essa perspectiva contrastiva e com as categorias de análise da dialética — totalidade, mediação e contradição — que fazemos a análise de como acontece a internacionalização nas três organizações sindicais docentes (CNTE, ANDES-SN e Contee). Isso porque entendemos que, dessa forma, é possível contrastar de modo a capturar nuances e especificidades que estão tanto reveladas em um determinado nível, como contraditoriamente também camufladas pela aparência, ou seja, a essência.

Para explicarmos como podemos realizar uma análise contrastiva, devemos recorrer às categorias da dialética: a totalidade, a mediação e a contradição. A respeito da dialética e da categoria da totalidade, Goldman (1967) explica sobre o movimento do ponto de partida e do ponto de chegada, não fosse a contradição estes seriam estáticos. Além disso, discute que para apreender a totalidade do fenômeno a ser pesquisado, é preciso conhecer as partes que a compõe:

O pensamento dialético afirma, em compensação, que nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; afirma que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais. A marcha do conhecimento aparece assim como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente (GOLDMANN, 1967, p. 5-6).

Esta totalidade a que Goldman (1967) se refere é composta pela mediação e pela contradição. Para Saviani (2015, p. 26, grifos do autor), a mediação é “uma categoria central da dialética que, em articulação com a ‘ação recíproca’, compõe com a ‘totalidade’ e a ‘contradição’ o arcabouço categorial básico da concepção dialética da realidade e do conhecimento”. Deste modo, tanto a mediação, quanto a contradição e a totalidade são articuladas e constituem um movimento, o qual compõe a dialética. O movimento é um produto

da contradição das partes que compõe o todo, do contrário não haveria a mudança contínua (NETTO, 2015).

Mais adiante, Saviani (2015, p. 33) reforça a ideia da mediação, ao explicar que “a centralidade da categoria mediação deriva diretamente da centralidade do trabalho, que é o processo pelo qual o homem, destacando-se da natureza, entra em contradição com ela, necessitando negá-la para afirmar sua humanidade”.

A mediação, a contradição e a totalidade se inter-relacionam mutuamente, de modo que não haveria dialética sem estas partes que a compõe. No que concerne à relação entre as partes e o todo, Goldman (1967, p. 06) problematiza:

Como seria possível conhecer as partes sem conhecer o todo? Mas talvez o homem aspire conhecer pelo menos as partes que lhe estão em proporção. Contudo, as partes do mundo têm todas tal relação e tal encadeamento entre si que creio ser impossível conhecer uma sem conhecer as outras e sem conhecer o todo.

Quanto à contradição, ela se liga intimamente à totalidade e se mantém em contínua transformação. “A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las” (NETTO, 2015, p. 57).

Ainda a respeito do conceito de contradição, Ferraz (2011, p. 283-284) explica que na perspectiva de Marx, esta não deve ser polarizada:

A afirmação da existência de uma única contradição entre dois polos, elimina a possibilidade de se considerar outras contradições que determinam ou sobredeterminam a produção social da existência material e sofrem a sua influência. Este procedimento analítico entra em desacordo com o método de Marx, pois, para este, a totalidade social não se compõe ou se explica somente pela polaridade entre forças produtivas/relações de produção, base infraestrutural e superestrutura (na prática, uma falsa separação), Capital/ trabalho, economia/política e ideologia.

O movimento entre a totalidade, a mediação e a contradição compõem a dialética. Sobre este conceito, Coutinho (1987, p. 15) afirma que:

Marx concebe a dialética como um método de articulação categorial que procede mediante a elevação do abstrato ao concreto, do menos complexo ao mais complexo; essa elevação tem como meta a construção progressiva de uma “totalidade concreta”, de uma “síntese de múltiplas determinações”, na qual as várias determinações abstratas (parciais) aparecem repostas e transfiguradas na totalidade que as mediatiza e – precisamente por isso – as concretiza.

Deste modo, a pesquisa na perspectiva dialética nos permitiu apreender a totalidade que compõe as entidades sindicais, para assim conhecer as partes que a compõem, deste modo,

poder capturar a parte que nos interessa para este estudo, a internacionalização das organizações.

Em continuidade à análise desenvolvida nesta pesquisa, utilizamos também alguns conceitos desenvolvidos por Gramsci como, por exemplo, o de Estado ampliado, que nos permite compreender a relação entre a sociedade civil, que corresponde às organizações sindicais ANDES, CNTE e Contee, com a sociedade política que, nesse caso, é representada pelas instituições de ensino.

As categorias de análise fundamentadas em Gramsci, também foram importantes para situar a relação entre as organizações sindicais e o governo. Isto nos permite analisar o objeto de pesquisa dentro de um contexto de totalidade, de modo que possamos analisar pela perspectiva contrastiva e pela totalidade, um dos pilares que compõe a dialética. Deste modo, foi possível compreendermos como, de fato, acontece a internacionalização das organizações sindicais.

Além disso, a teoria de Gramsci nos permitiu analisar a conjuntura que o movimento docente enfrentou nos últimos trinta anos. Deste modo, o conceito de Estado ampliado está relacionado à junção entre sociedade política e sociedade civil:

[...] a *sociedade política* (que Gramsci também chama de "Estado em sentido estrito" ou de "Estado-coerção"), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1999, p. 127).

O conceito de Estado ampliado se refere à relação e também à junção entre sociedade civil e sociedade política. Consideramos, nesse sentido, sociedade civil as organizações sindicais e a sociedade política as instituições educacionais nos seus diferentes níveis (ensino superior e básico) nas quais os docentes sindicalistas atuam. Nesse caso, consideramos as instituições de ensino como sociedade política, porque elas integram o Estado *stricto sensu*, de modo que seguem suas normas e leis aprovadas pelo Estado.

Analizamos nesta pesquisa como acontece a atuação das organizações sindicais em educação, no que diz respeito à internacionalização, com base nestas categorias desenvolvidas por Gramsci. Quando os interesses de parte da sociedade civil (as organizações sindicais) conseguem agregar-se à sociedade política (as instituições educacionais), temos então o Estado ampliado. Nesse momento, interesses de grupos hegemônicos da sociedade passam a consolidar-se de forma institucionalizada.

Na atual conjuntura, os grupos hegemônicos possuem interesses opostos àqueles defendidos pelos sindicatos, haja vista que as políticas empreendidas pelo governo promovem ataques e redução de direitos já conquistados pelos trabalhadores, conforme já mencionado neste trabalho, isso amplia a necessidade de buscar apoios e parcerias internacionais.

Com relação ao conceito de sociedade civil, é possível associar ao papel das confederações e associações sindicatos. De acordo com Gramsci (1999, p. 02, grifos do autor),

"sociedade civil" é uma arena privilegiada da luta de classe, uma esfera do ser social onde se dá uma intensa luta pela hegemonia; e, precisamente por isso, ela não é o "outro" do Estado, mas - juntamente com a "sociedade política" ou o "Estado-coerção" - um dos seus inelimináveis momentos constitutivos.

O autor nos alerta ainda que não se deve fazer juízos de valor, nos quais se considera que tudo o que provém da sociedade civil é sempre bom, tampouco entender que aquilo que vem do Estado necessariamente é ruim. Então, é preciso conhecer o contexto em questão para somente, então, avaliar quais interesses estão sendo atendidos pelo Estado ou a sociedade civil. Nas palavras de Coutinho (1999, p. 2),

Gramsci, como Semeraro nos mostra muito bem, nem tudo o que faz parte da sociedade civil é "bom" (ela pode, por exemplo, ser hegemônica pela direita) e nem tudo o que provém do Estado é "mau" (ele pode expressar demandas universalistas que se originam nas lutas das classes subalternas). Somente uma concreta análise histórica da correlação de forças presente em cada momento pode definir, do ângulo das classes subalternas, a função e as potencialidades positivas ou negativas tanto da sociedade civil como do Estado.

Outro conceito de Gramsci que tratamos aqui é o de hegemonia, pois tem relação com as outras categorias de análise aqui utilizadas, visto que dentro do Estado ampliado, formado pela sociedade civil e pela sociedade política, existem interesses que são hegemônicos, que podem atender a uma das partes em detrimento de outra. De acordo com Gerratana (2017, p. 4, grifos do autor),

O conceito de "hegemonia", leva também a uma nova interpretação da queda das comunas medievais e de sua incapacidade de superar a fase econômico-corporativa do Estado, em razão do caráter cosmopolita dos intelectuais italianos e da ausência, neles, de uma função nacional-popular. No Estado moderno, ao contrário, o exercício da hegemonia permite às classes dominantes obter o consenso das classes subalternas, seja com a energia das revoluções de tipo jacobino, seja através de diferentes formas de "revolução passiva".

As ideias, quando se tornam hegemônicas dentro da "sociedade civil", precisam ainda conseguir se associar à sociedade política, ou seja, ao Estado *Stricto Sensu*. Para que, assim, um projeto político de um determinado segmento da sociedade consiga adentrar a sociedade política e tornar-se política pública dentro do Estado no sentido ampliado. Este último conceito foi

desenvolvido por Gramsci para referir-se ao Estado, pois, para o referido autor, este avança além do sentido tradicional ligado apenas aos poderes do Legislativo, Executivo e Judiciário. Para o autor de *Memórias do Cárcere*, o Estado é formado pela relação entre a sociedade civil e a sociedade política:

Estado, entendido não mais só como "sociedade política", órgão de coerção jurídica, mas como entrelaçamento de sociedade política e "sociedade civil", em que a hegemonia de um grupo social se exerce através de organizações privadas, como Igreja, sindicatos, escolas e outros instrumentos de direção cultural (GERRATANA, 2017, p. 4).

Outro conceito presente na teoria de Gramsci (1997) é o de ideologia, a qual se faz presente em diferentes grupos sociais, relaciona-se às convicções e posicionamentos defendidos pelos grupos políticos, ou movimentos sociais, ou sindicatos, que é o objeto de estudo desta pesquisa. A ideologia pode trazer diferentes elementos, conforme explica o autor:

ideologia tem elementos unilaterais e fanáticos, e tem igualmente elementos de conhecimento rigoroso e até mesmo de ciência. Nesse sentido, a ideologia pode chegar a se identificar com “todo o conjunto das supra-estruturas” (GRAMSCI, 1977, p. 1320, grifos do autor).

A ideologia pode ser hegemônica em uma sociedade. Ela está atrelada às concepções políticas e de mundo dos diferentes grupos que a possuam. As entidades sindicais nacionais e internacionais têm suas ideologias políticas, estas que direcionam às decisões políticas das organizações sindicais. Na definição de Gramsci (1999, p. 104),

O desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.

Dessa forma, é necessário que as entidades sindicais atendam a determinados requisitos, assim, é possível que os trabalhadores consigam exercer uma hegemonia e ter os seus interesses atendidos, os direitos garantidos, ou seja, a luta sindical precisa atingir este patamar. A esse respeito, o autor esclarece ainda que é preciso que sejam:

levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2004, p. 1591).

Desse modo, podemos considerar que, a classe trabalhadora, ao se organizar internacionalmente, consegue exercer um poder hegemônico, o que é importante para a luta

sindical. Enquanto isso não acontece, a classe trabalhadora fica submetida à hegemonia da classe dominante, pois até o Estado *stricto sensu*, ou a sociedade política possuem interesses que são antagônicos aos da classe trabalhadores. Nesse sentido é que podemos analisar o papel dos sindicatos frente às políticas neoliberais empreendidas pelo Estado, que causam prejuízos aos trabalhadores. Ainda sobre hegemonia, Gruppi (2000, p. 5) afirma que esta precisa possuir “capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário”.

Os sindicatos, por sua vez, procuram responder a estas políticas que atacam as instituições sindicais e retiram direitos. Uma das formas de fazer frente aos ataques é quando busca parcerias com entidades internacionais, pois reconhece a importância da solidariedade entre a classe trabalhadora.

Os representantes sindicais, assim como a própria base sindical, ao assumir funções em torno da luta pelos interesses e pelos direitos dos trabalhadores podem ser considerados como intelectuais orgânicos. Isso porque, de acordo com o pensamento de Gramsci (2004), os grupos buscam legitimar seus espaços na sociedade de classes pela formação dos intelectuais. Nesse sentido, ele afirma que:

Em todos os países, o estrato dos intelectuais foi radicalmente modificado pelo desenvolvimento do capitalismo. O velho tipo de intelectual era o elemento organizador de uma sociedade de base predominantemente camponesa e artesã; para organizar o Estado e o comércio, a classe dominante treinava um tipo específico de intelectual. A indústria introduziu um novo tipo de intelectual: o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada. Nas sociedades em que as forças econômicas se desenvolveram em sentido capitalista, até absorver a maior parte da atividade nacional, predominou este segundo tipo de intelectual (GRAMSCI, 2004, p. 424).

Desse modo, como nosso estudo está situado no âmbito da sociedade civil, que neste caso são as organizações sindicais CNTE, ANDES-SN e Contee, nossa análise parte da atuação destas entidades no que diz respeito às políticas de internacionalização. As organizações sindicais, por intermédio dos coordenadores que atuam nas encarregaturas de internacionalização, promovem suas lutas internacionais junto a entidades de outros países.

Portanto, o conceito de intelectuais orgânicos de Gramsci que utilizamos aqui está relacionado aos docentes que atuam nos sindicatos nas diversas funções, assim como os que compõem a base sindical.

5.3 Análise contrastiva como possibilidade metodológica

Neste tópico damos início, de fato, à análise dos dados da pesquisa, conforme descrito na parte metodológica deste estudo, apresentamos nos subtópicos adiante os resultados do estudo de como ocorre a internacionalização sindical nas entidades sindicais, respectivamente, CNTE, ANDES-SN e Contee. Conforme já mencionado, é perceptível que a internacionalização se desenvolve de diferentes maneiras em cada uma das instituições pesquisadas, ao contrastarmos as três organizações sindicais, ficam evidenciadas as características da política de internacionalização de cada uma delas, bem como a relação entre o histórico das entidades, as concepções políticas e os caminhos escolhidos para promover a internacionalização, ou seja, analisamos com base nas categorias dialéticas: a totalidade, a mediação e a contradição, de modo a verificar, sob a perspectiva contrastiva, de que maneira a CNTE, o ANDES-SN e a Contee realizam suas políticas de internacionalização.

A CNTE, em relação à política de internacionalização, mantém filiação com a IE/IEAL, que é atualmente a entidade internacional mais atuante, embora tenha uma tendência ao conservadorismo. Por causa de alguns países parceiros, o setor da América Latina possui uma identificação maior com o pensamento de esquerda. É filiada também a CEA, que possui uma perspectiva política de esquerda, a CNTE se identifica com o pensamento político, mas as ações têm acontecido de forma bem pontuais. Além disso, é parceira da CPLP-SE, esta, por sua vez, tem por objetivo promover parcerias e trocas culturais com os países que falam a língua portuguesa. Como possui recursos financeiros, conseguem participar de reuniões e viagens a outros países. A CNTE promove eventos e atos políticos, nacionais e internacionais, suas atividades, geralmente, estão atreladas à CUT, devido à parceria que mantém com a Central.

O ANDES-SN foi filiado à IE, mas se desfilou, devido ao caráter conservador da entidade, além disso, está oficialmente filiado à CEA, mas, na prática, não participa de atividades com esta por considerá-la muito burocrática. As dificuldades de articulação com as entidades internacionais, dadas as diferenças de concepções de política sindical e internacional, fizeram com que o ANDES-SN buscasse meios próprios para promover a internacionalização. O ANDES-SN tem o CONADU da Argentina como um importante parceiro e promoveu algumas articulações com entidades de outros países, mas não conseguiram, até o momento, promover atividades com os filiados, nem com os trabalhadores no geral.

A internacionalização do sindicato ainda está em fase de planejamento, de acordo com o entrevistado, os atrasos foram em virtude de a entidade ter priorizado atender a demandas mais locais, também, ao fato de enfrentar as dificuldades em ter que realizar todo o movimento

em busca da internacionalização. Tal trabalho é costuma ser feito coletivamente pelas organizações internacionais que foram criadas para este fim.

A Contee seguiu uma política internacional de articulação com o maior número possível de entidades internacionais, com o intuito de buscar se fortalecer o máximo possível, mesmo que tenham que dialogar com entidades que têm concepções políticas diferentes. A instabilidade na forma de contratação de trabalho dos docentes e profissionais da educação que compõe a Contee contribuíram para que ela seguisse esse caminho.

Nos próximos tópicos detalhamos sobre as discussões políticas, as avaliações das entidades sobre a conjuntura política nacional e internacional, bem como os princípios do internacionalismo e as deliberações para as campanhas de lutas com ênfase na internacionalização.

5.3.1 Avanços e impasses na internacionalização da CNTE

Para a análise da internacionalização da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), utilizamos entre outros documentos, os cadernos de resoluções número 32 e 33, respectivamente, dos anos de 2013 e 2017. Como os congressos só acontecem a cada quatro anos, foi possível contemplar o período delimitado na pesquisa (2015 a 2020). Além disso, fizemos análise também com base em informações colhidas em entrevista semiestruturada, realizada de forma remota com o coordenador do setor de relações internacionais da CNTE, de modo que foi possível realizar uma análise mais detalhada, pois, com a entrevista, informações e questões que não apareciam nos documentos puderam fazer parte deste estudo.

Iniciamos com o Caderno de resoluções 32, que foi o resultado do Congresso da CNTE que ocorreu em Brasília em janeiro de 2014, o qual teve como tema: Educação, Desenvolvimento e Inclusão Social. Os congressistas assumiram o desafio de pautar políticas para as escolas do ensino básico, que contemplem uma educação que seja pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade. Esses princípios são bastante evidentes nos documentos da CNTE, como o estatuto, por exemplo, mas também esteve presente na fala do entrevistado, o professor Roberto Leão, de acordo com sua fala: “trabalhamos [a CNTE] com educação pública como direito, financiada pelo estado que garanta oportunidades iguais para todos que não seja [tratada como] mercadoria” (LEÃO, 2021, informação verbal).

Figura 25 — Jornada de Luta Latino Americana



Fonte: CNTE (2017).

De acordo as informações do estatuto, aprovado no ano de 2017, a CNTE, que possui sede em Brasília, abarca trabalhadores da educação que atuam como docentes, pedagogos/especialistas, em atividade ou aposentados, desde que tenham vínculo empregatício com escolas de ensino básico públicas estaduais ou municipais. Os trabalhadores da educação são atendidos por meio das entidades sindicais que são filiadas à CNTE.

Entre suas finalidades, está manter intercâmbio com entidades filiadas e do mesmo gênero, nacionais e internacionais, de modo a estabelecer acordos e parcerias na defesa dos interesses comuns às instituições; prestar assistência e apoio às instituições filiadas; promover encontros e seminários com as instituições ligadas à confederação; defender que a educação seja democrática e a escola gratuita, laica e de qualidade em todos os níveis.

A confederação que tem filiação com a CUT, é composta pelas seguintes instâncias: Congresso Nacional (CN); plenária intercongressual; Conselho Nacional de Entidades (CNE); Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Sendo que entre estes o CN é soberano, formado por delegados e suplentes, embora as reuniões ocorram a cada quatro anos, podem se reunir extraordinariamente por convocação do congresso ou do CNE. Assim, cabe a este definir a política educacional, econômica e cultural da CNTE, definir o plano de lutas da categoria, aprovar relatório de atividades, entre outras atribuições.

Outra instância é a plenária intercongressual, os encontros desta são definidos pelo Conselho Nacional de Entidades, os membros do CNE são delegados da plenária, em caso de necessidade podem ocorrer plenárias extraordinárias. Quanto ao Conselho Nacional de Entidades, este é composto pela diretoria executiva da CNTE e suplentes, além de presidentes e coordenadores de entidades filiadas. As reuniões ordinárias acontecem duas vezes ao ano e de forma extraordinária quando necessário. É o conselho que aprova e avalia as políticas e propostas de lutas elaboradas pela diretoria executiva nacional e aprovadas pelo Congresso Nacional.

A Diretoria Executiva Nacional é composta por presidente, vice-presidente, além das secretarias como a de finanças, secretaria geral, secretaria de relações internacionais, a de assuntos internacionais, imprensa e divulgação, política sindical, de relações de gênero, entre outras. As funções das secretarias executivas são definidas pela Diretoria Executiva Nacional. Com relação aos representantes da CNTE em entidades internacionais filiadas à entidade, exceto se membro da diretoria executiva, têm direito a uma estrutura de trabalho na CNTE, contam ainda com direito ao auxílio para deslocamento e direito à fala nas reuniões.

O documento apresenta de forma detalhada as funções de cada secretaria, bem como dos seus membros, contudo, aqui vamos nos limitar a tratar apenas da secretaria de relações internacionais. Esta abarca os assuntos internacionais, de modo a analisar e propor medidas para atender aos interesses da categoria, mediante um plano de ações. Outro setor mencionado no estatuto é o conselho fiscal, este examina os documentos da CNTE, fiscaliza a verba, emite pareceres sobre as atividades econômicas, entre outras atribuições.

Outro documento que utilizamos na pesquisa é o caderno de resoluções 32, que é o relatório do 32 Congresso Nacional da CNTE, que aconteceu em Brasília, em janeiro de 2014, cujo tema foi Educação, Desenvolvimento e Inclusão Social. Os docentes assumiram o desafio de propor políticas para as escolas públicas, para que, de fato, a educação seja pública, gratuita, laica, democrática e com qualidade. Embora nossa pesquisa esteja situada no ano de 2015 a 2020, decidimos utilizar o relatório de 2014 porque os encontros só acontecem a cada quatro anos, de modo que as políticas definidas neste congresso abarcam parte do período pesquisado, a outra parte foi completada com os cadernos de resoluções 33.

O documento inicia com uma análise da conjuntura política internacional, deste modo, começa tratando dos problemas socioeconômicos intensificados pela crise do capital que afeta diversos países, com ênfase sempre nos países vizinhos da América Latina, principalmente porque estes possuem um histórico parecido com o do Brasil, na medida em que foram colonizados por países europeus (Portugal e Espanha) e, também, conseqüentemente, apresentam demandas trabalhistas e realidades políticas e econômicas mais próximas, sem desconsiderar as diferenças culturais de cada região que compõe a América Latina. Apesar dessas particularidades, fica evidente a maior facilidade de diálogos, acordos e pautas em comum, como as pautas mencionadas, a seguir, na citação. Tais pautas são recorrentes na CNTE e nas entidades internacionais das quais ela faz parte, mas, de acordo com informações prestadas pelo entrevistado, a depender do país, se este for de uma cultura muito diferente da nossa, a organização internacional costuma enfrentar muitas dificuldades de diálogo.

Em consonância com a tradição de luta da CNTE, o 32º Congresso deliberará ações no sentido de fortalecer o engajamento dos/as trabalhadores/as em educação nas lutas da sociedade brasileira por mais e melhores serviços públicos e pela garantia de direitos individuais e coletivos, sobretudo nas esferas étnico-racial, social, de gênero e de orientação sexual (CADERNOS DE RESOLUÇÕES 32, CNTE, 2014, p. 07).

Para o coordenador de relações internacionais, estas pautas avançam mais quando discutidas com os países vizinhos latino-americanos, quando parte para outros países mais distantes, de realidades e culturas muito diferentes, algumas dessas pautas não avançam muito, ou esbarram em concepções distintas como, por exemplo, a definição do que é direito das mulheres.

Em relação ao documento da Resolução 33, os professores congressistas afirmam que apesar da tentativa da burguesia imperialista de esconder os números do desemprego, eles só fizeram crescer. Em consequência da crise, na Europa, foram tomadas medidas de redução nos investimentos públicos em serviços como saúde e educação, além da retirada de direitos trabalhistas, rebaixamento de salários em países como Grécia, Irlanda e Portugal. Como resultado, muitas pessoas foram para as ruas protestar, na Grécia, por exemplo, tiveram muitas manifestações com greves, bloqueios de portos entre outras ações. Na França, muitas pessoas protestaram contra as reformas da previdência e da educação. Essas informações corroboram a avaliação do professor Roberto, pois ele afirma que:

As pautas que mais avançam são as mais gerais, quando vai para os detalhes é que dá problema. Ao falar em defender os direitos das mulheres até os árabes concordam, mas do jeito deles, cada um quer defender a seu modo, tem a comissão de mulheres que defende a liberdade, ao mesmo tempo luta com situações como, por exemplo, as meninas que são mutiladas ao nascer em alguns países da África, como defender direito de mulher em um país assim? Isso é muito incutido na cultura. A França, por exemplo, tem muito preconceito com os imigrantes do norte da África que foram colonizados, isso resulta que o povo vive em guetos ou têm uma vida muito secundária e marginal, com isso surgem os problemas. É difícil lidar por causa de diferenças como estas de cultura, até hoje não há resolução a respeito da Palestina que de fato resolva, embora estejam caminhando. Devido ao conflito do estado de Israel, quando a resolução fala sobre a ocupação de terra palestina é uma briga que é preciso levar em conta, porque o sindicato é ligado à IE e esta a estes países, o contrário também é verdadeiro. É complicado fazer resoluções que atenda a tantas culturas e interesses diferentes, mas mesmo assim [a CNTE] consegue mesmo que de forma genérica (LEÃO, 2021, informação verbal).

A representação da Secretaria de Relações Internacionais da CNTE atua na luta sindical junto a entidades internacionais de modo a administrar conflitos e diferenças entre países que compõe estas entidades. Na ocasião da realização do 32 Congresso, a avaliação dos participantes é de que estavam em um momento de mudanças na luta internacional dos trabalhadores: “As lutas desde 2008 demonstraram tragicamente a crise da direção revolucionária, ausente em todos os países convulsionados e comprovaram que se abriu uma

nova etapa da luta de classes em nível internacional” (CADERNOS DE RESOLUÇÕES 32, CNTE, 2014, p. 09). Em outro trecho se posicionam ao afirmarem que cabe aos sindicatos, às confederações, como a CNTE, e às centrais sindicais, como a CUT, não apenas defender o que já foi conquistado, como recusar a política de ajustes impostas por órgãos como o FMI, o Banco Mundial, os Governos, uma vez que estes atendem aos interesses do grande capital. Em outros momentos, no documento, os sindicalistas continuam a analisar a política internacional de modo que se posicionam sempre a favor da classe trabalhadora, criticam as políticas de partidos conservadores, visto que atendem aos interesses do grande capital, de modo que reafirmam a ideia da necessidade dos trabalhadores se internacionalizarem.

Na parte que trata da política sindical, reforçam a defesa aos princípios da autonomia, da liberdade sindical, de novas conquistas aos direitos da classe trabalhadora, em especial, dos trabalhadores da educação, em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), além de outras entidades parceiras nacionais e internacionais, como a Internacional da Educação (IE), a Confederação dos Educadores Americanos (CEA).

Figura 26 — Rede de Trabalhadores da América Latina



Fonte: IEAL (2021).

As relações internacionais da CNTE foram estabelecidas principalmente devido à inauguração do chamado Movimento Pedagógico Latino-Americano, que foi construído com o apoio da Internacional da Educação³³. O encontro homenageou Paulo Freire, no ano anterior, realizou a 8ª Conferência de Educação, que antecedeu as atividades com a Internacional de la Educación América Latina (IEAL). Entre os esforços, no sentido de promover a internacionalização, podemos destacar as ações da CNTE em direção à aproximação com sindicatos de língua portuguesa, principalmente com países africanos, de acordo com o coordenador de relações internacionais. Além disso, a entidade também se agregou às lutas dos trabalhadores da educação de países da América Latina e outros vizinhos, como Chile, Argentina, Bolívia, Paraguai, Honduras e Haiti, no caso deste último, a CNTE contribuiu com a reconstrução do país por meio de verbas próprias e de campanhas de arrecadação junto a outras entidades filiadas.

³³ A CNTE possui representação na Internacional da Educação no cargo de vice-presidência latino-americana.

Em relação às lutas, a confederação assume o papel de defesa do socialismo, participa de movimentos que apoiam a liberdade, a autonomia e a soberania das nações, além de cobrar pela democratização das representações nas instâncias da ONU; atuar em campanhas nacionais e internacionais pela paz, respeito ao meio ambiente e à dignidade humana; buscar meios de integrar ações para combater políticas de guerras entre as potências mundiais; oferecer apoio à política de integração das Américas. Outra ação importante voltada para a internacionalização é promover a solidariedade entre trabalhadores em níveis nacional e internacional; envolver trabalhadores brasileiros em ações internacionais realizadas pela IE e pela CEA; entre outras propostas. Destacamos aqui algumas das mais relevantes e, principalmente, que se relacionam às questões de caráter internacional.

Em outro trecho da resolução, há um artigo³⁴ que trata da participação de representantes da CNTE junto a entidades internacionais, de modo a garantir o direito à voz, sob a justificativa de que é preciso assegurar a socialização dos temas que dizem respeito à política internacional da Confederação, a ideia é manter os representantes em entidades internacionais, que não sejam membros da Direção Executiva, atualizados em relação aos debates tanto da Confederação, quanto das entidades internacionais que participam.

Em outro momento do relatório, os docentes apresentam outra análise da conjuntura internacional, os professores evidenciam a política contrastante entre a implementada nos países da América Latina e a que é adotada nos EUA e na Europa, neste último caso, predominam os interesses do capital internacional. Os docentes apresentam um discurso otimista em relação ao crescimento dos partidos de esquerda que assumiram o poder na maioria dos países da América Latina, na ocasião em que o documento foi escrito, conforme citação abaixo:

Na América Latina a esquerda segue, cada um a cada forma e ao seu tempo, as vias do crescimento com igualdade, justiça social, democracia, soberania, integração e em muitos casos buscando construir uma sociedade socialista (CADERNOS DE RESOLUÇÕES 32, CNTE, 2014, p. 56).

Além disso, avaliam que tiveram mudanças significativas na política externa, de modo que a dependência de alguns países aos Estados Unidos e à Europa foi reduzida, como exemplo, mencionam a criação de organismos como o Building Better Global Economic (BRIC)³⁵, visto que ao promoverem esses tipos de parcerias, possibilitam fortalecer suas economias.

³⁴ Art. 23, § 5º - Os/As representantes da CNTE em entidades internacionais, desde que não sejam membros da Diretoria Executiva, poderão participar das reuniões da instância, apenas com direito à voz. (CADERNOS DE RESOLUÇÕES 32, CNTE, 2014, p. 51).

³⁵ O BRIC é formado pelos países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, desde 2006, com intuito de promover a cooperação entre eles, mas não chegam a se constituir em um bloco econômico.

Quanto ao plano de lutas temos: “Combater e denunciar as políticas educacionais mercantilistas impostas pelos organismos internacionais que visam operar contra os interesses sociais do povo brasileiro” (CADERNOS DE RESOLUÇÕES 32, CNTE, 2014, p. 65). De modo que se posicionam no sentido de que os delegados do Congresso devem exigir da Confederação a busca da união para um sindicalismo que seja mais combativo, democrático e independente de governos³⁶ e patrões. Assim, devem se posicionar para defender direitos de trabalhadores de todo o mundo; para lutar contra os ataques do capital e dos governos que defendem esse tipo de política, além de organizar campanhas de solidariedade à luta internacional dos trabalhadores.

Em outro momento do documento, no qual os docentes mencionam novamente sobre a política internacional, eles analisam as características da China, que cresceu economicamente nos últimos anos, com algumas peculiaridades, como o fato de ter uma estrutura de governo socialista. Apesar disso, possui fundamentos econômicos capitalistas, marcados pela intensa exploração dos trabalhadores, situação que provoca muitas manifestações por parte da classe trabalhadora.

Com relação à realidade europeia, países como Espanha, Grécia e Portugal enfrentam uma carência de organizações sociais combativas, paradoxalmente, foi na Europa que surgiu o sindicalismo moderno. Para os congressistas, o movimento sindical europeu foi fragilizado e se perdeu em burocracias, outra parte é mais combativa, mas não consegue representar os trabalhadores³⁷.

O sindicalismo chinês, de acordo com os docentes, pode ser considerado um apêndice do Estado. Nos EUA, o sindicalismo também não avançou. No mundo islâmico, devido às características culturais, em que a política se mistura à religião, torna-se mais difícil promover a organização de trabalhadores. Eles avaliam que as manifestações de trabalhadores mais importantes que surgiram nos últimos anos foram de forma espontânea, por isso, não permanente, o que dificulta os manifestantes terem êxito. Com isto, problematizam acerca de qual modelo de organização política de trabalhadores, em âmbito internacional, tem o potencial de enfrentar o capitalismo.

³⁶ É válido lembrar que a CNTE é vinculada a CUT e possui relação com o Partido dos Trabalhadores que, na ocasião, estava no poder, na gestão da presidente Dilma Rousseff.

³⁷ No documento analisado, Cadernos de Resoluções 32, CNTE, não temos referências mais aprofundadas acerca destas entidades para apresentarmos aqui. Como nesta parte do trabalho nos limitamos a analisar como a confederação percebe e analisa a política sindical internacional, conseqüentemente, como ela se posiciona diante da internacionalização, não vamos problematizar aqui quais sindicatos seriam estes, pois em outra parte inicial desta pesquisa foi feita uma análise geral acerca do sindicalismo.

Em relação à América Latina, eles analisam que em resposta ao neoliberalismo que impôs medidas econômicas determinadas pelo FMI, que intensificaram as situações de miséria, o desemprego e a desigualdade social de uma forma geral, começou a se observar um avanço em direção ao socialismo. Neste sentido, os docentes pontuam as manifestações que ocorreram nesta parte do continente, a resistência da população cubana e dos povos indígenas, as eleições de governos de esquerda são alguns exemplos do que os professores avaliam como avanços na América Latina. Contudo, ponderam ao afirmarem que o neoliberalismo persiste e que é preciso unir forças para enfrentá-lo.

Portanto a CNTE como integrante da Internacional da Educação, entidade que reúne os sindicatos de profissionais da educação em todos os continentes, deve cada vez mais fortalecer a seção Latino-americana, para garantir o fortalecimento do Movimento Pedagógico Latino-americano (CADERNOS DE RESOLUÇÕES 32, CNTE, 2014, p. 103-104).

A citação revela que o compromisso da CNTE com a internacionalização do movimento docente, principalmente em relação aos países vizinhos da América Latina em outros momentos no documento, é possível percebermos a atenção que a confederação dispensa às questões de caráter internacional.

Quanto ao plano de lutas da entidade, este é pautado na avaliação de que a América Latina se abre para um potencial modelo alternativo ao projeto neoliberal. Deste modo, a confederação tem como propósito, no que diz respeito à internacionalização,

Defender o socialismo: a construção de uma sociedade em que a emancipação humana seja o princípio fundante como alternativa e combate ao capitalismo;
 Buscar a solidariedade nacional e internacional, estreitando relações de solidariedade, no campo da luta de classe. A saída para os trabalhadores é internacional;
 Reafirmar a defesa da soberania do povo irmão do Haiti, país ocupado militarmente por tropas da ONU e sob o comando militar do Brasil, com seus trabalhadores submetidos à superexploração em “zonas francas” controladas por multinacionais;
 Defender o direito de autodeterminação do povo cubano e condenar o bloqueio norte-americano a Cuba, que já dura cinco décadas. Exigir que o Governo Obama feche imediatamente a prisão de Guantánamo e cesse a ocupação militar de parte do país.
 Defender a ampliação da reforma agrária e urbana e pela retomada da política de redistribuição de riquezas nos países da América Latina e outras regiões equivalentes do globo;
 Contribuir e Participar dos eventos da Internacional da Educação para a América Latina, em especial dos encontros do Movimento Pedagógico Latino-americano;
 Lutar pela ratificação no Brasil da Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que coíbe práticas antisindicalistas pelo poder público (CADERNOS DE RESOLUÇÕES 32, CNTE, 2014, p. 107-108).

Sendo assim, vemos que a CNTE faz uma defesa do socialismo, de modo que busca pautar suas ações em direção a este objetivo por intermédio da solidariedade da luta internacional dos trabalhadores, isto pode ser observado pela manifestação de apoio ao povo cubano e haitiano. O reconhecimento de que o caminho para a classe trabalhadora resolver seus

problemas é mediante a luta internacionalizada, ou seja, da união com outros trabalhadores de diferentes países, principalmente da América Latina. Em relação à política internacional, as possibilidades apontadas pelos congressistas são:

lutar contra o imperialismo e pelo fim das guerras e defender a paz mundial; apoiar todos os povos e nações que são vítimas da opressão imperialista; pela soberania e autonomia dos povos, garantindo o direito à autodeterminação; defender a integração política e econômica solidária da América Latina; fortalecer o Mercosul e as parcerias estratégicas com países como a China, Índia, Rússia e África do Sul; pela saída das tropas brasileiras do Haiti; por uma nova ordem econômica e política; solidariedade a Cuba, à revolução bolivariana da Venezuela, ao governo de Evo Morales, na Bolívia, aos povos do Iraque, da Palestina e da Síria (CADERNOS DE RESOLUÇÕES 32, CNTE, 2014, p. 120).

Dado o exposto, vê-se, assim como em outros trechos, que em relação à política internacional, os docentes se posicionam contra o imperialismo estadunidense e a favor do apoio aos países vizinhos da América Latina. Assim, os representantes da CNTE são favoráveis também ao fortalecimento de alianças internacionais entre países como o Brics e o Mercosul.

Em continuidade à análise dos documentos dos relatórios da CNTE, o Caderno de Resoluções do 33 do Congresso da CNTE, realizado em Brasília, em janeiro de 2017, teve como tema: “Paulo Freire Educação pública, democracia e resistência”. Tal documento apresentou como principal pauta de luta: “Por uma CNTE de luta, independente, democrática: em defesa da escola pública”. O Caderno de Resoluções da CNTE apresenta uma série de princípios e propostas que são pautas presentes nas lutas e campanhas sindicais. Contudo, como nosso foco de interesse na presente pesquisa é compreendermos como se processa a internacionalização na confederação, direcionamo-nos a apresentar como os docentes avaliam a conjuntura internacional para entendermos de forma mais ampla todo o contexto das pautas e políticas de internacionalização adotadas pela confederação.

Neste sentido, na avaliação da conjuntura internacional os docentes mencionam a crise estrutural do capitalismo e seus mecanismos de sobrevivência que sempre asseguram os lucros da burguesia, enquanto oprimem e retiram cada vez mais direitos dos trabalhadores.

O reflexo desse cenário para a classe trabalhadora é que as lutas ficam cada vez mais duras e ocorre a perda de direitos em diversas áreas, principalmente nas que as populações mais necessitam. Para garantir a implementação dessas políticas os estados nacionais utilizam cada vez mais os seus aparelhos repressores para atacar aqueles trabalhadores que vão para as ruas exigir a manutenção de seus direitos. Assim, ocorre a violação dos direitos humanos e uma perseguição aos movimentos reivindicatórios. Outro fenômeno notado nesse contexto é o silêncio e a acomodação de uma grande parte da classe trabalhadora, que é acuada e manipulada pelos meios de comunicação, fazendo inclusive com que estas se sintam culpadas pela crise (CADERNOS DE RESOLUÇÕES 33, CNTE, 2017, p. 09).

Deste modo, as ações para conter os efeitos da crise econômica do capital são direcionadas no sentido de manter os lucros da burguesia, para isso, os trabalhadores é que sofrem as consequências, ao verem seus direitos serem reduzidos. Em relação às ações governamentais, os docentes analisam que alguns países buscam resistir e encontrar alternativas para a crise internacional do capital por meio de parcerias com outros países, é caso do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a União de Nações do Sul (UNASUL), e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenho (CELAC) e o Building Better Global Economic (BRICS), que reúne o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Apesar das alianças, esses países possuem muitos desafios, devido aos problemas socioeconômicos que enfrentam, ou seja, possuem grandes desvantagens em relação às grandes potências. Conforme aponta os congressistas, “para a classe trabalhadora avançar nesse cenário os partidos progressistas, os movimentos sociais e os sindicatos devem intensificar seus trabalhos na base” (CADERNOS DE RESOLUÇÕES 33, CNTE, 2017, p. 09). Contudo, os docentes salientam que, no momento,³⁸ existe um crescimento mundial do conservadorismo que dificulta a atuação dos movimentos sociais.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos docentes, a CNTE realizou uma série de atividades com caráter de mobilização e formação docente. Segundo informações do Caderno de Resoluções 33 do CNTE (2017, p.16),

O foco principal da atuação da CNTE neste último período foi a garantia e ampliação de direitos dos trabalhadores em educação tanto no processo de mobilização e greves em quase todos os estados, bem como pela organização de seminários, onde se construiu coletivamente, entre outras a proposta de reformulação da Lei do Piso Salarial profissional.

Além disso, os docentes destacam a participação da Confederação em atividades internacionais e a importância em ampliar a representação dos professores nas lutas internacionais dos trabalhadores em educação na América Latina.

No documento, os educadores continuam a análise sobre a internacionalização de modo que consideram que a crise econômica em 2008 e a política com a ofensiva reacionária que derrotou nas urnas muitos candidatos progressistas de esquerda de muitos países. Esse crescimento conservador teve os EUA como o epicentro. Neste sentido, a eleição de Donald Trump pode ser considerada como um marco do crescimento mundial do conservadorismo, que começou a ser observado em muitos países, inclusive na América Latina e Caribe.

³⁸ Na época crescia o apoio à campanha eleitoral de Donald Trump para a presidência dos EUA, em 2016, que acabou vencendo as eleições, vários outros países, muitos da América Latina, como Uruguai, Peru, Colômbia, Equador, Chile inclusive o Brasil, também teve crescimento de partidos conservadores que conseguiram eleger seus candidatos à presidência nos seus países, a exemplo de Bolsonaro.

Diante deste cenário, os representantes da CNTE afirmam que é preciso unir esforços internacionais para que a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) retomem o protagonismo internacional.

Neste contexto de hegemonia capitalista, crise do capitalismo, ampliação das contradições intercapitalistas, conflito entre o bloco liderado pelos EUA contra os BRICS, instabilidade, crise e guerra, a saída está em construir um forte movimento internacional da classe trabalhadora, que consiga conquistar governos, reorientando assim a economia e a política mundiais (CADERNOS DE RESOLUÇÕES 33, CNTE, 2017, p. 24).

Deste modo, a representação da CNTE manifesta a importância da união internacional dos trabalhadores, seja pelos sindicatos e/ou pelos movimentos sociais, no sentido de questionar a violação dos direitos fundamentais, de manifestação e de organização em movimentos sociais. De acordo com os documentos analisados, é possível percebermos que a CNTE entende a importância da internacionalização para além da luta da classe trabalhadora, pois abarca questões políticas e da economia internacional. Tais problemas afetam a toda a sociedade, principalmente a classe trabalhadora, ou seja, sua compreensão sobre a internacionalização da confederação não se propõe a ações pontuais entre os trabalhadores, mas as ações mais amplas. De modo que:

A CNTE deve ser protagonista e, em parceria com os demais sindicatos e movimentos sociais, deve se dirigir aos tribunais internacionais, questionando a violação dos direitos fundamentais básicos no Brasil, como o de manifestação, expressão e de organização, desrespeitados continuamente (CADERNOS DE RESOLUÇÕES 33, CNTE, 2017, p. 30).

Em consonância com o exposto, a CNTE propõe como plano de lutas, entre outras ações, combater e denunciar políticas educacionais que tenham caráter mercantilistas que são, com frequência, impostas por organismos internacionais, que se direcionam contra os interesses da população brasileira e também de outros países, visto que se trata de um movimento mundial. Estas pautas mais gerais, que propõe discutir questões como a mercantilização da educação e a valorização dos trabalhadores costumam ter adesão dos sindicatos dos diversos países que compõe as organizações internacionais. Contudo, alguns entraves surgem, como por exemplo, o sentido que cada sindicato de cada país atribui à pauta em questão.

Em exemplo apresentado pelo entrevistado, ele nos falou sobre o entendimento do que é educação pública, enquanto para o Brasil significa aquela oferecida pelo poder público, no qual as pessoas não precisam pagar para ter acesso, em outros países, onde todo o sistema de ensino é privado, o público significa que é oferecido para a população como serviço pago. Conforme salienta o encarregado de relações internacionais da CNTE, Roberto Leão, “As pautas que mais avançam são as mais gerais, quando vai para os detalhes é que dá problema, ao falar em

defender direitos das mulheres até os árabes concordam, mas do jeito deles” (LEÃO, 2021, informação verbal).

Com isso, as organizações sindicais conseguem promover a internacionalização, cada uma a seu modo. Entretanto, muitas vezes, não conseguem realizar o internacionalismo, por causa das diferenças culturais e políticas. Quando opostas, negam-se e se excluem, por serem contrárias se tornam inconciliáveis. Para responder a estes desafios, as entidades criam estratégias:

É complicado fazer resoluções que atendam a tantas culturas e interesses diferentes, mas mesmo assim consegue mesmo que de forma bem genérica. por exemplo: o Afeganistão coloca a mulher em segundo plano, a questão da mulher é algo que precisa tratar com precaução, por causa dessas diferenças culturais. No Irã as mulheres usam véu não usam burca, é menos presente, mas há outras formas de ataque, é um estado muito religioso, a pena de morte e apedrejamento são aplicados, principalmente para mulheres [...], decidiram enforcar um professor a CNTE tentou intervir e nada adiantou (LEÃO, 2021, informação verbal).

Deste modo, vemos que nem sempre as entidades internacionais conseguem intervir em decisões de outros países. Ainda assim, as três entidades pesquisadas buscam cada uma à sua maneira se internacionalizarem. As ações são basicamente os encontros entre representantes, as moções de apoio ou repúdio divulgados em suas páginas oficiais e alguns atos públicos.

5.3.2 Avanços e impasses na internacionalização do ANDES-SN

“Todo apoio às lutas dos trabalhadores do mundo! Só nossas ações diretas poderão mudar o mundo!”

Relatório final do 39º Congresso do ANDES-SN, 2020, p.234.

As informações oficiais, que tratam sobre as deliberações do ANDES-SN, estão nos relatórios dos Congressos, de acordo com o Capítulo 1 e artigo 14 do estatuto do sindicato, estes são a maior instância deliberativa. Deste modo, apresentamos aqui a análise desses documentos para revelar quais foram as decisões deliberadas pelo congresso, no que diz respeito à internacionalização do ANDES-SN. Entre as atribuições estão:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º; II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizado(a)s tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs.; III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que

constarão obrigatoriamente de sua pauta; IV - estabelecer a contribuição financeira do(a)s sindicalizado(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL; V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto; VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45; VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52; VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65; IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45; X – criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões (ESTATUTO DO ANDES-SN, 2020, p. 04).

Além dos Congressos do ANDES-SN, existe também outra instância deliberativa, contudo, esta é intermediária, ou seja, suas decisões estão abaixo das determinações dos congressos. Portanto, como as decisões do CONAD não podem se contrapor às deliberações dos congressos, ao contrário, devem segui-las, decidimos também analisar os relatórios dos CONADs, que acontecem anualmente, assim como os Congressos, geralmente, após a realização destes últimos. Ao debruçarmos também sobre os relatórios dos Conads é possível detalhar melhor as decisões do ANDES sobre a internacionalização.

Na metodologia explicitamos melhor a escolha pelas fontes e métodos de análise. Nesta parte da pesquisa analisamos os relatórios do Conad, assim como foi feito com os relatórios dos congressos.

Neste subcapítulo, apresentamos uma análise do que foi deliberado nos Conads (Conselho do ANDES-Sindicato Nacional) e nos congressos do ANDES-SN. Os encontros de ambos os eventos são realizados anualmente (geralmente o Congresso acontece antes do CONAD) e são discutidas diversas questões referentes às políticas sindicais, ao final, é elaborado um relatório, no qual são deliberados os direcionamentos das ações e princípios que os sindicatos vão seguir durante o ano. Primeiro, analisamos aqui os relatórios dos CONADs e depois dos Congressos do ANDES-SN.

O primeiro documento analisado foi o Relatório Final do 60º CONAD que aconteceu em Vitória — ES, entre os dias 13 e 16 de agosto de 2015. Antes de iniciarmos o estudo, de fato, dos relatórios, apresentamos aqui uma breve explanação de como os CONADs são estruturados. Os documentos dos relatórios dos CONADs apresentam uma discussão em torno do que aconteceu naquela ocasião em relação à política nacional e internacional, para, diante da análise conjuntural, direcionar as discussões e realizar as tomadas de decisões.

Os relatórios são divididos em Atas: Ata da Plenária de Abertura do 60º CONAD; Ata da Plenária de Instalação; Pauta e Cronograma do 60º CONAD; Regimento do 60º CONAD; Ata da Plenária do Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 34º CONGRESSO; Ata da Plenária do Tema II: Avaliação

e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores; Ata da Plenária do Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas; Setores; Ata da Plenária do Tema IV: Questões organizativas e financeiras; Ata da Plenária de Encerramento, Carta de Vitória; Moções; Resoluções dos Tema II, Tema III e Tema IV.

Outras questões são abordadas como o local da Sede do 61º CONAD do ANDES-SN; Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical; Prestação de Contas do exercício 2014; Previsão Orçamentária para 2016, Prestação de Contas do CONGRESSO, Prestação de Contas do CONAD Extraordinário, Rateio do CONAD, Caderno de Textos.

Em relação às atribuições dos CONADs podemos destacar: o poder de deliberação sobre quaisquer matérias que lhe forem atribuídas pelo Congresso do ANDES-SN; regulamentar, quando necessário, as deliberações do Congresso do ANDES-SN, o qual é soberano, pois os CONADs executam o que os Congressos deliberam; exercem também as funções de conselho fiscal do ANDES-SN, nos termos do seu Estatuto; examinam e aprovam relatórios financeiros e demais prestações de contas; decidem sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria; podem convocar, extraordinariamente, o Congresso do ANDES-SN; aplicam penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as) de acordo ao estatuto do sindicato; criam comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicam os componentes; altera a contribuição financeira dos sindicalizados; homologam a constituição de seções sindicais, podem transformar associações de docentes (AD) em seções sindicais e as alterações nos seus regimentos, sempre *ad referendum* do Congresso subsequente (60 CONAD, 2015, p. 17).

Diante dessas atribuições, aqui apresentadas, fica evidente a importância que os Congressos representam para o sindicato aqui pesquisado. Para compreendermos melhor o funcionamento estrutural dos CONADs é importante também conhecermos os órgãos que compõe: Comissão organizadora; Comissão diretora; Grupos mistos e plenárias. Para cada órgão existe um quórum mínimo de 50% de membros com direito ao voto, após 15 minutos de início dos trabalhos, o número é reduzido para 30%.

Cada comissão, aqui mencionada, possui atribuições específicas e bem delimitadas, contudo, devido aos objetivos da pesquisa, limitamo-nos apenas a mencionar de forma geral como se estruturam os CONADs, para esse estudo, interessou-nos conhecer as discussões em torno da internacionalização, ou seja, analisar quais as ações e compromissos foram discutidos e/ou firmados em relação à internacionalização.

O motivo da escolha em analisar os relatórios dos CONADs deu-se ao fato de que se tratam de documentos oficiais nos quais são deliberadas as diretrizes que o ANDES-SN e as seções sindicais filiadas vão seguir durante o ano. Nos Congressos são criados Grupos de Trabalhos para discutir e depois deliberar as ações sindicais, portanto, é o documento oficial principal no qual podemos consultar as decisões do ANDES-SN no que diz respeito à internacionalização.

É interessante ressaltar que a estrutura geral dos CONADs é basicamente a mesma, contudo, as discussões, compromissos e ações em torno da internacionalização, durante o período dos cinco anos aqui pesquisados, variaram bastante. No relatório de 2015, o compromisso com a internacionalização já pôde ser observado na Carta de Vitória, documento no qual são registrados os compromissos firmados durante o evento. Neste caso, foi deliberado como compromisso central para a luta sindical, do ano de 2015, quando foi apresentado o compromisso principal: “avançar na organização dos docentes e na unidade com os movimentos e entidades classistas nacionais e internacionais, para enfrentar a mercantilização da educação, combater as políticas neoliberais e defender intransigentemente os direitos dos trabalhadores” (60 CONAD, 2015, p. 41).

No caso desse compromisso estabelecido, fica evidente a luta firmada no sentido de combate às políticas neoliberais e à mercantilização da educação³⁹, situações avaliadas pelos docentes participantes do CONAD. Eles consideram a necessidade de unir trabalhadores de outros países, ou seja, que a luta sindical não deve se limitar aos movimentos sociais e classistas nacionais, fica subentendido que eles consideram a importância de buscar apoio internacional.

O documento traz também no título “Movimento Docente e Conjuntura” uma análise acerca da crise mundial que afetou o Brasil. De acordo com o relatório, existe uma tendência em relação às ações empreendidas pelo grande capital que intensificaram as ofensivas contra os direitos dos trabalhadores em todo o mundo.

as soluções para a crise que se desdobra no plano mundial adotadas pelo grande capital e por suas personificações – as corporações empresariais, a grande burguesia transnacional e doméstica e organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Organização Mundial do Comércio (OMC) – aprofundariam os ataques às políticas públicas, aos direitos humanos, sociais e trabalhistas em escala planetária (60 CONAD, 2015, p. 112).

³⁹ Nossa análise aqui não se dedica a avaliar se, de fato, a educação sofre um processo de mercantilização ou não, o que nos interessa é saber como o ANDES-SN se posiciona em relação à união internacional dos trabalhadores, ou seja, quais ações são pensadas para internacionalizar. Por esta razão, não vamos nos ater a discutir se as conclusões e avaliações dos docentes sindicalistas que aparecem nos documentos de fato se efetivam na prática.

É possível também perceber a importância que os docentes representantes atribuem à internacionalização por meio do excerto encontrado, segundo o qual, “aprender com a experiência internacional é fundamental” (60 CONAD, 2015, p. 124). Nesse sentido, analisar as experiências internacionais de criação de partidos políticos para disputar com tradicionais partidos de direita, no caso em tela, as experiências da Grécia (Syriza) e da Espanha (PODEMOS), que em pouco tempo conseguiram crescer e ganhar expressividade.

Syriza e Podemos representam, portanto, novidades na conjuntura internacional que mostram a possibilidade de novos caminhos para a esquerda. Ainda que diversas contradições se apresentem, acompanhar com atenção estes processos e deles tirar as lições possíveis é nosso dever (60 CONAD, 2015, p. 123).

Deste modo, estas experiências são consideradas exemplos da política internacional que valem a pena serem observados para aprender com estas ações. Como podemos confirmar na citação acima.

Outras experiências também foram mencionadas no documento que revelam não apenas de que maneira o ANDES-SN se posiciona em relação à política internacional e a importância da união global dos trabalhadores, mas também de ações mais concretas que se enquadram no que conceitualmente consideramos como internacionalização.

Podemos destacar também a realização IV Seminário de Estado e Educação, que aconteceu em maio de 2015, em Florianópolis, com o tema: A Contrarreforma do Estado e os impactos sobre a Educação. Nele foram divididos os seguintes eixos:

EAD- política educacional e precarização do trabalho docente; Reformas curriculares nos cursos de formação de professores; PNE – mercantilização e ressignificação do caráter público da educação; Trabalho docente, carreira e produtivismo; Internacionalização da Educação (60 CONAD, 2015, p. 139).

Consideramos importante mencionar este seminário por causa do eixo temático de internacionalização da educação. Isso sugere que o ANDES-SN reconhece a importância do tema para os docentes.

Em relação às parcerias internacionais e às ações de internacionalização de fato do sindicato, temos o Seminário Internacional sobre Seguridade Social Docente, que teve como tema “Pensiones y jubilaciones dignas para las trabajadoras y los trabajadores de la educación”, promovido pela Rede Social para a Educação Pública nas Américas (RedSEPA). O ANDES-SN atuou como parceiro ao apresentar as ações empreendidas pelo sindicato para responder aos ataques por parte do governo aos direitos previdenciários docentes.

De acordo com o documento do ANDES-SN,

Guardadas as diferenças nas experiências dos diferentes países que lá estiveram, com destaque para a existência de regimes previdenciários próprios para docentes em alguns países e outras experiências, o ponto comum foi a implementação de contrarreformas que avançam na perspectiva do estabelecimento de processos de privatização e de sistemas previdenciários em regime de capitalização. Foi possível compartilhar as experiências de luta das entidades sindicais que lá estiveram (60 CONAD, 2015, p.146).

O produto das experiências compartilhadas pelas entidades dos diferentes países envolvidos foi a elaboração da proposta de uma jornada nas Américas, organizada pela RedSEPA, que contou com a participação dos países envolvidos. O tema definido foi a defesa da seguridade social pública, solidária e em regime de repartição. É interessante observar que apesar das particularidades no sistema de previdência de cada país, foi possível unir os trabalhadores dos diversos países em torno do objetivo da defesa da seguridade social, até porque países da Europa e das Américas sofrem com contrarreformas do Estado em direção à retirada de direitos trabalhistas, como resposta à crise estrutural do capital em contexto internacional. Portanto, guardadas as especificidades de cada país, há elementos em comum que os trabalhadores enfrentam. Esta situação conjuntural contribui para que trabalhadores de diferentes partes do mundo se unam em torno de objetivos comuns.

Em continuidade à análise dos documentos, no ano de 2016, foi realizado o 61 CONAD, entre os dias 30 de junho a 3 de julho de 2016, em Boa Vista/RR. O tema central foi a Defesa dos direitos sociais, da educação e serviços públicos. Os quatro subtemas foram: Tema I - Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 35º Congresso; Tema II - Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores; Tema III - Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores; Tema IV - Questões organizativas e financeiras. Em relação à estrutura geral, segue os mesmos princípios, atribuições, funcionamento e regras dos anos anteriores.

Entre as propostas apresentadas no 61 CONAD, temos a construção de um seminário internacional, para o ano seguinte, em parceria com movimentos sociais internacionais: “Seminário Internacional sobre a reorganização da classe trabalhadora, em comemoração aos 100 anos da Revolução Russa e em memória dos 50 anos do assassinato de Che Guevara”. Deste modo, foi deliberada a articulação de ações de parcerias com a CSP-Conlutas, a Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, além de outras organizações. Mais uma vez, podemos notar o interesse em realizar a parceria internacional com a Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas.

Outras ações frequentes desenvolvidas pelo sindicato são as manifestações de apoio a outros países quando estes enfrentam problemas relacionados aos direitos dos trabalhadores da

educação. No caso os delegados, foi feita uma moção de apoio aos docentes do México, em virtude das contínuas reformas na educação que ocorreram nos últimos 30 anos, contra as quais os professores lutam, pois, avaliam que existem interesses do capital mexicano e internacional em transformar a educação em uma mercadoria lucrativa. De acordo com o texto da moção, “sua face mais grave é a destruição de um modelo de educação própria incorporando a lógica individualista e da competitividade que caracteriza a chamada globalização” (61 CONAD, 2016, p. 82).

No que diz respeito ao reconhecimento da importância da luta internacional dos trabalhadores da educação, observamos em um trecho retirado da análise do movimento docente e conjuntura, a reconhecida importância da luta contra o capital e a necessidade de se internacionalizar: “as lutas anticapitalistas, buscando o internacionalismo dos explorados e oprimidos, continuam imprescindíveis” (61 CONAD, 2016, p. 176). Os delegados apresentaram essa conclusão após realizarem uma avaliação da crise estrutural do capital que avança no mundo e também impacta no Brasil. A resposta do governo à crise são as contrarreformas que reduzem os direitos dos trabalhadores.

Nesse cenário de crise do capital acontecem subcrises, como a do euro na Europa, ou das *commodities* nos países da América Latina, as quais merecem nossa atenção. [...] A aplicação das políticas de austeridade tem se materializado em ataques aos direitos da classe trabalhadora na Europa, com aplicação de contrarreformas trabalhistas levadas a cabo por governos de caráter explicitamente neoliberal ou de corte social-democrata (61 CONAD, 2016, p. 143).

Desse modo, fica evidente que os problemas enfrentados pelos trabalhadores no Brasil fazem parte de um contexto mundial e se relacionam à própria dinâmica não apenas de crise, mas também de sobrevivência e manutenção do capitalismo. O preço da crise quem paga são os trabalhadores que assistem seus direitos serem reduzidos por meio das contrarreformas estruturais. Esse é um movimento que acontece em várias partes do mundo, como demonstrado na citação ora mencionada. De acordo com a avaliação do Relatório do 61 CONAD (2016, p. 179),

A crise é estrutural e internacional com particularidades nacionais. Entre nós, depois do subciclo das *commodities*, que coincide com os dois governos do Lula, a crise deste subciclo se manifesta, com toda sua intensidade, em especial no segundo governo Dilma.

Nesse contexto de crise estrutural do capital e de desigualdade social, a grande concentração de renda continua, conforme documento do 61 CONAD, “1% da população mais rica do planeta tem riqueza superior aos 99% restantes” (61 CONAD, 2016, p. 176). Apresentar a análise conjuntural internacional feita no relatório é importante para percebermos que o

sindicato reconhece os impactos do contexto internacional dentro do país e da união internacional entre os trabalhadores.

Outra questão importante deliberada no documento aqui analisado é a campanha para que o governo ratifique a Convenção 87⁴⁰ da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a revogação dos princípios legais que impõe a unicidade sindical⁴¹. A interpretação é de que a unicidade sindical fere os princípios da liberdade sindical assegurados na Convenção 87 da OIT, ao proibir a criação de mais de um sindicato para representar uma mesma categoria dentro de um território.

No texto de apoio sobre “a crise educacional e a defesa da educação pública de qualidade para todos!”, os docentes defendem o aprofundamento do debate sobre os eixos gestão; financiamento; formação e trabalho docente; avaliação; acesso e permanência; gênero, sexualidade e questões étnico-raciais, que tenham como princípios a construção de um projeto de nação livre, autônomo, classista e democrático, inseridos dentro do cenário internacional.

Acerca da conjuntura internacional, podemos destacar também a análise feita no documento acerca do avanço da ofensiva conservadora. De acordo com avaliação dos docentes, setores conservadores da sociedade ampliam ataques aos direitos trabalhistas, eles mencionam experiências ocorridas na América Latina e na Europa e destacam a experiência mais recente do Reino Unido, que em uma atitude classificada pelos docentes como xenofóbica, saiu da União Europeia sob a justificativa de que a população local poderia perder seus empregos ou ter direitos sociais reduzidos diante da possibilidade da entrada de imigrantes europeus.

Além do problema internacional da xenofobia, é possível observar também LGBTfobia em diferentes lugares do mundo, inclusive no Brasil. O documento traz como exemplo assassinatos que ocorreram na época em que o documento foi produzido, nos EUA na boate de Orlando. Os docentes denunciam que situações como estas são frequentes no Brasil, eles citam o caso dos professores da rede estadual de ensino que foram assassinados na cidade de Santa Luz, no estado da Bahia. O relatório ressalta que, concomitante ao crescimento do conservadorismo, observamos um processo de criminalização dos movimentos sociais. A seguir apresentamos uma citação dos casos mencionados nos documentos:

a prisão de militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em Goiás, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em São Paulo e de participantes

⁴⁰ A Convenção 87 da OIT foi aprovada no ano de 1948, em São Francisco nos Estado Unidos, para tratar do direito à liberdade sindical e à sindicalização.

⁴¹ No artigo 8 da Constituição Federal (CF), no inciso II, “é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”. Isso vai de encontro à liberdade sindical assegurada na Convenção 87 da OIT.

do II Encontro Nacional de Educação, além da repressão policial às ocupações de estudantes universitários e secundaristas em vários estados do Brasil. No plano internacional chama atenção a agressão e assassinato dos professores de Oaxaca no México, que deixou 8 mortos e 53 feridos que lutavam contra a reforma privatista da educação.

É importante, ainda, afirmar que o genocídio dos povos indígenas, o massacre do povo Guarani Kayowá, o assassinato de uma militante do movimento dos atingidos por barragens (MAB), a prisão de militantes da greve dos técnicos administrativos e discentes alunos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) são outros exemplos do avanço conservador no plano internacional e no Brasil (61 CONAD, 2016, p. 346).

Deste modo, é possível observar que os docentes avaliam que o avanço do conservadorismo cresce em todo o mundo e atinge diferentes segmentos de minorias da sociedade, bem como os movimentos sociais. Nesse trecho do CONAD, encontramos apenas um balanço acerca da situação, pois não foram deliberadas ações de enfrentamento desta situação aqui mencionada.

No ano de 2017, o 62º CONAD (Conselho do ANDES-Sindicato Nacional) foi realizado em Niterói- RJ. O relatório final seguiu a mesma estrutura dos anteriores, por esse motivo, não vamos detalhar aqui novamente, seguiremos apresentando as discussões referentes quanto ao tema da internacionalização. Nesse sentido, o relatório menciona sobre a organização do seminário internacional de reorganização da classe trabalhadora, em homenagem aos 100 anos da Revolução Russa e em memória dos 50 anos do assassinato do “Che” Guevara. De acordo com os docentes, o evento internacional é uma boa oportunidade para pensar acerca da realidade nacional, nesse sentido, eles propuseram que fosse realizado um evento nacional concomitante ao internacional com o intuito de reunir centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais, para a partir desses encontros planejar ações que avancem na luta anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.

Em outro trecho do documento há uma conjectura acerca do contexto político internacional e dos impactos para a classe trabalhadora e o meio ambiente:

podemos esperar uma maior agressividade econômica, política e militar dos E.U.A. sob o comando de Trump. A China também seguirá tentando aumentar sua influência em todos os aspectos, embora esteja umbilicalmente ligada aos E.U.A. Esse cenário certamente levará cada vez mais as elites econômicas e políticas dos vários países a tentarem “ajustes” por meio de contrarreformas e outros mecanismos de retirada de direitos, degradação ambiental, ataques a povos tradicionais e aumento da extração de mais-valia. Por outro lado, evidencia também a necessidade das organizações da classe trabalhadora retomarem a perspectiva de luta internacionalista (62 CONAD, 2017, p. 166).

A citação revela que os docentes conseguem perceber como aspectos da política internacional ostensiva repercutem em contrarreformas, na retirada de direitos da classe trabalhadora, degradação ambiental, entre outros problemas. É interessante notar que como

resposta a esta situação mencionada, os docentes afirmam a necessidade da organização dos trabalhadores na luta internacional.

Ainda sobre mobilizações de caráter internacional, na página 175, foi registrado o dia 8 de março, o qual foi marcado por manifestações internacionais que contou com os movimentos feministas nas ruas em vários lugares do mundo, várias bandeiras foram levantadas, além das pautas de luta contra o feminicídio e toda forma de machismo e de violência contra a mulher. Outras questões foram abordadas como LGBTfobia, reformas da previdência e trabalhistas, no Brasil, o clamor “Fora Temer” foi uma marca não apenas dessa mobilização, mas de várias outras.

Podemos destacar também com relação às atividades desenvolvidas pelo ANDES-SN, referente à abordagem do tema da internacionalização, o V Seminário Estado e Educação do ANDES-SN, realizado de 4 a 6 de maio em Vitória – ES. O tema principal foi “Educação como Direito e como Prática da Liberdade”, entre as discussões que foram abordadas estão mercantilização da educação, neoconservadorismo educacional, formação do sujeito histórico; contrarreforma do ensino médio; projeto escola sem partido; Base Nacional Comum Curricular e o objeto de nosso estudo, a internacionalização que também foi abordada.

Outra pauta de caráter internacional sempre recorrente são as atividades em torno do dia internacional da mulher, o 8 de março. Neste congresso, foi deliberada a articulação de ações juntamente com a central sindical CSP- Conlutas, bem como a outros movimentos sociais para comemorar a importância da data, inclusive pelo seu valor histórico.

O documento traz também uma parte de análise da conjuntura internacional, aponta a intensificação da crise do capital e seu caráter estrutural. Avalia também o crescimento de manifestações populares em diversos países da América Latina. De acordo com o relatório do 62º CONAD, no México, por exemplo, existem denúncias de associação entre o Estado e o narcotráfico, situação denunciada em esfera internacional.

No ano de 2018, o 63º CONAD aconteceu em Fortaleza/CE, entre os dias 28 de junho e primeiro de julho, o tema central deste ano foi: “Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica”. A estrutura do documento e do congresso segue os mesmos princípios dos anos anteriores, em razão disso vamos iniciar a análise documental de modo a revelar quais deliberações e discussões foram abordadas durante o evento.

O documento inicia na página 45 e trata sobre a organização de uma campanha nacional e internacional de apoio aos imigrantes da Venezuela, bem como apoio financeiro a ações realizadas em Roraima, que faz fronteira com a Venezuela, com a participação da CSP-Conlutas

e demais centrais sindicais, além do apoio de movimentos sociais. Apesar das várias ações de solidariedade aos imigrantes venezuelanos, existe muita xenofobia e preconceitos, como dos grupos os quais afirmam que a migração internacional pode promover desempregos para a população local. O relatório informa que de acordo com estudos da OIT, realizados em 2016, a maioria dos migrantes exerce atividades informais e com baixa remuneração, os profissionais estrangeiros têm dificuldades em validar seus diplomas no Brasil.

Ainda em relação às deliberações internacionais do ANDES-SN, foi determinado que o sindicato participe da campanha de boicote contra o Estado de Israel, ao mesmo tempo em que presta solidariedade internacional contra o massacre ao povo palestino. Houve, ainda, a deliberação que o sindicato atue de forma ostensiva junto à Anistia Internacional e a militantes do Brasil, no intuito de exigir justiça em relação ao caso do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Mariele Franco.

Em outro trecho do documento, no qual é feita uma análise da conjuntura do momento, foi mencionado o agravamento da crise do capital em âmbito internacional, o processo de *impeachment* da então ex-presidente Dilma Roussef, o crescimento do conservadorismo no Brasil e no mundo e, diante desse quadro apresentado, a premente necessidade de enfrentamento por intermédio da organização e da mobilização da classe trabalhadora.

Em relação ao quesito política de formação sindical, foi deliberada a realização, ainda no primeiro semestre do ano de 2018, do seminário internacional, que estava agendado para ter ocorrido no ano anterior. Ele tratou sobre a reorganização da classe trabalhadora, em comemoração aos 100 anos de Revolução Russa e memória ao assassinato de Che Guevara. Outras deliberações feitas no plano internacional foram as denúncias realizadas junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Ministério Público (MP) e Ministério Público do Trabalho (MPT) em relação a ataques sofridos por professores de instituições estaduais e municipais de ensino (IEES/IMES).

Embora as ações de internacionalização apontadas neste documento não tenham sido muito numerosas, elas foram importantes à medida que atuaram em questões internacionais que afetam o universo dos trabalhadores. Isso reforça a ideia de que o sindicato reconhece a relevância das questões internacionais, no sentido de promover a parceria com diferentes países, além de oferecer apoio e reconhecer os impactos que os acontecimentos internacionais afetam a realidade local, apesar disso, é perceptível que existem limitações na internacionalização do sindicato em estudo.

Tendo com o tema central: “Em defesa da educação pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas” o 64º CONAD Conselho do ANDES — Sindicato Nacional aconteceu

em Brasília/DF, no mês de julho de 2019. O documento inicia com informações sobre o calendário de atividades de lutas e possibilidade de greve geral. Em relação à internacionalização confirma participação no:

4º Congresso Nacional da CSP-CONLUTAS apresentando contribuições globais e propostas de resoluções internacional, nacional, balanço político e plano de ação, balanço da central, combate às opressões e políticas setoriais com base nas deliberações e no Plano de Lutas aprovados no 38º Congresso e no 64º CONAD (64º CONAD, 2019, p. 39).

Em relação à articulação com a CSP-Conlutas, propõe também denunciar em dimensão nacional e internacional práticas de violações de direitos humanos. Os delegados presentes também se manifestaram em apoio internacional à situação do petroleiro e dirigente sindical argentino Daniel Ruiz. De acordo com trecho retirado do relatório do Conad:

Daniel Ruiz, reconhecido líder sindical petroleiro da região de Chubut e da direção do PSTU Argentino e da Liga Internacional dos Trabalhadores, foi arbitrariamente preso em 12 de setembro de 2018. Essa prisão faz parte do processo de perseguição a Sebastián Romero pela sua participação na luta do(a)s trabalhadore(a)s argentinos contra a Reforma da Previdência em 18 de dezembro de 2017 (64º CONAD, 2019, p. 82).

Além da situação anteriormente mencionada, os docentes também produziram uma moção de apoio à secretária-geral do Partido dos Trabalhadores da Argélia, Louisa Hanoune que:

encontra-se presa por decisão do Tribunal Militar de Blida, após atender convocação a prestar depoimento como testemunha [...]. Louisa Hanoune é uma militante de larga trajetória na Argélia, tendo sido candidata pelo seu partido à presidência da República em três oportunidades: em 2004 (primeira mulher argelina a candidatar-se a esse posto), em 2009 e em 2014, além de deputada da Assembleia Nacional por cinco mandatos consecutivos desde 1997. Louisa é também uma das coordenadoras do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (64º CONAD, 2019, p. 86).

Estas manifestações de apoio internacional revelam o esforço do sindicato em manter articulação e apoio internacional, embora sejam ações em situações específicas, elas representam problemas parecidos que são enfrentados também no Brasil. Foi deliberada também a participação no 4º Congresso Nacional da CSP-CONLUTAS, com o intuito de contribuir com propostas e resoluções internacionais, nacionais, realizar plano de ação de combate à opressão, com base nas decisões aprovadas no 38º Congresso e no 64º CONAD.

Na parte do documento que trata da análise da conjuntura internacional, o diagnóstico é de que a crise atual do capital é a maior de desde o período da Grande Depressão, em 1929, desde que a crise se intensificou houve um aumento na destruição do meio ambiente, na desigualdade socioeconômica geral. Isto provocou muitas manifestações pelo mundo. “A crise

capitalista tem intensificado a luta de classes internacional, como demonstram os levantes na Argélia, no Sudão e no Haiti” (64º CONAD, 2019, p. 164).

Outro ponto abordado é a necessidade do compromisso de toda a classe trabalhadora com a soberania do povo da Venezuela e contra intervenções imperialistas e apoio aos imigrantes. A importância da luta da classe trabalhadora internacional é reconhecida pelos docentes. Isso pode ser comprovado no trecho a seguir:

Ao mesmo tempo em que vemos uma situação em que há avanços da extrema-direita e piora das condições de vida da classe trabalhadora após décadas de hegemonia neoliberal, não podemos subestimar as importantes lutas que a classe trabalhadora vem realizando internacionalmente (64º CONAD, 2019, p. 166).

O documento continua explicando a importância da internacionalização para os movimentos de combate à exploração e opressão feminina e de grupos LGBTQ+. Tal discussão pode ser observado por ações como as

lutas feministas pela legalização do aborto na Argentina e na Irlanda que ocorreram em 2018 até as massivas mobilizações organizadas no último 8 de março ficou explícito que há um movimento global de mulheres que, cada vez mais, tem sido sensível às bandeiras da classe trabalhadora e compreendido que é impossível destruir o patriarcalismo sem superar o capitalismo. Isso se dá de tal maneira que o movimento de mulheres foi, após o desenvolvimento do movimento *#MeToo*, o motor fundamental de lutas como a Greve Internacional de Trabalhadoras do Google ou a greve do McDonald’s nos EUA contra o assédio sexual (64º CONAD, 2019, p. 167).

Contudo, o documento aponta também que apesar das importantes mobilizações de caráter internacional, é necessário reconhecer o contexto desfavorável de ofensiva do capital. Desse modo, é necessário ampliar a luta em busca de superação deste sistema econômico.

Outra mobilização de caráter internacional foram as atividades do 8 de março, dia internacional das mulheres, as quais, no Brasil, foram marcadas pela rejeição ao atual presidente Jair Bolsonaro, sintetizadas pela palavra de ordem “#Ele não” e por reivindicações por justiça no caso do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco. Apesar do registro das questões nacionais, o documento ressalta a perspectiva internacional da luta.

A internacionalização do ANDES-SN pode ser observada também pela realização de eventos, como Seminário Internacional: Universidade, Ciência e Classe em uma era de crises, ocorrido em abril de 2019. O evento, além dos palestrantes locais, contou com palestrantes da Itália, de Portugal, da França e da Argentina. Foram abordadas questões referentes à educação, tecnologia em várias partes do mundo e projeto do capital de desestruturação da produção científica. Além disso, foi feita a proposta de um encontro latino-americano de educação superior na América Latina e alguns países da Europa.

Em relação à política de formação sindical, foi definido que o ANDES-SN deve se articular internacionalmente para buscar a defesa da democracia e dos direitos humanos, principalmente junto à países da América Latina. Foi definido também a participação no 4º Congresso Nacional da CSP-CONLUTAS, para apresentar propostas de resoluções internacionais, balanço político entre outras contribuições de acordo com o que foi aprovado no 38º Congresso e 64º CONAD.

Também foi firmado o compromisso de intensificar as denúncias internacionalmente, em diferentes idiomas, a respeito de massacres, perseguições, torturas, prisões de índios, quilombolas, camponeses, trabalhadores do campo e defensores das causas socioambientais no geral, ou seja, manter internacionalmente as denúncias contra o avanço do grande capital na destruição do meio ambiente e de territórios de povos indígenas e populações tradicionais. As denúncias internacionais devem ser ampliadas também para os casos de violação dos direitos humanos. Diante das ações de ataques à política de integração dos povos, o sindicato se manifesta favorável às universidades voltadas para a integração internacional, como a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Assim, o ANDES-SN denuncia que a:

UNILA em ser uma universidade internacional, na fronteira, o forte racismo e xenofobia de setores conservadores do oeste do Paraná têm emergido desde as últimas eleições – e devem se acirrar cada vez mais - o que nos fazem ter urgência da necessidade de apoio jurídico local presencial (64º CONAD, 2019, p. 327).

Isso revela a importância de combater a xenofobia e promover a internacionalização. Ainda na pauta internacional, o sindicato propõe a implantação das datas de luta internacional, como o dia Internacional da Mulher Negra Latina Americana e Caribenha (25/07), também, Dia Internacional do Orgulho LGBTT (28 de junho), como uma data de luta nacional do ANDES-SN contra a LGBTTfobia. Neste mesmo ano, o ANDES-SN participou de manifestações das ações unificadas do Dia Internacional do(a) Trabalhador(a), que aconteceu em vários países, pauta principal de luta a Reforma da Previdência e o desemprego, além de reforçar o chamamento para a Greve Geral, em 14 de junho. “Milhões de trabalhadore(a)s, no mundo todo, saíram às ruas para protestar contra governos militares, ditatoriais, privatizações, assassinato de trabalhadore(a)s, ataques às conquistas sociais, aos direitos trabalhistas, aos direitos humanos, dentre outros” (64º CONAD, 2019, p. 274).

A presente pesquisa tem o recorte temporal até o ano de 2020, contudo, não foi possível ter acesso ao relatório do 65º CONAD de 2020, para discutirmos aqui, mas salientamos que as

informações deliberadas nos CONADs são também novamente tratadas nos Congressos do ANDES-SN, no qual são deliberadas as políticas sindicais para o ano. Mais à frente apresentamos uma análise das discussões principais do Congresso, bem como as deliberações para a política de internacionalização sindical 2020.

Figura 27 — Cartas do ANDES-SN (CONGRESSOS)



Fonte: ANDES-SN (2020).

Além da análise dos relatórios dos CONADs sobre o que foi discutido acerca da internacionalização do ANDES-SN, apresentamos também, de forma mais detalhada, as deliberações dos Congressos do ANDES-SN, por meio da análise dos relatórios produzidos nestes eventos. Isto porque, conforme já mencionamos, os Congressos se constituem na instância deliberativa máxima do referido sindicato, deste modo, o que é definido nestes encontros se tornam deliberações oficiais. Neste sentido, analisamos aqui o que foi definido oficialmente e com as entrevistas podemos verificar o que de fato foi efetivado na prática⁴², ou sanar alguma possível lacuna deixada pelos relatórios.

O relatório do Congresso do ANDES-SN, realizado em Brasília, em fevereiro de 2015, teve como tema central: Manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação. Antes de iniciarmos de fato a análise dos relatórios do Congressos, precisamos conhecer sua estrutura geral e forma de organização. Sendo os Congressos a instância máxima de decisões do ANDES-SN, tem como umas das principais atribuições:

- I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º; II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de

⁴² Na parte da metodologia do trabalho explicamos de forma detalhada sobre a escolha da análise dos documentos e entrevistas, ou seja, o caminho metodológico que adotamos para a realização desta pesquisa.

sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs.; III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta; IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL; V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto; VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45; VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52; VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL às organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65; IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45; X - criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões (RELATÓRIO FINAL DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2015, p. 15).

Além das atribuições acima explicitadas, é importante também conhecermos o que compete aos participantes, estes são divididos nas funções de: delegados credenciados com direito à voz e ao voto; membros da comissão organizadora e da comissão diretora do Congresso, com direito à voz; sindicalizados do ANDES-SN, credenciados como observadores pela sua seção sindical, ou Associação Docente — Seção Sindical e secretarias regionais, com direito à voz; e convidados da comissão organizadora e comissão diretora, também, com direito à voz. O Presidente do ANDES-SN preside o Congresso e tem direito a voz e a voto, assim como os demais membros da Diretoria em exercício.

Quanto à comissão organizadora, esta é formada por três diretores do ANDES-SN, cabe a esta preparar a estrutura do Congresso, organizar a plenária de abertura do evento e credenciamento juntamente com a comissão diretora. Esta última é composta por diretores do ANDES-SN. Compete a esta comissão ser responsável pelo credenciamento, decidir e efetivar a substituição dos delegados, também é encarregada pelas despesas, receitas e prestação de contas, organiza a mesa diretora. Há também os grupos mistos, formados por trinta e cinco delegados e observadores, todos com direito à voz, além dos convidados credenciados que também possuem direito à voz. Em linhas gerais, esta é a estrutura de funcionamento e organização do Congresso. Diante dessa compreensão, podemos passar para a análise das deliberações acerca das ações que envolvem a internacionalização do ANDES-SN.

A diretoria do ANDES-SN define que devem ser levadas para reunião do ANDES-SN e Seções Sindicais em âmbito local e regional, assim como outros espaços de organização dos trabalhadores, uma campanha contra a unicidade sindical adotada no Brasil e pela ratificação da Convenção 87 da OIT⁴³.

⁴³ A Convenção 87 da OIT, de forma resumida, trata da liberdade sindical e da proteção ao direito de sindicalização. Os trabalhadores e os empregadores terão direito de constituir organizações de sua escolha, bem como o direito

Em outro trecho do relatório, os docentes afirmam sobre a importância de analisar a conjuntura nacional e internacional para definir as estratégias de enfrentamento aos desafios constantes de ataques aos direitos sociais e trabalhistas. Ratificam a importância de unir as lutas no campo classista, autônomo e democrático. Eles analisam que:

A crise estrutural do capital, com sua agudização e acomodação no lastro dos últimos anos, exige a intensificação da produtividade do trabalho para a manutenção de maximização dos lucros e que terá, na desestruturação das relações de trabalho, uma das suas principais estratégias. O capital, em sua ofensiva internacional, precisa jogar setores classistas para a defensiva e eliminar/cooptar/estagnar a base potencial e histórica de oposição a esse processo: a luta organizada, combativa e unificada dos/as trabalhadores. O êxito desse movimento pressupõe maior subsunção (subjéctiva e ideológica) dos trabalhadores ao processo de produção e reprodução da sociabilidade do capital (RELATÓRIO FINAL DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2015, p. 146).

Este cenário de crise estrutural e internacional do capital parece acompanhado de repressão e criminalização a movimentos sociais, pois o documento aponta exemplos que acontecem não apenas no Brasil, mas também em outras partes do mundo. Alguns exemplos podem ser observados pelas mortes no campo e de comunidades indígenas, extermínio a negros e violência contra mulheres e população LGBTQ+, xenofobia. O relatório traz um exemplo do México:

o absurdo e inaceitável desaparecimento de 43 estudantes da área rural, que organizavam manifestação contra reformas curriculares, impulsionará a mobilização internacional de diversos setores estudantis, sindicais e dos movimentos sociais em solidariedade e protesto a mais esse ataque à resistência contra as contrarreformas (RELATÓRIO FINAL DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2015, p. 149).

Este episódio ocorrido no México se repete em vários lugares do mundo. Com isso, o ANDES-SN salienta a importância dos movimentos sociais se unirem internacionalmente com movimentos sociais em defesa dos direitos humanos.

Em outra pauta do documento, aparece a denúncia a respeito dos parâmetros adotados em relação à aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) que, na avaliação dos docentes, representa uma submissão à regulação do capital internacional da educação que a trata como mercadoria. Como alternativa à regulação internacional da educação que direciona a um processo de privatização, os docentes apontam como alternativa a organização de movimentos sindicais e populares classistas, principalmente de setores ligados à área educacional, em esfera nacional e internacional.

de se filiar a essas organizações, sob a única condição de se conformar com os seus estatutos, sem qualquer intervenção de autoridades públicas.

De acordo com a avaliação que consta nos documentos, a situação internacional é de crise estrutural do capital. Como resultado, houve aumento do número de desempregados, conseqüentemente, o trabalho informal cresceu. Diante da recessão econômica observada em locais como EUA, Europa e Japão, a perspectiva apontada pela análise dos docentes é que a crise tende a aumentar e os problemas socioeconômicos serem intensificados. Por outro lado, o contexto de crise criou as condições para o crescimento da luta de classes em contexto internacional. Exemplo disso foram as manifestações abaixo apontadas:

Inúmeras greves gerais e parciais irromperam desde o início da crise na Grécia, Espanha, França, Inglaterra, Portugal, além de outros países. Milhões de pessoas engrossaram as manifestações multitudinárias em todos os continentes, contra a precarização, terceirização, informalidade, os baixos salários, as reformas antipopulares, enfim, contra os chamados planos de austeridade do Estado e governos, a serviço do imperialismo e dos organismos internacionais do capital. Os explorados e setores da classe média arruinada se levantaram no Norte da África (Tunísia, Egito, entre outras) e Oriente Médio. O povo palestino e do Oriente têm resistido às investidas das potências, em particular, dos Estados Unidos na Região. Os conflitos na África e na Ucrânia indicam que os sintomas da crise mundial e decomposição do capitalismo são muito mais profundos do que se pensavam até então (RELATÓRIO FINAL DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2015, p. 157).

No relatório, os docentes apresentam uma avaliação sobre o crescimento de medidas políticas conciliatórias e antirrevolucionárias observadas em países governados por partidos de direita. Eles analisam que apesar da disposição da juventude em aderir à luta, a não existência de uma direção revolucionária nos países fez com que se abrisse espaço para as políticas reformistas e conciliatórias com o Estado e partidos burgueses, de modo a não atender aos interesses dos trabalhadores. Segundo o documento, “tem resultado na continuidade das medidas antipopulares pelos governos sob pressão das potências e suas organizações internacionais” (RELATÓRIO FINAL DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2015, p. 157).

Em outra parte do documento há uma análise da conjuntura nacional e internacional, na qual a avaliação é de que os trabalhadores enfrentam intensa crise estrutural de na própria concepção de organização. O contexto de crise que o mundo enfrenta amplia a possibilidade de um novo ciclo de lutas de classes no Brasil e no mundo. Ainda de acordo com os docentes, os movimentos que insurgem deste contexto se levantam contra o Estado, o capital, mas também contra as limitações de suas representações organizativas, o que é uma contradição.

Em outro momento no documento, são citados os mecanismos de controle que prejudicam a autonomia da universidade e refletem sobre a produção do conhecimento realizado nestas instituições:

São diversos os ataques sofridos nos últimos anos pela educação e, no caso do ensino superior, a contrarreforma mostra sua totalidade com os projetos de Internacionalização da educação superior, ampliando o controle da produção do conhecimento, a difusão de contratos via OS, o novo código de C&T, a EMBRAPPII, o projeto de lei da ANDIFES para recortar a autonomia. O REUNI, expansão da precariedade, reeditado pelas metas do PNE, apresenta como uma de suas consequências a precarização material das universidades que corresponderá, inclusive, na dificuldade de permanência do professor no espaço dos *campi* (trabalhando cada vez mais em casa, com seu próprio material e com dedicação 24h) e a manutenção dos estudantes pobres em seu espaço: faltam residências estudantis, restaurantes universitários, atendimento de saúde, transporte adequado, salas de aula (RELATÓRIO FINAL DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2015, p. 169).

Embora seja denominado como projeto de internacionalização da educação superior, neste estudo, consideramos que classificar estas ações de ataques à autonomia universitária não se adequa ao conceito de internacionalização da educação superior, visto que este se refere mais às experiências de trocas entre as instituições de diferentes países do que de uma relação de submissão de um país em relação a outro. Neste caso, nossa interpretação é de que se trata de um projeto de educação superior submetido ao controle do grande capital internacional.

Outro tema abordado que envolve o Brasil e outros países da Europa e América latina diz respeito à perda dos direitos sociais nas contrarreformas do Estado burguês. De acordo com o relatório, as reformas previdenciárias, iniciadas no Brasil desde o período da década de 1990, foram orientação do consenso de Washington em 1989, coordenada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional.

Em relação à área educacional, na página 238, os docentes advertem que a instituição de fomento à pesquisa, a CAPES, estabelece maior compromisso com a pesquisa científica do que com a educação superior propriamente dita, tendo como uma das principais funções fomentar e avaliar programas de pós-graduação, o que não é avaliado como problema pelos docentes, uma vez que a pós-graduação é parte da educação oferecida nas universidades. Contudo, a crítica dos docentes se refere aos critérios na hora de distribuir os recursos financeiros, em que são priorizados programas e periódicos com maiores desempenhos em *rankings* de avaliação, como acontece com as revistas indexadas, por exemplo. Além disso, afirmam e criticam que programas de pesquisa e conteúdos curriculares, muitas vezes, são submetidos à critérios internacionais.

É importante salientarmos que como os docentes não especificam quais programas de pós-graduação seguem esses princípios, torna-se complicado analisar a veracidade da afirmação. Além disso, a especificidade do tema abordado se distancia dos nossos objetivos, neste estudo, apenas mencionamos aqui porque, de forma indireta, ajuda-nos a perceber como os docentes percebem a articulação internacional no contexto do ensino superior. Neste sentido, observamos que eles avaliam o conceito de internacionalização de forma equivocada, ou seja, diferentes situações em que existe o entendimento de que existe uma submissão de instituições do Brasil em relação a outros países é erroneamente chamado de internacionalização. Como discutimos bastante neste estudo, a internacionalização prevê relação horizontalizada de trocas ou parcerias, qualquer relação entre países que seja hierarquizada não pode ser considerada internacionalização.

Podemos perceber a concepção equivocada de internacionalização do ensino superior na seguinte afirmação:

No sentido de contribuir com a organização destes trabalhadores e a sua preparação para a luta contra a ampliação da precariedade nas instituições que, cada vez mais, mergulham na lógica do negócio da educação fomentada como modalidade economicamente promissora, o ANDES-SN tem trabalhado em um contínuo processo de denúncia a respeito do avanço do capital e da internacionalização do ensino superior privado no Brasil, bem como sobre a exploração do trabalho docente nas IPES (RELATÓRIO FINAL DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2015, p. 250).

Neste trecho, fica claro que o entendimento de que a internacionalização do ensino superior se confunde com o avanço e a submissão das instituições nacionais ao grande capital internacional. No caso em tela, refere-se ao aumento das instituições de ensino superior privadas no Brasil. Embora se trate de instituições de ensino superior internacionais, que em nada têm a ver com a internacionalização do ensino superior.

Embora apareçam algumas críticas e equívocos em relação ao que é conceitualmente internacionalização, é perceptível também que muitas parcerias internacionais são realizadas em diferentes contextos, por exemplo, o ANDES-SN colabora com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) que é uma instituição brasileira que atua oferecendo cursos de nível superior em diversas áreas, mas que também recebe ajuda de voluntários de países da América Latina e outras regiões. A escola conta com biblioteca e creche para filhos dos estudantes. Além disso, são oferecidas formações para militante de movimentos sociais, com isso, várias instituições no Brasil e internacionais apoiam as ações da escola.

Em relação à pauta de liberdade sindical, o documento ratifica a importância da Convenção 87 da OIT, para assegurar a liberdade sindical no Brasil, a parte I do documento sobre liberdade sindical diz:

Art. 1 — Cada Membro da Organização Internacional do Trabalho, para o qual a presente Convenção está em vigor, se compromete a tornar efetivas as disposições seguintes.

Art. 2 — Os trabalhadores e os empregadores, sem distinção de qualquer espécie, terão direito de constituir, sem autorização prévia, organizações de sua escolha, bem como o direito de se filiar a essas organizações, sob a única condição de se conformar com os estatutos das mesmas.

Art. 3 — 1. As organizações de trabalhadores e de empregadores terão o direito de elaborar seus estatutos e regulamentos administrativos, de eleger livremente seus representantes, de organizar a gestão e a atividade dos mesmos e de formular seu programa de ação.

2. As autoridades públicas deverão abster-se de qualquer intervenção que possa limitar esse direito ou entravar o seu exercício legal.

Art. 4 — As organizações de trabalhadores e de empregadores não estarão sujeitas à dissolução ou à suspensão por via administrativa.

Art. 5 — As organizações de trabalhadores e de empregadores terão o direito de constituir federações e confederações, bem como o de filiar-se às mesmas, e toda organização, federação ou confederação terá o direito de filiar-se às organizações internacionais de trabalhadores e de empregadores (RELATÓRIO FINAL DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2015, p. 316).

O ANDES-SN se posiciona a favor da convenção 87 da OIT nas discussões dos relatórios do Congresso e, também, do Conad, isto aparece em alguns documentos o que revela, para o ANDES-SN a importância desta convenção para assegurar a liberdade sindical. Deste modo, o 34º Congresso deliberou que a diretoria do ANDES-SN, bem como todas as seções sindicais devem encaminhar, para a CSP- Conlutas e todos os demais fóruns de organização dos trabalhadores dos quais fazem parte, a proposta da campanha para que o Governo Brasileiro altere a lei⁴⁴ que impede a liberdade de associação sindical e substitua pela Convenção 87 da OIT.

No mês de janeiro de 2016, ocorreu no 35º Congresso do ANDES-SN, em Curitiba, o evento teve como tema central: Em defesa da educação pública e gratuita e dos direitos dos trabalhadores. O evento seguiu o mesmo formato dos anos anteriores, o relatório começa com apresentação da ata da plenária de abertura do 35º congresso do ANDES-SN, e aconteceu no auditório da Universidade Federal Tecnológica do Paraná, na cidade de Curitiba. O presidente, o senhor Paulo Rizzo, fez um discurso no qual destacou a comemoração dos 35 do ANDES-SN na ocasião, enquanto imagens da história do sindicato eram projetadas aos participantes. Feito isto, o 35º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional foi considerado aberto.

⁴⁴ O Inciso II, artigo 8º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Um dos temas presentes no congresso e que também apareceu no Conad, foi a deliberação do apoio do ANDES-SN na defesa da CSP-Colutas para que, no ano seguinte, seja implementada a campanha nacional para que o governo federal ratifique a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a conseqüente revogação dos dispositivos que impõem a unicidade sindical⁴⁵.

Outro ponto abordado, agora com relação mais direta ao tema da internacionalização, em concordância com o artigo 15, do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, é a manifestação do Congresso favorável a formar uma Seção Sindical dos professores da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – SINDUNILAB - SSind do ANDES-SN, bem como da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA – Seção Sindical do ANDES-SN – SESUNILA e Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – ADUFVJM.

O documento faz uma análise da conjuntura internacional e menciona e manifesta apoio ao chamado Movimento Boicote, em 2015. A ação tem por objetivo forçar o governo de Israel a cumprir o Direito Internacional e com a Declaração Universal dos Direitos do Homem. De acordo com o relatório do Congresso do ANDES-SN,

A campanha exige o fim da ocupação e da colonização dos territórios árabes e o desmantelamento do Muro; o reconhecimento dos direitos fundamentais dos cidadãos Árabes-Palestinos de Israel à plena igualdade; e o respeito, a proteção e a promoção dos direitos dos refugiados Palestinos ao regresso às suas casas e às propriedades, como estipulado na resolução 194 da ONU.

Dentre as atividades organizadas pelo BDS, estão as de boicote acadêmico e cultural. De acordo com seus organizadores, “artistas e instituições culturais de todo o mundo podem enviar a Israel uma mensagem clara de que a sua ocupação e a discriminação contra os Palestinos são inaceitáveis. Em particular, o boicote acadêmico pode ter impacto significativo nas instituições responsáveis por promover as teorias e os conhecimentos necessários para o prosseguimento, por Israel, das suas políticas de ocupação e discriminação” (RELATÓRIO FINAL DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2016, p. 114).

Entre as instituições acadêmicas que aderiram estão American Anthropological Association (AAA), a Association for Asian American Studies (AAAS) e a American Studies Association (ASA), com apoio de muitos professores e pesquisadores.

Os docentes do congresso analisam a situação de crise estrutural do sistema capitalista, mencionam as tentativas de superação da crise por meio de reformas políticas, que se mostraram ineficazes. Diante deste quadro, diversas manifestações se sucederam na Europa, como

⁴⁵ Ver página 160 deste estudo.

resultado das mobilizações surgiram partidos e movimentos de esquerda, como o Syriza na Grécia e o Podemos na Espanha.

Em um dos textos de apoio do documento, os docentes analisam a conjuntura nacional e internacional em relação aos ataques à classe trabalhadora e ao avanço das lutas sociais. Mais uma vez, falam sobre a crise do capital como marco na política nacional e internacional, criticam o governo do Partido dos Trabalhadores que, na ocasião, estava no poder, por este afirmar em seus discursos que o Brasil iria resistir à crise mundial, visto que foi observado um agravamento da recessão econômica nos setores de serviços, indústria e comércio.

Em outra parte o documento, há uma análise acerca dos ataques em âmbito internacional aos trabalhadores, isto levou os trabalhadores a serem pressionados com planos de ajustes fiscais que levaram a um contexto de desemprego e recessão econômica.

Na América Latina e em outros países de regiões dominadas pelo imperialismo, países onde o capital internacional perdeu margem de ação sofrem a pressão imperialista que tem buscado sua desestabilização política e, ao mesmo tempo, introduzir políticas que visam a fazer recuar os movimentos populares que impuseram certo limite a seus anseios nos últimos anos. É o que tem acontecido na Venezuela, na Argentina e mais recentemente no Brasil (RELATÓRIO FINAL DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2016, p. 204).

Nos documentos, os docentes fazem uma análise conjuntural de como o imperialismo estadunidense compromete países da América Latina. Isso é observado por meio de políticas de contrarreformas nas quais o Estado atende ao máximo os interesses do capital e o mínimo a classe trabalhadora. As ações variam entre:

golpe de estado, a guerra econômica aberta – Venezuela – as ações de enfraquecimento político dos governantes e a chantagem econômica aberta – a adoção da lei antiterrorismo é apresentada como uma condição para que as nações obtenham grau de investimento para o capital yanque (RELATÓRIO FINAL DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2016, p. 210).

Esses docentes avaliam, ainda, que em outros países do mundo a crise estrutural do capital se intensificou e provocou a redução do crescimento econômico da China, Europa e EUA. Com isso, o modelo econômico nacional foi exposto em suas fragilidades, as exportações prioritariamente de produtos primários ou de baixa tecnologia, promovem déficits nas transações comerciais, além dos escândalos de corrupção na Petrobrás que comprometeram ainda mais o Brasil em relação ao mercado internacional.

Diante do reconhecimento de toda essa conjuntura de crise econômica nacional e internacional, a CSP-Conlutas buscou meios para internacionalizar as ações da classe trabalhadora. De acordo com trecho do relatório:

A CSP-Conlutas tem buscado explorar todas as possibilidades de ampliar a unidade de ação da classe trabalhadora em escala mundial, impulsionando a ação direta, a solidariedade de classe e a articulação internacional entre organizações independentes e de luta. A constituição da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, em 2013, foi um momento importante dessas iniciativas. A realização da segunda reunião internacional da Rede, colada ao Congresso da CSP-Conlutas, também foi um passo importante diante do desafio de construção de um polo e sua articulação no plano internacional (RELATÓRIO FINAL DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2016, p. 219).

Diante disso, podemos afirmar que a Central Sindical a qual o ANDES-SN é vinculado, reconhece a importância de internacionalizar e unir os trabalhadores de diferentes lugares do mundo. A análise que o documento apresenta, sobre a qual fazemos aqui uma breve menção aqui, revela o quanto a economia dos países é globalizada de modo que os problemas que surgem em uma nação acabam afetando as outras. Isso reforça a importância dos trabalhadores se internacionalizarem, segundo o próprio documento para enfrentar as empresas internacionalizadas, pois estas já avançaram bastante na internacionalização.

É preciso que os trabalhadores também busquem meio de promover a internacionalização, seja por meio de ações de solidariedade, campanhas entre países, por setores, países, continentes, as formas dos trabalhadores se unirem e organizarem internacionalmente podem acontecer de formas bem variadas. Ainda de acordo com o relatório do Congresso, o Brasil e a América Latina são os que estão em maior situação de atraso em relação à luta de classes, com isso, reforçam a ideia da importância de buscar meio de internacionalizar-se.

Ainda em relação às mobilizações de caráter internacional, há destaque para a atuação das mulheres nas manifestações e greves nacionais e internacionais, o documento destaca os exemplos de pautas como violência e estupro em mobilizações ocorridas na Índia (2012), Argentina (2015) e Espanha (2014 e 2015). No Brasil, muitas mulheres se mobilizaram nas capitais brasileiras contra o PL 5069/2013, que dificulta o aborto legal entre vítimas de estupro, os professores aventam que a crescente conscientização contra o machismo, bem como as mobilizações contra a opressão e violência contra a mulher possam fazer insurgir a possibilidade de luta pela legalização do aborto.

Em outra parte do documento, os docentes se posicionam sobre o que consideram ser internacionalização da educação:

A proposta é a instituição de um novo acordo denominado *Trade in Services Agreement* (TISA), cujo objetivo é aprofundar mais o sentido da educação como mercadoria. Tal tratado deverá derrubar qualquer barreira que venha a impedir que a educação, mas não só ela, a saúde também, por exemplo, seja tratada como um serviço. Deve-se impedir que o governo brasileiro assine tal acordo, como o fez com o AGCS. Caso isso venha a ocorrer, todos os setores da economia estarão incluídos,

a educação não será exceção, o que abrirá definitivamente as portas desse “serviço” para as diferentes formas de internacionalização, incluindo a oligopolização com compra de parte das instituições brasileiras por empresas estrangeiras, por exemplo (RELATÓRIO FINAL DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2016, p. 230).

O que os docentes denominam de internacionalização da educação, na verdade, é uma abertura para que grandes empresas privadas assumam a prestação de serviços em educação. Como as empresas privadas têm como princípio o lucro crescente, os objetivos pedagógicos costumam ficar em segundo plano, nesse sentido, podemos concordar com os docentes quando afirmam que é uma forma de tratar a educação como mercadoria. Contudo, é preciso esclarecer que o fato das empresas, que venham a assumir a educação, serem internacionais, não significa que se trate de internacionalização da educação. Percebemos aí um equívoco conceitual do que é a internacionalização da educação, tema bastante debatido aqui em capítulos anteriores, é evidente a confusão conceitual quando afirmam que a “oligopolização com compra de parte das instituições brasileiras por empresas estrangeiras” é uma forma de internacionalização (RELATÓRIO FINAL DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2016, p. 230). Esse tipo de relação entre países revela domínio de um país sobre outro, o que vai totalmente de encontro ao conceito de internacionalização.

Com relação às discussões sobre internacionalização da educação, o Grupo de Trabalho em Política Educacional (GTPE) promoveu, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o IV Seminário Estado e Educação com o tema A Contrarreforma do Estado e os Impactos na Educação Pública, que teve questões discutidas em um Caderno de Texto elaborado pelas seções sindicais e um dos eixos de discussão foi justamente sobre a internacionalização. Tais discussões serviram de base para propostas de políticas educacionais.

Em um texto de apoio, o ANDES-SN apoia a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), vários países colaboram com o projeto, além do Brasil, a América Latina e outras regiões, a ideia do ANDES-SN ao apoiar é que sirva como contraproposta à mercantilização do ensino, que seja oferecida uma educação que contribua com o fortalecimento da luta da classe trabalhadora.

Com o tema da defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, foi iniciado o 36º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional, o evento foi realizado em janeiro de 2017, em Cuiabá (MT). Na abertura, houve um discurso sobre o centenário da Revolução Russa e da primeira greve geral do Brasil, além disso, foram lembrados os 50 anos de morte de Che Guevara, após a apresentação do hino da internacional foi declarado aberto o início do Congresso.

Foi registrado também no documento do congresso sobre a articulação com a CSP-Conlutas junto a movimentos sociais, sendo alguns de caráter internacionalistas, como: os movimentos de mulheres, o movimento estudantil e outros movimentos interessados nas atividades de luta pela garantia aos direitos das mulheres, do 8 de março (Dia Internacional da Mulher); 25 de abril (Dia Latino-Americano da Mulher); 28 de maio (Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e Dia de Combate à Mortalidade Materna); 25 de julho (Dia da Mulher Afro-latino-americana e caribenha); 06 de setembro (Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher); 28 de setembro (Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe); 12 de outubro (Dia Internacional da Mulher Indígena).

Em outro trecho do documento, os docentes analisam a conjuntura internacional e declaram apoio à campanha por Boicote internacional a Israel, convocado pela sociedade civil palestina, até que estes reconheçam os direitos fundamentais do povo palestino. Na Europa, os governos têm desinvestido em contratos com empresas israelenses, no Brasil, organizações sociais, estudantis, sindicais e populares impulsionam a iniciativa. Tal ação faz-se fundamental perante a forte ofensiva por parte de Israel em conquistar mercados aqui e em toda a América Latina.

Na parte do texto de apoio “A conjuntura e os desafios para o ANDES-SN” os docentes mencionam o drama vivenciado pelas populações africanas e árabes que precisam fugir de situações de guerra, ditaduras, epidemias e todo tipo de condição de miséria, essas populações seguem principalmente para a Europa. De acordo com análise apresentada no documento:

O capital mundializado aprofunda a concorrência entre os próprios trabalhadores/as, o que faz exacerbar a xenofobia. Sem dúvida, essa situação tem a ver com o aprofundamento da crise capitalista em âmbito internacional. Entender a dinâmica da crise é fundamental para a compreensão dos rumos da economia e das lutas de classes no Brasil (RELATÓRIO FINAL DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2017, p. 203).

Em todos os documentos há uma parte destinada a analisar a conjuntura internacional de modo a compreender de forma mais global como que a política de outros países impacta na realidade nacional, principalmente no que diz respeito à luta de classes. Isso sugere um reconhecimento da importância do contexto internacional para entender a realidade local, bem como para perceber a preocupação em muitas vezes de manifestar solidariedade internacional a situações que envolvam alguma forma de violação de direitos fundamentais, principalmente no que diz respeito à classe trabalhadora.

Em relação aos movimentos sociais ligados à educação, no relatório são mencionados ataques contra adolescentes que participaram do Movimento Brasil Livre, no ano de 2016,

houve também invasão por parte do Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (GARRA) de São Paulo à Escola Nacional Florestan Fernandes, vinculada ao MST e referência internacional na formação política dos/as trabalhadores/as.

O documento trata da forte crise econômica internacional iniciada em 2008 nos EUA que afetou todo o mundo e aumentou a dependência de países aos EUA e à Alemanha. Mesmo a crescente economia chinesa apresentou leve queda na taxa de crescimento do PIB. Em relação à América Latina, os docentes afirmam que no início do século XXI houve situações consideradas revolucionárias, como a derrubada de governos por meio da ação da classe trabalhadora. Contudo, após esse período, foram surgindo governos com caráter conciliador de classes ou nacionalistas burgueses, que exerceram o papel de aplacar as massas, assim, conter as ações revolucionárias. No contexto atual, a América Latina enfrenta:

a) a chegada da crise econômica; b) crises políticas dos governos que implementaram os planos neoliberais; incluindo os governos da direita clássica; c) ruptura do movimento de massas com as maiores expressões do reformismo de massas (PT) e movimentos nacionalistas burgueses; d) ascenso do movimento de massas (RELATÓRIO FINAL DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2017, p. 213).

Além dos problemas relacionados à forte crise econômica e recessão mundial, existe ainda um processo que os docentes chamam de “recolonização imperialista”. Trata-se de parcerias firmadas como o North American Free Trade Agreement/ Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) (México) e o Acordo Trans Pacífico de Associação econômica (TPP), com México, Colômbia, Peru e Chile e, posteriormente, em Cuba. Esse contexto intensificou problemas sociais e descontentamento da população, como resultado tiveram greves em vários países, conforme demonstra citação abaixo:

Embora de forma heterogênea, a aplicação dos planos neoliberais na América Latina redundaram no crescimento do descontentamento social e subsequente polarização social. Brasil (Jun. 2013), México (2014), Argentina (Greves Gerais em 2012 e 2014), Paraguai (Greves Gerais em 2014 e 2015 que enfraqueceram Lugo) (RELATÓRIO FINAL DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2017, p. 213).

Como resultado disso observamos uma ruptura das massas em relação aos governos de partidos de esquerda, as políticas reformistas, somados a escândalos de corrupção o aprofundamento das desigualdades sociais geraram um descontentamento generalizado e uma descrença da população, de acordo com o relatório:

A ruptura das massas com esses governos é produto da experiência de ataque e traições desses governos. Portanto, no que se refere à luta de classes, há um elemento importante de toda essa nova situação latino-americana que é a ruptura de massas com suas principais direções nas últimas décadas (RELATÓRIO FINAL DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2017, p. 213).

Esses elementos da política internacional são importantes para entendermos um razoável grau de despolitização da população nos países da América Latina. Nesse contexto, o ANDES-SN se manifesta com o compromisso de exercer a crítica ao capital, assim, buscar aproximar a população da importância política e da consciência de classe.

Os docentes mencionam também a homenagem feita em comemoração aos 100 anos de Revolução Russa, fato reconhecidamente importante para a organização internacional dos trabalhadores, neste mesmo ano, também, são rememorados os 50 anos de morte de Che Guevara. A homenagem foi aprovada no 61º Conad, o seminário discutiu temas relacionados à organização da classe trabalhadora no contexto do internacionalismo, de acordo com trecho do documento: “nada mais oportuno que realizar este debate – balanço crítico e autocrítico do movimento internacional de todos trabalhadores e trabalhadoras – aproveitando este momento para avançar qualitativamente na reorganização da nossa classe trabalhadora” (RELATÓRIO FINAL DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2017, p. 228).

Na citação que segue percebemos que os docentes fazem uma detalhada análise da conjuntura internacional para articular e compreender o contexto da realidade nacional, assim, reafirmar a importância da união internacional da classe trabalhadora:

[...] elementos da conjuntura internacional, e em particular da América Latina, são suficientes para indicar que a conjuntura nacional é ininteligível sem o entendimento do quadro de ofensiva imperial por todo o continente, bem como das alternativas de enfrentamento desta ofensiva. A unidade latino-americana é fundamental para pavimentar as alternativas nacionais e continental à ofensiva imperial. No Brasil a ofensiva dos interesses imperialistas está diretamente associada a intensificação de políticas econômicas e sociais voltadas para a exploração da riqueza nacional em benefício dos interesses do bloco de poder dominante formado pela associação entre imperialismo, monopólios e o latifúndio (RELATÓRIO FINAL DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2017, p. 246).

Com essa análise, os docentes avaliam meios de promover a articulação entre os trabalhadores de outros países, principalmente com os vizinhos da América Latina, por possuírem uma realidade mais parecida do que outros países de outros continentes. Embora os problemas enfrentados pela classe trabalhadora possuam diversos elementos em comum, esses aspectos têm o potencial de facilitar a comunicação entre a classe trabalhadora do mundo.

Em outra parte do relatório, os docentes analisam uma portaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC) 983/2016 que regulamenta a criação de um grupo de trabalho que faz levantamento sobre as diferenças em relação ao comércio de serviços nacionais e estrangeiros, para efeito de negociações internacionais. De acordo com análise que consta no relatório, trata-se de um mecanismo que cria as condições para que a educação seja tratada como mercadoria que segue normas internacionais. Nesse tratado fazem parte cerca de 50

países, sendo que os EUA e a União Europeia estão na liderança, a crítica é que esse acordo promove a internacionalização da exploração e precarização dos trabalhadores da educação, por este motivo, o ANDES-SN se posicionou contrário, visto que o sindicato tem por princípio a defesa da educação como bem público não podendo ser tratado como mercadoria.

Em resposta a esta portaria, o sindicato se posiciona a favor de intensificar as ações de internacionalização sindical, ao sugerir que busquem meios de maior aproximação e diálogo com sindicatos internacionais que atuam na área educacional e que se posicionem de forma afim com os princípios do ANDES-SN, em um trecho do documento destacamos:

Nesse sentido, é preciso que se estreitem os laços com os Sindicatos Internacionais que atuam no campo educacional e que tenham posições progressistas afinadas com os princípios assumidos pelo ANDES-SN na defesa de uma sociedade justa e solidária e de uma educação classista e democrática. Para tanto, deve-se buscar estabelecer relações sindicais que incluam a troca de materiais, a participação em Congressos e outros eventos promovidos por essas entidades (RELATÓRIO FINAL DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2017, p. 261).

Como estratégia para discutir as questões apontadas e buscar meios de promover as ações de internacionalização sindical, podemos destacar a realização do V Seminário Estado e Educação que ocorreu em 2017, em Vitória.

Ainda em relação à internacionalização, o relatório menciona o trabalho de formação oferecido pela Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), a qual oferta à classe trabalhadora formação em diversos cursos, entre eles de formação internacional, que desenvolve cursos de longa duração para estudantes de movimentos populares de outros países. O ANDES-SN assim como outras entidades e instituições de ensino oferece apoio inclusive financeiro. Entre as deliberações do 36º Congresso do ANDES-SN em relação à internacionalização está:

Estreitar as relações com centrais sindicais e sindicatos internacionais da educação no sentido de fortalecer as lutas dos/as trabalhadores/as de todo o mundo, na defesa de uma sociedade justa e solidária de uma educação classista e democrática (RELATÓRIO FINAL DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2017, p 270).

Essa busca por parcerias internacionais seja de entidades representativas da classe trabalhadora, movimentos sociais, outras instituições de serviço público, ou mesmo órgãos reguladores é possível observarmos em várias passagens do relatório, em que o congresso deliberou: “Denunciar a órgãos internacionais em articulação com outras entidades do serviço público, a partir de estudos realizados pela AJN, o corte de ponto dos servidores em greve” (RELATÓRIO FINAL DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2017, p. 256). Por outro lado, o congresso se posiciona contrário às diversas formas de controle e/ou intervenção de mecanismos internacionais na educação.

No ano de 2018, o 37º Congresso do ANDES-SN aconteceu em Salvador - BA, entre os dias 22 e 27 de janeiro, o Tema Central desse Congresso foi: Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora. Nos 100 anos da reforma universitária de Córdoba, a internacionalização já apareceu no tema central. O evento aconteceu no teatro da UNEB. Na abertura do Congresso, a professora responsável saudou aos presentes e proferiu discurso rememorando os 200 anos do nascimento de Karl Marx, 170 aos do Manifesto Comunista, os 130 anos da abolição da escravidão e os 100 anos da reforma de Córdoba, que foi o tema do Congresso, após a apresentação da internacional o Congresso foi declarado aberto.

Entre as atividades a serem realizadas pelo ANDES-SN teve o Seminário Internacional sobre a reorganização da classe trabalhadora, que, inicialmente estava previsto para 2017, em comemoração aos 100 anos da Revolução Russa e em memória dos 50 anos do assassinato de Che Guevara. Com relação às deliberações aprovadas no Congresso, no que diz respeito à internacionalização, houve a decisão de denunciar, junto à OIT, os ataques aos direitos trabalhistas sofridos pelos professores das instituições estaduais e municipais de ensino superior (IEES/IMES).

Em relação ao tema do congresso, os docentes fizeram uma análise acerca de como a política econômica afeta as universidades, a submissão às regras determinadas pelo FMI e aos princípios neoliberais que, entre outras medidas, promove a redução dos custos das universidades, à medida que o Estado se desresponsabiliza das universidades, estas começam a recorrer a parcerias público-privadas para se autofinanciarem, estas ações que mercantilizam o ensino foram influenciadas por organismos internacionais como o Banco Mundial que propõe reformas para a educação que vão de encontro às ideias defendidas na Reforma de Córdoba.

Ainda em relação à conjuntura internacional, o relatório menciona o seminário ocorrido em 2017 que comemorou os 100 anos da Revolução Russa que reuniu trabalhadores de todo o mundo. Contudo, a situação da classe trabalhadora não é de comemoração, existe uma crise estrutural generalizada com consequente aumento da exploração sobre o trabalho e da desigualdade social. No relatório, os docentes fazem uma análise da situação política mundial, explica o imperialismo estadunidense com ataques aos trabalhadores, trata das lutas da classe trabalhadora da América Latina, bem como o crescimento generalizado do conservadorismo pelo mundo. Toda a análise é feita para demonstrar que o processo de perda de direitos fundamentais que acontece no Brasil, é resultado de um movimento mundial que afeta também outros países, principalmente os vizinhos latino-americanos. De acordo com o relatório do Congresso:

A breve análise da conjuntura internacional contribui para que nos armemos contra os avanços do capital, pois a ação é internacional. A retirada de direitos que ocorre no Brasil é resultado de um processo mundial imposto pela agenda neoliberal e, diante disso, o desafio para 2018 é fortalecer a luta internacionalista da classe trabalhadora, articulando uma resistência latino-americana dos(as) trabalhadores(as) (RELATÓRIO FINAL DO 37º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2018, p. 220).

O reconhecimento da importância da luta internacionalista é bem evidente nos relatórios do Congresso, pois o tema foi abordado em vários trechos. A respeito das ações internacionalistas temos os movimentos feministas, a ação internacionalista, que aconteceu no dia 08 de março, com greves, paralisações e atos em todo o mundo. O ANDES-SN sempre se manifesta no sentido de apoiar os movimentos sociais das mulheres, assim como outros segmentos como os negros, a população LGBT, visto que são pautas de minorias que foram historicamente silenciadas e fazem parte da classe trabalhadora, assim, o sindicato sempre se manifesta em apoio a este público aqui mencionado.

Novamente, observamos no relatório os docentes mencionarem a importância da organização internacional da classe trabalhadora, nesse caso, a pauta diz respeito à Venezuela. Eles ressaltam os problemas vivenciados pela população do país com os governos de esquerda, mas salientam que se fosse em um governo de direita a situação estaria ainda pior para a classe trabalhadora. “Numa conjuntura dessa ordem, a população deve ter atentado para o fato de que se a situação estava ruim com Maduro, muito pior seria com um governo de direita, cujo único objetivo é tomar o poder e voltar ao velho jogo das oligarquias do passado” (RELATÓRIO FINAL DO 37º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2018, p. 241).

Com o objetivo de apoiar os trabalhadores da Venezuela, o III Congresso da CSP-Conlutas, que aconteceu em 2017, indicou a construção de um bloco classista, amplo e unitário, que pensar das dificuldades busque articular meios de organizar internacionalmente a classe trabalhadora. Neste caso, em especial, com os trabalhadores da Venezuela. De acordo com o relatório do Congresso:

Em âmbito internacional precisamos estar alinhados com as organizações dos trabalhadores que resistem às intervenções do imperialismo, na América Latina em especial na Venezuela precisamos defender os rumos adotados pela Assembleia Constituinte, e não aderir de forma alguma a ofensiva imperialista para derrubada de Maduro (RELATÓRIO FINAL DO 37º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2018, p. 250).

O excerto revela a preocupação do sindicato em buscar não apenas articulação internacional, mas também apoiar países vizinhos, como no caso da Venezuela. Isso foi proposto em um momento em que se observou um acirramento da luta de classes no mundo, aumento da polarização provocada pela intensificação da crise do capital. De acordo a análise

dos docentes, o antídoto para a crise foi o mesmo em diferentes lugares, que foi buscar mais recursos dos fundos públicos. Por outro lado, observamos a redução nos investimentos nas áreas sociais, por meio de contrarreformas previdenciárias e aumento de repasse para pagamento de dívida pública, isto aconteceu em países como Grécia, Espanha e países da América Latina.

Na análise realizada, os docentes alertam para a importância de evitar percepções simplistas e dualistas no que diz respeito à política internacional, eles citam exemplo da Venezuela em relação ao governo de Maduro, ao imaginar que ser opositor do mesmo representa se alinhar com a política de direita. Segundo a análise dos docentes, esse tipo de pensamento simplista atrapalha a organização dos movimentos sociais.

Em relação ao seminário internacional que havia sido aprovado na 61ª CONAD, este acabou não acontecendo devido a problemas de agenda com convidados internacionais, em substituição a este foi realizado o Seminário 100 anos da Revolução Russa e os desafios da (re)organização da classe trabalhadora no Brasil, o evento abordou temas relacionados à questões internacionais, como: a Crise capitalista mundial e os rebatimentos para a classe trabalhadora e 100 anos de Revolução Russa, 50 anos do assassinato do “Che” e as perspectivas do socialismo na atualidade.

Outra pauta abordada pelo ANDES-SN foi a necessidade de combater as práticas de xenofobia, no Brasil, pois muitos imigrantes venezuelanos, haitianos, senegaleses, sírios, bolivianos, entre outros vivem situações de dificuldades e constrangimentos. Para combater essas práticas de preconceito o sindicato pautou a luta da UNILA e UNILAB, por compreender a importância dessas instituições de ensino no respeito às diferenças entre brasileiros e estrangeiros. O 62ª CONAD, por exemplo, ofereceu cursos de idiomas, gratuidade na revalidação de diplomas, vagas especiais, entre outras. Os docentes sinalizam a importância de criar meios para reduzir a vulnerabilidade desses estudantes, como também promover a internacionalização, ou seja, a troca de experiências e conhecimentos.

Em relação às deliberações do 36º congresso, temos a articulação junto à CSP-Conlutas e outros movimentos sociais na participação das atividades de luta referentes aos direitos das mulheres, especialmente, no dia 8 de março, o Dia Internacional da mulher. Outra ação importante no que tange à internacionalização foi o apoio do ANDES-SN ao Seminário Internacional: “Esquema Financeiro Fraudulento e Sistema da Dívida”, organizado pela Auditoria Cidadã da Dívida, do qual participaram representantes da Diretoria do ANDES-SN, de seções sindicais, de outras entidades sindicais e de movimentos sociais.

O 38º Congresso do ANDES-SN aconteceu em Belém (PA) entre os dias 28 de janeiro e 2 de fevereiro de 2019, teve como tema central: Por Democracia, Educação, Ciência,

Tecnologia e Serviços Públicos: em defesa do trabalho e da carreira docente, pela revogação da EC/95. Os trabalhos foram iniciados no Centro de Eventos da Universidade do Pará (UFPA). Para iniciar as atividades, houve o discurso do presidente seguido de apresentação da Internacional (hino da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras em todo o mundo), após a apresentação o presidente declarou aberto o 38º Congresso do ANDES-SN.

Entre as deliberações do 38º Congresso está: “Que o ANDES-SN se mobilize para articular sindicatos de docentes e entidades de defesa da democracia e direitos humanos em âmbito internacional, sobretudo com países da América Latina” (RELATÓRIO FINAL DO 38º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2019, p. 42). Aprovou também a participação do ANDES-SN e na construção de uma Greve Internacional de Mulheres, com apoio em paralisações docentes da categoria, no dia 8 de março de 2019.

O sindicato manifestou apoio também à causa LGBT em que o Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+ (28 de junho) representou uma data de luta nacional do ANDES-SN contra a LGBTQI+FOBIA. Foi registrada também a realização de um Seminário Internacional, que foi aprovado no 36º Congresso, realizado nos dias 10 e 11 de abril do ano de 2019, teve como tema: Universidade, Ciência e Classe em uma era de crises. Outra ação definida para o ANDES-SN foi de “intensificar as denúncias, nacional e internacionalmente, sobre os massacres, as perseguições, as torturas, as prisões, as chacinas, os assassinatos e a criminalização de trabalhadore(a)s rurais e urbanos” (RELATÓRIO FINAL DO 38º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2019, p. 64).

O sindicato deliberou também intensificar as denúncias em níveis nacional e internacional, inclusive com movimentos ambientalistas, em diferentes idiomas, sobre toda forma de perseguições a trabalhadores de regiões rurais, quilombolas, indígenas e defensores de causas socioambientais. Deliberou, ainda, que seja reconhecida a importância das universidades direcionadas para a integração internacional, como é o caso da UNILA e UNILAB, de modo que seja inserida a pauta da luta pela manutenção desses projetos de instituições fronteiriças e de integração internacional, de modo a:

debater suas especificidades, tais como a realização facilitada de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão nos países e municípios vizinhos; a possibilidade de emissão de documentos bilíngues; a validação facilitada de diplomas de aluno(a)s e docentes vindo(a)s de países vizinhos e/ou integrantes do escopo de ação da universidade, entre outras questões (RELATÓRIO FINAL DO 38º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2019, p. 104).

O texto de apoio aos projetos de instituições de integração internacional passou por várias modificações, mas apenas por estruturação textual, pois o sentido de todas as propostas de texto

foram as mesmas, ou seja, de apoio e proteção às instituições fronteiriças e de integração internacional. Outra proposta lançada por um dos grupos foi de criar no ANDES-SN o GT de Fronteira e Integração:

com vistas a reunir as demais instituições fronteiriças e as universidades temáticas, em favor de debater suas especificidades, tais como a realização facilitada de projetos de ensino, pesquisa e extensão nos países e no municípios vizinhos, a possibilidade de emissão de documentos bilíngues, a validação facilitada de diplomas de alunos(as) e docentes vindos(as) de países vizinhos e/ou integrantes do escopo de ação da universidade, entre outras questões (RELATÓRIO FINAL DO 38º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2019, p. 141).

O debate apresentado revela a importância que o sindicato reconhece nestas instituições de integração internacional. Deste modo, observamos o esforço do ANDES-SN em promover ações de apoio a estas instituições de integração internacional. No que se refere às ações de internacionalização, o ANDES-SN reforçou a necessidade de denúncias em níveis nacional e internacional referentes aos massacres, perseguições, torturas, prisões e criminalização em geral de trabalhadores rurais e urbanos.

Deste modo, o sindicato propôs se organizar para se articular internacionalmente junto a sindicatos de professores, bem como entidades de defesa da democracia e direitos humanos internacionais, principalmente de países da América Latina. Foi definida também a realização de um Seminário Internacional que foi aprovado no 36 Congresso, realizado em Brasília, teve como tema: "Universidade, Ciência e Classe em uma era de crises". Além disso, decidiu pela participação na construção da Greve Internacional de Mulheres referente ao dia 8 de maio.

O 38º Congresso do ANDES-SN deliberou com relação a questões de caráter internacional que o sindicato deve se manter junto a movimentos ambientalistas não só nacionais, mas internacionais, no sentido de denunciar as ações do grande capital que destrói reservas minerais, florestais e os territórios dos povos indígenas e das populações tradicionais, apenas por interesses próprios financeiros.

Na análise de conjuntura feita pelos docentes, eles avaliam que deve existir um processo de organização internacional de partidos e lideranças da extrema-direita, isto porque se observa o avanço ao poder de representantes desses partidos em vários países do mundo, como EUA, França, Áustria, na América Latina, entre outros. Junto a isso, há uma crescente xenofobia em um momento em que a crise mundial obriga famílias a se deslocarem de seus países de origem em busca de melhores condições de vida, é o caso, por exemplo, da Venezuela, Guatemala, Honduras, nos quais muitos refugiados tentam entrar nos EUA, no entanto, a maioria acaba sendo detida e processada devido à política de intolerância aos refugiados do governo do então presidente Donald Trump.

No Brasil, o crescimento do conservadorismo se materializou com a eleição do candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro, o qual ataca pautas de interesse social defendidas pelos movimentos sociais e partidos de esquerda, além da política de cortes e reformas que retiram direitos dos trabalhadores como, por exemplo, a reforma da previdência. De acordo com a análise feita no relatório, esse contexto nacional tem relação com a crise internacional do capital. Na análise dos docentes, a política de conciliação de classes foi substituída pela intensificação do neoliberalismo, o que resultou em perdas das condições sociais da classe trabalhadora.

Os docentes destacam também sobre a importância de enfrentar e combater os discursos de ódio proferidos por parte das pessoas que simpatizam com o discurso fascista contra a população LGBT. Deste modo, delibera que seja construído junto a instituições municipais, estaduais e federais de ensino o dia internacional do orgulho LGBT, no dia 28 de julho, como uma data de luta contra a LGBTfobia; intensificar denúncias internacionalmente sobre as perseguições sofridas por trabalhadores rurais e urbanos.

Os professores relatam também acerca da importância das instituições de ensino superior: a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) representam uma “versão renovada e apropriada para o século XXI, apostam na integração internacional como a sua maior riqueza acadêmica” (RELATÓRIO FINAL DO 38º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2019, p. 332). O posicionamento dos docentes diante da importância da internacionalização universitária e da defesa das instituições que se propõe a promover a integração entre povos de outros países fica bem evidente no trecho em que critica a fala do deputado, que é contrário a UNILA e a UNILAB:

Transformar a UNILA em universidade do “Brasil para brasileiros”, como advogava o deputado sem quaisquer pudores, é uma afirmação profundamente racista. Tal discurso é estrategicamente seletivo, na medida em que não é acionado contra imigrantes brancos vindos da Europa ou dos Estados Unidos. Ao desconfigurar o caráter internacionalista da UNILA, a emenda aditiva esquece-se deliberadamente do preceito constitucional a favor da integração entre os países latino-americanos, inscrito no parágrafo único do Artigo 4 da Carta de 1988: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.” A criação de uma universidade da integração latino-americana, portanto, no plano cultural e científico, é a concretização da carta magna (RELATÓRIO FINAL DO 38º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2019, p. 333).

Deste modo, podemos considerar este como mais um elemento de valorização e apoio a ações de internacionalização por parte do sindicato, visto que o deliberou pelo reconhecimento e importância de instituições de ensino superior voltadas para integração internacional, de modo

a se posicionar pela manutenção de projetos como este. Em 2017, o ANDES-SN apoiou um evento internacional importante, chamado Seminário Internacional “Esquema Financeiro Fraudulento e Sistema da Dívida”, organizado pela Auditoria Cidadã da Dívida, representantes da diretoria do sindicato participaram do evento.

No ano de 2020, o 39º Congresso do ANDES-SN aconteceu em São Paulo, entre 4 e 8 de fevereiro, e teve como tema central: Por liberdades democráticas, autonomia universitária e em defesa da educação pública e gratuita. O evento foi realizado no Centro de Difusão Internacional (CDI) da Universidade de São Paulo. Como sempre acontece o presidente da mesa fez um discurso de abertura, logo após teve a apresentação do hino da Internacional e, na sequência, foi declarado iniciado o Congresso do ANDES-SN.

No evento foi deliberado que o sindicato, por meio dos grupos de trabalho Política de Formação Sindical (GTPFS) e de Política Educacional (GTPE), além das encarregaturas sindical e internacional, construíssem o II Seminário Internacional com o Tema Educação Superior na América Latina e Caribe, e Organização do(a)s Trabalhador(a)s, que foi planejado para acontecer no segundo semestre de 2020, em Foz do Iguaçu, com participação de entidades de trabalhadores da educação⁴⁶. Outra ação que envolve a internacionalização foi a decisão do ANDES-SN que pelo GTPF e as encarregaturas sindical e internacional, avaliaram durante o ano a possibilidade de filiação com a entidade internacional de organização dos trabalhadores da educação. Também foi deliberado que o sindicato participe do Encontro Global da Rede Sindical Internacional e Lutas, que aconteceu no mês de junho de 2020, em Dijon, na França⁴⁷.

Foi deliberado no 39º Congresso que sejam intensificadas as ações internacionalistas na educação e entre os trabalhadores, o objetivo é que sejam criadas articulações internacionais entre os sindicatos e organizações que tenham atuações semelhantes, principalmente entre países da América Latina e Caribe e que participe de forma mais ativa na Rede Social para a Educação Pública nas Américas (Red SEPA). Em relação ao posicionamento da CSP-Conlutas sobre a situação da Venezuela, foi proposto que seja feita uma avaliação crítica sobre ela, com aprovação da palavra de ordem: “Fora Maduro” no IV Congresso da entidade sindical e popular em respeito à soberania e à autodeterminação do povo venezuelano contra os ataques imperialistas impetrados no país.

⁴⁶ O ano de 2020 foi marcado mundialmente pela pandemia do Novo Corona Vírus, no mês seguinte à realização deste congresso, que aconteceu em fevereiro, eventos de qualquer natureza foram proibidos de acontecer presencialmente, as instituições de ensino tiveram que funcionar de maneira remota, somente serviços essenciais foram mantidos como estratégia para conter a pandemia do COVID-19. Deste modo, o evento, assim como todos os outros só puderam acontecer de forma virtual.

⁴⁷ Devido à pandemia do COVID-19, o evento foi adiado.

Na ata da mesa II da plenária, do tema III do 39º congresso do ANDES-SN – plano geral de lutas, foi aprovada a proposta de que o ANDES-SN avalie o apoio ao Encontro Internacional de Educação Popular e Cidadania: experiências e desafios - Paulo Freire, que aconteceria em julho de 2020, no Rio de Janeiro.

Em virtude do contexto que a América Latina e Caribe enfrentam diante da crise estrutural do capital, foi aprovado no 39º Congresso o curso de formação “Lutas de Classes na América Latina”, também, foi organizado o II Seminário Internacional, cujo tema foi: “Educação Superior na América Latina e Organização do(a)s Trabalhadore(a)s”. Em continuidade às ações internacionalistas em termos de apoio à luta internacional da classe trabalhadora, foi aprovada a participação do ANDES-SN no Encontro Global da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, assim como a articulação de intercâmbios com entidades internacionais de organização dos trabalhadores da educação para deliberar a possibilidade de filiação do sindicato em alguma rede internacional.

Os docentes fizeram uma Moção de repúdio contra a ruptura da ordem democrática institucional na Bolívia e contra a crise democrática regional, devido à situação de violência experienciada pelo país na ocasião em que o 39º Congresso aconteceu. Deste modo, os congressistas se posicionaram:

de maneira contrária a essa escalada da violência política na região que está a serviço dos interesses de elites econômicas e setores conservadores que não respeitam os direitos humanos, com o intento de disseminar experiências de caráter recolonizador na América Latina e Caribe. O nosso compromisso com a classe trabalhadora, com o(a)s profissionais da educação, com o movimento estudantil e com a sociedade latino-americana e caribenha é o da defesa dos direitos humanos e do Estado democrático de direito. Repudiamos com veemência qualquer projeto político que faça uso da força física ou de subterfúgios políticos para derrubar governos legitimamente eleitos na região (RELATÓRIO FINAL DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2020, p. 101).

Assim, observamos que houve uma maior atenção do sindicato com relação à importância de promover a internacionalização de modo a apoiar a classe trabalhadora de outros países que, muitas vezes, sofrem os mesmos tipos de problemas que acontecem no Brasil. Isso se manifestou pela deliberação de ações de apoio a outros países, da busca por parcerias com organizações internacionais de trabalhadores, entre outras. Os docentes salientam ainda que em outros países da América Latina, como Chile e Equador, manifestações foram reprimidas pelos governos de direita. Outra ação do ANDES-SN que envolveu apoio a campanha internacional, diz respeito à moção de apoio em prol da libertação da secretária geral do PT da Argélia, Luísa Hanune, detida por ordem Tribunal Militar.

Em moção de apoio, o ANDES-SN se manifestou favorável ao projeto da UNILAB que prevê a participação de docentes e discentes que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). No caso dos estudantes, a porcentagem é de 50% de internacionais (Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste) e 50% de brasileiros. Em outra parte do documento, os docentes registram saudações aos Mexicanos devido ao histórico internacionalista.

No quesito política de formação sindical, o 39º Congresso do ANDES-SN delibera que sejam intensificadas as ações de caráter internacional, de modo a estreitar relações com sindicatos e outras entidades de organização de trabalhadores da América Latina e Caribe. Também, ficou determinado que seja coordenado o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE); que sejam denunciados os abusos imperialistas dos EUA na América Latina, principalmente entre Cuba e Venezuela. Além disso, manifestar repúdio ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) da Organização dos Estados Americanos (OEA), como imposição imperialista aos venezuelanos. Foi definido também que o ANDES-SN avalie oferecer apoio ao Encontro Internacional de Educação Popular e Cidadania: experiências e desafios - Paulo Freire, que aconteceria presencialmente em julho de 2020, no Rio de Janeiro.

Em outra parte do documento, os docentes fazem uma análise da conjuntura internacional, assim, consideram que a luta dos trabalhadores se relaciona principalmente à crise internacional do capital insuflada sobretudo pela “guerra” comercial que assola a economia internacional.

Nesse cenário, a América Latina deveria amargar, segundo projeções feitas no mês de abril, um crescimento de pífios 1,3% neste ano de 2019 segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), expectativa que já em julho despencara para 0,5% acompanhando a bancarrota do capitalismo internacional. O índice é inferior àquele colhido em 2018, que media um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) inferior a 0,9%. Trata-se da desaceleração brutal de 17 economias dos 20 países latino-americanos, na comparação feita com o ano de 2018. Com isso, o ano de 2019 é o de desaceleração generalizada do crescimento, impactando 21 dos 33 países latino-americanos e caribenhos (RELATÓRIO FINAL DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2020, p. 198).

Apesar das dificuldades apontadas, a América Latina tenta resistir, os docentes salientam que embora exista toda a situação de crise agravada nos últimos anos, que aumentou os desempregos e a fome, a população de países da América Latina resiste com manifestações nas ruas. Neste sentido, o ANDES-SN manifesta solidariedade e apoio a estes países. De acordo com avaliação dos docentes, as manifestações populares que aconteceram em vários países da América Latina também devem acontecer no Brasil, em contrapartida, o que se

observa é que os governos de direita não adotaram uma postura de ceder ou mesmo negociar com os trabalhadores manifestantes.

Novamente, nos documentos, os docentes fazem uma análise da conjuntura nacional e internacional e sempre fazem referência à crise estrutural do capital, pois este é um ponto fulcral para entender a conjuntura política e econômica neste contexto atual. Deste modo, o congresso avalia as dificuldades que os trabalhadores sofreram nos últimos anos, relacionadas a ataques direcionados à educação e à classe trabalhadora de uma forma geral.

Estes problemas estruturais relacionados à crise do capital e aos ataques criaram as condições para que muitas manifestações ocorressem na América Latina e em outros lugares do mundo.

No Chile, uma manifestação gigantesca de mais de um milhão de pessoas sucedeu a dois dias de greve geral, greves dos portuários e outros setores, enfrentamentos com a polícia, barricadas nas ruas, corte de estradas, emocionando o mundo. No Equador, os indígenas e o povo pobre derrotaram o decreto que aumentava brutalmente os combustíveis e outras graves medidas antissociais. No Haiti existe uma sublevação de massas para derrubar o governo Moise que já dura mais de um mês, sem sinais de recuo. Em Honduras, se retomam fortes mobilizações para derrubar o governo de JOH. Na Europa, as mobilizações também se impõem. Na Catalunha, o povo ocupou Barcelona e sacudiu todo o estado espanhol contra a sentença de prisão aplicada aos líderes independentistas. Na França, a luta dos coletes amarelos se tornou um exemplo mundial [...]. Em Hong Kong, o povo rebelado em multitudinárias mobilizações se enfrenta com o governo imposto pela ditadura capitalista chinesa, e ameaça contaminar com suas lutas o enorme proletariado chinês. No Oriente Médio, o povo libanês se rebelou contra as taxas no WhatsApp e agora grita nas ruas “revolução”, “queremos o fim do regime”, retomando os lemas da primavera árabe. No Iraque, manifestações cada vez mais radicalizadas exigem a derrubada do governo (RELATÓRIO FINAL DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2020, p. 230).

Na avaliação dos docentes, todos esses exemplos de lutas e manifestações de trabalhadores que ocorreram em diferentes lugares do mundo fortalecem o compromisso do sindicato com a solidariedade internacional. Os docentes relatam acerca das crescentes manifestações na América Latina, provocadas pelos desgastes promovidos pelas políticas neoliberais, os exemplos são as manifestações populares que ocorreram na Argentina, no Equador, com participação de comunidades indígenas, ou mesmo no Chile, em Porto Rico, na Venezuela entre outros. Com isso, o que se observa é:

Um cenário internacional profundamente contraditório, marcado pelo enfrentamento de classes em outros patamares e qualidades, em que a inarredável ação insurgente dos oprimidos e oprimidas encontra contrafaces das mais violentas, tudo ambientado em um cenário de colapso ambiental iminente, em que são mesmo estes setores oprimidos que mais se encontram afetados (RELATÓRIO FINAL DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2020, p. 241).

Diante destas situações o sindicato se posiciona a favor das greves e das mobilizações ao reconhecer esta como uma importante estratégia que os trabalhadores utilizam para buscar

lutar e assegurar seus direitos. Deste modo, o ANDES-SN propõe uma série de atividades de mobilização e articulação com organizações nacionais e internacionais.

Segundo o próprio documento analisado, o governo lançou uma proposta de programa chamada “Future-se” que submete o ensino superior e principalmente os institutos federais às políticas defendidas por organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC). Entre as críticas que o sindicato faz ao referido programa, está o “desconhecimento sobre as experiências das IFES no campo da internacionalização” (RELATÓRIO FINAL DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2020, p. 258).

De acordo com o relatório, aparece no programa do “Future-se” o estímulo à internacionalização, mas não é mencionado como exatamente, com quais instituições, quais os objetivos da internacionalização proposta pelo programa do governo. Os docentes também mencionam que o texto do documento possui diversas lacunas, não apenas nessa parte da internacionalização. Em outra parte do documento os docentes reafirmam a importância da existência de universidades como a UNILA e UNILAB para promover a cooperação e integração internacional.

O ANDES-SN promoveu o primeiro encontro internacional no ano de 2019, intitulado Universidade, Ciência e Classe numa Era de Crises. O evento contou com a participação de palestrantes da França e Argentina, além do Brasil. Um dos objetivos do evento foi ampliar o diálogo com outras organizações internacionais, deste modo, foram feitas reuniões com representantes da Rede SEPA e da Rede SOLIDAIRES, a partir daí foram propostos encaminhamentos como a participação do ANDES-SN no Encontro Nacional do REDE SEPA que ocorreu no Equador, bem como a construção de uma revista sobre a educação superior na América Latina.

Outra ação que envolve a internacionalização do ANDES-SN foi a criação da Revista de número especial *Universidade e Sociedade Educação Superior na América Latina*, que foi lançada *on-line*, no ano de 2019, em homenagem ao dia do professor e em 2020 no 39º Congresso do ANDES-SN, a construção do periódico contou com a colaboração do Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical (GTPFS) e das encarregaturas sindical e internacional. Com essa experiência, o sindicato reconheceu a necessidade de ampliar a articulação com organizações de países da América Latina para ampliar a luta internacional junto a outras entidades.

No relatório, os docentes apontam que é necessário avançar no processo de internacionalização inclusive para responder ao avanço do projeto do capital para a América

Latina. Uma das decisões do ANDES-SN, no que diz respeito à internacionalização, foi além de participar de forma mais ativa nas redes já mencionadas, inserir-se em alguma organização internacional de educação de países fronteiriços.

Entre as deliberações do ANDES-SN em relação à internacionalização, houve a realização do Seminário Internacional com o tema "Universidade, Ciência e Classe em uma era de crises". Nele ficou definido que o ANDES-SN se mobilize junto a outros sindicatos de professores e entidades de defesa da democracia e direitos humanos em contexto internacional, principalmente com países da América Latina. Foi deliberado também a participação na construção de uma greve internacional de mulheres no dia 8 de maio. Como já mencionado, outra decisão acerca da internacionalização define que o sindicato por meio dos GTPFS, GTPE e encarregaturas sindical e internacional, realize o II Seminário Internacional com o Tema Educação Superior na América Latina e Organização do(a)s Trabalhadore(a)s. Além disso, foi deliberado que o sindicato participe com representantes da Diretoria Nacional, no Encontro Global da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, no período de 4 a 7 de junho de 2020, em Dijon, na França. Pelo debate realizado pelo GTPFS e encarregaturas Sindical e Internacional, foi definido que haveria discussão sobre a possibilidade de o ANDES-SN se filiar a entidade internacional de organização do(a)s trabalhadore(a)s da educação, no intuito de ampliar o diálogo internacional com entidades de outros países, principalmente os vizinhos da América Latina. Foi definido também que o grupo de trabalho realizasse dois módulos de cursos de formação política com a temática Lutas de Classes na América Latina e outro intitulado Educação superior e organização do(a)s trabalhadore(a)s na América Latina. A data prevista foi para o segundo semestre do ano de 2020.

Foi definido também que o Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) construa junto a instituições de ensino estaduais e municipais, além de institutos federais o dia internacional do Orgulho LGBT, no dia 28 de junho. Também em âmbito internacional foi decidido que sejam intensificadas as denúncias em diferentes idiomas a respeito das perseguições, torturas, prisões infligidas contra população indígena e quilombola.

Figura 28 — 39º Congresso do ANDES-SN



Fonte: ANDES-SN (2021).

Os docentes avaliam que o 39º Congresso foi realizado em um contexto onde muitas lutas sociais eclodiram de vários locais do mundo, de modo que questionaram o neoliberalismo, as injustiças promovidas pelo capitalismo. O ANDES-SN se posiciona como um sindicato com pluralidade de pensamentos, nos relatórios observamos constantes avaliações da conjuntura política nacional e internacional. Neste sentido, no relatório, o sindicato reforça sobre a necessidade de aprofundar as iniciativas e orientações internacionalistas.

O ANDES-SN, como um sindicato classista, sempre valorizou o internacionalismo e uma expressão disso é ter definido estatutariamente (Art. 32 § 6º), entre as encarregaturas de sua Diretoria, uma específica de relações internacionais. As iniciativas neste campo, ao longo da história do sindicato, foram muitas, tendo inclusive sido filiado, por algum tempo, a uma entidade, a Confederação dos Educadores Americanos (CEA), da qual saiu devido à sua intensa burocratização, sob o comando da super pelega direção do SNTE do México. A recuperação da história do ANDES-SN neste campo é uma tarefa investigativa importante, ela é descontínua, mas muito rica e pode contribuir para as formulações políticas atuais (RELATÓRIO FINAL DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2020, p. 339).

Como já observado, o ANDES-SN reconhece a importância da internacionalização e se manifesta disposto a ampliar as ações internacionalistas. Neste sentido, a construção do Seminário Internacional “Universidade, Ciência e Classe em uma era de crises”, assim como a publicação de edição especial da revista *Universidade e Sociedade* sobre Educação Superior na América Latina foram passos importantes na avaliação dos docentes. Em outro trecho do relatório, os docentes tratam novamente sobre a importância de internacionalizar o sindicato:

A continuidade que se impõe deve ser vista não apenas como a indicação de novos debates que se somam aos inúmeros que o sindicato realiza, mas como um salto de qualidade. O internacionalismo deve ser, não um departamento à parte, mas parcela constitutiva e basilar da política sindical do ANDES-SN. Ainda que permaneçam funções específicas na organização do sindicato, a existência, por exemplo, entre as funções dirigentes, de “encarregado de relações internacionais” e “encarregado de relações sindicais”, deve ser pensada em perspectiva integradora, pois ambos se constituem mutuamente, devendo permear todas as esferas do sindicato, desde a sua base. Uma das consequências deve ser o internacionalismo penetrar na agenda do GTPFS, mas não apenas neste grupo específico e sim na formulação de todas as políticas que são tratadas pelo sindicato (RELATÓRIO FINAL DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2020, p. 339).

Deste modo, o ANDES-SN se prepara para participar mais ativamente junto às redes internacionais que defende a educação e sem opõe ao neoliberalismo, a exemplo da Rede Social para a Defesa da Educação Pública nas Américas (IDEA Network- Red SEPA), e junto com a CSP-Conlutas, da Rede Internacional Sindical de Solidariedade e Lutas (RSISL).

Entre as deliberações relativas à internacionalização presentes no 39º Congresso do ANDES-SN, temos a intensificação das ações internacionalistas, com ampliação dos contatos entre sindicatos e outras organizações que sejam similares de outros países, principalmente entre países da América Latina; Participação mais ativa Rede Social para a Educação Pública nas Américas (Red SEPA); participação, por meio da CSP-Conlutas, do 4º Encontro da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas; Apoio na construção da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas na América Latina.

O relatório do 39º Congresso do ANDES-SN chama a atenção também para o MERCOSUL, no que se refere à educação, nas medidas de cooperação científica e tecnológica entre os países. “Em 1986, Brasil e Argentina se reaproximaram e definiram uma série de medidas estruturais as quais deveriam levar à criação de uma união aduaneira somente em 1998. Foram chamadas de Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)” (RELATÓRIO FINAL DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2020, p. 346).

Em relação ao crescimento dos protestos que aconteceram em diferentes países no ano de 2019, os docentes relataram o que ocorreu em Porto Rico, devido ao avanço do conservadorismo e da intensificação da homofobia. No Haiti, devido às consequências de acordos com o FMI, eles salientam ainda a crise política e humanitária que a região sofre e que a mídia não deu a devida atenção. Outro país citado foi a Nicarágua que, em 2018, passou por manifestações que mostraram a situação de violência política, em que muitas pessoas foram às ruas para pedir que o presidente renunciasse. No Equador, os movimentos sociais foram bastante protagonizados pelos indígenas, o país tem uma realidade de plurinacionalidade, mas o governo rompeu com a política de caráter mais progressistas e investiu em políticas neoliberais. No Chile, trabalhadores e estudantes protestaram contra aumento de passagens dos metrô e contra as políticas neoliberais adotadas no país, o Chile enfrentou escândalos de corrupção, manifestações por educação gratuita, agendas feministas como violência contra a mulher também foram pauta das reivindicações. No Peru foram observadas também muitas manifestações populares, no ano de 2019, pois todos os ex-presidentes estavam presos devido a problemas de corrupção. Outro país latino americano que também sofreu é a Venezuela, segundo informações colhidas nos relatórios do Congresso do ANDES-SN de 2020, o país enfrentou uma grave crise que aconteceu durante a transição entre o governo de Chávez e o de

Nicolás Maduro, seu sucessor e sofreram com constantes ameaças de setores da classe dominante e dos Estados Unidos, internacionalmente a mídia acusou governo Maduro por falta de gestão e corrupção, a crise foi tão intensa que afetou até o abastecimento de itens de primeira necessidade, a oposição de direita se articulou com os EUA, o ápice da crise foi em 2019.

Esse breve comentário acerca da realidade sociopolíticas dos países da América Latina no permite evidenciar como eles vivenciam movimentos de lutas sociais. Diante desta realidade, o sindicato deliberou como uma das prioridades aumentar os vínculos e parcerias de internacionalização com outros países principalmente da América Latina, de modo que a análise de conjuntura da América Latina, na qual retiramos as informações aqui apresentadas foram:

também um manifesto de solidariedade internacionalista à classe trabalhadora que se move nas ruas dos países latino-americanos e caribenhos e um chamado para pensarmos como o ANDES-SN pode e deve construir um espaço de solidariedade e uma agenda comum entre sindicatos da América Latina e Caribe, especialmente no campo da educação (RELATÓRIO FINAL DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2020, p. 364).

A escrita do texto contou com a participação de docentes e ex-docentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e de zonas de fronteira (UNIPAMPA), ou seja, houve contribuições de representantes do Brasil, Argentina e Paraguai. Os professores salientam a importância de romper com a hegemonia eurocêntrica e passar a pensar a América Latina e o Caribe como unidade diversa, isto devido à história de colonização, exploração e consequente dependência, além disso, a experiência de Cuba serve como exemplo de resistência.

A participação de docentes e ex-docentes dos referidos países, nos documentos analisados, demonstra o esforço do sindicato em dialogar com representantes de outros lugares, ou seja, começa a atender às deliberações de buscar promover a internacionalização. Uma das razões da ênfase à América Latina, deve-se ao fato de enfrentarem historicamente problemas em comum, guardadas a realidade de cada país, isto pode ser percebido na análise do relatório:

A ascensão atual de governos de direita, extrema-direita e abertamente fascistas pelo mundo colocou sérios desafios para a atuação do campo socialista e também do campo democrático-popular. A América Latina na maior parte de sua vida independente teve quase todos os países pressionados, por um lado, pela ingerência externa e, por outro, pelas classes dominantes antipopulares e associadas ao capital internacional (RELATÓRIO FINAL DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2020, p. 365).

Antes do crescimento dos governos de direita observados em todo o mundo, muitos países latino-americanos passaram pela chamada “onda progressista”, na qual governos de esquerda assumiram o poder:

prometendo corrigir séculos de desigualdade e exploração dos povos da região, reparar os efeitos nocivos do colonialismo, elevar o padrão de vida da população e garantir acesso aos direitos sociais, econômicos e políticos (RELATÓRIO FINAL DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2020, p. 365).

De acordo com a avaliação do relatório, o que se observou foi que os governos de esquerda, guardadas as especificidades de cada país, foram limitados pela classe dominante que, posteriormente, conseguiu tomar o poder, em alguns casos por meio das instituições do próprio Estado, como no Brasil, com Dilma Roussef, em Honduras, contra Manuel Zalaya e, no Paraguai, com Fernando Lugo.

No que diz respeito às deliberações do ANDES-SN, referentes à internacionalização, podemos destacar a construção do I Encontro Internacional dos sindicatos da educação na América Latina e Caribe, junto com entidades de países latino-americanos e caribenhos para o ano de 2020; o fortalecimento do debate em torno da América Latina e Caribe nas atividades desenvolvidas pelo sindicato; promoção, juntamente com organizações sociais, sindicais e estudantis, a criação do Comitê de solidariedade internacional anti-imperialista com ênfase nas nações latino-americanas.

No relatório, os docentes destacam a participação do ANDES-SN em um importante evento internacional no ano de 2017, intitulado Seminário Internacional “Esquema Financeiro Fraudulento e Sistema da Dívida”, organizado pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), além de representantes da Diretoria do ANDES-SN, houve participantes das seções sindicais, de outras entidades sindicais e também de movimentos sociais.

Outra parceria do ANDES-SN com a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD)⁴⁸ ocorrida no ano de 2018 foi a análise de dados feita para elaborar um caderno do sindicato sobre os cortes na Educação, Ciência e Tecnologia, fez também uma carta sobre a importância da Auditoria da Dívida Pública e foi entregue a candidatos à presidência. Além disso, reeditou um curso nacional de formação de militantes em todo o Brasil. Outras atividades foram realizadas em parceria também no ano de 2019, a Auditoria Cidadã da Dívida participou do Seminário Internacional “Universidade, Ciência e Classe em uma era de crises”.

Em relação ao posicionamento da CSP-Conlutas no cenário internacional, os docentes fazem duras críticas, como podemos evidenciar na citação adiante:

pegamos o exemplo da América Latina, não é mera coincidência que as reivindicações que esta central defende caminham lado a lado com setores reacionários ligados ao imperialismo. A sua campanha de Fora Maduro, quando a Venezuela era ameaçada

⁴⁸ Trata -se de uma associação não governamental e sem fins lucrativos que tem entre seus objetivos, de acordo com o seu Art. 2º, fazer auditoria da dívida pública brasileira em níveis federal, estadual e municipal, interna e externamente.

dia e noite pelo imperialismo norte americano é um absurdo sem precedentes (RELATÓRIO FINAL DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN, 2020, p. 446).

Após fazer as considerações acerca do posicionamento do CSP-Conlutas, afirmam ser necessário que a central, da qual o sindicato faz parte, esteja atrelada com as lutas da classe trabalhadora, inclusive por causa da situação de crise mundial do capital e das crescentes mobilizações sociais em todo o mundo, como no Chile. Torna-se urgente que o sindicato se articule com outras organizações sindicais e movimentos sociais, com estes argumentos os docentes propõem e deliberam pela desfiliação do sindicato ao CSP-Conlutas, com a ressalva da necessidade de abrir discussões acerca das relações intersindicais e a filiação a centrais sindicais no ano de 2020 para ser concluída no ano seguinte.

Entre as deliberações do congresso referentes a ações de internacionalização o ANDES-SN precisa construir o I Encontro Internacional dos sindicatos da educação na América Latina e Caribe, juntamente com a Rede Social para Educação Pública nas Américas (Rede SEPA), organizações sindicais, entidades acadêmicas, bem como países originários dos países latino-americanos e caribenhos. Além disso, o ANDES-SN, por meio de um processo de debate, via GTPFS e encarregaturas Sindical e Internacional, avalie as possibilidades de filiação a entidade internacional de organização dos trabalhadores da educação para ser apreciada no 40º Congresso.

Outra deliberação é que o ANDES-SN, por meio de debate via GTPFS e encarregaturas Sindical e Internacional analise as possibilidades de filiação a entidade internacional, classista e anti-imperialista, de trabalhadores da educação. Também ficou definido que entre as ações internacionalistas com trabalhadores da educação seja promovida a aproximação entre o sindicato e organizações internacionais similares, principalmente da América Latina e Caribe.

Além disso, o ANDES-SN deve apoiar a construção da Rede Internacional de Solidariedade e Lutas na América Latina; promover o apoio de entidades estudantis, sociais e sindicais a criação do Comitê de solidariedade internacional anti-imperialista com foco nas nações latino-americanas e caribenhas. O Congresso deliberou que o ANDES incentive suas seções sindicais a participarem do Encontro Internacional de Educação Popular e Cidadania: experiências e desafios, que aconteceria presencialmente em julho de 2020, no Rio de Janeiro⁴⁹.

Outra ação de caráter internacional foi a deliberação de que o ANDES-SN deve denunciar, em fóruns internacionais, a omissão governamental diante a degradação do meio

⁴⁹ Como já informado, devido às medidas de contenção da pandemia de COVID-19, eventos presenciais foram suspensos, os que ocorreram foram pela modalidade remota.

ambiente promovida pelo agronegócio, sobre território indígena e unidades de preservação ambiental.

Após analisarmos os documentos dos CONADS e dos Congressos do ANDES-SN, foi possível percebermos que o interesse do sindicato em internacionalizar-se cresceu consideravelmente no ano de 2020, as ações e, principalmente, dos compromissos deliberados no sentido de promover a internacionalização sobretudo com os países vizinhos da América Latina, ou seja, o sindicato buscou viabilizar meios de promover maior articulação entre o ANDES-SN e organizações sociais e sindicais de professores de outros países. A intensificação da crise do capital e os crescentes ataques aos direitos dos trabalhadores da educação observados, junto ao avanço de governos conservadores e de direita em várias partes do mundo, fizeram com que o sindicato sentisse a necessidade de ampliar e intensificar as relações internacionais com outras entidades de movimentos sociais de outros países, principalmente da América Latina.

Conforme mencionado, no ano de 2019, o ANDES-SN promoveu um seminário internacional que aconteceu em Brasília, como o tema: “Universidade, Ciência e Classe em uma era de crises”, o evento contou com várias mesas redondas e com a participação de docentes da Itália, Argentina, Equador etc. Como resultado, foram feitas publicações na revista *Universidade e Sociedade*, com discussões sobre a educação na América Latina. Na avaliação de Coggiola (2021):

de todos os sindicatos de docentes universitários da América do Sul o que teve mais vocação internacionalista de promover ações internacionais foi o ANDES. [Visto que] sedia eventos, convida sindicalistas de outros países, busca criar uma articulação [com sindicatos] que ainda não tem nome, [mas trata-se] de sindicatos de docentes universitários da América do Sul e Latina, eventualmente América Central, por enquanto a articulação está na agenda, mas ainda não aconteceu, a pandemia fez com que parasse (COGGIOLA, 2021, informação verbal).

Durante estes últimos anos, as articulações foram prioritariamente em contexto local, ainda assim, tiveram reunião com representantes de entidades da Argentina, Uruguai e Brasil para buscar parceiros na Colômbia, Paraguai, Peru e Bolívia, mas, até o momento, foram realizados apenas os encontros com os representantes, de forma pouco ampla. Com isso, observamos que, apesar da avaliação positiva do professor Coggiola, os desafios da internacionalização são muitos, as entidades encontram dificuldades para promover as atividades e encontros, principalmente no caso do ANDES-SN que procura fazer isto de forma independente, sem o apoio das entidades internacionais.

Isto revela que, apesar das críticas feitas contra as entidades internacionais e das falhas pontuadas pelos entrevistados e apresentadas ao longo da tese, as organizações internacionais

viabilizam bastante o diálogo entre entidades sindicais dos diversos lugares do mundo. Ou seja, apesar dos problemas eles conseguem promover os encontros, isso é bem perceptível no caso das outras duas organizações pesquisadas, que, diferente do ANDES-SN, decidiram fazer a internacionalização por meio das entidades internacionais que existem para este fim.

5.3.3 Avanços e impasses na internacionalização da CONTEE

Para desenvolvermos a pesquisa de como acontece a internacionalização da Contee, utilizamos basicamente os relatórios dos Congressos que acontecem a cada 4 anos, também, os documentos do Conselho Sindical (Consind) que é a instância máxima de deliberação nos intervalos entre os Congressos. Com isso, buscamos analisar as informações sobre as políticas de internacionalização que foram oficialmente deliberadas pela Contee. Além disso, buscamos informações também com a Secretaria de Relações Internacionais, uma vez que esta é diretamente a responsável pelas políticas de internacionalização da Confederação. Esta parte sobre o uso dos documentos para o desenvolvimento da pesquisa está mais detalhada na parte metodológica, aqui nos limitamos apenas a mencionar para situar.



Fonte: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (2015).

O Conatee mais recente aconteceu em julho do ano de 2021, em formato virtual, devido à pandemia de COVID-19. Para esta pesquisa, devido à delimitação temporalmente situada entre os anos de 2015 e 2020, nossa análise foi feita com os relatórios dos Congressos de 2012 e de 2016, respectivamente, o 8º e o 9º Conatee que ocorreram em São Paulo.

Deste modo, utilizamos o caderno de resoluções da 8º Conatee que teve como tema: Educação como prioridade: o desafio para o Brasil que se desenvolve, ocorrido entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro de 2012, em São Paulo. A atividade contou com a participação de 671 delegados, 78 entidades e federações filiadas, para debater acerca do sindicato, da educação e da conjuntura geral nacional e internacional. Além disso, neste congresso foram feitas reformulações no estatuto da Confederação, foi realizada uma avaliação positiva da última

gestão, com aprovação do plano de lutas e definidos os desafios para a nova diretoria da Contee (2012-2016) eleita durante o evento.

Com relação à análise da conjuntura internacional e nacional, realizada no ano de 2012, os docentes congressistas avaliam que com o aprofundamento da crise do capitalismo no mundo, os desafios impostos aos trabalhadores se intensificaram, as medidas para conter a crise ditadas pelo FMI e pelo Banco Mundial acabaram intensificando a recessão e o desemprego. Com isso, também assistimos ao aumento de manifestações populares e greves em várias partes do mundo, como na Grécia, Espanha, Portugal e Itália. Na Índia também tiveram manifestações de trabalhadores para questionar as políticas econômicas seguidas sob a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Central Europeu.

Diante desses ataques à classe trabalhadora, a responsabilidade do movimento sindical em atuar em defesa dos trabalhadores aumenta. Na ocasião, os docentes relataram que na Europa estava perdendo o que havia restado do estado de bem-estar social (*Welfare State*), enquanto cresceram as ameaças às liberdades democráticas e aos países mais frágeis economicamente. Assim, a crise em curso já começava a afetar os países dos Brics, o Brasil, a Rússia, a China e a África do Sul. A crise além de provocar problemas socioeconômicos, promoveu também grande instabilidade política e conflitos militares.

A única saída, na perspectiva do FMI, do Banco Mundial e do Banco Central Europeu, é a receita ortodoxa baseada na redução do gasto social público e do custo com a força de trabalho, em que se recomendam medidas com a redução nominal dos salários de servidores públicos e do salário mínimo, como aprovado pelo parlamento grego; o aumento da idade para aposentadoria; a redução do tamanho do Estado, ou seja, demissão de servidores públicos e cortes nos investimentos sociais, enfim, desmonte do Estado de bem estar social (CADERNO DE RESOLUÇÕES, 8º CONATEE, 2012, p. 9-10).

Ações como estas que afetam os direitos dos trabalhadores foram crescendo em todo o mundo, o que se observou também foi uma ameaça às democracias, devido à busca capitalista pela manutenção do sistema diante da crise estrutural que passou a enfrentar. Os docentes avaliam que para a classe trabalhadora é importante superar a crise, sendo que a superação desta para os trabalhadores passa pela derrocada do capitalismo que se impôs internacionalmente. Deste modo, as mobilizações da classe trabalhadora precisam necessariamente acontecer em nível internacional, ações internas e pontuais não conseguem fazer frente aos ataques que o capital impõe aos trabalhadores.

No documento analisado, os congressistas analisaram que o contexto latino-americano e caribenho é diferente do restante do cenário internacional. Isto porque nas regiões afetadas pelos EUA existem maiores dificuldades econômicas, sociais, políticas e militares. Por outro

lado, em países do continente há governos com caráter mais progressistas, que investiram no fortalecimento do Estado, valorização do mercado interno, os quais buscam romper com as políticas impostas pelo FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC).

Sobre a situação do Brasil, o documento traz a análise de que o Brasil passou por um período de crescimento econômico, principalmente a partir de 2004, com o fortalecimento do mercado interno por meio da ampliação de crédito, da política de valorização do salário mínimo, da melhora no mercado de trabalho que contribuiu com a melhor distribuição de renda. Embora o documento ressalte que a concentração de renda, ainda altíssima para grande parcela da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, somente poderia ser modificada mediante reformas estruturais. Deste modo, um dos grandes desafios que o país teve que enfrentar foi a tentativa de manter o crescimento socioeconômico.

Diante da análise feita pelos docentes do congresso, eles apresentam várias propostas, nos limitamos aqui a mencionar aquelas que dizem respeito à questão internacional devido ao nosso foco de interesse estar diretamente relacionado às decisões e ações que envolvem a internacionalização da confederação. Deste modo, foi firmado que a Contee apoie as políticas de soberania e integração dos povos da América Latina e do Caribe; que manifeste repúdio ao Golpe de Estado no Paraguai; que seja denunciada a intervenção imperialista na América Latina e no Caribe; condenação ao golpe que aconteceu em Honduras; repúdio à instalação de bases norte-americanas na Colômbia; repúdio também à prisão arbitrária de cinco trabalhadores cubanos acusados de espionagem nos EUA desde 1998; apoio à democratização do Conselho de Segurança da ONU; lutar para que organismos com FMI, o Banco Mundial e o OMC não sejam instrumentalizados pelas grandes potências imperialistas; repudiar as agressões empreendidas contra o povo cubano de modo a apoiar o fim do embargo estadunidense.

Na análise de conjuntura, os docentes avaliaram que a crise mundial do capital tornou a vida dos trabalhadores ainda mais difícil, contudo, avaliam que a situação do país na ocasião não é tão grave. Mencionam a eleição da presidente Dilma Roussef como possibilidade de avanço iniciada com o governo do ex-presidente Lula, mas afirmam que houve desaquecimento da economia. Evidenciam também que este contexto em que a direção da Contee atuou foi em uma conjuntura de crescimento do setor privado, com atuação do capital internacional, inclusive na educação, foi observado também um crescimento nos cursos de educação a distância, nos quais a federação fez duras críticas no que se refere à qualidade, também, sobre a dificuldade que os sindicatos encontram em atuar nestes espaços. De acordo com o relatório do Conatee,

O nosso balanço traz muitas realizações e vitórias. (...) Coube à Coordenação Geral da Conte dirigir a entidade tendo como parâmetro o debate político coletivo e a

construção colegiada das ações realizadas, representando a direção da entidade nos grandes eventos nacionais e internacionais e nos grandes embates (CADERNOS DE RESOLUÇÃO, 8º CONATEE, 2012, p. 15).

Para dar continuidade a ações como estas, promovidas pela Contee, a Secretaria de Formação e Políticas Sociais promoveu interação com as demais secretarias para realizar atividades conjuntas, inclusive atividades internacionais com parcerias com a Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), as atividades propostas foram: Projeto Regional para fortalecimento sindical, realizado em São Paulo, em março de 2010⁵⁰; Subregional del cono sur para discusión de una pedagogia alternativa em defesa de La escuela pública, realizado no Chile, em abril de 2011; Procesos de integración y fortalecimiento sindical em América Latina, realizado em São Paulo, em setembro de 2011; Oficina regional de la educación para América Latina, em outubro de 2011; IX Seminario Internacional de la Red Estado “Práxis docente y transformación social”, realizado no Chile, em julho de 2012.

Outra ação, desta vez promovida pela Secretaria de Gênero e Etnia da Contee, promoveu uma articulação com outras entidades parceiras para construir secretarias que tratam de temas que são específicos sobre gênero e etnia. Assim, a secretaria participou de diversos eventos internacionais como, por exemplo a atividade desenvolvida junto com IEAL, que contou com:

Mesa Redonda de Mulheres Trabalhadoras da América Latina, realizada em São Paulo, em setembro de 2009; Encuentro del Cono Sur sobre derechos LBBTS em La Agenda de las organizaciones sindicales de La educación realizado em São Paulo, em outubro de 2009; Seminario Regional de Avaliação de projetos “Educação para todos e prevenção HIV/Aids”, realizado em São Paulo, em março de 2010; IV Reunión de La Red de Trabajadoras de La Educación del Cono Sur; realizado em Buenos Aires em setembro de 2010; Reunión de La Red de Trabajadoras de La Educación de América Latina, realizado em São Paulo, em novembro de 2010; Encuentro Regional sobre derechos LGTB em La agenda de las organizaciones sindicales de La educación realizado em São Paulo, em dezembro de 2010; primeira Conferência Mundial de La Mujer de La International de La educación, realizado na Tailândia, em janeiro de 2011; Reunión Subregional de La Red de Trabaadoras de La Educación, realizada em Buenos Aires, em junho de 2011; Oficina Regional de La Internacional de La Educación para América Latina, realizado em São Paulo, em outubro de 2011; Encontro Direitos LGBT, realizado na Argentina, em novembro de 2011; Reunión Regional de Evaluación de La red de Trabajadoras de la educación de América latina e Congreso Pedagógico, ambas as atividades realizadas na Colômbia, em dezembro de 2011 (CADERNO DE RESOLUÇÃO, 8º CONATEE, 2012, p. 18).

Estas atividades revelam como a Contee investe em ações de internacionalização. Outras atividades internacionais mencionadas no relatório foram os encontros de Educação Superior realizados em 2009, 2010 e 2011, em Buenos Aires. Nestas atividades foram discutidas questões referentes ao PNE. A Contee participou de diversos outros eventos

⁵⁰ O recorte temporal mencionado está fora do nosso período de pesquisa, contudo, decidimos manter a citação destes eventos, porque eles representam as ações continuadas da Contee presentes no relatório pesquisado.

internacionais até o ano de 2012, de acordo com o relatório aqui analisado, entretanto, por causa do período e recorte temporal da pesquisa não vamos nos ater a detalhar todas as experiências internacionais mencionadas no documento que estiverem fora do período pesquisado, mencionamos algumas apenas para situar acerca dos tipos de parcerias que foram estabelecidas internacionalmente pela Contee. A maioria das atividades com entidades de países parceiros foram feitas com países vizinhos da América Latina.

Em outro momento no documento, os docentes analisam a conjuntura educacional brasileira, mencionam a crise do neoliberalismo que afetou a classe trabalhadora com aumento do desemprego e ações para retirada de direitos, além das reduções nos investimentos com a educação pública. No relatório aparece o caso do Chile que implantou o projeto neoliberal de modo que acabou com a educação pública. A crise na educação levou milhares de estudantes e profissionais para as ruas em manifestações pelo retorno da educação pública.

No Brasil a situação não é tão grave, mas é necessário melhorar a qualidade da educação pública, esta não é tratada como prioridade pelo poder público. De acordo a análise do documento, as políticas neoliberais enfrentadas no Brasil afetam a educação, mas também acreditam que na ocasião haviam movimentos antineoliberais e progressistas em luta por avanços na educação.

O Caderno de Resoluções do 8º Conatee contemplou apenas dois anos do período delimitado para este estudo, o ano de 2015. O documento foi feito no ano de 2012 na ocasião da posse da diretoria que atuou até o ano de 2016, quando teve o 9º Conatee. O documento faz muitas referências também a períodos anteriores a 2012, por esta razão, apresentamos nossa análise de forma mais generalizada apenas para situar acerca da dinâmica das ações sindicais, as atividades de promoção da internacionalização, que é o objetivo desta pesquisa, as quais estavam situadas em períodos anteriores ao ano de 2015. Ainda assim, decidimos mencionar muitas destas ações, pois além de algumas delas se manterem durante os anos seguintes, o caderno apresenta as perspectivas para o período da gestão que tomou posse, ou seja, contempla o ano de 2015, que está dentro do recorte temporal da pesquisa. Além disso, conhecer estas ações de internacionalização são importantes para entendermos o contexto no qual a Confederação atua na perspectiva da internacionalização.

Em outros documentos encontramos referências às atividades que envolvem a internacionalização que estiveram situadas dentro do período proposto para esta pesquisa. Nestes casos, analisamos de forma mais detalhada estas ações para que possamos conhecer e entender de que forma a Contee atua em relação à internacionalização, com ênfase no recorte temporal de 2015 a 2020.

No ano de 2016 foi realizado o 9º Conatee, ocasião em que houve eleição para mudança da diretoria da confederação. Na ocasião, foram discutidas questões referentes ao plano de lutas, em que foram tratadas questões sobre a previdência social e os direitos trabalhistas. Além disso, reafirmou o compromisso de um sindicalismo autônomo e independente, comprometido com os docentes do ensino privado, bem como de toda a categoria de trabalhadores de todo o mundo. Nesse momento, a palavra de ordem da Campanha sindical foi: “Educação não deveria ser mercadoria”, no mesmo período, os professores lutavam contra o projeto escola sem partido, que na avaliação representou um retrocesso na educação e uma tentativa de censurar e punir os professores, sob o argumento falacioso de uma pseudo neutralidade. Com isso, neste congresso houve a defesa de um plano de lutas unificado para a classe trabalhadora e defesa incondicional da educação e da saúde pública do país.

Diante da situação exposta a Contee decidiu se unir à CUT e à CTB na preparação de uma greve geral, na qual exigiam: Nenhum Direito a Menos. Na época a CUT convocou os trabalhadores para também se manifestar contra o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e o governo de seu vice Michel Temer. Ainda nas pautas de lutas da Contee da época temos a campanha de valorização profissional; pela saúde dos trabalhadores; pela garantia do transporte e contra a terceirização. Essas pautas de lutas fizeram parte de bandeiras de lutas defendidas pela Confederação que, como já mencionado, buscou se unir às duas centrais para aumentar a força dos trabalhadores. É importante ressaltar que esses princípios de buscar unir o máximo possível os trabalhadores para fortalecer os sindicatos é uma das principais razões pelas quais a Contee está filiada a entidades de internacionalização sindical como a IE, a CEA e a FISE, que possuem diferentes concepções políticas e ideológicas entre si, mas que representam os trabalhadores internacionalmente.

Apresentamos aqui também a análise do documento do 10º Conatee, embora esta tenha acontecido no ano de 2021, período após nosso recorte de estudo que vai do ano 2015 até 2020. O documento traz uma análise da conjuntura nacional e internacional atuais, também, um balanço de como foi a gestão entre os anos de 2016 a 2021, portanto, as informações estão dentro do período da pesquisa.

Neste Congresso, que aconteceu de forma remota, houve eleição e posse de nova diretoria, entre as principais pautas de discussão estavam, além da valorização docente, a derrota do fascismo e do governo de Bolsonaro. Como se trata de um evento que aconteceu fora do período delimitado da pesquisa, não vamos detalhar aqui o teor das discussões, pois nosso interesse com este documento está mais relacionado à avaliação feita pelos docentes a respeito da gestão (2016-2021). Deste modo, no Caderno de Resoluções do 10º Conatee, no capítulo

que trata do Balanço da gestão anterior da Contee, aponta que ocorria o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, com isso, o sindicato buscou se unir para enfrentar os desafios crescentes da classe trabalhadora, devido ao avanço das políticas neoliberais. Mencionam também que, na mesma época, o ex-presidente Lula foi preso e também foi eleito o presidente da direita, Jair Bolsonaro.

Também nesse Consind foi definida, de forma mais transparente e permanente, a relação política com as duas principais centrais sindicais do país, de maiores representatividades entre a classe trabalhadora: CUT — Central Única dos Trabalhadores e CTB — Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CADERNO DE RESOLUÇÕES, 10 CONATEE, 2021, p. 20).

Outra decisão importante foi referente à contribuição das entidades que são filiadas à Contee, isso porque, com o fim da contribuição obrigatória, os sindicatos passaram a enfrentar mais dificuldades financeiras, para amenizar o problema foi definido que cada trabalhador deveria contribuir com 0,35 centavos. De acordo com a coordenadora do setor de relações internacionais da Contee, a professora Maria Clotilde, essa redução da receita, com a retirada da contribuição obrigatória, causou impacto nas atividades de internacionalização, visto que deixaram de ter recursos financeiros para as viagens internacionais. Contudo, em outro trecho da entrevista ela ressalta que com o crescimento do uso das tecnologias digitais, principalmente no período da pandemia de COVID-19, muitas atividades internacionais passaram a ser realizadas de forma remota, isso facilitou muito a interação entre representantes dos diversos países que possuem parcerias internacionais, com exceção de Cuba por causa da má qualidade da internet.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entidades sindicais nacionais aqui pesquisadas e as organizações sindicais internacionais as quais estas são filiadas, têm, em sua maioria, nos seus estatutos, como princípio buscar meios para promover a união e a solidariedade entre a classe trabalhadora em níveis nacional e mundial. As entidades internacionais também defendem em suas pautas de lutas questões como a valorização dos professores, defesa aos direitos das mulheres, o direito à educação pública, entre outras. Estes são alguns exemplos de temas recorrentes que são defendidos e discutidos nos Congressos e reuniões das entidades sindicais (CNTE, ANDES-SN e Contee).

Contudo, quando estas pautas se fazem presentes em organizações internacionais que agregam países de diferentes lugares do mundo, o estranhamento cultural e político, muitas vezes, é tão acentuado que não é possível chegar a um consenso sobre determinadas pautas, principalmente quando estas são mais específicas. Podemos citar a fala do professor Roberto Leão, o encarregado pelas relações internacionais da CNTE, quando este afirma em entrevista: “Como defender direito LGBT, tem países que apedrejam os gays, tem sindicatos que são filados” (LEÃO, 2021, informação verbal). Neste sentido, podemos tomar como o exemplo o caso da IE, que reúne países de vários continentes como: América Latina, Europa, África, países árabes, América do Norte e Caribe.

A respeito destas dificuldades de diálogos, devido às diferenças entre os países, o encarregado das relações internacionais da CNTE, Roberto Leão comentou acerca das dificuldades que a Confederação enfrenta quando a IE pretende discutir alguma pauta referente, por exemplo, aos direitos das mulheres. Enquanto na América Latina os movimentos feministas (que inclusive fazem parte dos sindicatos) lutam por plena igualdade de direitos, no Afeganistão, que é filiado à IE, a desigualdade de gênero em relação aos direitos sociais, mistura-se com preceitos religiosos locais e isto é levado em conta pela IE em seus posicionamentos, pautas de lutas, culturais e políticas tão distintos.

Em situações como estas, a entidade pode unificar uma pauta de luta, tendo em seu interior perfis representantes das relações internacionais da CNTE e da Contee. Assim, só é possível conciliar pautas que são muito gerais, ou então definir algumas diretrizes, tendo consciência que não serão seguidas da mesma forma em todos os países. A defender os direitos das mulheres, a interpretação do que é esse direito nos países Árabes, certamente, será diferente do conceito de direito feminino para os países da América Latina.

De acordo com o professor Roberto Leão, encarregado da internacionalização da CNTE, este tipo de diferença entre concepções políticas e culturais levam as entidades internacionais a terem muita ponderação quando tratam de temas que podem gerar polêmica entre os países. Isto acaba por limitar as ações de internacionalização, ou seja, elas avançam até o ponto em que os representantes dos países que integram a entidade, não se sintam afetados em suas concepções políticas, crenças e valores. Isto limita as ações das lutas internacionais. Por isso, consideramos que a internacionalização acontece nas entidades sindicais internacionais, mas com estas limitações.

Quando, por exemplo, uma entidade internacional se vê impossibilitada de levantar uma bandeira de luta em defesa da igualdade de gênero, a saída encontrada é defender os direitos das mulheres de forma ampla, assim cada país irá fazê-lo a seu modo. Outro questionamento é até que ponto pautas muito gerais são capazes de promover a união solidária entre as entidades sindicais dos diferentes países. Caso consiga unir, é preciso saber se o entendimento é o mesmo a respeito das pautas de lutas, como acontece com a interpretação dos países pelo que se entende por educação pública.

O professor Roberto Leão, ainda explicou que enquanto no Brasil educação pública significa aquela que é mantida poder público e oferecida gratuitamente para a população, há países em que educação pública refere aquela oferecida ao público, porque todo o sistema de ensino é privatizado. Diferenças como estas são comuns e dificultam a unificação das pautas das lutas sindicais.

Deste modo, consideramos que a internacionalização sindical acontece com seus ritmos próprios. Contudo, quando as entidades sindicais buscam avançar na estratégia de internacionalização (troca de experiências) para atingir o objetivo do internacionalismo (união internacional da classe trabalhadora) as entidades se deparam, em determinados casos, com situações semelhantes à exemplificada anteriormente. As diferenças, quando são muito acentuadas, acabam por dificultar a união em torno de um mesmo objetivo em comum. É neste ponto que acontece a contradição, ao buscar unir países de culturas e concepções políticas e morais muito distintas, as entidades sindicais internacionais enfrentam muita dificuldade em se unir de forma efetiva e promover a solidariedade entre os trabalhadores.

Em continuidade aos questionamentos, podemos pensar que há internacionalização quando as entidades internacionais se articulam e dialogam para levantarem bandeiras de luta em defesa da valorização da educação, por exemplo, mas devemos nos perguntar: o que cada país entende por valorizar a educação?

O sentido que representa a valorização docente pode variar muito de um país para outro. Alguma lei que possa significar um ganho representativo para uma determinada realidade de um país, pode vir a representar um desrespeito aos direitos trabalhistas já conquistados. Isto porque as condições gerais de trabalho entre os profissionais podem variar muito, principalmente ao se tratar de países de realidades socioeconômicas muito distintas. Situações como estas dificultam a unificação das pautas de lutas sindicais, por isso, a união pode não acontecer de forma efetiva.

Em caso de pautas muito amplas, a internacionalização pode acontecer, mas o internacionalismo acaba por se formar mais em um nível discursivo do que em ações concretas, ou pode ser que aconteça até um determinado limite, que é imposto pela contradição, pelo fato justamente de ser internacional (em caso de países cultural e politicamente muito diferentes). Esses países não conseguem se unirem e se solidarizarem de forma efetiva em torno de objetivos comuns, porque tais objetivos podem ser incompatíveis ou inconciliáveis, ou terem concepções diferentes. Esse estranhamento que acontece entre países de culturas e políticas muito distintas cria uma contradição, as entidades sindicais encontram dificuldades em promoverem o internacionalismo (se unirem) porque são internacionais.

Neste caso, é possível falarmos em internacionalização e internacionalismo sindical? Apesar da contradição, é possível mediar (internacionalizar) com os diferentes países, sejam com os países de realidades mais parecidas, como a América Latina, por exemplo, tanto que muitas ações são realidades entre organizações dos países latino-americanos, mas também é possível fazer com que entidades signatárias de países de realidades muito diferentes entrem em acordo. Para isto, é preciso conseguir fazer com que as pautas gerais tenham um mesmo objetivo como, por exemplo, o caso de ações para combater a pandemia de COVID-9, em pautas como estas, é possível lidar com a contradição e promover o internacionalismo da classe trabalhadora.

Deste modo, para realizarmos a análise da internacionalização da CNTE, do ANDES-SN e da Contee, diante da perspectiva contrastiva, utilizamos três categorias de análise, a totalidade, a mediação e a contradição. O objetivo foi analisar cada uma separadamente, de modo a evidenciar suas características próprias, para que, ao contrastarmos as três entidades, possamos evidenciar as diferenças, de modo a evitar comparações, isto poderia criar uma pseudo-hierarquia entre as organizações sindicais em estudo.

Ao trabalharmos com a categoria da totalidade, consideramos que para compreender de fato como cada entidade funciona, quais as concepções políticas e estratégias de articulação para se internacionalizarem, devemos situá-la em um contexto mais amplo, de totalidade, ou

seja, pela história de cada uma, da realidade e da formação dos profissionais que a compõe. Isto ajuda a explicar o porquê de determinadas escolhas políticas, a exemplo, as razões que levaram a Contee a buscar o maior número de filiações internacionais possíveis, enquanto, por outro lado, o ANDES-SN se afastou de todas e decidiu construir seu próprio caminho na internacionalização.

Se, ao analisarmos a internacionalização das entidades sindicais, podemos tomar as organizações sindicais como uma totalidade, neste caso, podemos considerar que a internacionalização destas, ou seja, as ações de busca por parcerias, apoio e trocas de experiências, constituem-se em uma mediação. Assim, enquanto que a internacionalização (troca de experiências) é um processo de mediação, por outro lado, o que deveria ser o produto dela e o objetivo final (a solidariedade internacional dos trabalhadores) se constitui em uma contradição, uma vez que, por ser internacional, abarca dimensões culturais diversas, isto faz com que muitas pautas de lutas não consigam ser unificadas, principalmente quando se trata de países com padrões culturais e políticos muito diferentes. As contradições são muitas, como vimos, isso contribuiu para o caminho mais autônomo que o ANDES-SN decidiu seguir como estratégia de enfrentamento aos desafios em busca do internacionalismo.

Percebemos que a Contee, ao se filiar a um maior número de organizações internacionais, na prática, conseguiu participar de muitas atividades e campanhas internacionais. A CNTE, por sua vez, possui menor número de filiações com as organizações internacionais do que a Contee, mas também conseguiu participar de muitas atividades desta natureza, esta dispõe de mais recursos financeiros que a Contee, isto facilita a participação nas atividades internacionais. Com isso, vimos que apesar das contradições, existem experiências que mostram ser possível realizar a internacionalização e o internacionalismo, apesar das contradições e desafios encontrados.

Diante disso, voltamos à reflexão feita por Armando Boito (1999) sobre as relações internacionais nos sindicatos, para ele, estes são “temas importantes à espera de pesquisadores” (BOITO, 1999, p. 215). Eis que decidimos empreender esforços e realizar o desafio. Desde os primeiros levantamentos bibliográficos, feitos para o estado do conhecimento, foi possível confirmar o que o autor havia dito há cerca de 20 anos. Ainda existem poucos estudos a respeito do tema.

Nos *sites* dos Programas das Universidades e das agências de fomento à pesquisa, encontramos poucos trabalhos a respeito de internacionalização sindical, assim como sobre sindicalismo no geral, conforme detalhado no capítulo 3.2 *Pesquisas sobre sindicalismo* e também mencionado na *Introdução*. Outro fator relevante para desenvolvermos esta pesquisa

com este tema, deve-se ao momento político atual, no qual os movimentos sociais e sindicais enfrentam uma crise resultante de ações e posturas do governo federal que com suas ideologias de direita, direciona críticas e ataques aos movimentos sociais e organizações sindicais.

Inicialmente, percebemos os principais desafios no que diz respeito à internacionalização enfrentados pelas entidades sindicais. Um dos elementos foram as dificuldades em relação ao cotidiano, às prioridades e às demandas locais, uma vez que os interesses de um sindicato podem ser contrários aos de outros países. Há, inclusive, as concepções políticas e interpretações sobre determinados temas que também podem discordar entre si e isto coloca-os, muitas vezes, em posições divergentes, que dificultam a articulação entre os países. Outro fator são as demandas locais dos docentes que acabam, em muitos casos, sendo a prioridade.

Pautas como luta por melhores condições de trabalho e de salários são recorrentes nas campanhas sindicais, mas também por possuírem um caráter generalizante podem facilitar a articulação com entidades de outros países. Existem também as dificuldades provocadas por questões práticas, como falta de recursos financeiros para a realização de viagens, ou participação em eventos, neste caso, o uso das tecnologias digitais nas atividades sindicais, que tiveram crescimento considerável no período de pandemia de COVID-19. Tais ferramentas foram importantes para contribuir com a participação das entidades sindicais nos eventos e congressos internacionais a baixos custos financeiros. Estas são algumas das dificuldades, mas também possibilidades encontradas pelas entidades sindicais ao se internacionalizarem.

Apesar das muitas ações e pautas de internacionalização empreendidas pelas organizações sindicais aqui pesquisadas, inicialmente, acreditávamos que as políticas sindicais de internacionalização aconteciam de forma incipiente e apenas com ações pontuais, contudo, com o amadurecimento da pesquisa isto não se confirmou, ao menos como imaginávamos.

Na verdade, o que se revelou foram as lutas internacionais que acontecem de forma diferente em cada entidade sindical aqui pesquisada. Algumas organizações sindicais avançaram mais que outras no quesito internacionalização. Isto tem a ver com a formação, a trajetória e o perfil de cada entidade, conforme foi apresentado na análise dos dados. Isso tem relação com as concepções políticas delas. Desse modo, a pesquisa foi desenvolvida e problematizada com o intuito de compreender como acontece a internacionalização sindical na CNTE, no ANDES-SN e na Contee.

As características da internacionalização sindical se diferem da internacionalização realizada por outros setores ou instituições, por exemplo, nas Universidades, a internacionalização acontece principalmente por meio da mobilidade. No caso dos sindicatos,

a internacionalização ocorre por meio da filiação das organizações sindicais nacionais a entidades internacionais criadas com este objetivo de promover a internacionalização, ou seja, a articulação, o diálogo entre entidades sindicais de outros países para promover a união e a solidariedade entre a classe trabalhadora, ou seja, o internacionalismo.

Com o desenvolvimento da pesquisa, foi possível também contrastarmos detalhadamente a forma como cada entidade pesquisada (CNTE, ANDES-SN e Contee) promoveu sua internacionalização. As escolhas que estas fazem ao estabelecer parceiras internacionais têm relação com a concepção política sindical, bem como o tipo de internacionalização que desejam construir.

Isto pode ser observado nas discussões que existem, por exemplo, na CNTE quando avaliam se esta deve manter filiação com a CEA, visto que esta é bem menos atuante que a IE, por outro lado, decidiu por permanecer justamente por terem concepções políticas diferentes entre si. Enquanto a CEA possui tendência ideológica mais de esquerda e a IE possui um caráter mais conservador, a IEAL, que é o setor da IE na América Latina, tem uma tendência de pensamento político mais próximo da esquerda, isto por causa dos países que a compõe. Segundo o entrevistado da CNTE Roberto Leão, isso facilitou a permanência da CNTE na IE, bem como o diálogo entre os representantes sindicais dos países que compõe a IEAL. Deste modo, decidiram se manter com ambas as entidades para poder ampliar a capacidade de diálogo com um número maior de países. Com a CPLP-SE, não há questionamentos acerca da permanência da CNTE, visto que se trata de uma organização mais recente que busca articular diferentes culturas, mas que tenham o idioma em comum.

No caso do ANDES-SN, a postura é mais crítica, por isso, decidiu se desvincular da IE, o atrelamento aos EUA e à concepção política mais próxima da direita pesaram na decisão de desfiliar-se. Mantém também um posicionamento crítico ao excesso de burocratização da CEA, assim, o ANDES-SN decidiu se afastar. Com isso, as ações de internacionalização foram mais limitadas, mas, nem por isso, menos combativas, ao contrário, a concepção crítica fez com que o ANDES-SN se afastasse das entidades internacionais, por causa dos problemas estruturais e políticos destas. Contraditoriamente, a busca pela qualidade nas ações de lutas internacionais fizeram com que o sindicato tomasse decisões que acabaram por dificultar, conseqüentemente, reduzir as atividades de internacionalização. Nos últimos anos, o sindicato participou basicamente apenas da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas (RSISL).

Em contraste ao ANDES-SN, a Contee manteve o máximo de filiações possível, buscou parcerias com a IE (IEAL), CEA e CPLP-SE, além da FISE. Para eles é bem claro o posicionamento que independe das concepções políticas divergentes e das dificuldades de

diálogo que ocorrem devido às diferenças culturais e de concepções políticas. Assim, a Contee considera que o mais importante é manter o máximo possível de parcerias internacionais, para eles este é um bom caminho de fortalecimento da luta sindical. Outro elemento importante, que discutimos na tese, o qual contribui com a internacionalização sindical, é o uso das tecnologias digitais, pois estas já eram empregadas nas atividades sindicais, mas foram intensificadas no período de pandemia.

Deste modo, as entidades sindicais passaram a realizar frequentes reuniões *on-line*, encontros e Congressos, tudo de forma remota. Isto representou um aumento na participação das entidades sindicais nas atividades internacionais, devido à possibilidade de promover a comunicação com países de todo o mundo a baixos custos. Como mencionamos, a questão financeira dificulta muito a participação em eventos internacionais. Isto pôde ser percebido nas falas dos entrevistados, de acordo com Clotilde Petta, responsável pela internacionalização da Contee, “isto viabilizou bastante a participação em eventos, porque as dificuldades financeiras são um grande entrave para a internacionalização sindical” (PETTA, 2021, informação verbal). Por outro lado, o professor Roberto Leão, da CNTE, afirmou que embora reconheça o potencial das tecnologias para promover a comunicação de forma rápida e a baixos custos, salienta que a presença física nos Congressos e eventos é fundamental, porque a forma *on-line* tem um modelo que não permite muito a comunicação dos bastidores das trocas de experiências que acontecem nas relações estabelecidas de forma presencial, segundo ele, estes diálogos criados nos espaços de socialização contribuem com o enriquecimento das propostas e trocas de experiências que a internacionalização promove.

Com isso, vemos que cada entidade possui uma constituição própria que se formou por meio do seu histórico, da realidade dos profissionais que ajudaram na formação de cada organização sindical. Assim, qualquer tentativa de comparação seria limitante e colocaria em um mesmo patamar entidades que possuem realidades que são incompatíveis, por isso mesmo, incomparáveis. Diante disso, buscamos neste trabalho analisar as três entidades sindicais, de modo a evidenciar como cada uma conduz a internacionalização. Isto foi possível em razão de todos os procedimentos teórico-metodológicos, mas principalmente da análise por intermédio da concepção contrastiva, que passa por três categorias de análise: a totalidade, a contradição e a mediação.

Ao encerrar esta pesquisa, que foi realizada no período de quatro anos, foi possível entender como que a internacionalização da CNTE, do ANDES-SN e da Contee acontece, com suas diferenças, contradições e avanços, contudo, não pretendemos com este estudo esgotar

toda a dimensão que envolve a internacionalização das entidades aqui estudadas, deste modo, deixamos possibilidades para dar continuidade a estudos futuros.

Esperamos que esta pesquisa de abrangência sindical tenha contribuído para que as entidades estudadas tenham mais possibilidades de reflexão de suas práticas no que diz respeito à internacionalização, de modo que possam ampliar suas capacidades de lutar e de se internacionalizar. Assim, promoverem a união em torno da solidariedade internacional da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Danusa Mendes. **Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará: a APEOC/sindicato e o SINDIUTE.** (tese de doutorado).: Disponível em:<http://ww.catalogosdeteses.capes.br>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.
- AMADO, João (coord). **Manual de Investigação Qualitativa em Educação.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In:* SADER, Emir. **Pós-neoliberalismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- ANDES, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. **Logomarca do ANDES.** Site do ANDES, 2021. Disponível em: <http://www.andes.org.br>. Acesso em: nov. de 2021.
- ANDES. A barricada fecha a rua, mas abre o caminho: 50 anos do maio de 68 e atualidade das lutas sociais. **Universidade e Sociedade:** Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Ano XXVIII, Nº 62, Brasília, junho de 2018. Disponível em: <https://www.andes.org.br>. Acesso em: 15 de junho de 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BARTEL, Marvin. **Internationalization of universities. A university culture-based framework.** Higher Education, Manitoba, Winnipeg, 2003.
- BATALHA, Claudio e CORD, Marcelo Mac (orgs.) **Organizar e proteger:** trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Editora Unicamp, 2015.
- BOBBIO, Norberto. Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale *et al.* **Dicionário de Política.** Volume 1. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOITO JR, Armando. **Estado, política e classes sociais:** ensaios teóricos e históricos. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.
- BORGES, A. **I Módulo do Curso Centralizado de Formação Política** – Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC Brasília, 14 a 25 de agosto de 2006.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- BOURQUE, Reynald e HENNEBERT, Antonin. The Transformation of International Trade Unionism in the era of Globalization. *In:* **Just Labour:** A Canadian Journal of Work and Society—Volume 17 & 18, [s.d.]. Disponível em: http://www.justlabour.yorku.ca/volume17/pdfs/01_bourque_hennebert_press.pdf. Acesso em 03 de fevereiro de 2020.
- BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho.** CLT e normas correlatas. Senado Federal: Brasília, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed. Acesso em: 20 de março de 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em: 03 de março de 2021.

CADERNO DE RESOLUÇÃO, 8º Conatee, **Educação como prioridade: O desafio para o Brasil que se desenvolve**, 2012. Disponível em: <http://www.contee.org.br>. Acesso em: 03 de março de 2021

CADERNOS DE RESOLUÇÕES 32 Congresso Nacional CNTE. **Educação, Desenvolvimento e Inclusão Social**. CNTE. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.cnte.org.br>. Acesso em 05 de março de 2021

CADERNOS DE RESOLUÇÕES 33 Congresso Nacional CNTE. **Paulo Freire: Educação pública, Democracia e Resistência**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.cnte.org.br>. Acesso em: 05 de março de 2021.

CARVALHO e FERRAZ. O fórum das ADs e o movimento docente. **Universidade e Sociedade**. Ano XXXI, Nº 68, Edição comemorativa de 30 anos, julho de 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br>. Acesso em: 1º de outubro de 2021.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. *In*: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Imprensa Nacional, casa da moeda, 2005.

CASTRO, Maria Silvia Portella de e WACHENDORFER, Achim **O sindicalismo do Mercosul trajetória e perspectivas**. Na ampliação comercial hemisférica São Paulo em perspectiva, 1998. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Logo CUT**. Página virtual da CUT. Disponível em: <https://www.cut.org.br/acao/logo-cut-6309>. Acesso em: nov. de 2021.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **CNTE inclui Jornada Latino Americana de Luta em seu calendário de mobilizações**, 2017. Disponível em: <http://www.cnte.org.br>. Acesso em: nov. de 2021.

CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Logomarca da CNTE**, 2021. Disponível em: <http://www.cnte.org.br>. Acesso em: nov. de 2021.

CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Declaración en defensa de la educación pública de calidad, gratuita, laica y emancipadora**, 2018. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/lutas-da-cnte/jornada-de-lutas-latino-americana/66233-declaracion-en-defensa-de-la-educacion-publica->. Acesso em: nov. de 2021.

COMPARATIVO COTA DE ORÇAMENTO 2013 A 2015. Disponível em: <http://www.adusb.org.br> Acesso em: 20 de agosto de 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (Contee). Site do ANDES (2021). Disponível em: <http://www.contee.org.br>. Acesso em: nov. de 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (Contee). **Contee participará de conferência internacional em defesa da educação**. Site da Contee, 2020. Disponível em: <https://contee.org.br/contee-participara-de-conferencia-internacional-em-defesa-da-educacao/>. Acesso em: nov. de 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (Contee). **Internacional Educação promove III Encontro Pedagógico em dezembro**. Site da Contee, 2015. Disponível em: <http://contee.org.br/internacional-educacao-promove-iii-encontro-pedagogico-em-dezembro/>. Acesso em: nov. de 2021.

CONFEDERACION DE EDUCADORES AMERICANOS. **15 años de Foro Social Mundial 17 a 23 de Enero**. Porto Alegre, Brasil. História, 2016. Disponível em: www.ceasubsedeuguay.org. Acesso em: nov. de 2021.

CONTEE, CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO. CONTEE 30 ANOS. **Revista Conteúdo**. Ano XXX. Edição comemorativa 30 anos, 2021. Disponível em: <http://www.contee.org.br>. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

CORRÊA, Larissa Rosa. **Disseram que voltei americanizado: Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na Ditadura Militar**. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2017.

COSTA, H. A., SANTOS, B. de S. Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Hermes A. Identidades Sindicais Europeias em tempos de Globalização. *Tempo Social*, 12(1), **Rev. Sociologia**, USP, SP, 2000, n. 12. pp. 165-186. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Dualidade de poderes: Introdução à teoria marxista de estado e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CPLP-SE, Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa. **Início**. Página virtual da CPLP-SE, 2021. Disponível em: <https://www.cplp-se.org/pt>. Acesso em: nov. de 2021.

CSA, Confederación Sindical de Trabajadores y Trabajadoras de las Americas. **Quiénes Somos**. Página virtual da CSA, 2021. Disponível em: <https://csa-csi.org/quienes-somos/>. Acesso em: nov. de 2021.

CSI, Confederação Sindical Internacional. **Sobre nós**. Página virtual da CSI, 2021. Disponível em: <https://www.ituc-csi.org/about-us?lang=en>. Acesso em: nov. de 2021.

CSP-Conlutas, Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas. **Declaração Do 1º Encontro Das Américas Da Rede Sindical Internacional De Solidariedade E Luta**. Página virtual da CSP-Conlutas, 2017. Disponível em: <http://laboursolidarity.org/DECLARACAO-DO-1o-ENCONTRO-DAS?lang=fr>. Acesso em: nov. de 2021.

CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. **Dia Internacional de Ação:** saiba como funciona a Federação Sindical Mundial. Página virtual da CTB, 2019. Disponível em: <https://ctb.org.br/noticias/internacional/dia-internacional-de-acao-saiba-como-funciona-a-federacao-sindical-mundial/>. Acesso em: nov. de 2021.

CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. **Federação Sindical Mundial denuncia ameaça imperialista na Ucrânia.** Página virtual da CTB, 2014. Disponível em: <https://ctb.org.br/noticias/internacional/federacao-sindical-mundial-denuncia-ameaca-imperialista-na-ucrania/>. Acesso em: nov. de 2021.

CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. **Logomarcas.** Página virtual da CTB, 2021. Disponível em: <https://ctb.org.br/logomarcas/>. Acesso em: nov. de 2021.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma " cultura educacional mundial comum" ou localizando uma " agenda globalmente estruturada para a educação"? **Educação & sociedade**, v. 25, p. 423-460, 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 05 de maio de 2020

DE LUCA, Tânia. **O sonho do futuro assegurado:** o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

DONDIS, Donis A. (trad) CAMARGO, Jefherson Luiz. **Sintaxe da linguagem visual.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *In: Educar.* Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLHy4XhdJsChj7YW7jh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de setembro de 2020

EQUIPE DE EDUCADORES DA ECO/CUT. **Programa de formação da CNTE:** um novo conceito de atuação sindical. Eixo 2. Fascículo 4. Concepção, Estrutura e Organização Sindical: Brasília, 2014.

ESTATUTO DA CNTE, 2017. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

ESTATUTO DA CONTEE, 2019. Disponível em: <http://www.contee.org.br>. Acesso em: 03 de outubro de 2020

ESTATUTO DO ANDES-SN. Disponível em: <https://www.andes.org.br>. Acesso em: 15 de março de 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br>. Acesso em: 15 de março de 2021

ESTATUTOS FISE, Paris [1946?]. Disponível em: <http://wftufise.org/pt>. Acesso em: 30 de outubro de 2019

ESTATUTOS Y REGLAMENTOS: del Congreso, del Consejo General e del Buró Ejecutivo. Enmendados por el 4º Congreso Mundial. Copenhague, Dinamarca, diciembre de 2018.

FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL (FSM): Trincheira internacional da luta dos trabalhadores. Disponível em: <http://ust.org.br/Federa%C3%A7%C3%A3o-Sindical-Mundial.php>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

FERRAZ, Cristiano Lima. Marxismo e teoria das classes sociais. **Politeia -História e Sociedade**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3835>. Acesso em: 11 fevereiro de 2021

FERREIRA, Bento José. **Congresso da CSP Conlutas: o desafio de mudar os rumos da central**. Esqueda Online. São Paulo (SP), 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/10/02/congresso-da-csp-conlutas-o-desafio-de-mudar-os-rumos-da-central/>. Acesso em: nov. de 2021.

FILHO, Vanberto Ferreira Miranda. O novo internacionalismo operário e a rede sindical internacional de solidariedade e de lutas. A barricada fecha a rua, mas abre o caminho: 50 anos do maio de 68 e atualidade das lutas sociais. **Universidade e Sociedade**. Ano XXVIII, Nº 62, 2018.

FLICK, Uve. **Métodos de Pesquisa: Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução COSTA, Joice Elias. 3ª edição: ARTMED, Porto Alegre, 2009.

GANDINI, R.P.; RISCAL, S.A. A Gestão da educação como setor público não estatal e a transição para o Estado Fiscal no Brasil. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

GATTI, Bernadete Angelina. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **RBPAE**, v.28, nº1, p.13-34, jan/abril 2012.

GERRATANA, Valentino. **Gramsci: uma introdução**. Gramsci e o Brasil, v. 2014, 1997. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci>. Acesso em: 05 de outubro de 2017.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

GOMES, Maria Pavani da Silva. **Gramsci e a educação no Brasil: uma contribuição para o estudo do sindicalismo docente**. Disponível em://<http://bdt.d.ibict.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume III. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História** tradução COUTINHO, Carlos Nelson 3 edição. Editora: civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Edição crítica do Instituto Gramsci, org. Valentino Gerratana, 1977, ed. Einaudi, Torino. 2004. vol 2.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edição crítica do Instituto Gramsci, org. Valentino Gerratana, 1977, 8 ed. Torino: Einaudi, Torino. 2004. Vol 3.

GRAMSCI, **Escritos políticos**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRUPPI, Luciano. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

GUERRA, Rogéria Gladys Sales. **O Papel das Organizações Internacionais e Os Novos Movimentos Sociais na Negociação Coletiva: Os Paradigmas da Sociedade Pós-Industrial** (tese de doutorado). Disponível em://catálogosdeteses.capes.br. Acesso em: 19 setembro de 2018.

GUNTER, G. and Hoeven, R. Van der. 2004. “The social dimension of globalization: a review of the literature,” **International Labour Review**, Vol. 143, Nos. 1-2, 7-43. Disponível em: <http://ilo.ch/public/english/revue/download/pdf/gunter.pdf>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IEAL, Internacional de la Educación, América Latina. **RED de Trabajadoras de la Educación de la IEAL renueva su imagen**, 2021. Disponível em: <https://www.ei-ie-al.org/noticias/red-de-trabajadoras-de-la-educacion-de-la-ieal-renueva-su-imagen>. Acesso em: nov. de 2021.

INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, IE. **Quem nós somos**. Página virtual da IE, 2021. Disponível em: <https://www.ei-ie.org/en/about/who-we-are>. Acesso em: nov. de 2021.

JARDIM, Trajano. **Centrais Sindicais no Brasil pós-ditadura de 1964: Narrativas, Disputas e Debates**. Brasília: Thesaurus Editora, 2018

JIMÉNEZ, Georgina Ivett Durán. **Perspectiva de internacionalización en casa e interculturalidad crítica como proceso de globalización contra hegemónica potenciada por las tic: caso en red**. (Tese de doutorado). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/> Acesso em 02 de junho de 2020.

JÚNIOR, Mário Costa de Paiva Guimarães. **O surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) frente ao processo de resistências e adaptações do movimento sindical no Brasil à lógica do capital**. (Dissertação de mestrado). Disponível em://<catálogosdeteses.capes.br>. Acesso em 19 setembro de 2018

KASPER, Sandra Regina Severo. **A luta internacional dos trabalhadores em educação: um estudo sobre os sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina** (Dissertação de mestrado). Disponível em: <http://www.catálogosdeteses.capes.br>. Acesso em 19 setembro de 2018

KAUFMANN, Marcus de Oliveira. **Por um sindicalismo associativo: Da solidariedade sindical internacional à democracia nos locais de trabalho**. (Tese de doutorado). Disponível em: <http://www.catálogosdeteses.capes.br>. Acesso em 19 setembro de 2018

KAVALKIEVICZ, Cristina. **As Jornadas em Cartaz na Formação de Professores/as** (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 19 de julho de 2018

KNIGHT, Jane. Cinco Verdades a Respeito da Internacionalização. International Higher Education. **Revista Ensino Superior Unicamp**, 2012. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/cinco-verdades-a-respeito-da-internacionalizacao>. Acesso em 02 de setembro de 2018

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. Neves, Célia e TORÍBIO, Alderico. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

LAKATOS e MARCONI. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEIRO, Augusto César Rios. **Educação e mídia esportiva**: representações sociais das juventudes. Tese (doutorado) Universidade Federal da Bahia, 2004.

LE MOS, André. Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão. *In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj* – 5 a 9 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/140429770509861442583267950533057946044.pdf>. Acesso em: 20 maio de 2021

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradutor COSTA, Carlos Irineu da. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBERDADE SINDICAL E PROTEÇÃO AO DIREITO DE SINDICALIZAÇÃO.

Convenção 087. 1948. Disponível em:

https://www.ilo.org/brasil/temas/normas/WCMS_239608/lang--pt/index.htm. Acesso em: 5 de maio de 2021

LOPES, Samila Bernardi Do Vale. **Movimento sindical e Educação**: a formação Política e a Qualificação técnica propostas pela Federação dos Empregados rurais assalariados do estado de São Paulo. (tese de doutorado). Disponível em: <http://www.bdttd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

LOUREIRO, Isabel e DEL-MASSO, Maria Candida (org). **Tempos de greve na Universidade Pública**. Marília, SP: Cultura Acadêmica, 2002.

LOWI, Michael. Por um novo internacionalismo. *In: Lutas sociais*. número 5. **Revista do núcleo de Estudos de Ideologias e lutas sociais (NEILS)**. Programa de Estudos Pós-graduados em ciências sociais PUC/SP, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.pucsp.br/index.php>. Acesso em maio de 2019

LUZ, Sílvia Letícia D'Oliveira da. **Sindicalismo e Educação no Estado do Pará**: As repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente, da pesquisadora. Disponível em: <http://www.catalogodeteses.capes.br>. Acesso em: 19 de setembro de 2018

MAC-LEAN, Fernando Rodal. **Fórum Mundial de Educação**, 2013. Disponível em: <http://www.ceasubdesedeuruguay.org/web>. Acesso em 15 de maio de 2019

MANIFESTO DA CNTE. CNTE, 2019. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/>. Acesso em: 30 de outubro de 2019.

MARQUES, Antônio Jose. Central Única dos Trabalhadores. **Nasce a CUT: embates na formação de uma central classista, independente e de luta / Central Única dos Trabalhadores.** NSA Gráfica e Editora Ltd. São Paulo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. *In:* COGGIOLA, Osvaldo. (Org.). **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Expressão popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MIGUEL, Miriam Maria Bernardi. **História da Educação Brasileira e seus Personagens Invisíveis – Práticas Sindicais e Políticas do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo – Afuse (1978-1992).** (Tese de doutorado). Disponível em: <http://www.catalogosdeteses.capes.br>. Acesso em 19 de abril de 2018

MOROSINI, Marília Costa e FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – **Conceitos e práticas.** Educar, Curitiba, Editora UFP n. 28, p. 107-124, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NOTA DE SOLIDARIEDADE AO POVO CHILENO, CONTEE, 2019. Disponível em: <http://www.contee.org.br>. Acesso em: 03 de novembro de 2018

OBJETIVOS PRINCIPAIS DA EDUCATION INTERNATIONAL. EI, 2011. Disponível em: <https://www.ei-ie.org/>. Acesso em: 30 de outubro de 2019.

OBJETIVOS PRINCIPAIS, 2011. Disponível em: <https://www.ei-ie.org/>. Acesso em: 30 de outubro de 2019

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional e a reestruturação do trabalho docente: Reflexões sobre o contexto latino – americano. *In:* **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 28, nº 99, agosto de 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 05 de abr. 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional nos anos 1990: educação básica e empregabilidade. *In:* DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (org). **Políticas públicas e educação básica.** São Paulo: Xamã, 2001. p. 105-122.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. *In:* **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 26, nº 92, p. 753-775, outubro de 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 10 de jun. 2013.

ORILLARD, Georgiana Braga-. **Manual de Comunicação LGBTI+**. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2020.

PETTA, Maria Clotilde Lemos. **A construção da unidade dos trabalhadores em educação da América Latina e do Caribe**. Página virtual da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), 2019. Disponível em: <https://ctb.org.br/noticias/a-construcao-da-unidade-dos-trabalhadores-em-educacao-da-america-latina-e-do-caribe>. Acesso em: nov. de 2021.

PRETTO, Nelson De Luca. **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder** / Nelson De Luca Pretto, Sérgio Amadeu da Silveira: organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2008.

PRINCÍPIO E OBJETIVOS DA CTB. Disponível em: <https://ctb.org.br/>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

QUIVY, R e CAMPENHOUDT. **Manual de investigação em ciências sociais**. Gradativa, Lisboa, 1998.

RAPOSO, Danielle Maria Vieira Alves. **Identidade profissional docente e participação sindical**. (tese de doutorado). Disponível em: <http://www.ibict.br>. Acesso em: 27 de janeiro de 2019.

RELATÓRIO FINAL DO 34º CONGRESSO DO ANDES-Sindicato Nacional. Brasília/DF, 23 a 28 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.andes.org.br>. Acesso em: 15 de março de 2021

RELATÓRIO FINAL DO 36º CONGRESSO DO ANDES-Sindicato Nacional. Cuiabá (MT), 23 a 28 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.andes.org.br>. Acesso em: 15 de março de 2021.

RELATÓRIO FINAL DO 37º CONGRESSO DO ANDES-Sindicato Nacional. Salvador (BA), 22 a 27 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.andes.org.br>. Acesso em: 15 de março de 2021.

RELATÓRIO FINAL DO 38º CONGRESSO DO ANDES-Sindicato Nacional. Belém (PA), 28 de janeiro a 2 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br>. Acesso em: 15 de março de 2021.

RELATÓRIO FINAL DO 39º CONGRESSO DO ANDES-Sindicato Nacional. Brasília/DF, São Paulo/SP, 4 a 8 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

RELATÓRIO FINAL DO 60º CONAD. Conselho do ANDES-Sindicato Nacional. Vitória/ES, 13 a 16 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.andes.org.br>. Acesso em: 15 de março de 2021.

RELATÓRIO FINAL DO 61º CONAD. Conselho do ANDES-Sindicato Nacional. Boa Vista/RR, 30 de junho a 3 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.andes.org.br>. Acesso em: 15 de março de 2021.

RELATÓRIO FINAL DO 62º CONAD. Conselho do ANDES-Sindicato Nacional. Niterói/RJ, 13 a 16 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.andes.org.br>. Acesso em: 15 de março de 2021.

RELATÓRIO FINAL DO 63º CONAD. Conselho do ANDES-Sindicato Nacional. Fortaleza/CE, 28 de junho a 1º de julho de 2018. Disponível em: <https://www.andes.org.br>. Acesso em: 15 de março de 2021.

RELATÓRIO FINAL DO 64º CONAD. Conselho do ANDES-Sindicato Nacional. Brasília/DF, 11 a 14 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br>. Acesso em: 15 de março de 2021.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: Organização sindical docente e identidade do professor** (tese de doutorado). Disponível em: <http://btdt.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

RESOLUÇÕES da conferência nacional da classe trabalhadora, Praia Grande (SP), 1981. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteúdo/breve-histórico>. Acesso em: 20 de abril de 2021

RESOLUÇÕES do 1º Congresso Nacional da CUT. 1984. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteúdo/breve-histórico>. Acesso em: 20 de abril de 2021

RESOLUÇÕES do 4º Congresso Nacional da CUT. Balanço político e organizativo da CUT. São Paulo, 1991. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteúdo/breve-histórico>. Acesso em: 20 de abril de 2021

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do Sindicalismo.** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 344. ISBN: 978-85-7982-000-7. Available from SciELO Books. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

ROMBALDI, Maurício. **Diferentes ritmos da internacionalização sindical brasileira: uma análise dos setores metalúrgico e de telecomunicações.** Cad. CRH vol.29 no.78 Salvador set./dez. 2016. Disponível em: <http://ww.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 27 de setembro de 2018.

ROMBALDI, Maurício. **Internacionalização do sindicalismo no Brasil: Um estudo sobre setores metalúrgico e de telecomunicações.** Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

SANTANA, Marco Aurelio. O “novo” e o “velho” sindicalismo: Análise de um debate 1. Dossiê sindicalismo e corporativismo. Universidade federal de ouro preto. *In: Revista de Sociologia e Política.* pp.19-35: Curitiba, 1998. Disponível em: <http://www.revistas.ufpr.br>. Acesso em 04 de abril de 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa e COSTA, Hermes Augusto. Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), Trabalho o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário.* Porto: Afrontamento, pp. 17-61, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 17 de abril de 2020.

SANTOS, Edméa. A mobilidade cibercultural: cotidianos na interface educação e comunicação. In BONILLA, Maria Helena e PRETTO, Nelson De Luca. (org) **Movimentos colaborativos, tecnologias digitais e educação**. INEP, Brasília, v. 28, n. 94, p. 1-240, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.portal.inep.gov.br>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

SANTOS, Flávio Marinho dos. **Sindicalismo e Educação a Distância**: Contribuições da Modalidade para a Formação Sindical. (Dissertação de mestrado). Disponível em: <http://www.catalogosdeteses.capes.br>. Acesso em: 19 de abril de 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Educação do Senso Comum a Consciência Filosófica**. Coleção Educação Contemporânea 11ª Ed. Autores Associados, 1996.

SAVIANI, Dermeval. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 26-43, jun. 2015. ISSN: 2175-5604. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v7i1.12463>. Acesso em: 10 de outubro de 2020

SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL. CSP-Conlutas. 2011. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia/>. Acesso em 05 de novembro de 2020

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; COELHO NETO, Eurelino. Pessimismo da inteligência e otimismo da vontade: um balanço da greve de 2000 das universidades estaduais baianas. **Universidade e Sociedade** (Brasília), Brasília, v. 25, p. 169-174, 2001.

SILVA, Fátima da. **Compartir Sueños**. Red participación mujeres fortalecimiento sindicato. Revista de la red de trabajadoras de la educación de la internacional de la educación para América Latina. Nº 1. Ed. Naso, setembro, Costa Rica, 2013.

SILVA, Francisco José Gomes da. **Os impactos da Organização Internacional do Trabalho na mudança de paradigmas das relações laborais**. (tese de doutorado). Disponível em: <http://www.ibict.br>. Acesso em: 27 de janeiro de 2019.

THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. In: NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Sérgio (orgs.). São Paulo: Editora UNICAMP, 2001

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa 1**: a árvore da liberdade (trad) BOTTMANN, Denise. 3 edição, Paz e terra. Rio de Janeiro, 1997.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa 2**: a maldição de Adão (trad) NETO, Renato Busatto; ALMEIDA, Cláudia Rocha de. Paz e terra. Rio de Janeiro, 1987.

VERAS, Roberto. Novas fronteiras da ação sindical no campo educacional. **Revista de estudos de educação**, ano 04, número 2 novembro de 2002.

YIM, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do início ao fim**. In: BUENO, Daniel (trad). Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICES

Apêndice 1 — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) na pesquisa de doutorado referente à tese intitulada: “Organização sindical docente e lutas (inter)nacionais em educação”, desenvolvida por Vanessa Cristina Meneses Fernandes. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa faz parte do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da UFBA, sob orientação do professor doutor Augusto Cesar Rios Leiro, a quem poderei contatar e consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail: cesarleirocbce@gmail.com. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais trata acerca da internacionalização da CNTE, ANDES-SN e Contee. Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas gerais destinadas à pesquisa. Minha colaboração será por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Salvador, 26 de agosto de 2021.

Assinatura do(a) participante

Vanessa Cristina Meneses Fernandes

Apêndice 2 — Termo de Adesão

Eu _____, RG: _____, após os devidos esclarecimentos acerca do objeto, objetivos e procedimentos do estudo, aceito participar da pesquisa realizada pela doutoranda Vanessa Cristina Meneses Fernandes, intitulada: “*Organização sindical docente e lutas (inter)nacionais em educação*”, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da UFBA, sob orientação do professor doutor Augusto César Leiro. Permito ser entrevistado pela pesquisadora responsável pelo estudo e concordo com posterior publicação dos resultados. Estou ciente que, mesmo aceitando participar da pesquisa, posso, a qualquer momento, desistir não sendo submetido a nenhuma sanção.

Salvador, BA 26 de agosto de 2021

ASSINATURA

Apêndice 3 — Roteiro de entrevista

- 1) Como acontece as ações das organizações dos trabalhadores em nível internacional?
- 2) Quais os princípios da política de internacionalização sindical que você poderia mencionar?
- 3) Quais as dificuldades enfrentadas pelos sindicatos com relação à internacionalização?
- 4) As práticas sindicais vêm seguindo uma perspectiva internacional?
- 5) Você acredita que as organizações sindicais possuem efetivamente uma política de relações internacionais? Quais ações promove?
- 6) As relações internacionais têm um peso importante na hora de definir as políticas das centrais sindicais?
- 4) Como você avalia a relação de interesses das questões nacionais e internacionais?
- 7) Você acredita que a internacionalização sindical pode fortalecer a luta dos trabalhadores? De que maneira?

ANEXOS

Anexo 1 — Declaração em defesa da escola pública



WEBMAIL

FALE CONOSCO

BOLETIM CNTE
RÁDIOConfederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Menu

Declaración en defensa de la educación pública de calidad, gratuita, laica y emancipadora

Centenário Paulo Freire

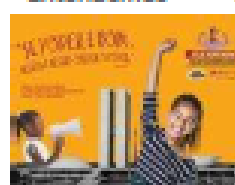
17 Setembro 2018 - 16:33h

Nuestra América vive tiempos de celebraciones, retrocesos y desafíos. Se cumplan dos siglos de aquella primera gesta emancipadora que unió a nuestros Pueblos convocan-dolos a un mismo proyecto continental de Patria Grande.

En las primeras décadas del siglo XXI pueblos y gobiernos de diferentes signos convergieron en un proyecto común para conquistar la soberanía de nuestro Continente. Frente a los procesos de unidad, las derechas locales y transnacionales han consolidado bloques que no cesan en sus esfuerzos para desandar la integración continental. Esta ofensiva general contra la emancipación de los pueblos se ha expresado en el ataque directo contra los derechos conquistados por los sectores populares en estos años gracias a la lucha de las trabajadoras y los trabajadores, de los movimientos sociales y a la acción

de gobiernos democráticos y

NOTÍCIAS MAIS LIDAS



RACISMO

Dia da Consciência Negra: "Se o poder é bom, negros e negras querem o poder"

05 Novembro 2019 - 15:37h



ESTRATÉGIA

3ª Plenária Intercongressual da CNTE será realizada nos dias 6 e 7 de dezembro em Curitiba (PR)

05 Novembro 2019 - 12:45h

FUNDEB

Cinco razões para apoiar o Fundeb permanente e com mais recursos

- La necesidad de construir procesos pedagógicos autónomos y contextualizados, rechazando la copia de modelos pedagógicos exógenos, tecnocráticos y alejados de las necesidades e intereses de las y los educandos, las y los educadores y de las comunidades educativas territoriales.

- Nuestro respeto por la libertad de expresión, repudiando el cercenamiento del derecho de expresión y la descalificación conservadora de los debates ideológicos y políticos, fundantes de una ciudadanía activa, crítica y solidaria.

El 19 de septiembre se conmemora el natalicio de Paulo Freire, uno de nuestros principales referentes de una Pedagogía Latinoamericana, quién percibió el proceso educativo como un camino para la liberación cultural, social y política y afirmó que: "sería en verdad una actitud ingenua esperar que las clases dominantes desarrollen una forma de educación que permita a las clases dominadas percibir las injusticias sociales en forma crítica". Nos toca a nosotros dar fuerza a ese pensamiento crítico e impulsar resueltamente la emancipación social, configurando una sociedad fundada en la justicia.

Continuando la lucha por una educación inspirada en ideales emancipadores este día 19 de septiembre, convocamos a organizaciones estudiantiles, organizaciones sindicales de la educación, a los colectivos de educadoras y educadores, a las organizaciones políticas, culturales y sociales que han apostado a la práctica pedagógica como praxis liberadora, a manifestarse y expresarse enérgica y abiertamente en defensa por una educación pública de calidad, como derecho social, gratuita, laica y emancipadora!



NAVEGUE EM NOSSAS EDITORIAS

[NOTÍCIAS](#) [MOÇÕES](#)

[CNTE NA MÍDIA](#) [RELEASES](#)

[JORNAL MURAL](#)

[GIRO PELOS ESTADOS](#) [ARTIGOS](#)

[INSTITUCIONAL](#) [LUTAS](#)

[TABELA SALARIAL](#)

[DOCUMENTOS](#)

[LEGISLAÇÕES](#)

[COMUNICAÇÃO](#) [FALE CONOSCO](#)

[- A CNTE](#)

[- A Lei do Piso](#)

[- Caderno de Resoluções](#)

[- Educacional](#)
[- Pesquisas](#)

[- Notícias](#)
[- Artigos](#)

ANEXO 2 — Manifesto da 9ª Conferência Nacional de Educação da CNTE 2019



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

MANIFESTO

**9ª Conferência Nacional de Educação Paulo Freire – Educação Libertária e Democrática:
construindo o movimento pedagógico Latino-Americano**

*Enquanto eu luto, sou movido pela esperança;
e se eu lutar com esperança, posso esperar.*

Paulo Freire

Os/As trabalhadores/as em educação das escolas públicas estaduais, distrital e municipais do Brasil, reunidos em Curitiba/PR, nos dias 26 a 28 de junho de 2019, durante a *9ª Conferência Nacional de Educação Paulo Freire da CNTE – Educação libertária e democrática: construindo o movimento pedagógico latino-americano*, registram sua defesa inabalável por uma educação pública, gratuita, laica, plural, integral e de qualidade socialmente referenciada. Entendemos que na qualidade de direito subjetivo de todo/a brasileiro/a, seja em idade obrigatória de acesso à educação, seja entre os/as jovens e adultos que não completaram a educação básica – e a Pnad/IBGE 2019 estima em 7,5% o percentual de brasileiro/as acima de 15 anos de idade analfabetos literais e cerca de 25% os analfabetos funcionais, sendo que 22% dos jovens entre 15 e 29 anos não estudam nem trabalham –, somente através da educação e do trabalho digno será possível garantir a emancipação das mulheres e homens na construção de uma sociedade justa e igualitária que todos/as almejamos.

Também compreendemos, diante desse momento dramático da democracia de nosso país, onde o obscurantismo cultural e a prevalência do capital sobre os bens públicos predominam em detrimento do bem-estar da ampla maioria da sociedade, e

CONSIDERANDO:

- a necessidade de manter e ampliar a luta contra os ataques à educação pública e aos direitos da classe trabalhadora em geral e, em especial, dos/as trabalhadores/as em educação;
- os desdobramentos do golpe parlamentar/jurídico/midiático de 2016, que continuam abalando a democracia e minando a confiança da população nas instituições brasileiras;
- o sistemático ataque do (des)governo Bolsonaro à soberania nacional, entregando as riquezas naturais e o patrimônio das empresas públicas ao capital internacional;
- as sucessivas antireformas ultraliberais, implementadas desde o governo Temer, a exemplo da emenda constitucional n° 95/2016 (PEC da morte), que instituiu no Brasil um regime fiscal que impede o crescimento dos investimentos sociais, inclusive em educação pública, comprometendo a consecução das metas do Plano Nacional de Educação – PNE e dos respectivos planos subnacionais de educação;
- a proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019), que se aprovada comprometerá a segurança social do país, remetendo milhares de pessoas à indignância, uma vez que se pretende reduzir e dificultar o acesso a direitos previdenciários, afetando, ainda, a economia de pequenos e médios municípios brasileiros que se sustentam da renda gerada pelos benefícios previdenciários e assistenciais;
- as mudanças no mundo do trabalho (Lei 13.467/17 – reforma trabalhista), que reduzem a geração de emprego e renda e substituem a segurança do/a trabalhador/a por formas precárias de ocupação sem quaisquer direitos ou perspectivas de subsistência digna (expansão da uberização das relações de trabalho) e a lei da terceirização ilimitada (Lei 13.429/17), que confere aos empresários e ao Poder

SDS > Edifício Venâncio III > Sala 101/106 > Brasília-DF > Brasil > CEP: 70093-902
 CNPJ: 00539136/0001-06 - Registro Sindical no MTB Livro 2 Folha 124
 Tel.: + 55 (61) 3338-9993
www.cnte.org.br > cnte@cnte.org.br





CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Público a possibilidade de privatizar atividades e serviços, inclusive a oferta escolar pública, por meio de Organizações Sociais de direito privado, rebaixando direitos da população e extinguindo o concurso público de acesso profissional à educação pública;

- a reforma privatista do Ensino Médio (Lei 13.415/17), que visa a restringir a base de conhecimento dos estudantes e que carrega em si enorme potencial para promover um dos maiores *apartheids* socioeducacionais de nossa história, distinguindo escolas para ricos e pobres;
- o desmonte investido das políticas educacionais e sociais promovido pelo (des)governo Bolsonaro e o sistemático ataque aos direitos fundamentais e sociais da população, especialmente de setores historicamente marginalizados (negros, índios, mulheres, LGBTs);
- o ataque antidemocrático do atual governo às organizações sociais e de trabalhadores, sobretudo aos sindicatos, na tentativa de calar as vozes que se opõem aos desmandos da administração pública – com destaque para a Medida Provisória 873, que pretendeu asfixiar financeiramente as entidades sindicais, porém que deixa de ter validade na presente data frente a luta unificada empreendida pelas centrais sindicais no nosso país; e
- as inúmeras ações intempestivas e descompromissadas do recém-eleito governo com o projeto de nação soberana, inclusiva e essencialmente democrática

CONCLAMAMOS

- a sociedade brasileira, em particular os/as trabalhadores/as em educação, os estudantes, as entidades e pessoas comprometidas com a educação pública, gratuita e de qualidade a manterem a mobilização em torno das pautas que contrapõem as (des)medidas do governo Bolsonaro contra a educação e contra a soberania nacional, reivindicando mais verbas para as áreas educacional e social.
- a luta incessante e pelo restabelecimento da democracia em nosso país, situação que requer a independência entre os poderes, o respeito às instituições e o compromisso destas para com o povo brasileiro, a realização de eleições limpas e sem a predominância do poder econômico e das notícias falsas (*fake news*) e, fundamentalmente, a liberdade imediata do ex-presidente Lula com a consequente anulação das injustas e contaminadas sentenças condenatórias que o tornaram um preso político reconhecido mundialmente.
- ao restabelecimento e à continuidade das políticas públicas essenciais a fim de garantir o bem estar de nossa sociedade, com destaque para a educação – nossa área de atuação –, devendo-se, imediatamente, serem revogados os cortes orçamentários nas escolas de nível básico, nas universidades, nos institutos federais e em todos os setores de pesquisa acadêmica do Brasil.
- a revogação da Emenda 95, que além de congelar o orçamento fiscal da União por duas décadas também suspendeu por igual período a vinculação constitucional de impostos do governo federal para a educação e a saúde;
- a defesa de todas as garantias e direitos previstos na Constituição Cidadã de 1988, contrapondo as políticas neoliberais privatistas e reducionistas do atual governo;
- ao compromisso para com a educação do campo, quilombola e indígena, com respeito irrestrito às suas especificidades socioculturais;
- a aprovação do novo FUNDEB Permanente, capaz de promover o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes na educação básica, com mais recursos e melhor distribuição das verbas através do Custo Aluno Qualidade (CAQ) e da garantia de piso salarial e diretrizes nacionais de carreira para todos os profissionais da educação (professores, especialistas e funcionários).



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

- a consecução das metas do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, com destaque para as metas 19 (Gestão Democrática) e 20, esta última que determina o investimento equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação, medida essencial para a realização das demais metas do plano decenal.
- contra a privatização, a mercantilização, a militarização, a mordida aos/as educadores e a toda forma de impedir a democracia nos sistemas e redes de ensino e nas escolas e universidades públicas.
- contra o ódio proclamado por parte significativa do governo Bolsonaro, incluindo o próprio Presidente, as instituições educacionais de nível básico e superior, aos sindicatos e a muitas entidades representativas da sociedade, com o claro intuito de disseminar teorias e práticas obscurantistas e reacionárias que desprezam o conhecimento, a ciência, a arte e as boas relações de convivência.
- a investirmos na humanização das relações escolares, tão incentivada por nosso patrono da educação, Paulo Freire, como forma de combater a violência e os preconceitos disseminados em nossa juventude através de inúmeras formas que desafiam cotidianamente os/as educadores/as do país.
- os/as trabalhadores/as em educação para o constante desafio de educar nossos estudantes para a vida, o trabalho e a cidadania, contrapondo os interesses mercantis que pregam a instrumentalização e as competências nos sistemas de ensino, que vão contra as lógicas libertária e emancipadora que devem reger a educação no sentido de possibilitar a construção de *outro mundo possível*.
- a lutarmos, na perspectiva da valorização profissional dos/as trabalhadores/as em educação, por salário, jornada, formação inicial e continuada, carreira e condições de trabalho dignas para todos/as que se dedicam ao labor nas escolas públicas do país e em favor da Previdência Pública que garanta a dignidade de nosso povo.

Assumindo o compromisso com um de seus principais eixos de luta, a CNTE não abre mão das mobilizações de rua que serão o fiel da balança em um país com instituições tão combatidas e capturadas por interesses estranhos e alheios àqueles das grandes maiorias.

Os dias 15 e 30 de maio, assim como a Greve Geral de 14 de junho de 2019, foram apenas o começo do incremento das lutas sociais que os setores da educação e toda a classe trabalhadora empreenderão até que nossos direitos sejam respeitados.

Nós, trabalhadores/as em educação representados pela CNTE, nos manteremos em vigília permanente nas ruas de todo o país para assegurar a educação pública como direito social inalienável. Razão pela qual indicamos o próximo dia 27 de novembro como Dia Nacional de Mobilização da Educação Básica pela aprovação da PEC do Novo FUNDEB com aplicação de mais recursos por parte da União e o Piso Salarial Profissional Nacional para os/as Profissionais da Educação.

Como dito por nosso patrono Paulo Freire, *“num país como o Brasil, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário”*. E precisamos *“encher o país com marchas”* para que a educação pública de qualidade seja reconhecida como instrumento de transformação de nossa sociedade. *“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”*.

Curitiba-PR, 28 de junho de 2019
9ª Conferência Nacional de Educação “Paulo Freire” da CNTE

ANEXO 3 — Internacionalização Contee/Consind

12/05/2021

Relações Internacionais de Contee encerram segundo dia do XVII Consind – CONTEE

Relações internacionais da Contee encerram segundo dia do XVII Consind

- 20/11/2014 Última Atualização 20/11/2014 0 2 1 minuto de leitura



As relações internacionais da Contee foi o tema da última mesa do segundo dia do XVII Consind, realizado neste sábado (1º), que contou com a presença do presidente da CEA, Fernando Rodal, do presidente da Fise, Orlando Peres, e do vice-presidente da Iea, José Antonio Zepeda.

A coordenadora da Secretaria de Políticas Internacionais da Contee, Maria Clotilde Lemos Petta – que conduziu o debate ao lado do coordenador da Secretaria da Saúde do Trabalhador, Rodrigo de Paula – destacou a publicação do [novo Caderno de Políticas Internacionais da Contee](#). Após tratar, no primeiro número, da integração latino-americana, o novo Caderno faz uma explanação sobre as três entidades educacionais internacionais às quais a Contee é filiada, resgatando suas histórias e bandeiras.

13/05/2021

Relações Internacionais da Contee encenam segundo dia do XVII Consind – CONTEE



Em sua fala, Fernando Rodal defendeu que, além de professores e técnicos administrativos, a categoria seja de lutadores pela educação pública. Segundo ele, os trabalhadores em educação precisam passar de vítimas a combatentes, tendo em mente que a educação é o motor central para a disputa pela hegemonia do povo latino-americano.

Já Orlando começou sua fala cumprimentando a sociedade brasileira pela reeleição da presidenta Dilma Rousseff e enfatizou a importância do combate à descolonização da educação. Por sua vez, José Antonio frisou a importância da unidade em torno da defesa da educação pública e o papel da educação para o desenvolvimento social, econômico e humano.



12/05/2021

Relações Internacionais da Contee encerram segundo dia do XVII Consind - CONTEE

O debate que se seguiu abordou o grande valor de se conhecer a realidade de outros trabalhadores, sobretudo da América Latina, e o protagonismo da Contee por ser a única grande entidade nacional a representar, na América Latina, os trabalhadores do ensino privado. Também teve destaque a experiência de outros países quanto a questões como a regulamentação da mídia e a organização sindical dos professores e técnicos da educação privada, bem como a defesa intransigente da Contee da educação pública, da solidariedade entre os trabalhadores e da autodeterminação dos povos. Além disso, foi defendido o combate à mercantilização e ao neoliberalismo de forma internacional.

Da redação

Fotos internas: Enio Fernandez/Treemídia

ANEXO 4 — Encontro latino-americano

12/05/2021

Em encontro latino-americano, diretora da Contee ressalta a importância do aprofundamento das relações entre as entidades do c...

Em encontro latino-americano, diretora da Contee ressalta a importância do aprofundamento das relações entre as entidades do continente

• 1/10/2018 Última Atualização 1/10/2018 🗨️ 0 🏠 1 📖 1 minuto de leitura



O trabalho desenvolvido pela Contee e a criação, no último Conatee, da Secretaria de Políticas Internacionais da Confederação foram destacados na última sexta-feira (25), durante as atividades finais do

12/05/2021

Em encontro latino-americano, diretora da Contee ressalta a importância do aprofundamento das relações entre as entidades do c...

Encontro de Organizações Sindicais de Educação Superior da América Latina e Caribe, realizado em Porto Alegre.

O último dia de encontro foi marcado por grandes debates e pela apresentação do vídeo institucional da Contee. Ao fim, na plenária de Organização Sindical, a coordenadora da Secretaria de Políticas Internacionais da Contee, Maria Clotilde Lemos Petta, ressaltou a atuação da Confederação nas lutas trabalhista, sindical e educacional e enfatizou a criação da pasta como símbolo da importância dada pela entidade à articulação internacional, sobretudo na América Latina.

Segundo a diretora, a secretaria tem o objetivo de conferir à Contee uma maior capacidade de intervenção internacional e uma melhor interferência nos processos de transformação social em curso. Ela lembrou ainda que, entre as prioridades da atuação internacional da Confederação, tem destaque a intensificação das relações com organizações sindicais dos países da América Latina e Caribe e o aprofundamento das relações com organizações internacionais dos trabalhadores em educação, o que se coaduna com a finalidade do encontro promovido pelas entidades filiadas à Internacional para a Educação da América Latina (Ieal).

Em sua fala, a diretora apresentou, ainda, a [primeira edição dos Cadernos de Política Internacional](#), lançada em outubro passado pela Contee, cuja temática foi justamente o processo de integração latino-americana e caribenha e a defesa da soberania, da paz e do desenvolvimento.

Da redação

ANEXO 5 — Confederação de Educadores Americanos

Confederacion de Educadores Americanos

Inicio Principios Objetivos Canal de Noticias

Miembros

- Comité Ejecutivo
- Consejo Consultivo y Asesor
- Región Cono Sur
- Región Centroamérica- Norte
- Región Andina
- Región Caribe

Portugal 

Lunes, 10 de Junio de 2013 19:28



Solidaridad

DE: CONFEDERACIÓN DE EDUCADORES AMERICANOS/C.E.A.
A: EXCELENTÍSIMO SR. MINISTRO DE EDUCACIÓN Y CIENCIA DE PORTUGAL NUNO PAULO DE SOUSA ARROBAS CRATO

Reciba ud. por este medio un atento saludo, de la C.E.A. , que en representación de sus 6 millones de afiliados de trabajadoras y trabajadores de la educación en el Continente Americano, hacen llegar a ud. su honda preocupación por la situación educativa en Portugal, en donde se destaca entre otras, la propuesta de comenzar apartando compulsivamente a millares de profesores, que quedarán sin salario o en paro, en el corto plazo.

Sumado a esto el intento de aumentar la jornada laboral y de reducir salarios, harán más difícil aún la posibilidad de una vida digna, frente a un contexto que en dos años registra en los salarios una pérdida superior al 30%.

En este cuadro de situación y de reducción presupuestal ,no cabe duda que quienes pagaran "los platos rotos", serán los centros escolares, sus alumnos, sus profesores, los padres de familia y porque no decir la calidad de la educación que en ellos se brinda.

Por este motivo es que apoyamos desde la Confederación de Educadores Americanos, las diversas movilizaciones que se llevarán a cabo del día 11 al 17 de junio, en la defensa del empleo, las condiciones de trabajo, y en primer lugar a la Enseñanza Pública garantía de futuro para las enormes mayorías de nuestros pueblos, en Portugal y en el Mundo.

Agradeciendo desde ya la atención a la presente, le saluda con su mayor consideración y estima,

Fernando Rodal Mac-Lean
Presidente de la CEA

R: Exmo. Senhor
Dr. Vasco Lynce

Apertura XX Congreso CEA

Apertura XX Congreso de la CEA 2013

La Habana, Cuba

Haz clic aquí para ver el Video:

https://www.youtube.com/watch?v=...
[https://www.youtube.com/watch?v=...](#)

www.ceasubedeunuguay.org/web/index.php/component/content/article/185-portugal.html

1/2

06/11/2019

Portugal

Chefe do Gabinete do Ministro da Educação e Ciência**Cumprir-me remeter a V. Exa. o e-mail enviado ao Senhor Primeiro-Ministro por CONFEDERACIÓN DE EDUCADORES AMERICANOS/C.E.A.****Com os melhores cumprimentos Pel'O Chefe do Gabinete****Elsa Francisco****Assessora Administrativa**Valid XHTML & CSS | Template Design by [Joomla.com](#)

ANEXO 6 — CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular)

13/11/2020

CSP-Conlutas | Central Sindical e Popular



Domingo, 15 de novembro de 2020
CSP-Conlutas Central Sindical e Popular



Principal | Quem somos | Contato | Cooptação Nacional | Boletins eletrônicos | Internacional | Notícias | Campanhas | Para conosco | Inglês

Pandemia continua, mas Bolsonaro ironiza suspensão de vacina e chama brasileiros de "maricas"

1 2 3



Vital
Presidente visita para primeira gestão do André Diniz reforça importância de luta classista e independente



Protesto
Mulheres de todo país exigem justiça à Mari Faria e denunciam cultura do estupro



#Democratização
Após pressão das indígenas de Terenapê do Engenho (MA), STF suspende reintegração de posse de seu território



Imperialismo
Trump ameaça desistir eleições nos EUA, mas a luta popular deve continuar sob governo Biden



Abandono
Anap: após uma semana de apoio, pelo ainda enfrenta pressão do Estado e caos nas prefeituras



A luta
Todo apoio à greve sanitária e em defesa de vida dos trabalhadores de LSP iniciada nesta segunda-feira

ANÁLISE DOS FATOS



Artigo
A proposta de reforma administrativa do governo Bolsonaro: estado e forma jurídica | Renata Crisina



Artigo
Nigéria e as ondas de mobilização | Por Cesar Neto e Yves Medina Mayra



Artigo
Auxílio Emergencial deve continuar | Camilla Garz Lúcio, assessora do Fórum das Centrais Sindicais



Artigo
20 de Outubro: o início de um Outubro de Greve na Itália | Por Denise Colini

TODAS AS NOTÍCIAS

13/11/2020 - TJ de São Paulo anula reunião que determinou reintegração de posse do terreno das Queimadas, em Cajamar

13/11/2020 - Angola: governo e polícia reprimem manifestantes que lutam por melhores condições de vida

13/11/2020 - Advogado de CSP-Conlutas Vladimir Soares é ameaçado por rito indígena durante reunião no território Terenapê do Engenho (MA)

Denúncia aumenta ameaça de cassação e prisão para Filipe Bolsonaro

Programa Emergencial contra a Crise começa a tomar as ruas



#Despeçamos
TJ de São Paulo anula reunião que determinou reintegração de posse do terreno das Queimadas, em Cajamar



Internacional
Angola: governo e polícia reprimem manifestantes que lutam por melhores condições de vida



Nota
Advogado de CSP-Conlutas Vladimir Soares é ameaçado por rito indígena durante reunião no território Terenapê do Engenho (MA)



A luta
Integrantes de comunidade rural de Jaqueira (PE) foram presos pelo direito à terra e proteção às lavouras locais

Especiais



Pelo auxílio emergencial de R\$ 600 até dezembro

Uma das iniciativas de campanha #600pessoas é a coleta de assinaturas para um abaixo-assinado que ...
Continue lendo »



A luta continua! Liberdade imediata para Sebastián Romero!

No sexta-feira (7), o ativista argentino Sebastián Romero teve prisão domiciliar concedida pelo juiz federal ...
Continue lendo »

VIDEOS E ÁUDIOS



Confira nossas vídeos no canal de CSP-Conlutas

FOTOS

